

Meu pai me perguntou se tinha valido a pena tanta dor. Na época, eu só respondi que sabia com o que eu estava comprometida e quais seriam as consequências. Agora, propondo-me a escrever sobre as torturas que me foram impostas, essa pergunta aparece novamente. Passados trinta anos...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMISSÃO ESPECIAL

Rua 7 de Setembro, n.º 666 - 90010-190 - Porto Alegre - RS

JORNAL DO BRASIL

1º caderno terça-feira, 23/8/88

dois terroristas capturados em hotel

dois terroristas foram presos em uma manhã de hoje, no interior de Camaquã, localizada na Rua Yvone...

como o terrorista que comuna armas em Camaquã, ocasião em que foram libertados de oficial da Brigada Militar...

ANTECEDENTES

Edmur Prêdas de Camargo nasceu em São Paulo, a 4 de novembro de 1914. Em seus antecedentes políticos...



Edmur de Camargo



Gustavo Schuller

DOCUMENTOS

No site do ex-tenente Dario, no Litoral, foi encontrada uma mala pertencente a Edmur. A mala estava estufada e em seu interior foram encontrados...

AS PRISÕES

As 7 horas de hoje policiais saíram do Hotel Guaceta levando dois indivíduos. O prédio estava cercado por diversos policiais da Divisão de Investigações...

CAÇADA

Os investigadores do DOPS estão à procura de uma mulher, cuja identidade não é conhecida. Sua foto, foi encontrada na mala de Edmur e os policiais acreditam que ela é amante do criminoso...

ANAIS

XVII



mostra

de pesquisa do APERS

- 1 - Período de prisões:
- DE 05/04/1964 ã 03/07/1964
- DE 27/11/1964 ã 30/12/1964
- DE 31/01/1965 ã 31/01/1965

JORNAL DO BRASIL 4º caderno terça-feira, 23/8/88

Ação do caso das mãos amarradas é reiniciada

PORTO ALEGRE — Reconheceu ontem, na 5ª Vara da Justiça Federal, a ação movida pela viúva Elizabeth Chaluppe Soares, que reivindica uma indenização da União pelo assassinato de seu marido...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Gabriel Gaziero (org.)
Juliano Silva Balbon (org.)

XVII MOSTRA DE PESQUISA

Porto Alegre
Rio Grande do Sul
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS
2025

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Governador Eduardo Leite
Vice-Governador Gabriel Souza

Subsecretaria de Patrimônio do Estado
Subsecretário Vinícius Oliveira Braz Deprá
Subsecretária Adjunta Grazieli Testa

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretária Danielle Calazans
Secretário Adjunto Bruno Silva da Silveira

Departamento de Arquivo Público
Diretora Aerta Grazzioli Moscon
Diretora Adjunta Maria Cristina Kneipp Fernandes

Ficha técnica

Comissão de Seleção e Organização da XVII Mostra de Pesquisa
Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – AAAP-RS
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS
Associação Nacional de História – ANPUH/RS
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

Comissão de Seleção e Organização da XVII Mostra de Pesquisa

Aerta Grazzioli Moscon, Álvaro Antônio Klafke, Carla Vargas Segatto, Clarissa de Lourdes Sommer Alves, Denise Nauderer Hogetop, Gabriel Gaziero, Jaqueline das Chagas Mercedes, Juliano Silva Balbon, Maíra Ines Vendrame, Maria Cristina Kneipp Fernandes, Roberta Capelão Valença Scholz, Rodrigo de Azevedo Weimer, Romilda Raeder, Vinícius Mitto Navarro

Organização desta edição

Gabriel Gaziero, Juliano Silva Balbon

Revisão

Roberta Capelão Valença Scholz

Diagramação

Laiz Flores (Ascom/SPGG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil):

Mostra de Pesquisa (17.: 2024: Porto Alegres, RS)
XVII Mostra de Pesquisa [livro eletrônico] / organização Gabriel Gaziero, Juliano Silva Balbon. – Porto Alegre, RS: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2025. – (Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; 17)

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87878-16-4

1. Arquivologia 2. Brasil - História 3. Ditadura - Brasil - História 4. Museologia 5. Linguística
6. Pesquisa científica I. Gaziero, Gabriel. II. Balbon, Juliano Silva. III. Título. IV. Série.

25-261865

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

Danielle Calazans

PREFÁCIO	9
-----------------------	---

A 17ª Mostra de Pesquisa do APERS e os 60 anos do Golpe de 1964

Gabriel Gaziero e Juliano Silva Balbon

1 PATRIMÔNIO CULTURAL: GESTÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO

Resumos expandidos:

1.1	15
------------------	----

Preservação digital na PMPA: a implantação do sistema Archivematica na PMPA

Camila Lacerda Couto e Natasha Duarte Amarante

1.2	21
------------------	----

Cinematecas: origem e definições

Louise Ayang Folgiarini

Artigos completos:

1.3	28
------------------	----

Análise da atuação do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA) e principais resultados identificados

Camila Lacerda Couto e Evelin Melo Mintegui

1.4	42
------------------	----

A coleção Galeria de Vozes do MUSECOM: o processo de curadoria, digitalização, pós-produção e difusão de documentos sonoros no museu

Estela Machado Winter Galmarino e Carlos Alberto Peracchi de Barcellos Neto

1.5	56
------------------	----

Vernissage às Alices: processo de documentação no Museu da UFRGS

Lucas Quadros Petry e Gianluca Palavro Hoffmann

2 CONFLITOS SOCIAIS NO BRASIL REPUBLICANO

Artigo completo:

2.1 73

Toldo Serrinha: a disputa territorial e a relação entre terra, memória e identidade em meio à colonização no estado do Rio Grande do Sul (1951-1996)

Joseane Dainoski Polanczyk

3 CONSTRUINDO LIBERDADES: ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO

Artigos completos:

3.1 93

A racialização das relações sociais no imediato pós-abolição, Pelotas/RS, 1888.

Alisson Barcellos Balhego

3.2 106

Um documento entre a escravidão e a liberdade: uma análise da trajetória de Maria Cabeça através de um processo criminal (Rio Grande, 1871-1893)

Douglas Reisdorfer

3.3 123

Abolição na Banda Oriental e os impactos na Rainha da Fronteira (Bagé/RS, 1842 a 1877)

Frantiele Espindola Alvares

4 DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL: ENSINO E PESQUISA

Artigos completos:

4.1 140

Resistência em Arquivo: novos olhares na perspectiva da educação patrimonial para os direitos humanos

Ana Carolina Ricardo Golombiewski e Erico Derosso Espindola

4.2	155
O caso “Mãos Amarradas” como Terrorismo de Estado	
Bruno de Azambuja Silveira	
4.3	171
Não fomos “companheiras” de fulano ou de sicrano, fomos protagonistas de uma história que ainda não foi bem contada: a história das guerreiras de batom!	
Darlise Gonçalves de Gonçalves e Sibebe Valadão Rossales	
4.4	190
Fontes orais, acervos de história oral e suas potencialidades no estudo da ditadura militar brasileira	
Eduardo Matheus Palini	

5 OBRAS LITERÁRIAS E ESTUDOS DA LÍNGUA

Resumo expandido:

5.1	208
Análise descritiva: um estudo das definições na gramática de Antônio Alvares Coruja	
Larissa Menger Moura e Maria Clara da Silva Murussi	

Artigos completos:

5.2	214
Racialização e escravismo no século XIX: aspectos linguísticos e espelhamento históricoliterário em O Tempo e o Vento	
Giovana Santos da Silva e Maria José Bocorny Finatto	
5.3	233
O Novo Methodo de Curar: uma análise dêitica do discurso médico no século XIX	
Lidiane Ross Carvalho da Silva e Silvana Silva	
5.4	249
Gramáticas do século XIX dirigidas a estudantes do Rio Grande do Sul: um projeto de investigação	
Silvana Silva	

5.5	262
Análise da obra Polyanthea Medicinal, de João Curvo Semedo, na perspectiva da sociolinguística histórica	
Tatiana Keller	

6 PERIÓDICOS, FONTES ARQUIVÍSTICAS E ESTUDOS DA LÍNGUA

Resumo expandido:

6.1	277
O processo de edição filológica da correspondência do governador Paulo José da Silva Gama (1803-1809) utilizando a ferramenta digital E-dictor	
Leici Landherr Moreira	
6.2	285
Sobre Júlio de Castilhos e o periódico "A Evolução"	
Letícia Pereira Pimenta	
6.3	303
Características linguísticas da escrita de mulheres gaúchas oitocentistas	
Luciana Pilatti Telles e Valéria Neto de Oliveira Monaretto	
6.4	322
A escravidão na região fronteiriça Uruguai e Brasil (1842-1888): análises discursivas a partir de processos-crime	
Marilene Aparecida Lemos	

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), departamento da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e órgão gestor do Sistema de Arquivos de Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), renova seu compromisso com o fomento à pesquisa e à divulgação do conhecimento científico produzido a partir de fontes documentais. Em seu acervo, que reúne milhões de documentos distribuídos em diversos fundos, remontando a meados do século XVIII, encontra-se o potencial para pesquisas não somente na área de história e arquivologia, mas do direito, da sociologia, da linguística, da ecologia, da arte, dentre tantas outras. Esse potencial só é realizado por meio do trabalho contínuo de sua equipe, na gestão, recolhimento, preservação, acesso e difusão dos documentos e, também, por meio da sociedade, que se apropria desse espaço e desse acervo, e que a partir dele produz e divulga o conhecimento.

A Mostra de Pesquisa do APERS, evento já tradicional, em sua 17ª edição, aconteceu entre os dias 09 e 11 de dezembro de 2024. Apesar de reunir pesquisas de diversas temáticas, o elemento central das ações e pesquisas desta edição se voltou aos estudos de ditadura, em alusão aos 60 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, tema muito caro aos pesquisadores e à comunidade.

É com satisfação que trazemos nesta publicação os artigos e resumos expandidos apresentados durante os seis Simpósios Temáticos da 17ª Mostra de Pesquisa do APERS. Fruto desse encontro entre arquivo e sociedade, as pesquisas denotam a importância da valorização dos arquivos e das fontes arquivísticas para a produção e a divulgação de experiências e de pesquisas.

Danielle Callazans

Secretária de Estado de Planejamento,
Governança e Gestão

PREFÁCIO

A 17ª Mostra de Pesquisa do APERS e os 60 anos do Golpe de 1964

O trabalho de um arquivo nunca termina.

*É um trabalho para a posterioridade no duplo sentido
de ser feito para e pela posterioridade.*

(SCHELLENBERG, 2007, p. 172)

Chegamos a mais um ano de *mostra de pesquisas* no APERS. Já são 21 anos registrando e contando histórias, debruçando-nos sobre os vestígios que os arquivos custodiam e preservam, transformando o papel, o digital, as palavras que se unem aos contextos e as perguntas que lhes são lançadas, em conhecimento a ser compartilhado. Quão importante é o relato das experiências dos profissionais que usam dos arquivos e seus emaranhados muitas vezes desconexos, determinando o ordenamento e a interpretação quanto a diferentes épocas.

A “Mostra de Pesquisa do APERS” chega à sua 17ª edição, consolidando-se como um importante evento regional para a comunidade arquivística e historiadora, edificando valioso diálogo com as áreas da Linguística, do Direito, da Arquitetura e das Humanidades Digitais. Além de fortalecer o Arquivo como instituição e autoridade arquivística do estado, ascende as temáticas caras para a História gaúcha e brasileira, como as pesquisas acerca da ditadura, da escravidão, da diversidade, da política, dos direitos humanos, das relações de gênero e das relações étnico-raciais. Tradicional enquanto evento, a Mostra ratifica o envolvimento do APERS com acervos de documentos judiciais, administrativos, notariais que por muitos anos foram preteridos como fontes para a história, em favor daqueles documentos já tradicionais, oficiais, políticos, militares, referentes aos “grandes homens e aos grandes feitos”. A documentação aqui explorada evidencia uma outra perspectiva, que leva em consideração a vida privada, as trajetórias, os conflitos sociais, a resistência de uma história menos consensual, marcada pela presença das classes trabalhadoras, sua sociabilidade, cultura e condições de vida.

Nestes 21 anos de Mostra os números apresentados até aqui acumulados nos motivam a continuar construindo um ambiente de fomento à ciência e à pesquisa no Arquivo. Com uma média de 22 artigos apresentados por edição, foram quase 300 artigos publicados em 14 anais (todos disponíveis no site do APERS, incluindo este que você está lendo), em torno de 250 autores e co-autores com uma significativa produção a partir de pesquisas em acervos documentais, dentre eles um conjunto de pesquisadores já cativos da Instituição, que assinam quase 30% dos artigos publicados.

As relações interinstitucionais foram fortalecidas nestes 21 anos, aproximando o ensino, a pesquisa e a extensão ao ambiente do arquivo, com grandes características de endogenia regional, principalmente na concentração metropolitana, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade do Vale dos Sinos, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e com expressiva participação de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal de Pelotas. Mestrandos e graduandos de diversas áreas do conhecimento são os mais numerosos em publicação de artigos. Apesar disso, a diversidade promovida pelo evento, leva ao intercâmbio entre pesquisadores desde a graduação e a iniciação científica até o pós-doutorado. Ou seja, a Mostra é um evento onde o público participante consiste em estudantes e professores de diferentes estágios acadêmicos, que justamente aproveitam o espaço com o principal objetivo de divulgação e aprimoramento de suas pesquisas.

São muitas histórias contadas em um ano nada típico e muito difícil para o Rio Grande do Sul. Como se segue, tradicionalmente, o roteiro bianual, 2024 se iniciou com a publicação do edital para submissão das pesquisas realizadas em instituições arquivísticas e em fontes primárias, com vias a lançar luz sobre memórias, às vezes esquecidas, outras marginalizadas ou tratadas com opacidade. Entretanto, as enchentes no estado foram desastrosas. Impactaram famílias, moradias, estruturas, cronogramas e ações planejadas, e os arquivos também foram atingidos em magnitude até então inimaginável. Nosso cronograma foi reajustado e até levantada a possibilidade do cancelamento da Mostra, pelas dificuldades impostas para a reconstrução do estado e pelos obstáculos que poderiam se impor a profissionais e pesquisadores para a conclusão de seus artigos e para comparecer ao evento.

Fomos resilientes, as intempéries não nos abalaram. Mesmo com as dificuldades em manejar os esforços para apoiar os arquivos estaduais atingidos pelas enchentes, movemos outras frentes de trabalho para a equipe técnica do APERS, que se motivou a

realizar a Mostra em uma nova data, com um significado bem maior, de representar a resistência do Arquivo Público como espaço de referência para a comunidade arquivística e historiadora. A nova data do evento coincidiu com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, data significativa tanto pela efeméride dos 60 anos do Golpe de 1964, como pela emergência climática que se apresenta, e que nos chama à ação.

Foram recebidos 35 resumos para análise da Comissão Avaliadora, composta pela Associação dos Amigos do Arquivo Público (AAP), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), Associação Nacional de História – Seção Regional Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) e representantes do APERS. Deste número, 22 apresentaram seus trabalhos entre os dias 09 a 11 de dezembro de 2024, divididos em Simpósios Temáticos que espelhavam os assuntos que se relacionavam entre si. Trazemos essa mesma classificação para estes Anais para melhor organização dos textos. Além disso, para o Painel de Abertura e a Conferência de Encerramento, recebemos os professores Carla Simone Rodeghero, Diorge Alceno Konrad, Luciana Lombardo Costa Pereira e Marluza Marques Harres, grandes referências na temática central da Mostra de Pesquisa de 2024: os 60 anos do Golpe de 1964 e os 45 anos da Lei de Anistia no Brasil.

Já tradicionais no APERS, os estudos de ditadura ocupam um espaço especial no nosso repertório de eventos e ações educativas, assim como das pesquisas produzidas a partir dos acervos custodiados pela Instituição. Além de salvaguardar os fundos documentais produzidos pela Comissão Especial de Indenização a Ex-presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul e pela Comissão Estadual da Verdade, o compromisso do Arquivo Público com a democracia, os direitos humanos, a memória, a verdade e a justiça perpassa o cotidiano das suas ações de gestão e de difusão, desde a preservação permanente de documentos referentes ao período de 1964 a 1985, conforme a atual Tabela de Temporalidade de Documentos, em códigos de classificação da função de Segurança Pública, passando pelas ações de educação patrimonial, por Simpósios e Seminários e chegando à garantia de acesso via Sala de Pesquisa.

Ao longo dos anos, o Arquivo recebeu professores, militantes e ativistas, ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, formou docentes da educação básica, contribuiu para o estágio de centenas de graduandos. Dá-se destaque aqui para a oficina “Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos” que, desde 2013, ofertou a milhares de estudantes oficinas voltadas ao tema, propondo debates sobre a trajetória de ex-presos políticos que combateram a ditadura, abordando, com perspectiva crítica,

o contexto da Legalidade e do Golpe, o sindicalismo, a perseguição e a censura, o Terrorismo de Estado, a luta armada, a clandestinidade e o exílio, o valor da democracia e dos direitos humanos, da luta e da resistência.

Também cabe, nesta oportunidade, homenagear um dos grandes parceiros da instituição no que tange aos estudos de ditadura e à defesa dos direitos humanos. O professor Enrique Serra Padrós, que nos deixou em 2021, e que tantas vezes promoveu e contribuiu conosco em eventos e pesquisas. Sua influência é evidente nos artigos publicados nos anais desta Mostra, constituindo-se no segundo autor mais citado pelos pesquisadores ao longo de 17 edições. Seu legado, é claro, vai muito além disso e traz contribuições fundamentais para o debate público sobre as Ditaduras de Segurança Nacional e suas consequências para a consolidação das democracias não apenas no Brasil ou no Cone-Sul mas, também, na América Latina e nos inspira a dar continuidade ao seu trabalho.

Por fim, acreditamos que a sociedade em que vivemos, que traz as marcas do entulho autoritário, do esquecimento forçado, da desmemória, do silêncio, assenta suas bases no autoritarismo recente, nesse passado que não passa e que, por isso, nos impede de calar. Nos 60 anos do Golpe, vemos a necessidade de continuar nos fazendo presentes e atentos, de continuar proporcionando espaços de reflexão que nos permitam construir uma sociedade democrática com suas bases consolidadas sobre uma máxima, uma que põe de braços dados os povos do nosso continente que tiveram suas histórias manchadas pela violência das ditaduras: **Nunca Mais**.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Gabriel Gaziero
Juliano Silva Balbon

Março de 2025

1

PATRIMÔNIO CULTURAL: GESTÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO

1. PATRIMÔNIO CULTURAL:
GESTÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO



Resumos Expandidos

1.1

PRESERVAÇÃO DIGITAL NA PMPA: A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ARCHIVEMATICA NA PMPA

Camila Lacerda Couto¹

Natasha Duarte Amarante²

INTRODUÇÃO

A transformação digital tem redefinido práticas administrativas e a preservação de documentos em instituições públicas e privadas. A digitalização de documentos e a adoção de sistemas de gestão eletrônica surgem como respostas à necessidade de eficiência, transparência e acessibilidade. Contudo, esses avanços trazem desafios significativos, como a implementação de políticas de gestão de documentos digitais, a garantia da integridade e a longevidade dos documentos digitais.

Este trabalho busca apresentar como a Coordenação de Gestão Documental (CGD) da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) implementou ações de gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), a partir da digitalização de documentos, atualização de versão do software AtoM e integração com o software Archivematica, realizado entre 2021 e 2023.

Adicionalmente, este trabalho traz reflexões acerca dos desafios e possibilidades existentes no contexto da documentação digital. Destacando, entre as possibilidades, a integração de sistemas, melhoria do acesso à informação e transparência. O texto também aborda os desafios a serem superados, como a complexidade na implementação de políticas públicas que atendam às normas arquivísticas e a necessidade de maior conscientização da alta administração, fatores que influenciam na limitação de recursos financeiros e de profissionais devidamente qualificados.

¹ Mestranda em Ciência da informação (UFRGS). Especialista em Gestão em Arquivos. Coordenadora de Gestão Documental da Prefeitura de Porto Alegre. E-mail: camila.couto@portoalegre.rs.gov.br

² Doutoranda em Comunicação (UFRGS). Mestre em Ciência da Informação. Chefe da Equipe na Diretoria de Gestão de Patrimônio da Prefeitura de Porto Alegre. E-mail: natasha.amarante@portoalegre.rs.gov.br

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Documentos arquivísticos digitais são dados e informações registrados em suportes eletrônicos, cuja produção é impulsionada pelo crescente volume de informações armazenadas em sistemas computacionais. Segundo Sayão e Sales¹ (2012), uma característica fundamental dos documentos digitais é sua virtualidade aparente, pois são representados como conjuntos de bits que precisam ser logicamente organizados por meio de linguagens específicas para serem armazenados em suportes eletrônicos. Embora possam parecer imateriais, os documentos digitais possuem uma base material, e a leitura direta deles não é possível, tornando os computadores intermediários essenciais para a interpretação e representação desses registros.

Com a crescente digitalização dos acervos, e como o uso de diversos sistemas para criação de documentos e registros de informações arquivísticas, é necessário assegurar que esses registros permaneçam disponíveis e compreensíveis ao longo do tempo. Isso envolve a implementação de políticas públicas arquivísticas, que incluam tecnologias para garantir a durabilidade dos formatos digitais, além da contínua atualização dos sistemas para enfrentar desafios como a obsolescência de formatos e a degradação das mídias digitais. Nesse contexto, a preservação dos metadados também é essencial, pois desempenha um papel fundamental no registro das ações realizadas sobre os documentos, assegurando sua identificação única e na contextualização do ambiente tecnológico em que foram criados.

Schäfer e Flores² (2013) alertam que os documentos digitais estão expostos a um ambiente de constante progresso tecnológico, com novos softwares, versões aprimoradas e uma variedade crescente de formatos de arquivo, o que aumenta a complexidade e especificidade desses documentos. Gava e Flores³ (2021) explicam que a fragilidade dos objetos digitais, em comparação com suportes como o papel, devido aos riscos de perda, modificações e obsolescência tecnológica, amplifica a necessidade de políticas arquivísticas focadas na preservação digital. Essas políticas de preservação digital devem ser fundamentadas em consonância com uma política de gestão arquivística abrangente, garantindo a cadeia de custódia completa e contínua, que para serem implementadas, requerem equipes multidisciplinares, estratégias de preservação, tecnologia e plataformas adequadas que atendam aos requisitos do RDC-Arq, como é o caso do Archivematica.

O Archivematica é um software livre de código aberto, o que significa que pode ser copiado, distribuído e modificado. Baseado no modelo OAIS (OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM), um modelo de referência para a preservação e manutenção de informação digital a longo prazo, e em padrões de metadados, tem a sua arquitetura voltada a microsserviços (Gomes; Autran, 2020), os quais podem ser configurados de acordo com as necessidades da instituição e contemplam as diferentes tarefas envolvidas na preservação digital.

A COORDENAÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

A Coordenação de Gestão Documental (CGD) da Secretaria de Administração e Patrimônio (SMAP) da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) é a instituição encarregada de administrar o Sistema de Arquivos de Porto Alegre, além de desenvolver, planejar e coordenar a política de gestão documental da PMPA. Dentre suas competências, enquanto órgão gestor do SIARQ/POA, consta a responsabilidade de “propor medidas para preservação de documentos arquivísticos de valor permanente, em seus diversos suportes”, conforme Inc. IX, do Art. 8, do Decreto 16.798 de 2010.

O acervo da CGD é vasto e diversificado, com aproximadamente 1 milhão de processos administrativos, além de fichas funcionais e financeiras em papel e microfilme até o ano 2000 e 1991, respectivamente. Publicações como os atos de portaria, produzidos desde 1956, e os Boletins Municipais, desde 1961, assim como o Diário Oficial de Porto Alegre, publicado em papel entre 1995 e 2010, complementam o acervo. A PMPA adotou o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), através do Decreto nº 17.480 de 2011, que segue a classificação funcional.

Em 2021, a CGD começou a utilizar a plataforma AtoM (Access to Memory), desenvolvida pela empresa canadense Artefactual, em conjunto com o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que adotou o uso da plataforma em 2017. O AtoM, como descrito por Lima e Flores (2016), “permite a descrição arquivística em níveis hierárquicos (fundos, séries, dossiês/processos, itens documentais)” em conformidade com as normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), de forma a garantir a padronização da descrição arquivística e a interoperabilidade entre sistemas.

A partir da expansão do uso do sistema, ainda para acesso e difusão de representantes digitais, foi planejada a atualização de versão do software Atom e a instalação e interligação do Archivematica, para iniciar o trabalho de preservação digital dos acervos digitalizados.

Em 2023, a equipe participou do treinamento “Gestão Documental e Uso das Ferramentas Archivematica e AtoM”, com a contratação da empresa PYTÁ Preservação Digital e Tecnologia Ltda. Durante o treinamento, foram desenvolvidas habilidades em instalação dos sistemas, configuração de arquivos, backup e restauração de dados, configuração do servidor de e-mail SMTP do Archivematica, além de simulações de empacotamento e submissão dos representantes digitais nos sistemas do RDC-Arq (Archivematica e AtoM). Como resultado da capacitação, foi realizada a atualização da versão do AtoM³ de 2.4.1 para 2.7.1.

A documentação em papel e microfilme está sendo digitalizada e armazenada no Archivematica para preservação, incluindo os metadados dos processos de indexação e classificação. Com a interligação com o AtoM, os documentos e descrições também são disponibilizados na internet. A inclusão de documentos gerados digitalmente na plataforma de preservação visa evitar a perda de informações, garantindo sua autenticidade e recuperação.

O primeiro conjunto documental recolhido foram os representantes digitais gerados a partir da digitalização do acervo do Diário Oficial de Porto Alegre, produzido entre 1995 e 2003, os quais estavam disponíveis somente em papel. Os arquivos foram gerados em PDF/A, a partir de resolução de 300 dpi, em escala 1:1 e tons de cinza, e organizados em pacotes de acordo com a ordenação cronológica, por mês. A organização de pacotes envolveu toda equipe de arquivistas e assistentes administrativos que realizaram a capacitação de gestão. Cada participante do treinamento foi responsável pela descrição de uma parcela dos documentos, criação da planilha de metadados conforme padrão Dublin Core, em formato CSV, para upload nos sistemas.

³ Disponível em: <http://atom2.procempa.com.br>.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A implementação de um RDC-Arq traz uma série de oportunidades significativas para a gestão documental em instituições públicas. Esses repositórios permitem que documentos digitais sejam armazenados de maneira estruturada e segura, facilitando a sua recuperação e preservação ao longo do tempo. A adoção dessa solução é ainda mais importante no cenário atual, com o crescente volume de documentos gerados diariamente, que exige mecanismos eficazes para garantir a integridade e acessibilidade das informações, a fim de evitar a progressão de uma massa documental acumulada, agora em um novo suporte.

Dentre as vantagens dos repositórios digitais está a possibilidade de integrar sistemas que garantam não apenas o armazenamento, mas também o gerenciamento de metadados, assegurando sua autenticidade e a proveniência dos documentos. Isso se traduz em maior confiabilidade das informações para a tomada de decisões administrativas e para a prestação de contas à sociedade.

A melhoria do acesso à informação é outra oportunidade significativa nesse contexto, pois, com a adoção de soluções de código aberto e sistemas integrados, as instituições públicas passam a democratizar o acesso aos seus documentos. Isso reflete em práticas de governança que priorizam a transparência e a abertura de dados e informações.

Para que o Repositório implantado na PMPA seja representativo e eficaz, é preciso ampliar a digitalização de documentos, seguindo um planejamento estratégico de priorização de acervos, além de ser realizada a integração do RDC-Arq com os sistemas de negócios, para recolhimento de documentos e informações nato-digitais, tal como a iniciativa do software Hipátia. O software Hipátia atua como um intermediário entre sistemas de tramitação de documentos arquivísticos, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e RDC-Arq, como o Archivematica (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021).

Importante observar, conforme destacado por Gonçalves (2022), que a preservação digital não exige apenas soluções técnicas, mas também o suporte de políticas institucionais, planejamento adequado de recursos financeiros e o comprometimento da alta administração, como fatores essenciais para assegurar a continuidade e a longevidade dos acervos digitais. Somente através da implantação de uma política pública de preservação a PMPA poderá assegurar a durabilidade dos documentos digitais e o acesso contínuo aos mesmos ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. O papel do Archivematica no RDC-Arq e possíveis cenários de uso. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1018>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GOMES, W. S.; AUTRAN, M. M. M. Análise dos aspectos de confiabilidade do Repositório Digital Arquivístico Archivematica à luz da Resolução nº 43 do Conselho Nacional de Arquivos. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, v. 1, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/139886>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GONÇALVES, F. **Patrimônio ameaçado**: o futuro dos documentos arquivísticos digitalizados. 2022. Dissertação (Mestrado em memória e acervos) - Programa de Pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2022.

LIMA, E. S.; FLORES, D. A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 207–227, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24234>. Acesso em: 9 nov. 2024.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 16.798, de 21 de setembro de 2010**. Institui o Sistema de Arquivos do Município de Porto Alegre (SIARQ/POA), disciplina instâncias de deliberação, desenvolvimento, execução e controle da gestão documental. Porto Alegre, RS, 24 set. 2010. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ipuhe>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 17.480, de 22 de novembro de 2011**. Estabelece o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade (TTD), da Administração Centralizada, do Executivo Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 02 dez. 2011. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ehpau>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SCHÄFER, M. B.; FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://ancib.org/revistas/index.php/tpbci/article/view/290>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92680>. Acesso em: 14 set. 2023

SHINTAKU, M.; BRAGA, T. E. N.; OLIVEIRA, A. F. Hipátia: uma ferramenta livre no apoio à preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 2, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170029>. Acesso em: 08 nov. 2024.

1.2

CINEMATECAS: ORIGEM E DEFINIÇÕES

Louise Ayang Folgiarini

No Brasil existem diversas cinematecas: a Cinemateca Brasileira; Cinemateca do Museu de Arte Moderna; Cinemateca de Curitiba, e no estado do Rio Grande do Sul podemos citar a Cinemateca Capitólio, instituição pública localizada na cidade de Porto Alegre, que tem como enfoque a preservação e a disseminação do cinema do Rio Grande do Sul. Mas, como surgiu este conceito de cinemateca, qual a importância deste espaço como local de pesquisa documental, e quais foram as primeiras instituições desse tipo a existirem no mundo?

Estas perguntas serão exploradas neste resumo expandido através do capítulo "Cinemateca: origem e definições" do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Cinemateca Capitólio: a dinâmica do arquivista com os documentos de cinema e audiovisual", da própria autora deste resumo, e também trazendo novas informações.

Seu nome "cinemateca" é composta pela palavra "cinema" e pelo sufixo "teca", sendo este último originado do grego "thékê" que se refere a uma caixa ou repositório. Segundo Carou (2012, tradução própria), o fotógrafo polonês Boleslas Matuszewski, foi o pioneiro a reivindicar a criação de um local público para o depósito de filmes, através de suas obras: "Uma nova fonte para a história do cinema (Criação de um depósito da história cinematográfica)" e "Fotografia Animada", ambas de 1898. Apesar de seus escritos não terem atraído um grande público na época, suas ideias serviram de inspiração e mais tarde foram implementadas, quando a França fundou os arquivos e bibliotecas nacionais de cinema. Em seus escritos, Matuszewski aborda a necessidade de preservar as obras cinematográficas, considerando o valor histórico, além de propor a criação de arquivos de filmes e assim a salvaguarda destes (Chapman, 2013, tradução própria).

Kenz (1996, tradução própria) afirma que entre 1900 e 1930, nasceram diversas tentativas de cinematecas na Europa, nos Estados Unidos e na Rússia. Na cidade de Paris, dois projetos para a criação de uma cinemateca foram apresentados pelos jornalistas e vereadores Henri Turot em 1901 e Émile Massard em 1911, mas os projetos não tiveram avanço. Em Copenhague, o jornalista Anker Kirkeby organizou arquivos de filmes entre 1911 a 1912, com a finalidade de manter os registros de toda a Dinamarca, das quais caracterizavam a vida do povo do país.

Percebe-se que já havia um pensamento determinante para manter estes arquivos de modo permanente. Segundo Kenz (1996, tradução própria), em 1917 foi criado o Museu Nacional da Guerra na Grã-Bretanha (atual Museu Nacional da Guerra da Escócia) onde começaram a ser conservados filmes relativos à guerra. A Rússia foi outro país que desde cedo (durante a década de 20), notou o potencial e o papel que o cinema poderia desempenhar e por consequência uma instituição que o preservaria. Nomeada de "Gosfilmofond" e criada em 1948, este é o principal arquivo de filmes da Rússia.

No ano de 1928, foi criado o Instituto de Filme do Império Britânico na Grã-Bretanha. Seu criador fez a seguinte declaração:

É o primeiro arquivo de filmes do mundo, pelo que posso dizer. O seu objetivo é preservar todos os filmes que as pessoas sentem necessidade de arquivar, para que seja possível aos nossos descendentes verem a nossa vida hoje. (Kenz, 1996, tradução própria).

Diante desta declaração, o autor complementa que: "A existência desta organização durou pouco, especialmente porque a sua criação coincidiu com o fim do cinema mudo e a crise de 1929." (Kenz, 1996, tradução própria).

Se faz necessário compreender qual o nível de relevância que se tinha em relação ao cinema. O cinema em seus primórdios não era considerado uma arte e nem vista como patrimônio a fim de ser preservado, então eram poucos os que faziam questão de levantar essa pauta e consciência sobre preservação cinematográfica. Grande parte dos países europeus e ocidentais valorizavam o cinema somente no viés político e nacionalista, então levou um tempo até o cinema começar de fato a ser reconhecido e valorizado em outros gêneros.

Entre as décadas de 20 e 30, surgiram os chamados "cineclubes", que tinham como objetivo a exibição de filmes e conseqüentemente debates e reflexões sobre. Com o advento do cinema falado em 1927, iniciou-se certos questionamentos entre os cineclubistas em relação aos filmes da era silenciosa, onde esses filmes seriam preservados. Assim, no início da década de 30, os cineclubistas começaram a conservar os filmes que tinham em mãos (La Caretta, 2005). Acerca dessa preocupação, Borde (1983, tradução própria) ressalta que: "foi só na década de 1930 e com a consciência da destruição dos filmes na época da transição para o cinema falado que as primeiras cinematecas viram a luz do dia". Essa corrente de pensamento em relação a preservação de filmes já estava se adentrando gradualmente em países como a França, onde a jornalista Lucienne Escoubé, publicou na revista de cinema francesa "Pour Vous" um artigo chamado "Vamos salvar o

repertório de filmes”⁴ em 1932. Nessa obra, Escoubé aborda a urgente necessidade de se preservar filmes, onde o público poderia encontrar e assistir os filmes da era silenciosa (que teve seu fim em meados de 1928), por exemplo. A escritora traz uma proposta que moldaria o que se conhece como cinemateca:

Criação de uma cinemateca onde será guardada a trilha sonora original e duas cópias da mesma. Seria desejável também que esta biblioteca não só reunisse filmes, mas também se esforçasse por constituir arquivos de arte cinematográfica: fotos, artigos, resenhas, documentos de todos os tipos. (Escoubé, 1932, tradução própria).

Todavia, apesar de a cinemateca ser originária de um espaço de biblioteca, ela já tinha como alvo um acervo de cunho arquivístico e também museológico, assim futuramente ampliando para os âmbitos da arquivologia e museologia (conforme o desenvolvimento e consolidação destas áreas).

O artigo de Escoubé teve grande impacto na comunidade cinéfila e cinematográfica da França. Com o surgimento do cinema falado e o fim da era silenciosa, Quental (2010, p. 31) aponta uma questão pertinente sobre a influência deste acontecimento para a conscientização da preservação de filmes:

Algumas produções do cinema silencioso, já naquele momento, começam a ser enxergadas como clássicos, produções de alto valor artístico, e que por isso precisam ser colecionadas, protegidas e divulgadas. Começa a ganhar força uma perspectiva de conservação da memória e da arte de um cinema em vias de desaparecimento.

Seguindo nesta linha de valorização da memória cinematográfica, ainda na década de 30, o arquivista e historiador francês Henri Langlois juntamente com os cineastas de mesma nacionalidade Georges Franju e Jean Mitry, encontraram e mantiveram protegidos diversos filmes de vários países e conseqüentemente, segundo Quental (2010), criaram o cineclubes “Círculo do cinema” visando a projeção e divulgação de obras cinematográficas consideradas antigas. Outro nome de grande importância é de Lotte Eisner, historiadora e crítica de cinema alemã que se refugiou na França durante o período nazista e conheceu Langlois, onde contribuiu posteriormente para a fundação da Cinemateca Francesa.

⁴ Disponível em: <https://bib-num.cinemathequetoulouse.fr/viewer/924/?offset=174#page=3&viewer=picture&o=&n=0&q=>. Acesso em: 03 abr. 2024.

Em 1936 foi criada a Cinemateca Francesa, que tinha como objetivos a preservação e restauração de filmes, com finalidade das gerações posteriores terem acesso a essas obras. A instituição não somente salvaguardava filmes, mas também os mais diversos documentos ligados ao cinema, como roteiros, cartazes e objetos como câmeras de gravação. No ano de 1948, a cinemateca introduziu em seu espaço uma sala para projeção de filmes e um museu relacionado ao cinema. A instituição serviu de modelo e inspiração para outros países e regiões diversas, das quais foram criando suas cinematecas.

Não se pode afirmar totalmente que a Cinemateca Francesa foi o primeiro espaço existente para a salvaguarda de filmes, porém, foi pioneira no que hoje conhecemos como cinemateca, através das concepções de Langlois sobre um espaço de cinemateca. Vale destacar que houveram outros nomes significativos na busca e construção da preservação cinematográfica, como: "Ernest Lindgren no Reino Unido; Jacques Ledoux na Bélgica; Iris Barry e James Card nos Estados Unidos; Mario Ferrari e Maria Adriana Prolo na Itália; Einar Lauritzen na Suécia; Paulo Emílio Salles Gomes no Brasil" (La Caretta, 2005, p. 28).

Nomes citados anteriormente como Escoubé e Langlois, apontavam determinantemente uma cinemateca como espaço de preservação cinematográfica, através dos arquivos (de variados suportes), livros e objetos que abarcassem e representassem o cinema. Deste modo, as mais diversas áreas de estudo como a arquivologia; biblioteconomia; museologia; história; cinema e outras, abraçaram as cinematecas e fizeram destes espaços como seus de pertencimento também.

Seguindo na arquivologia, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 49), define cinemateca como: "Instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos cinematográficos [...]". Júnior (2011, p. 11), aborda mais profundamente o conceito de cinemateca, trazendo como uma instituição de cinemateca pode ser definida, além de especificar os variados suportes que o acervo de uma cinemateca pode conter:

[...] um misto de arquivo histórico e museu de cinema. Como um centro de pesquisas sobre cinema, uma cinemateca preserva os filmes e todo o universo documental que os circundam, tais como revistas e livros sobre cinema, cartazes, fotografias, roteiros (incluindo inéditos) e arquivos pessoais ou institucionais de pessoas ou empresas ligadas ao meio cinematográfico.

Assim, uma cinemateca pode ser definida como uma instituição que tem como prisma a preservação dos acervos documentais cinematográficos, além da exibição de filmes através de salas de cinema. Por ser um espaço cultural, podem ocorrer exposições, cursos, apresentações e outras atividades interativas com o objetivo de difundir a história do cinema.

Chouzal (2020 apud Oliveira, 2020) aponta que atualmente existem em torno de duzentas cinematecas pelo mundo. Com isso, nota-se a relevância das cinematecas em contexto mundial.

As cinematecas contém centros de pesquisa, assim sendo um ambiente propício e ideal para fazer pesquisas, direcionadas para um público diverso, como pesquisadores, entusiastas da sétima arte, professores e outros. A Cinemateca Capitólio, por exemplo, tem o Centro de Documentação e Memória, contendo uma biblioteca e sala de arquivos, onde os livros podem ser consultados no próprio local e também, através de agendamento (por e-mail ou telefone que se encontram disponíveis no site da cinemateca) a consulta de algum material arquivístico. O contato é feito com a arquivista e bibliotecária da instituição.

Cinematecas são locais culturais com fontes riquíssimas de informações sobre o mundo cinematográfico, que podem ser explorados seja para fins acadêmicos, pessoais e outros. São as cinematecas e instituições de arquivos cinematográficos que não só “guardam” a história do cinema mundial, mas que preservam, organizam e dão acesso a informação destes materiais. E que gradualmente esse tipo de acervo dessas instituições, sejam consultados e valorizados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BORDE, Raymond. **Les Cinémathèques**. França: L'Age d'Homme, 1983.

CAROU, Alain. **Une nouvelle source de l'histoire du cinéma, de Boleslas Matuszewski (1898)**. França: Bulletin des bibliothèques de France (BBF), 2012. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0018-003>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CHAPMAN, James. **Film and History (Theory and History)**. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2013.

FOLGIARINI, Louise Ayang. **Cinemateca Capitólio: a dinâmica do arquivista com os documentos de cinema e audiovisual**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/272989>. Acesso em: 03 abr. 2024.

JÚNIOR, Fausto Douglas Corrêa. O cinema e a memória da sociedade: o papel das cinematecas na formação e difusão da memória cinematográfica como base de um projeto político/pedagógico. In: Ferreira, Marieta de Moraes (Org.). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-12. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889480_ARQUIVO_Ocinemaeamemoriadasociedade-FaustoD.CorrêaJr.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

LA CARRETTA, Marcelo Enrique López da Cunha Pereira. **Cinema: memória audiovisual do mundo**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

KENZ, Nadia El. **Les premières cinémathèques**. Communication et langages, Paris: Presses Universitaires de France, p. 80-93, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_1996_num_108_1_2680. Acesso em: 03 abr. 2024.

OLIVEIRA, Caroline. **O que se perde com o abandono da Cinemateca Brasileira?** São Paulo: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/o-que-se-perde-com-o-abandono-da-cinemateca-brasileira#:~:text=Essas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20representam%20outras%20institui%C3%A7%C3%B5es,200%20cinematecas%20do%20mundo%2C%20assinou](https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/o-que-se-perde-com-o-abandono-da-cinemateca-brasileira#:~:text=Essas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20representam%20outras%20institui%C3%A7%C3%B5es,200%20cinematecas%20do%20mundo%2C%20assinou.). Acesso em: 03 abr. 2024.

QUENTAL, José Luiz de Araújo. **A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: https://ppgcom.uff.br/wp-content/uploads/sites/200/2020/03/tese_mestrado_2010_jose_luiz_de_araujo.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL:
GESTÃO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO



Artigos Completos

1.3

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DE PORTO ALEGRE (SIARQ/POA) E PRINCIPAIS RESULTADOS IDENTIFICADOS

*Camila Lacerda Couto*⁵

*Evelin Melo Mintegui*⁶

Resumo: O presente artigo pretende analisar a trajetória da gestão documental implementada na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) a partir da criação do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA), regulamentado pelos Decretos 16.798/2010 e 17.480/2011. Através do referencial teórico da área, delimita os conceitos de gestão documental e sistemas de arquivos e a forma como serão utilizados na análise, com o intuito de fundamentar as práticas adotadas em bases teóricas sólidas e reconhecidas pela comunidade científica. Compara a metodologia implementada com a criação do SIARQ/POA com a metodologia utilizada anteriormente. Analisa dois levantamentos realizados entre 2020 e 2022, com a intenção de mapear o alcance dos instrumentos de gestão documental já implantados nos órgãos municipais, assim como para servir de subsídio para planejamento de novas ações. Traça uma possível relação entre o diagnóstico obtido a partir dos levantamentos com os impactos já identificados nos arquivos correntes e intermediários em decorrência da enchente que atingiu Porto Alegre em maio de 2024. Verifica a correlação entre os órgãos e setores que aderiram ao programa de gestão de documentos e aqueles que tiveram maior sucesso na proteção aos acervos durante a enchente. Sugere novas estratégias de análise para subsidiar a tomada de decisão no que tange à gestão documental municipal no pós-enchente.

Palavras-chave: gestão documental - sistema de arquivos - diagnósticos de arquivos

⁵ Arquivista da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Mestranda em Ciências da Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; ppgcin@ufrgs.br

⁶ Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (Universidade Federal do Rio Grande - FURG) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); eminteguimail@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), a necessidade de modernizar a gestão documental foi o estímulo para a criação do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA), instituído pelo Decreto Municipal 16.798/2010. Este sistema foi desenvolvido com o intuito de estruturar e normatizar as práticas de gestão documental nos órgãos municipais, promovendo uma abordagem integrada e padronizada para o tratamento dos documentos desde a sua produção até a destinação final.

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória da implementação do SIARQ/POA, explorando as metodologias adotadas e os impactos que elas geraram em comparação com as práticas anteriores. Para isso, delimita-se uma aproximação com os conceitos de gestão documental, sistemas de arquivos e governança arquivística, buscando alicerces em estudos na área de Ciência da Informação. Essa análise pretende compreender as mudanças institucionais promovidas pela introdução do SIARQ/POA, e também avaliar sua eficácia ao longo do tempo e a adesão dos órgãos municipais às diretrizes propostas.

Outro ponto abordado é a avaliação de dois levantamentos realizados entre 2020 e 2022, cujo objetivo foi mapear a adoção dos instrumentos de gestão documental pelos diferentes setores da administração municipal. Esses levantamentos fornecem dados relevantes para compreender o alcance das políticas implementadas e identificar áreas de melhoria.

Em maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou uma enchente de grandes proporções, evento que trouxe consequências significativas para os arquivos municipais, inclusive para Porto Alegre. Este estudo busca relacionar os resultados dos levantamentos prévios com as ações observadas durante a crise, verificando que a adesão ao SIARQ/POA influenciou na capacidade dos órgãos de protegerem seus documentos ou ainda da sua capacidade de contenção de danos. A análise desses dados proporciona subsídios para o desenvolvimento de estratégias que aprimorem a gestão documental e fortaleçam a proteção dos acervos frente a futuros desafios.

Este estudo representa uma aproximação entre os conceitos teóricos e a instituição analisada, bem como suas inter-relações, sendo que estratégias para avaliar a eficiência da gestão documental serão abordadas em futuras pesquisas. Entre essas estratégias, estão a avaliação de desempenho, a análise de modelos de maturidade e outras ferramentas de gestão oriundas da área de gestão e governança pública.

Por fim, enfatizamos a importância de uma governança arquivística estruturada e de ações coordenadas que levem em conta os desafios ambientais e tecnológicos contemporâneos, apontando possíveis ações práticas que abarquem soluções de curto, médio e longo prazo, com vistas a aprimorar a eficácia e eficiência da gestão documental da PMPA. As estratégias sugeridas visam consolidar os mecanismos resolutivos existentes e superar as limitações observadas.

GESTÃO DOCUMENTAL E SISTEMAS DE ARQUIVOS

A relação entre o desenvolvimento da gestão de documentos e a implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil é complexa e formada por vários elementos e aspectos. Entre as décadas de 1950 e 1970, os arquivos públicos brasileiros iniciaram um processo de modernização, “sobretudo, como uma solicitação legítima das próprias instituições arquivísticas e dos arquivistas, em especial do Arquivo Nacional (AN)” (BUENO; RODRIGUES, 2021, p. 88), impulsionados pela necessidade de lidar com o crescente volume de documentos e pela influência de modelos internacionais, principalmente a arquivologia estadunidense.

Conforme Jardim (1995, p. 55), a partir do conceito de NATIS (Sistemas Nacionais de Informação), a UNESCO incentivou a adoção do modelo de Sistema Nacional de Arquivos em suas consultorias na África e América Latina. Embora tenha tido influência na Arquivologia brasileira, especialmente na década de 1970, Jardim entende que este modelo não se mostra adequado à realidade do país, pois, com ênfase na centralização, ele colide com a estrutura federativa do Brasil, que exige uma maior descentralização e autonomia para os estados e municípios:

Ainda que busque considerar eventualmente as peculiaridades dos estados federais, o modelo de Sistema Nacional de Arquivos proposto por Delmas não responde às características de descentralização e autonomia local e regional do federalismo. É significativo ainda que este modelo tenha sido proposto, sobretudo, em países do terceiro mundo de organização unitária. (JARDIM, 1995, p. 56)

A promulgação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) foi um marco no estabelecimento de diretrizes para a gestão de documentos, definindo-a como um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991). O mesmo ato normativo criou o

Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Embora, até hoje, a lei ainda não tenha sido plenamente implementada, ela forneceu um arcabouço legal para o desenvolvimento da gestão de documentos, para a formulação de políticas públicas arquivísticas, e também para o fortalecimento da autoridade arquivística dos arquivos públicos, pois “Ofereceu-lhes um patamar de institucionalidade arquivística até então inexistente” (JARDIM, 2018, p. 35).

É natural, como arquivistas e profissionais da informação, ressaltarmos a importância da gestão de documentos para a transparência, tomada de decisões, promoção do acesso à informação, no entanto, diariamente, ainda enfrentamos o desafio de tornarmos o gerenciamento arquivístico “visível e reconhecido como parte da solução para o sucesso organizacional. (SILVA, 2024, p. 81)”.

A gestão documental eficiente garante a organização, preservação e acesso aos documentos, viabilizando o exercício da cidadania e o resgate da memória coletiva (LOUSADA, 2012, p. 67). Entretanto, a eficácia dessas políticas enfrenta desafios significativos. A crítica de Jardim (1995, 2015) ao modelo sistêmico da Arquivologia brasileira contribui para uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de se adotar abordagens mais descentralizadas, construindo uma cultura arquivística que valorize o acesso à informação. Apesar de avanços significativos, o autor considera que “a gestão de documentos ainda é a exceção e não a regra no Estado brasileiro (JARDIM, 2015, p. 45)”. Essa perspectiva destaca a necessidade de superar visões tecnicistas e burocráticas, reforçando a importância da transparência e da participação cidadã.

Em sua obra “Transparência e Opacidade do Estado no Brasil”, Jardim (1999) aponta que a opacidade informacional é um traço marcante da administração pública federal brasileira, fruto de fatores históricos, políticos e culturais. O autor defende a implementação de políticas de informação que garantam o acesso à informação como um direito fundamental, ressaltando que a Arquivologia tem um papel importante no processo de democratização da informação para fortalecimento da cidadania. No entanto, o autor observa que “A formulação de políticas informacionais coloca-se, no máximo, como produto - sempre a formular - desses sistemas e não como um elemento que necessariamente os antecede, caso se justifiquem (JARDIM, 1999, 200)”. Esse entendimento destaca a necessidade de repensar como as políticas de informação são inseridas no contexto dos sistemas de arquivo para desenvolvimento da gestão documental em órgãos públicos. Em vez de serem elementos que antecedem e orientam

esses sistemas, elas acabam sendo desenvolvidas como respostas às estruturas já existentes, o que pode limitar sua eficácia.

Além disso, Heredia Herrera (1995, p. 202) reconhece a importância da descentralização para atender às necessidades específicas de cada instituição, adaptando as políticas de arquivo às realidades locais, e para garantir um tratamento mais adequado aos arquivos. Ela destaca que a legislação deve ser posta em prática, acompanhada de recursos suficientes para a sua efetiva implementação.

Em pesquisa recente, Cougo Júnior e Luz (2024) buscaram analisar a presença de instituições arquivísticas públicas nos municípios gaúchos com mais de 50 mil habitantes e avaliar o grau de institucionalidade desses organismos, considerando fatores como a existência de leis específicas para a criação e manutenção de arquivos públicos, a vinculação institucional, a alocação de recursos orçamentários e a disponibilidade de recursos humanos qualificados. Com relação ao Município de Porto Alegre, o estudo considera que não há instituição arquivística pública formal, de acordo com os critérios de pesquisa.

No entanto, a regulamentação dos arquivos municipais de Porto Alegre teve início em 1896, criando a competência de inspeção do Arquivo da Intendência (GEHLEN, 2009, p. 12). Atualmente, a Prefeitura de Porto Alegre possui dois setores de arquivo, ambos registrados junto ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ⁷), o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) e a Coordenação de Gestão Documental (CGD).

Ambas unidades tiveram origem com o Decreto nº 145/1928, que criou a Biblioteca e reorganizou o Arquivo Municipal da Intendência. Ao longo do tempo, com a realização de reformas administrativas, o Arquivo Municipal também foi se transformando. Em 1968, o então chamado Serviço de Documentação, vinculado à Secretaria Municipal de Administração (SMA) iniciou um processo de transferência de documentos e outros itens para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) (GEHLEN, 2009, p. 14), que deu origem, posteriormente ao acervo do AHPAMV.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>

O AHPAMV foi criado oficialmente com a Lei Municipal nº 6.099/1988, que também desmembrou a Secretaria Municipal da Cultura (SMC) da SMEC (GEHLEN, 2009, p. 15) e detém as competências de guarda dos documentos de caráter permanente, conforme Decreto Municipal 17.480/2011.

A atual Coordenação de Gestão Documental (CGD), vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP), por sua vez, é o órgão gestor do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA), responsável por articular com os demais órgãos municipais o funcionamento do Sistema e a implementação da gestão documental na PMPA.

A análise das unidades de arquivos de Porto Alegre revela a complexidade das estruturas e de sua evolução histórica, assim como da própria estruturação do SIARQ/POA, bem como destaca as dificuldades enfrentadas na implementação de uma gestão documental eficiente. Essas dificuldades ficam especialmente evidentes na ausência de um diagnóstico sistematizado que registre as práticas arquivísticas, e que também possa orientar a tomada de decisões estratégicas.

Nesse contexto, julgamos pertinente buscar o conceito de diagnóstico de arquivo. Entendemos que o diagnóstico arquivístico pode auxiliar a mapear as condições dos acervos e identificar lacunas nas práticas institucionais. No entanto, como aponta Campos (2019), apesar do termo ser frequentemente utilizado por arquivistas e pesquisadores da área, sua aplicação carece de uma base conceitual sólida, o que resulta em diferentes interpretações e práticas, dificultando a comunicação e o desenvolvimento da área:

Não há um consenso se o diagnóstico é um processo, se ele é um documento, se ele é uma função arquivística. As discussões existentes ainda não são suficientes para definir o que é o diagnóstico de arquivo. Assim como não está apaziguado o que é, não está apaziguado qual é o objeto e o objetivo do diagnóstico de arquivo. (CAMPOS, 2019, p. 37)

A falta de clareza conceitual em relação ao diagnóstico de arquivo reflete-se nas práticas de gestão documental, resultando em abordagens variadas que podem comprometer a eficácia do planejamento e da implementação de políticas públicas arquivísticas. Essa reflexão nos auxilia a entender os desafios na aplicação das políticas de gestão documental e como essas práticas podem ser aprimoradas para promover maior eficiência, transparência e preservação da memória coletiva.

Nessa perspectiva, a realização de um diagnóstico de arquivo se mostra uma ferramenta com potencial para mapear essas complexidades e orientar futuras ações.

Um diagnóstico consolidado poderá embasar uma governança robusta, permitindo que a direção tomada se fundamente em dados concretos e alinhada aos interesses de todas as partes envolvidas (TCU, 2020). A clareza e a precisão fornecidas por um diagnóstico abrangente oferecem evidências para a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para que a gestão documental se torne mais eficiente e alinhada com as necessidades institucionais e sociais.

METODOLOGIA

À luz dos conceitos apresentados, buscamos compreender de que forma esses princípios foram aplicados no contexto da PMPA. A metodologia utilizada neste artigo foi estruturada em duas etapas: a revisão de literatura e o estudo de caso. Cada etapa foi planejada para embasar a análise da gestão documental na PMPA e os possíveis impactos observados após a enchente de 2024.

Revisão de literatura

Adotamos uma revisão narrativa de literatura (ROTHER, 2007), que visou mapear conceitos e práticas relevantes sobre: gestão documental, sistemas de arquivos, diagnósticos em arquivo e governança arquivística. Foram explorados autores clássicos da área, bem como artigos científicos pesquisados no portal BRAPCI⁸ e estudos de casos prévios que abordam a gestão documental no setor público, com ênfase em políticas semelhantes ao SIARQ/POA. Esse mapeamento teórico serviu para construir uma base conceitual e garantir que os aspectos discutidos no estudo de caso estivessem em consonância com as práticas e teorias reconhecidas na área de Ciência da Informação e Arquivologia.

Estudo de caso

O estudo de caso, realizado por meio de uma pesquisa explicativa (GIL, 2017, p.33), foi estruturado para comparar as diretrizes de gestão documental implementadas com a criação do SIARQ/POA com as metodologias utilizadas anteriormente na PMPA, com a intenção de observar avanços, lacunas e o impacto dessas mudanças no tratamento dos

⁸ Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/>

documentos municipais. O trabalho também analisou dois levantamentos realizados entre 2019 e 2022, com a intenção de mapear o alcance dos instrumentos de gestão documental já implantados nos órgãos municipais, assim como para servir de subsídio para planejamento de novas ações, com interesse especial em verificar se haveria alguma correlação entre os órgãos que haviam se dedicado à gestão de documentos com aqueles que foram atingidos pelo evento climático extremo ocorrido no Rio Grande do Sul em 2024.

ANÁLISE DE DADOS

Conforme relato de Couto e Amarante (2023, p. 5-6), até a década de 1970, a gestão dos documentos da PMPA envolvia constantes mudanças para sedes maiores, resultando em perda parcial de documentos, principalmente devido a más condições de armazenamento, como infiltrações e pragas. Em 1971, a microfilmagem de substituição foi adotada para liberação de espaço físico, mas descontinuada em 2014 por obsolescência dos equipamentos e custo elevado.

Uma primeira definição de prazos de guarda e destinação de documentos foi consolidada com a publicação do Decreto nº 9.048/1987, que definiu prazos de guarda de algumas tipologias e assuntos de processos administrativos depois de microfilmados. Em 1995, criou-se uma Comissão para seleção e avaliação dos documentos quanto ao seu valor histórico (Art. 4º, Parágrafo único, Decreto nº 9.048/1987).

Em 2010, a Prefeitura de Porto Alegre instituiu o SIARQ/POA com a intenção de estabelecer um novo modelo de gestão documental. Assim, a partir de 2011, houve avanços significativos nesse sentido, com a nomeação de arquivistas, através da realização de concurso público, e a definição de um novo instrumento de classificação, desta vez seguindo a metodologia funcional, “de forma a garantir a maior estabilidade possível, assim como flexibilidade em caso de futuras alterações, de acordo com as mudanças na Administração Municipal (COUTO; AMARANTE, 2023, p. 7).

Com este novo instrumento, entre 2012 e 2024, a CGD já realizou a eliminação de mais de 2,1 km lineares de documentos⁹.

⁹ Conforme dados disponíveis em: <https://prefeitura.poa.br/smap/eliminacao-de-documentos>

Além da ampliação da TTD, outras ações adotadas foram a realização de capacitação dos servidores envolvidos na gestão documental de toda a Administração, adoção de estratégias digitais durante a pandemia de COVID-19, incluindo um formulário eletrônico de atendimento, implantação de Protocolo Virtual e a divulgação de atividades em perfil no Instagram, além do avanço da digitalização de documentos permanentes, os quais já estão disponíveis através do uso dos softwares AtoM e Archivematica, para apoiar a preservação digital e assegurar o acesso de longo prazo aos documentos arquivísticos digitais.

Além da atuação profissional de uma das autoras, dois levantamentos de arquivos realizados pela CGD/SMAP entre 2019 e 2022 serviram como base empírica para o presente artigo. Esses levantamentos tinham o propósito de mapear a extensão dos arquivos correntes e intermediários da PMPA, assim como a eficácia da implementação dos instrumentos de gestão documental nos diferentes órgãos da administração. Os dados coletados abrangiam indicadores como a área física destinada aos arquivos, a ocorrência ou não de sinistros envolvendo documentos, a adesão às diretrizes do SIARQ/POA, a capacitação de servidores para práticas de gestão documental e a aplicação de normas de arquivamento, eliminação e recolhimento de documentos. Internamente, esta análise tem embasado a elaboração de projeto para a construção de um prédio próprio destinado para centralização da guarda da documentação em papel.

A análise desses levantamentos foi feita de forma a identificar padrões e divergências entre os órgãos que seguiram as diretrizes e aqueles que ainda estavam em processo de implementação ou não haviam aderido ao sistema. Essa etapa da metodologia foi aproveitada para avaliar a correlação entre a adoção das diretrizes do SIARQ/POA e a perda de documentos em decorrência da enchente.

Foi realizado levantamento em 100% das Secretarias e órgãos municipais, provocado pela CGD, através de envio de Ofício-Circular às áreas. Algumas áreas foram contatadas de forma complementar por e-mail ou telefone, junto aos representantes dos órgãos designados junto ao SIARQ/POA, ou ainda foram realizadas visitas técnicas complementares, quando requerido pelo órgão.

Embora ainda não tenha sido consolidado um diagnóstico completo dos arquivos municipais, chamamos a atenção para os seguintes dados: 148 unidades de trabalho responderam ao levantamento; 23 informaram ter realizado descarte de documentos, das quais 12 informaram que o descarte teria cumprido o Decreto Municipal 17.480/2011.

Em relação ao cruzamento desses dados com informações levantadas durante o evento climático extremo que atingiu o estado em 2024, 19 unidades informaram perda documental em decorrência de inundação, sendo que, destas, apenas 1 delas informou já ter realizado descarte, assim como 1 também informou ter realizado recolhimento antes do sinistro.

Em maio de 2024, o Presidente do SIARQ/POA emitiu Ofício aos órgãos municipais, apontando a necessidade de acompanhamento dos acervos atingidos, encaminhando recomendações e designando a CGD como setor de referência para apoio e orientação técnica. Entendemos que a quantidade de unidades que sofreram perda de documentos pode ser maior do que a registrada, considerando a extensão da enchente e a presença de unidades municipais nos bairros atingidos, como escolas e postos de saúde.

Da análise da trajetória da gestão documental da PMPA, considerando o impacto da enchente nos arquivos intermediários, destacamos os seguintes pontos: infraestrutura, instrumentos de gestão, tecnologias digitais, diagnóstico e impacto da enchente.

Mesmo depois de 14 anos da criação do SIARQ/POA, persiste a necessidade de se consolidar uma infraestrutura apropriada para preservação de acervos, uma vez que ainda se repetem as perdas de documentos devido a condições inadequadas ou falta de ação frente a ocorrência de sinistros.

Embora tenha sido uma solução adotada para liberar espaço físico e preservar informações, a PMPA descontinuou a microfilmagem em 2014 devido à obsolescência dos equipamentos e aos altos custos envolvidos. Isso indica que, apesar de ter tido um impacto positivo inicial, a solução não foi sustentável a longo prazo e precisou ser substituída por tecnologias mais modernas.

A criação do Sistema, em 2010, e a nomeação de arquivistas, a partir de 2011, representam um marco na formalização e profissionalização da gestão documental. A adoção de instrumentos de classificação e a definição de prazos de guarda trouxeram maior estabilidade e adaptabilidade ao sistema, alinhando-se às boas práticas de gestão. Porém, a existência de unidades que informaram não cumprir integralmente o Decreto nº 17.480/2011 e a falta de recursos para realizar o descarte necessário mostram que a aplicação dos instrumentos não foi uniforme ou plenamente eficaz.

O uso de tecnologias digitais durante a pandemia, como o Protocolo Virtual e a presença em redes sociais, indicam uma adaptação da PMPA a novos desafios e demandas contemporâneas. Essas medidas promoveram maior acessibilidade e visibilidade das práticas de gestão documental, havendo potencial para continuarem a serem exploradas de forma a continuar favorecendo o desenvolvimento das ações e projetos da área. Além disso, a digitalização de documentos e o uso dos softwares AtoM e Archivematica refletem uma preocupação crescente com a preservação digital e o acesso a longo prazo.

Apesar de terem sido realizados treinamentos para implantar e difundir a gestão documental, o levantamento realizado entre 2019 e 2022 evidenciou que nem todos os órgãos seguiram as diretrizes estabelecidas. A falta de adesão consistente sugere que, embora a capacitação seja importante, sua aplicação prática nem sempre foi eficiente em todas as unidades, possivelmente por questões de recursos humanos insuficientes ou limitações estruturais.

Entretanto, a análise dos levantamentos realizados entre 2019 e 2022 evidencia que a adesão às diretrizes do SIARQ/POA ainda varia entre os órgãos. A falta de um diagnóstico consolidado sobre a situação dos arquivos municipais e o fato de que apenas uma pequena parte das unidades realiza descartes conforme as normas, indicam a necessidade de fortalecimento das práticas de gestão e supervisão para assegurar maior uniformidade e conformidade.

A enchente de 2024 destacou a vulnerabilidade na gestão documental da PMPA, com 19 unidades relatando perda de documentos. Das unidades impactadas pela enchente, apenas duas já haviam realizado descarte ou recolhimento de documentos com os novos instrumentos implantados, fato que sugere uma correlação entre a adoção de práticas adequadas de gestão e a mitigação de danos em eventos extremos.

Essas conclusões apontam para um panorama de avanços importantes na gestão documental da PMPA, mas também para a existência de desafios significativos que ainda precisam ser enfrentados para alcançar uma gestão plenamente integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o objetivo mais amplo de analisar a trajetória do Sistema de Arquivos de Porto Alegre (SIARQ/POA), explorando as práticas adotadas e os impactos gerados em comparação com as práticas anteriores, além de refletir sobre as mudanças institucionais provocadas, neste trabalho nos dedicamos, ainda, a verificar o grau de adesão dos órgãos municipais às diretrizes estabelecidas.

Ao investigar essa relação, os resultados mostraram que a não adesão das diretrizes de gestão documental por parte dos órgãos municipais resultou em uma vulnerabilidade maior dos arquivos. Apesar de haver mecanismos com potencial resolutivo, sua eficácia foi parcial devido a desafios de implementação, falta de continuidade ou recursos insuficientes, o que resultou em uma gestão documental que ainda enfrenta obstáculos para alcançar eficiência.

A enchente de 2024 demonstrou que, sem a implementação eficaz de políticas de gestão documental, os acervos arquivísticos municipais continuam vulneráveis. Entendemos cada vez mais necessária uma abordagem ativa e realista para assegurar que políticas como o SIARQ/POA sejam de fato efetivas e cumpram seus objetivos de proteção e preservação dos documentos.

Embora o SIARQ/POA possua uma política bem-intencionada e regulamentada através de atos normativos, a falta de implantação em escala significativa compromete seus objetivos de proteger e preservar os arquivos municipais. Os danos provocados pela enchente evidenciam uma falha sistêmica: a política, apesar de teoricamente adequada, não consegue ser efetiva na prática por falta de adesão.

Retomando as observações de Jardim (1999, p. 200), no que se refere à formulação de políticas informacionais, para que a gestão documental se consolide, portanto, como uma prática que promove a transparência e o acesso à informação, é necessário avançar na formulação de políticas que antecedam e orientem os sistemas de arquivos, tornando a informação um instrumento de cidadania e de governança efetiva.

Entendemos que são necessários novos estudos que permitam diagnosticar de maneira mais precisa a situação dos arquivos da Porto Alegre, e, assim, permitir a criação e desenvolvimento de soluções eficazes. Nessa perspectiva, como mencionado anteriormente, poderemos explorar aspectos relacionados à avaliação de desempenho, graus de maturidade da gestão documental, bem como estratégias para o estabelecimento da governança arquivística na Administração Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3 ed. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BUENO, D. A. C.; RODRIGUES, A. C. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. **Revista Acervo (Arquivo Nacional)**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>. Acesso em: 09 nov. 2024.

CAMPOS, L. M. M. **Diagnóstico de arquivo: ensaio para a criação de um conceito**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7d56d026d5e1769cc5b93021bf9a5355 Acesso em: 09 nov. 2024.

COUTO, C. L.; AMARANTE, N. D. Desafios do tratamento arquivístico de documentos de engenharia e arquitetura na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS). **Revista do Arquivo**, [S. l.], n. 15, p. 1–17, 2023. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/158. Acesso em: 14 nov. 2024.

COUGO JUNIOR, F. A.; LUZ, L. M. A. A institucionalidade arquivística nos municípios do Rio Grande do Sul. **Informação Arquivística**, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/307952>. Acesso em: 09 nov. 2024.

GEHLEN, J. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Revista Acervo (Arquivo Nacional)**, v. 28, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607>. Acesso em: 13 nov. 2024.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Revista Acervo (Arquivo Nacional)**, v. 31, n. 3, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107067>. Acesso em: 09 nov. 2024.

JARDIM, J. M. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói: Eduff, 1999.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 1-2, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72983>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 9.048, de 08 de dezembro de 1987.** Dispõe sobre arquivamento, microfilmagem e eliminação de documentos oficiais na Administração Centralizada do Município. Porto Alegre, RS, 08 dez. 1987. Disponível em: <http://leismunicipa.is/onmbu>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 16.798, de 21 de setembro de 2010.** Institui o Sistema de Arquivos do Município de Porto Alegre (SIARQ/POA), disciplina instâncias de deliberação, desenvolvimento, execução e controle da gestão documental. Porto Alegre, RS, 24 set. 2010. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ipuhe>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 17.480, de 22 de novembro de 2011.** Estabelece o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade (TTD), da Administração Centralizada, do Executivo Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 02 dez. 2011. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ehpau>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ROTHER, E. T. EDITORIAL. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, W. A. Gerenciamento arquivístico no serviço de arquivo permanente: identificação de elementos mobilizados. **Informação Arquivística**, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/308040>. Acesso em: 09 nov. 2024.

1.4

A COLEÇÃO GALERIA DE VOZES DO MUSECOM: O PROCESSO DE CURADORIA, DIGITALIZAÇÃO, PÓS-PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE DOCUMENTOS SONOROS NO MUSEU

*Estela Machado Winter Galmarino*¹⁰

*Carlos Alberto Peracchi de Barcellos Neto*¹¹

Resumo: A partir da experiência do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa no projeto de digitalização e difusão de áudio de fitas magnéticas cassete da Coleção Galeria de Vozes, o texto reflete sobre os desafios da gestão de acervos audiovisuais, suas principais características e estratégias de preservação que envolvem tecnologias digitais. Também são abordadas algumas noções de conservação preventiva visando à reprodução do conteúdo informacional das fitas cassete com as melhores condições possíveis. Com base em recomendações arquivísticas, normas e boas práticas consolidadas no campo de atividade de conversão de registros sonoros no suporte analógico para o digital, são sugeridos alguns padrões de metadados técnicos a serem observados na produção de matrizes digitais primárias e secundárias. Acerca da produção de matrizes digitais secundárias, o texto apresenta e discute recursos de edição e pós-edição que têm como objetivo tornar o documento sonoro mais audível para pesquisadores e público em geral, eliminando ou suavizando ruídos, chiados ou estalidos provenientes do ambiente de gravação ou do dispositivo tecnológico e, ainda, outras interferências no áudio resultantes do tempo de vida da fita. Por fim, o texto compartilha alguns aspectos que envolvem a difusão desta coleção de valor cultural pelo Museu, como a adoção de um repositório para acervos museológicos, o investimento em gestão da segurança da informação e os planos de continuidade do projeto.

Palavras-chave: preservação – acervos audiovisuais - migração de suporte – fitas magnéticas cassete de áudio

¹⁰ Graduada em História pela UFRGS. Analista em Assuntos Culturais lotada no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MuseCom) – Núcleo de Acervos.

¹¹ Graduando em Produção Fonográfica pela UNISINOS. Técnico contratado pela Associação de Amigos do MuseCom para a execução serviços de digitalização, documentação e pós-produção de fitas cassete de áudio.

INTRODUÇÃO

O Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa foi criado por meio do Decreto Estadual Nº 24.366, de 30 de dezembro de 1975 com o objetivo de preservar, pesquisar e difundir a História e a Memória da Comunicação Social no Rio Grande do Sul. Seu acervo abrange diferentes áreas da Comunicação, tais como: Imprensa, Publicidade e Propaganda, Fotografia, Cinema, Rádio e Fonografia. A coleção objeto do presente relato de experiência está vinculada a esta última grande área e reúne uma série de entrevistas, depoimentos, palestras, entre outros documentos sonoros.

Assim como as produções cinematográficas, radiofônicas, televisivas, videográficas, digitais, os sons gravados podem ser considerados documentos audiovisuais. Tomados como parte de um conceito mais amplo, cuja conotação e amplitude variam conforme o contexto cultural e institucional, estes documentos fazem parte do patrimônio audiovisual de um país, de um estado ou de uma região (EDMONDSON, 2013).

Definidos como obras que podem conter imagens e/ou sons reproduzíveis dispostos em um suporte (fita cassete, fita quadruplex, CD, DVD, etc.), os documentos audiovisuais se caracterizam, em geral, pela necessidade de um dispositivo tecnológico que permita sua gravação, transmissão e compreensão. Este dispositivo cumpre “o papel de intermediário entre o suporte – no qual está armazenado o conteúdo do documento – e o ouvinte/espectador” (BUARQUE, 2008, p. 38-39). Tal singularidade dos documentos audiovisuais traz, de imediato, muitos desafios no que se refere a sua preservação e manuseio, não só no que se refere aos suportes, mas também aos aparelhos de reprodução.

Além do risco da obsolescência e da escassez no fornecimento de peças para reposição, são cada vez mais raros os técnicos com conhecimento para atuar na manutenção e na revisão de equipamentos analógicos. Diante desta realidade, o uso das tecnologias digitais vem se consolidando como ferramenta estratégica no campo da preservação e da difusão de acervos audiovisuais. No caso do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, são diferentes frentes de trabalho dedicadas à conservação, documentação e digitalização de acervos. Neste texto destacaremos uma delas, voltada à migração de suporte de fitas magnéticas cassete de áudio.

A COLEÇÃO GALERIA DE VOZES DO MUSECOM E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MEIOS MAGNÉTICOS

A coleção “Galeria de Vozes” do Museu de Comunicação reúne 1390 fitas magnéticas cassete de áudio cujos conteúdos foram gravados em sua maior parte entre as décadas de 1970 e 1990. Produzidas pelo Museu ou por instituições parceiras e posteriormente doadas ao mesmo, as entrevistas e depoimentos trazem relevantes informações sobre histórias de vida dedicadas à Música, ao Cinema, Jornalismo, Rádio, Fotografia. Junto com as biografias, as memórias revelam conhecimentos sobre materiais e técnicas não mais utilizados, patrimônios materiais e imateriais vinculados à área da Comunicação Social.

Atividades culturais como seminários e palestras promovidos pelo Museu ou que contaram com sua participação também foram gravados. Os registros de áudio do 1º Congresso Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, por exemplo, realizado em abril de 1989 em Porto Alegre e que teve como objetivo debater e definir as bases para a criação da Secretaria de Estado da Cultura, o que ocorreu no ano seguinte, estão presentes nesta coleção.

Os acervos do Museu foram mapeados preliminarmente em 2019, quando assumiu uma nova gestão. Durante este inventário geral, algumas coleções foram apontadas pelos técnicos como prioritárias, seja por conta de seu valor cultural, seja pelo risco de perda de informações devido ao estado de conservação e/ou obsolescência devido à falta de equipamentos para leitura e reprodução ou por ambos os motivos, como no caso da coleção “Galeria de Vozes”.

A preservação de informações em meios magnéticos é apontada por especialistas como desafiadora. Devido a suas composições físicas, uma fita magnética durará apenas algumas décadas, enquanto o filme e o papel livre de ácidos poderão durar por séculos. A degradação química destes suportes pode, ainda, ser acelerada pelo manuseio ou armazenamento inadequado dos materiais, que poderão afetar o aglutinante, as partículas magnéticas e o substrato das fitas.

A fita magnética consiste de uma fina camada capaz de registrar um sinal magnético, montada sobre um suporte de filme mais espesso. A camada magnética, ou cobertura superficial, consiste de um pigmento magnético suspenso em um aglutinante de polímero. Conforme o próprio nome diz, o aglutinante mantém as partículas magnéticas juntas entre si e presas ao suporte da fita (VAN BOGART, 2001, p. 10).

Desta forma, o aglutinante auxilia no transporte da fita através do sistema de gravação. Para facilitar a reprodução da informação, diminuindo a fricção, a tensão e o desgaste da fita, um lubrificante é adicionado ao aglutinante, além de outros compostos que atuam para reduzir a fixação de sujidades sobre a fita. A deterioração do aglutinante pode impossibilitar a reprodução da fita devido ao amolecimento do suporte, tornando-o quebradiço e impedindo o transporte das partículas magnéticas por conta de sua dispersão (AMARAL, 2009, p. 19). Alguns tipos de degradação química, contudo, são mais comuns em fitas de rolo do que em fitas cassete, devido ao uso de aglutinantes ou substratos de acetato de celulose, base mais vulnerável à hidrólise (ICC, 2020, n.p.)¹².

O processo químico denominado *hidrólise* ocorre a partir de uma reação das moléculas destes polímeros com a água e que podem deixar as fitas pegajosas, dificultando a recuperação das informações. O fenômeno conhecido como *síndrome da fita pegajosa (sticky shed syndrome)* leva ao depósito das partículas magnéticas “nas cabeças de leitura, obstruindo-as e levando a uma significativa perda das baixas frequências” (BUARQUE, 2008, p. 43).

A partícula magnética ou pigmento armazena a informação contida na fita. Por isto, qualquer alteração nas propriedades magnéticas do pigmento pode levar à redução de sua permanência magnética (*remanence magnetic*), resultando na diminuição do sinal de saída e na perda potencial de informação. Relacionado a isto, existe o risco da desmagnetização. Embora rara, a ocorrência pode levar à “perda de sinal da fita magnética decorrente da presença de um campo magnético externo com capacidade coercitiva superior ao do campo das partículas magnéticas da fita” (AMARAL, 2009, p. 28). Um detector de metais manual, como os utilizados em aeroportos, por exemplo, pode ser suficiente para causar a desmagnetização de uma fita. Neste sentido, é prudente manter as fitas magnéticas afastadas de aparelhos eletroeletrônicos que possam causar desmagnetização.

No que se refere aos danos que atingem os suportes das fitas magnéticas, é relevante destacar que aqueles em acetato de celulose são mais suscetíveis à ação de alguns agentes de deterioração como a temperatura e a umidade inadequadas.

¹² O acetato de celulose foi utilizado na fabricação de fitas magnéticas desde o início da década de 1930 até meados da década de 1960. Além dele, as fitas magnéticas também podem ser compostas de PVC e poliéster. O PVC foi empregado, principalmente, na Alemanha, de 1944 até 1972 e foi substituído de forma gradual pelo poliéster a partir da década de 1950. Estes dois últimos possuem maior estabilidade química e bem armazenadas as fitas podem durar um considerável período (BUARQUE, 2008, p. 42-43).

Assim como ocorre com outros acervos audiovisuais como as películas cinematográficas, por exemplo. Uma das piores formas de degradação das fitas magnéticas produzidas nesta base é a *síndrome do vinagre*, que ocorre por meio da liberação do ácido acético, presente nestes materiais. Este processo ocorre em estágios e pode levar ao ressecamento e ruptura da fita, além de causar alterações dimensionais, interferindo na reprodução do som por conta de abafamentos ou reduções temporárias no volume e na qualidade do som (VAN BOGART, 2001, p. 17-18).

No MuseCom, parte significativa dos depoimentos, entrevistas e atividades culturais foram gravados entre as décadas de 1970 e 1990, quando o acetato já não era mais utilizado na fabricação de fitas magnéticas. Ainda assim, é possível que fitas produzidas na década de 1960 tenham sido utilizadas posteriormente. Neste sentido, é sempre recomendável uma revisão preliminar dos suportes, visando à detecção e a mitigação de possíveis danos.

Outros problemas comuns que podem ocorrer nas fitas magnéticas envolvem a perda de lubrificante, cuja função é facilitar a passagem da fita pelo gravador. Os níveis de lubrificante diminuem cada vez que uma fita é reproduzida, mas também naquelas arquivadas, como resultado da evaporação e da degradação. Em alguns casos, o processo de relubrificação de fitas pode contribuir para a recuperação das informações armazenadas, mas é importante trabalhar na perspectiva da conservação preventiva, gerenciando os índices de temperatura e umidade e evitando variações bruscas, bem como zelando pelos materiais por meio do manuseio técnico adequado.

AÇÕES PRELIMINARES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: PREPARANDO A FITA CASSETE DE ÁUDIO PARA A DIGITALIZAÇÃO

No âmbito da preservação de acervos, duas ações fundamentais se complementam para garantir a salvaguarda das informações: a conservação preventiva e a digitalização. No suporte analógico, cada vez que a informação primária é copiada ela sofre uma degradação. Assim, a migração ou refrescamento (*refreshing*) de documentos para o meio digital é a única que possibilita a preservação de longo prazo com a duplicação da informação sem perda de qualidade, desde que a ação seja realizada de forma técnica e cuidadosa (IASA, 2017, p. 9). O processo de digitalização, contudo, depende de um trabalho

efetivo e eficaz de conservação por meio de ações indiretas que visem a evitar, reduzir ou bloquear a ação de danos sobre o objeto.

Dentre os fatores ambientais que mais contribuem para a degradação dos suportes magnéticos estão os índices inadequados de umidade e de temperatura. O primeiro, se muito alto, pode acarretar o surgimento de bolor e fungos sobre as fitas. Já as altas temperaturas podem alterar as dimensões dos suportes, impedindo sua reprodução nas máquinas de leitura e a recuperação das informações.

Os padrões ótimos de temperatura e umidade para armazenamento de documentos audiovisuais, seguindo recomendações internacionais, são de 25-30% de umidade relativa e de 10°C de temperatura. No entanto, esses são parâmetros muito pouco viáveis em países tropicais, em função do alto custo para a climatização dos ambientes. Portanto, a regra principal, e ao mesmo tempo a de mais difícil execução, é tentar adotar um parâmetro que se possa manter 24h por dia, durante todo o ano, com mínimas variações de temperatura e umidade relativa (BUARQUE, 2008, p. 46).

O monitoramento ambiental é uma importante ação de conservação preventiva que visa prolongar o tempo de vida dos suportes analógicos a fim de que possam ser reproduzidos e migrados dentro das melhores condições possíveis. No caso das fitas cassete isto envolve, ainda, a avaliação de suas condições físicas. Fitas que se encontram em estado frágil de conservação podem ser danificadas ao serem tocadas no gravador ou danificarem os equipamentos de reprodução. Um exame organoléptico preliminar, por meio de inspeção visual e detecção de odores (de vinagre, por exemplo), pode contribuir para a prevenção de danos maiores nos materiais. No que se refere aos contaminantes, que podem assumir diversas formas, o Instituto Canadense de Conservação (ICC) recomenda observar a presença das seguintes situações sobre as fitas:

- Fungo ou bolor, que geralmente aparece como crescimento difuso ou semelhante a fios, que variam em cor, mas geralmente são pretos, marrons ou amarelo-escuros;
- Danos causados por pragas, cuja presença normalmente é revelada por excrementos, manchas de urina e danos causados por roedores;
- Poeira, sujeira, detritos ou resíduos cristalinos da degradação do lubrificante;
- Resíduo de adesivo de emendas ou etiquetas envelhecidas (ICC, 2020, n.p.)¹³.

¹³ Todas as traduções deste texto são dos autores.

Além destas inspeções iniciais o trabalho de curadoria e digitalização da coleção “Galeria de Vozes” no MuseCom envolve observar se há necessidade de trocas ou ajustes de estojos quebrados, parafusos de fixação soltos ou faltantes, presença de oxidação na almofada de pressão, entre outras ocorrências que podem ser identificadas. É importante registrar todas as informações em planilha de controle própria, bem como eventuais ações de conservação adotadas. Cabe destacar que alguns danos poderão requerer medidas restaurativas. Na dúvida, especialistas deverão ser consultados¹⁴.

Soma-se aos fatores de degradação apresentados acima, a recorrência de depósito de poeira e outras sujidades sobre os suportes. Para minimizar possíveis danos é recomendável higienizar os estojos e as caixas plásticas das fitas cassete com álcool isopropílico com concentração superior a 90% e pano 100% algodão, mesmo aquelas consideradas em bom ou ótimo estado. Os cabeçotes de gravação do aparelho reproduzidor de áudio devem ser higienizados quando apresentarem sujidades que alterem o aspecto e a cor tornando-os amarronzados.

A manutenção dos equipamentos é fundamental no âmbito da preservação audiovisual. Nenhum formato de suporte físico ou digital poderá ser reproduzido para sempre, mas o tempo efetivo disponível para promover a migração e com isto o acesso público a estes materiais poderá ser estendido de alguma forma por meio da “cuidadosa estocagem de equipamentos, peças de reposição, manuais de serviço e outros acessórios que já foram ou que serão descontinuados em breve, bem como através da conservação criteriosa de habilidades técnicas e operacionais” (IASA, 2017, p. 8).

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE FITAS MAGNÉTICAS CASSETE DE ÁUDIO NO MUSECOM

Uma das principais vantagens da preservação de documentos no campo digital é que, resguardada a integridade do documento, suas cópias serão sempre idênticas. Em função “de sua codificação binária – na qual as informações vêm sob a forma de números (sempre zero e um) - os arquivos digitais podem ser copiados com precisão

¹⁴ Ao longo do projeto de digitalização e acesso dos documentos sonoros da coleção “Galeria de Vozes”, por meio da parceria com Marcos Abreu, engenheiro eletricitista e especialista em sistemas de áudio, o MuseCom ofereceu à sua equipe técnica e outras instituições 2 (duas) oficinas que abordaram conceitos básicos e técnicas de conversão de fitas magnéticas para mídias digitais, além de orientações para pequenos consertos e reparos.

matemática” (BUARQUE, 2008, p. 46). Já quando uma fita analógica de áudio é copiada, novos ruídos originalmente não presentes são produzidos de forma não intencional e registrados na nova cópia. Assim, novas duplicações vão alterando a gravação original de forma progressiva no campo analógico, o que se soma à degradação natural dos suportes, interferindo na percepção final do ouvinte.

Desta forma, apesar da existência de riscos específicos do meio digital, a exemplo da obsolescência de formatos, a digitalização apresenta vantagens decisivas no que se refere à preservação de longo prazo. Em ambos os meios a migração periódica de informações para novos suportes e formatos será necessária, demandando investimentos financeiros, a qualificação da equipe técnica e/ou a contratação de serviços, além da aquisição de equipamentos de leitura e peças para eventuais consertos e reposições.

No MuseCom, feitos o diagnóstico e o inventário preliminar da coleção, bem como as primeiras medidas preventivas, equipe técnica e gestor estruturaram um projeto visando a preservação e a difusão da coleção “Galeria de Vozes”. Ações-piloto ocorreram durante a pandemia de Covid-19, contudo, a aquisição dos equipamentos e a contratação de técnico para incorporar o projeto na rotina da instituição de forma mais robusta se concretizaram em 2023. Por meio da consulta a recomendações técnicas e do diálogo com especialistas, se chegou a uma indicação de equipamentos necessários para produzir representações digitais de registros sonoros não musicais a partir de fitas magnéticas cassete de áudio: uma interface de áudio; um fone de ouvido profissional, de estúdio; um cabo de áudio P10 x 2Rca; um *player* de fita magnética cassete de áudio¹⁵.

A partir daí foi estabelecido um fluxo de trabalho, que orienta as etapas e os procedimentos técnicos a serem seguidos. Com relação à escolha dos *softwares* de digitalização e edição, o MuseCom prioriza o uso de *softwares* livres, tais como o *Audacity*. Este programa permite a gravação e edição de arquivos em formato WAV, que se tornou padrão para áudio e é recomendado pela Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais (IASA). Neste formato são produzidas tanto as matrizes digitais primárias¹⁶ (ou matrizes de preservação), que são arquivadas na forma bruta, sem “limpezas” ou

¹⁵ Dentre os equipamentos, o gravador foi o mais difícil de conseguir. Geralmente são equipamentos fabricados sob encomenda e que são importados. O MuseCom teve a sorte de receber uma doação. O *player* da marca Gradiente foi entregue ao museu já revisado e pronto para o uso.

¹⁶ Na produção da matriz digital primária deve ser observada a captura do registro sonoro desde o “*play*” até o “*stop*”. Num primeiro momento deve-se acionar a gravação no *software* de transferência de áudio, na sequência, o *player* cassete para tocar o conteúdo da fita.

edições, como as matrizes digitais secundárias (também conhecidas como “cópias de trabalho” ou “mezaninos”).

Outro aspecto importante para a digitalização de gravações analógicas originais de áudio é a escolha adequada das taxas de amostragem e de quantização. A recomendação da IASA é de “uma resolução digital mínima de 48 kHz de taxa de amostragem com comprimento de palavra [profundidade de *bits*] de 24 *bits* (IASA, 2017, p. 14). No Brasil, estes parâmetros são adotados por instituições como o Arquivo Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e são os mesmos utilizados no MuseCom. Estas definições têm relação com a natureza da audição humana e com os valores de frequência que o ouvido humano é capaz de captar.

O som é produzido por vibrações sob a forma de flutuações de pressão e transmitido pela fonte sonora ao tímpano do ouvinte através da atmosfera. Estas flutuações são o que os físicos chamam de ondas sonoras. As ondas sonoras se espalham, simultaneamente, em todas as direções, e ao atingirem uma membrana - tímpano - localizada no ouvido humano, esta passa a vibrar, então, com a mesma frequência das ondas. Transformadas em impulsos nervosos, as vibrações, por sua vez, são transmitidas ao cérebro que as identifica como tipos diferentes de sons (AMARAL, 2009, p. 36).

A audição humana é sensível a frequências que se encontram numa faixa aproximada entre 2 kHz e 20 a 22 kHz. Segundo o Teorema de Nyquist ou “teoria da informação”, é necessário pelo menos o dobro do valor da frequência máxima alcançada pelo ouvido humano no sinal analógico para possibilitar a melhor qualidade possível no registro digital de todas as frequências analisadas (AMARAL, 2009, p. 56). Isto é, quanto maior a quantidade de amostras captadas em um intervalo de tempo, maior será a fidelidade do sinal digital em relação ao analógico.

No MuseCom, a taxa de amostragem e a profundidade de bits (*bip depth*) seguem os mesmos padrões na produção das matrizes secundárias. Ao adotar esse procedimento, cabe destacar que é importante conferir a manutenção destas definições quando da necessidade de exportação dos arquivos para outros *softwares* de edição, por exemplo. Outro cuidado que deve ser observado é a geração de cópias de segurança antes dos arquivos definitivos serem enviados para preservação, cujo armazenamento deve ser feito em local diferente do computador de produção. Este procedimento deve ser aplicado às matrizes digitais primárias e às secundárias, que constituem as cópias digitais editadas, mantidas em boa resolução.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE PÓS-EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS SONOROS DIGITALIZADOS

O processo de edição dos arquivos digitais de áudio obtidos a partir do dispositivo analógico tem como principal objetivo tornar o acervo mais audível tanto para pesquisadores quanto para o público em geral. Cabe ressaltar que esta etapa se aplica apenas às matrizes digitais secundárias, isto é, as cópias de acesso disponibilizadas ao público. As matrizes digitais primárias (matrizes de preservação) são preservadas sem intervenções. Os recursos de edição visam não apenas preservar o material de valor histórico, mas também fazê-lo meio de comunicação ou mesmo veículo de informação.

Neste sentido, a eliminação ou diminuição de ruídos, chiados, estalidos, áudio abafado ou acelerado devido ao tempo de vida da fita e à exposição aos agentes de deterioração visam a tornar o registro sonoro o mais agradável possível ao ouvido humano, preservando a qualidade e os timbres do áudio original.

No MuseCom, o trabalho de edição é precedido pela união das partes correspondentes a um mesmo documento sonoro, por exemplo, entrevista gravada nos lados A e B de uma mesma fita cassete ou depoimento com mais de 2 (duas) horas, que ocupa mais de uma fita cassete. Na produção das matrizes digitais primárias (de preservação) estes arquivos são mantidos separados e nomeados da seguinte forma: FITA-0028_LADO_A-Palestra_de_Barbara_Freitag.wav; FITA-0028_LADO_B- Palestra_de_Barbara_Freitag.wav. Após a união dos trechos de um documento (palestra, por exemplo) será atribuído um número de registro à matriz secundária, conforme exemplo: MCOM_0008-S-Palestra_de_Barbara_Freitag.wav. Integradas as partes correspondentes a uma única obra, os documentos de áudio são direcionados como canais para a mesa de mixagem do *software* definido, onde serão realizados alguns ajustes a fim de adequar a sonoridade dos conteúdos.

A edição deve propiciar, sempre que possível, a redução de elementos sonoros que dificultem a compreensão do conteúdo, sejam eles originados do ambiente de gravação ou da manipulação do dispositivo analógico ao longo do tempo. É necessário avaliar o quanto a redução dos elementos indesejados impacta na qualidade dos registros vocais. Busca-se aqui um equilíbrio. É preciso “entender e diferenciar ruído de sinal e obter uma boa relação entre eles”. Para isso, é importante ter em mente que “nenhuma restauração será perfeita.

Se você limpar demais os clicks e ruídos, fatalmente seu áudio perderá o brilho” (MACHADO, LIMA e LIMA apud AMARAL, 2009, p. 58).

Destaca-se que o procedimento para redução de ruídos ou chiados deve ser realizado sempre antes de qualquer aplicação de filtros e compressão. Quando oportuno, em virtude de um resultado sonoro baixo ou pouco audível, pode-se optar pelo uso da normalização, que é o procedimento que possibilita aumentar o volume de um arquivo sonoro sem saturá-lo (*clipping*). Esta ferramenta “examina minuciosamente a forma da onda do arquivo e aplica um determinado ganho especificado (aumentando ou diminuindo) com o objetivo de igualar os níveis sonoros de um arquivo de áudio” (AMARAL, 2009, p. 59).

Já a utilização de uma ferramenta para compressão do áudio possibilita o controle dos picos de volume e a redução da dinâmica indesejada. A redução de variações extremas nos valores de decibéis (dB) também torna o arquivo mais equilibrado para diferentes dispositivos de consumo, contribuindo para a ampliação do acesso à coleção “Galeria de Vozes”.

DIFUSÃO E ACESSO DOS REPRESENTANTES DIGITAIS DOS DOCUMENTOS SONOROS DA COLEÇÃO GALERIA DE VOZES

Após o processo de edição, os arquivos são exportados e armazenados em um espaço digital seguro. Para garantir a fácil identificação e recuperação das informações é necessário investir em uma política de preservação digital, bem como na gestão da segurança da informação, de modo a assegurar a integridade, a confiabilidade e a disponibilidade das informações. Um conjunto de metadados confiável também deve ser adotado compondo uma parcela importante neste sistema de preservação. Os metadados, “além de melhor identificarem um objeto, facilitam a sua busca, recuperação e visualização” e “permitem que tanto os técnicos de arquivo quanto o usuário final atribuam um sentido às informações (contexto, valores, etc.)” (BUARQUE, 2008, p. 47). Os metadados são distinguidos em diferentes tipos (administrativos, estruturais, técnicos, descritivos) e cumprem importantes funções no âmbito do sistema de preservação digital de uma instituição de memória. Os metadados descritivos estão mais relacionados ao conteúdo e aos atributos de um documento e são utilizados para catalogar e facilitar o acesso à informação.

A partir da adoção da plataforma Tainaca¹⁷ como sistema de acesso para inventários de coleções museológicas o âmbito do MuseCom e posteriormente do programa “Acervos da Cultura RS”¹⁸, são utilizados os elementos de descrição definidos no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM/IBRAM) para identificação dos bens culturais de caráter museológico no Museu.

No caso do MuseCom, portanto, emprega-se o software Tainacan não apenas como meio de acesso e difusão, mas também de controle e documentação museológica, conforme as normas do INBCM/IBRAM. Trata-se de um inventário pautado pela transparência: à medida que novos conjuntos são inventariados, ficam disponíveis para acesso público (MUSECOM, 2020, p. 7).

Assim, a partir do preenchimento de uma planilha de controle contendo os campos de descrição (número de registro, denominação, autor, classificação etc.), os documentos sonoros são descritos no sistema de acesso Tainacan. Os representantes digitais disponibilizados constituem derivadas de acesso no formato MP3 contendo em média 3min de duração. Os depoimentos, entrevistas e outros arquivos de áudio completo (matrizes secundárias) devem ter sua solicitação formalizada via e-mail¹⁹ da instituição. Aos trechos representativos dos documentos sonoros são incluídas vinhetas que identificam o Museu e a coleção. Uma cópia das derivadas de acesso é armazenada no modo “privado” na plataforma online de publicação de áudio *SoundCloud*, por meio da contratação de uma conta renovada anualmente²⁰. Na plataforma Tainacan disponibiliza-se o link da faixa de áudio da derivada de acesso.

¹⁷ Repositório digital para acesso e difusão de bens culturais museológicos desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com outras universidades públicas brasileiras e com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

¹⁸ O acesso ao site Acervos da Cultura RS se dá pelo seguinte endereço eletrônico: <https://acervos.cultura.rs.gov.br/>. Por meio dele é possível acessar informações sobre acervos preservados por diferentes instituições da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac/RS).

¹⁹ As solicitações de agendamento para pesquisa devem ser encaminhadas ao e-mail musecom@sedac.rs.gov.br. A coleção “Galeria de Vozes” pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://acervos.musecom.rs.gov.br/galeria-de-vozes>.

²⁰ Esta renovação acontece por meio do apoio da Associação de Amigos do MuseCom.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que esta frente de trabalho do MuseCom avança, novos documentos sonoros são disponibilizados aos pesquisadores e ao público em geral. Até o momento cerca de 20% (vinte por cento) da coleção foi migrada para o meio digital. Alguns desafios identificados no dia a dia requerem um pouco mais de tempo e dedicação, tais como a identificação de algumas fitas magnéticas com bolor ou fungos ou, ainda, com o mecanismo rolator danificado. Trata-se de uma corrida contra o tempo, já que as fitas mais antigas têm, pelo menos, 54 anos de vida e a literatura técnica estima que “o limite máximo para produtos baseados em fita magnética parece ser de 30 anos, incluindo as fitas de vídeo e áudio” (VAN BOGART, 2001, p. 20).

Neste sentido, o Museu tem buscado soluções para tentar agilizar algumas etapas do processo que envolvem, por exemplo, a transcrição das entrevistas e a produção de resumos descritivos, um dos campos do INBCM. Esta última demanda está sendo suprida, em parte, pelo apoio de extensionistas do curso de Graduação em História da UFRGS, parceiro do MuseCom. Com relação à primeira, a recente contratação de especialista com formação nas áreas de Museologia e Análise e Desenvolvimento de Sistemas está propiciando alguns estudos e a busca de soluções.

Paralelamente a isto, o MuseCom entende a importância de ampliar esta coleção, com a salvaguarda de novas vozes cuja trajetória e atuação estejam relacionadas à Memória e à História da Comunicação Social no Rio Grande do Sul, objeto de sua missão institucional. Com a publicação da Política de Acervos da instituição neste ano, a ideia que vinha sendo amadurecida há algum tempo tomou corpo com a aquisição de equipamento de gravação portátil moderno, que atende os requisitos e critérios de preservação digital do Museu. A primeira entrevista ocorreu no último mês e em breve novos depoimentos estarão disponíveis no repositório de acervos museológicos para acesso público.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mauro Sérgio da Rosa. **Migração de suporte de fitas magnéticas de áudio cassete: um estudo preliminar do Tribunal Regional da 4ª Região - TRF4**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22780> Acesso: 19 set. 2024.

BUARQUE, Marco Dreer. **Documentos sonoros: características e estratégias de preservação**. Ponto de acesso, Salvador, v.2, n.2 (p. 37-50), ago./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3021> Acesso: 24 out. 2024.

EDMONDSON, Ray. *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios*. [tradução de Carlos Roberto Rodrigues de Souza]. Brasília: UNESCO, 2017.

ICC. **Digitization of Audio Tapes**. Technical Bulletins (TB). Ottawa: Canadian Conservation Institute, 2020. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects/electronic-media.html> Acesso: 13 out. 2024.

IBRAM. **Resolução Normativa IBRAM nº 06, de 31 de agosto de 2021**. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, 02 set. 2021, seção,1, p. 156. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-ibram-n-6-de-31-de-agosto-de-2021-342359740> Acesso: 31 out. 2024.

IASA. Comitê Técnico. **A salvaguarda do patrimônio audiovisual: ética, princípios e estratégia de preservação (IASA-TC 03)**. 4th ed. Will Prentice e Lars Gaustad (ed.) [tradução de Ariane Gervásio e Marco Dreer; revisão de Carlos Roberto de Souza, Igor Calado e Ines Aisengart Menezes] Londres: Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais, 2017. Disponível em: https://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03_4th_edition_Portuguese.pdf Acesso em: 10 out. 2024.

MUSECOM. **Acervos MuseCom na Web: Acesso e difusão na web dos acervos de uma instituição de memória (versão 1)**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 2020. Disponível em: https://www.musecom.com.br/uploads/Acervos_MuseCom_na_web_v1.pdf Acesso: 31 out. 2024.

MUSECOM. **Informação que orienta o fluxo de trabalho do programa de migração de suporte e difusão de fitas magnéticas cassete de áudio da coleção Galeria de Vozes do MuseCom**. INFO MuseCom/Sedac Nº 01/2024. Porto Alegre, 2024.

MUSECOM. **Coleção Galeria de Vozes**. Porto Alegre, [1974-199-?].

VAN BOGART, Jonh W. C. **Armazenamento e manuseio de fitas magnéticas: um guia para bibliotecas e arquivos**. [tradução de José Luiz Pedersoli Júnior; revisão técnica Clóvis Molinari Júnior, Ana Virginia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil]. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

1.5

VERNISSAGE ÀS ALICES: PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO NO MUSEU DA UFRGS

*Lucas Quadros Petry
Gianluca Palavro Hoffmann*

Resumo: O relato de experiência apresenta as atividades de documentação do acervo artístico do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciadas em julho de 2023, com foco na coleção Atelier das Alices, composta pelas obras de Alice Soares e Alice Brueggemann. O objetivo é compartilhar o processo de gestão, documentação e pesquisa do acervo, visando à incorporação das obras no repositório digital Tainacan. O estudo inaugura uma nova sub-coleção do Museu da UFRGS disponível online e relata a utilização da plataforma Tainacan como ferramenta de gestão de acervos universitários, seguindo diretrizes de gestão de acervos disponibilizadas por bibliografia especializada em documentação museológica e a Resolução Normativa nº 2 do IBRAM. Esta resolução estabelece campos informativos obrigatórios para o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), conforme o Estatuto dos Museus (Lei Federal 11.904/2009, Artigo 41). A descrição e análise do processo de organização visam divulgar a coleção de duas mulheres pioneiras na história da arte do Rio Grande do Sul, evidenciando sua relevância como fonte de informação sobre as artes visuais.

Palavras-chave: Museu da UFRGS - gestão de acervos museológicos - Atelier das Alices - Tainacan

VERNISSAGE À HISTÓRIA DAS ALICES

"As Alices" são as artistas Alice Soares (1917–2005) e Alice Brueggemann (1917–2001), foram duas importantes artistas que se destacaram no cenário cultural do Rio Grande do Sul e do Brasil, notoriamente reconhecidas por seu pioneirismo na profissionalização feminina nas artes. Suas trajetórias artísticas estão fortemente entrelaçadas, especialmente após a formação do Ateliê das Alices, em 1957, onde dividiram espaço por mais de quatro décadas no centro de Porto Alegre, na Rua Riachuelo, 1450.

Alice Soares, nascida em Uruguaiana em 17 de julho de 1917, destacou-se no cenário artístico brasileiro, especialmente por seus encantadores desenhos de meninas, que se tornaram uma marca registrada de sua obra. Além de sua atuação como artista, Soares foi uma professora influente, moldando e inspirando gerações de artistas ao longo de sua carreira. Sua dedicação à educação artística culminou na criação da Escolinha de Arte da UFRG²¹, onde serviu como a primeira diretora entre 1960 e 1965, contribuindo significativamente para a formação de novos talentos e para a valorização das artes visuais na região.

Alice Brueggemann, nascida em Porto Alegre em 01 de março de 1917, é reconhecida como a “dama da pintura” no Rio Grande do Sul, um título que reflete seu impacto e legado no cenário artístico da região. Destacou-se principalmente por suas impressionantes pinturas de naturezas-mortas, caracterizadas por sutis tons de verde e azul, que revelam sua habilidade técnica e sensibilidade estética. Brueggemann foi pioneira em sua profissão, tornando-se a primeira artista profissional mulher a obter carteira profissional no estado, abrindo caminho para futuras gerações de mulheres artistas e contribuindo para a valorização do trabalho feminino nas artes visuais.

Alice Soares e Alice Brueggemann destacaram-se como pioneiras da profissionalização artística da mulher no Rio Grande do Sul, superando desafios significativos em um contexto histórico onde a arte era predominantemente considerada um domínio masculino. Sobre o pioneirismo e a construção da carreira de ambas, Silva (2019) argumenta que a posição das Alices no cenário das artes foi resultado de uma prática constante e coerente, que contrastava com as normas sociais impostas às mulheres da época, alcançando, assim, o título de “pioneiras” sem a necessidade de ações de confronto ou militância explícita.

No início do século XX, as mulheres artistas enfrentavam barreiras que muitas vezes as relegavam a papéis de “amadoras”, com a carreira artística sendo desencorajada em prol de profissões mais tradicionais, como a docência. Contudo, ambas desafiaram essas expectativas sociais, dedicando-se à arte de forma profissional e vivendo de seu trabalho, algo incomum para as mulheres da época.

²¹ Ver Escolinha de Arte da UFRGS (1960-2011): história, fundamentos e ressonâncias com o Movimento Escolinhas de Arte, dissertação de Flávia Camargo Leal Alves. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189607?show=full>

Ao longo de suas trajetórias, construíram carreiras sólidas, repletas de exposições, participações em salões e reconhecimento entre seus pares, servindo como exemplos inspiradores para novas gerações de artistas femininas.

O ateliê que mantiveram juntas por mais de 40 anos tornou-se um espaço essencial para o desenvolvimento profissional, possibilitando a troca de experiências e a interação amigos, artistas, jornalistas, marchands e colecionadores de arte, um verdadeiro lugar de memória.

Essa longevidade e a cumplicidade entre as Alices não apenas simbolizam o sucesso feminino no campo artístico, mas também pavimentaram o caminho para que outras mulheres pudessem seguir suas pegadas em busca de reconhecimento e autonomia em suas carreiras artísticas. O legado das Alices vai além de seu talento; sua postura profissional e persistência em um ambiente adverso contribuíram de maneira significativa para a visibilidade e valorização da arte feita por mulheres no Brasil.

É importante reconhecer que Alice Soares e Alice Brueggemann não estiveram sozinhas em sua jornada artística; desde os tempos de estudo no Instituto de Belas Artes (IBA), elas formaram um grupo de apoio que incluía Dorotéia Vergara, Leda Flores e Cristina Balbão, todas unidas por sonhos e aspirações semelhantes. Essa união e a influência mútua entre as artistas são evidenciadas em uma pintura de Alice Soares, que retrata uma aula ministrada pelo professor Corona, na qual também está presente Tereza Gruber. Essa obra, que faz parte do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo²² da UFRGS, serve como um testemunho visual da camaradagem e colaboração que caracterizavam o ambiente artístico da época.

Ado Malagoli (1906-1994) foi outra figura crucial na trajetória artística de Alice Soares e Alice Brueggemann. Sua influência se estendeu para além do âmbito profissional, abarcando também o pessoal. Como incentivador do Ateliê das Alices, Malagoli reconheceu o potencial da parceria entre as artistas e visualizava o espaço como um importante ambiente de produção profissional, estimulando-as a desenvolverem suas habilidades.

Atuante na cena artística local, ele se destacou como um articulador, conectando artistas e promovendo a profissionalização do campo, o que foi crucial para ajudar as Alices a navegarem em um cenário dominado por homens. Seu apoio público e admiração pelo trabalho delas não apenas validaram suas carreiras, mas também contribuíram para seu reconhecimento no meio artístico.

²² Obra disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervopbsa/acervo-do-instituto-de-artes-ufrgs/corona-e-suas-alunas/>

No âmbito pessoal, a relação entre Malagoli e as Alices era marcada por laços de amizade e respeito mútuo, sendo ele um frequentador assíduo do ateliê, onde apreciava tanto a atmosfera criativa quanto o talento das artistas. Essa presença constante reforçou os laços que uniam todos no contexto artístico, criando um ambiente de colaboração e incentivo à criatividade.

As artistas Alice Brueggemann e Alice Soares pertencem a uma geração profundamente marcada pelo rigor técnico do aprendizado artístico, uma característica que permeia suas obras ao longo de suas carreiras.

Em Brueggemann, isso se reflete nos tons suaves que dominam suas pinturas, bem como na cuidadosa construção formal de casarios e figuras femininas. Já para Alice Soares, o desenho foi o grande foco de sua produção, especialmente o retrato de meninas de olhar contemplativo, que parecem confrontar um mundo que não corresponde aos sonhos idealizados, apresentando-se de maneira tímida e indefesa diante dele.

Através dessas representações singulares, ambas as artistas traçaram perfis distintos que, em conjunto, compõem uma visão única sobre um momento relevante da história da arte no Rio Grande do Sul.

O Ateliê das Alices, formado por Alice Soares e Alice Brueggemann, tornou-se uma coleção pública em 1998 por meio de uma doação articulada por Adair Ferreira de Souza, amigo pessoal das artistas, após o encerramento das atividades do espaço. A doação, inicialmente idealizada com o propósito de criar um memorial que preservasse o ateliê em sua forma original, incluindo móveis, objetos e obras de arte, foi concretizada após conversas entre Souza, representantes das artistas e a então reitora da UFRGS, Wrana Panizzi. O acordo visava reproduzir o ateliê dentro da universidade como uma homenagem ao legado das Alices e à sua relevante contribuição para a arte no Rio Grande do Sul.

A coleção doada era vasta e diversa, composta por obras de arte, móveis, objetos pessoais, documentos, fotografias e a biblioteca do ateliê. No entanto, a falta de estrutura física e de recursos humanos adequados na UFRGS para abrigar o acervo em sua totalidade resultou em desafios significativos para sua preservação. Sem um planejamento prévio adequado, o acervo acabou fragmentado entre diferentes instituições da universidade: as obras de arte e cadeiras das artistas ficaram sob a guarda do Museu da UFRGS, enquanto os documentos, fotografias e a biblioteca foram destinados ao Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA). Parte do mobiliário, em estado de descarte, foi alocada no Depósito de Bens Patrimoniados (Depatri).

Sobre o legado e apagamento da memória das artistas, conforme Silva (2019), as trajetórias de Alice Soares e Alice Brueggemann foram marcadas por um esforço contínuo em estabelecer o próprio espaço no campo artístico, mas o destino de seu acervo e o reconhecimento de suas contribuições ainda enfrentam desafios de preservação e visibilidade institucional.

Ao longo dos anos, esforços foram feitos para dar visibilidade ao acervo. Em 2013, a exposição curricular "Alices: cenários de vida e arte", organizada pelo curso de Museologia da UFRGS (Souza, 2015), proporcionou acesso público a uma parte significativa da coleção, além de representar uma tentativa de realizar, ainda que parcialmente, o memorial idealizado. Um catálogo com imagens do acervo, intitulado "Acervo Alices", foi elaborado por uma estagiária de Museologia, contribuindo para a documentação e divulgação do legado das artistas.

No entanto, foi a partir de 2023 que um novo processo de catalogação foi implementado, após a contratação de novos bolsistas para o setor de Acervo do Museu da UFRGS, buscando consolidar e organizar a coleção de forma mais estruturada e abrangente, com o objetivo de garantir a preservação integral e o acesso público ao acervo, promovendo, assim, o devido reconhecimento e valorização da memória de Alice Soares e Alice Brueggemann.

Este trabalho consiste no relato da equipe do setor de Acervo responsável pela subcoleção Ateliê das Alices, com supervisão de Maura Bombardelli e dos bolsistas Gianluca Hoffmann, Guilherme Goes e Lucas Petry.

HISTÓRICO NO MUSEU DA UFRGS

A relação entre as artistas Alice Soares e Alice Brueggemann com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) remonta a um longo histórico, mas a conexão mais direta com o Museu da UFRGS teve início em 1998, quando foi doado um conjunto de obras e objetos para que o "Atelier das Alices" fosse reconstituído. A doação, composta por peças de mobiliário, obras de arte e documentos pessoais, tinha como objetivo preservar e difundir o legado artístico das duas criadoras. No entanto, a implementação do projeto encontrou desafios significativos logo no início.

Devido à falta de espaço físico adequado nas reservas técnicas do Museu, o acervo foi provisoriamente armazenado no Setor de Patrimônio da universidade. Esse local, embora servisse como uma solução temporária, revelou-se inapropriado para a conservação de obras de arte e mobiliário, que necessitam de condições específicas de temperatura, umidade e segurança para serem preservadas adequadamente. A falta de um ambiente controlado colocou parte do acervo em risco de deterioração, especialmente as peças mais delicadas e em condições prévias de desgaste.

Em 2002, o Museu da UFRGS passou por uma significativa mudança estrutural ao deixar sua antiga sede no segundo andar do prédio da Reitoria da universidade e ocupar o prédio atual, então conhecido como "Curtumes e Tanantes". Esse edifício foi reformado e adaptado para as funções museológicas, proporcionando, finalmente, um espaço adequado para abrigar acervos artísticos e históricos de maior porte e complexidade. A inauguração da nova sede do Museu marcou um novo capítulo na relação com as obras de Alice Soares e Alice Brueggemann.

Na ocasião da inauguração, iniciou-se o processo de reconstituição do "Atelier das Alices", conforme previsto no documento de doação. Entretanto, devido a uma série de dificuldades operacionais e de planejamento, a exposição não se concretizou naquele momento. Apesar disso, esse período foi decisivo para que o Museu assumisse a guarda de parte do acervo, dando início ao processo de restauração das peças que se encontravam em estado mais crítico de conservação. Além disso, foi realizada uma documentação preliminar, ainda que provisória, das obras que passaram a integrar a reserva técnica do Museu. Essa documentação simples marcou o início da inserção formal das peças no acervo institucional, estabelecendo a base para trabalhos futuros de catalogação e inventário.

A parceria entre o Museu da UFRGS e o curso de Museologia da universidade foi um fator determinante para a continuidade do trabalho com o acervo das Alices. Através dessa colaboração, as obras e documentos doados foram escolhidos como tema central de uma exposição curricular realizada pelos alunos. Esse projeto foi de grande importância, pois envolveu um processo metódico de pesquisa, inventário e curadoria das peças, revelando a existência de uma vasta gama de materiais, desde documentos pessoais até obras de arte, móveis e utensílios que compunham o antigo atelier. O trabalho dos alunos não apenas contribuiu para a salvaguarda do acervo, mas também lançou luz sobre a importância dessas artistas no cenário cultural gaúcho.

A exposição curricular serviu para revitalizar o interesse pelo legado das Alices e aprofundar o conhecimento sobre o acervo. A pesquisa realizada proporcionou uma visão mais completa do contexto de produção das obras, bem como da vida pessoal das artistas, tornando possível uma maior valorização e compreensão do seu papel na história da arte local. Além disso, a catalogação e a documentação realizadas durante esse processo contribuíram para a sistematização do acervo, preparando-o para futuras iniciativas de preservação e difusão, incluindo sua inclusão em repositórios digitais e exposições permanentes no Museu da UFRGS.

Assim, a trajetória do acervo de Alice Soares e Alice Brueggemann no Museu da UFRGS reflete tanto os desafios enfrentados quanto as conquistas obtidas no processo de preservação e valorização do patrimônio artístico, destacando a importância da colaboração entre instituições acadêmicas e museológicas na conservação de nossa memória cultural.

CATALOGAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

A catalogação e documentação de um acervo artístico representam etapas cruciais para garantir a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio cultural. No contexto do acervo de Alice Soares e Alice Brueggemann, pertencente ao Museu da UFRGS, esse processo assume um papel ainda mais relevante, visto que ambas as artistas deixaram uma marca significativa no cenário artístico do Rio Grande do Sul e no Brasil. Alice Soares, com sua contribuição no campo das artes plásticas, e Alice Brueggemann, com seu trabalho voltado à gravura, são figuras centrais que compõem o legado artístico local.

A catalogação e a documentação sistemáticas permitem não apenas organizar o acervo, mas também fornecer informações detalhadas sobre cada obra, incluindo dados técnicos, históricos e contextuais. Isso envolve uma análise aprofundada de elementos como a técnica empregada, materiais, dimensões e estado de conservação de cada peça, além de informações biográficas e críticas que situam as artistas em seus contextos de produção.

Segundo Cândido (2006), a documentação dos acervos museológicos é um procedimento fundamental para museus, pois organiza as informações sobre os objetos tanto por meio da palavra quanto da imagem. Esse sistema de documentação não apenas facilita a recuperação de informações, mas também transforma os acervos em fontes de pesquisa científica e agentes de transmissão de conhecimento. Para isso, são aplicados conceitos, técnicas específicas e convenções que garantem a padronização dos conteúdos e linguagens.

Nesse sentido, o Museu da UFRGS, a partir do estágio obrigatório em Museologia do bolsista Diogo Gomes, catalogou 50 obras. Após a chegada dos novos bolsistas, Lucas (Arquivologia) e Gianluca (História) o processo de documentação e catalogação do acervo artístico de Alice Soares e Alice Brueggemann foi intensificado. Com o apoio dos estudantes, foi possível organizar as etapas de trabalho de forma mais eficiente, distribuindo as tarefas entre catalogação, digitalização e posteriormente análise técnica das obras.

Os bolsistas passaram por uma fase inicial de treinamento, onde foram apresentados às normas de documentação museológica e às especificidades do acervo. Em seguida, começaram a atuar diretamente no processo, realizando o registro detalhado de cada peça, que incluía desde informações básicas, como técnica, dimensões e estado de conservação, até a inserção de dados contextuais e históricos sobre as obras e suas respectivas autoras.

A chegada desses bolsistas também viabilizou a digitalização das obras, permitindo a criação de um repositório digital mais robusto. Além disso, a colaboração com o Centro de Documentação de Acervo Digital da Pesquisa - CEDAP ampliou a garantia da qualidade dos registros, serviços de digitalização, acesso e armazenamento a longo prazo.

O trabalho em equipe permitiu maior celeridade e aprofundamento no processo, assegurando que o acervo fosse devidamente documentado e estivesse em conformidade com os padrões museológicos exigidos, facilitando seu acesso para futuros pesquisadores e o público em geral.

A essência de um projeto de digitalização, seja de documentos textuais ou de obras de arte, está na similaridade dos processos envolvidos, mesmo que os materiais a serem convertidos para o formato digital sejam de naturezas distintas. O sucesso de um projeto de digitalização depende de um planejamento cuidadoso e de uma organização criteriosa das etapas, que podem ser distribuídas em um fluxo de trabalho estruturado. Esse fluxo se inicia com uma fase preparatória, que ocorre antes da conversão digital em si, e é onde se definem os alicerces do projeto, na qual será descrito a seguir.

Nesse sentido, a primeira etapa fundamental envolve: 1) a definição clara dos objetivos do projeto de digitalização. A pergunta que deve ser feita aqui é: por que esse acervo está sendo digitalizado? Isso pode incluir motivações variadas, como a preservação a longo prazo, a ampliação do acesso público, a criação de repositórios digitais para

consulta online ou até mesmo a facilitação de pesquisas acadêmicas. A resposta a essa questão irá nortear todas as decisões subsequentes. No caso do Museu da UFRGS, a motivação surge devido a inconsistências no catálogo realizado em 2013, onde faltam informações como título da obra, dimensões, técnica utilizada e autoria.

O próximo passo envolve: 2) a seleção criteriosa dos itens a serem digitalizados. Esta etapa demanda uma compreensão profunda do valor histórico, artístico, cultural ou informacional dos objetos. Nem todo o acervo pode ou deve ser digitalizado, e a escolha dos materiais deve estar alinhada aos objetivos definidos inicialmente.

Cerca de 50 obras de arte em telas não puderam ser digitalizadas, sendo necessário providenciar um estúdio fotográfico nas dependências do Museu, na qual os bolsistas fotografaram proporcionando um registro das características estéticas e técnicas das peças. No entanto, esse processo exige uma série de cuidados para garantir que a integridade física das obras seja preservada e que as imagens capturadas sejam de alta qualidade. O restante, de aproximadamente 700 itens da subcoleção, foram digitalizados.

Entre os cuidados principais, destaca-se a manipulação adequada das telas, evitando toques diretos nas superfícies pictóricas e utilizando luvas para manusear as obras. A iluminação também é um fator crítico: é necessário evitar luzes muito intensas ou fontes de calor que possam danificar os materiais, optando por iluminação difusa para evitar reflexos indesejados nas pinturas. Além disso, a escolha de uma câmera de alta resolução e a utilização de tripés garantem que os detalhes sejam capturados com precisão, preservando as cores, texturas e a composição original da obra. Por fim, o acondicionamento também foi refeito visando principalmente o processo onde as obras foram embaladas individualmente com plástico-bolha.

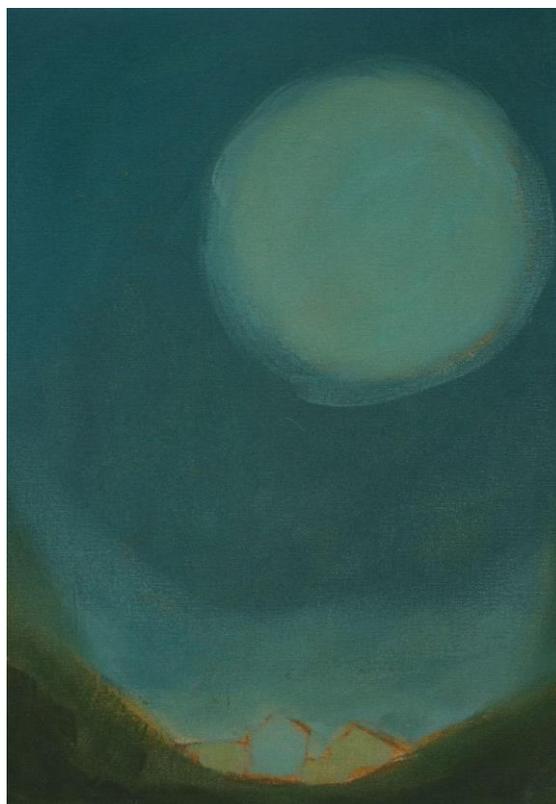
Por fim, cada fotografia é acompanhada de metadados completos, incluindo informações como título da obra, dimensões, técnica utilizada e autoria, o que facilita o acesso e a compreensão das peças no contexto do acervo digitalizado, todas as informações foram inseridas numa planilha de controle.

A estrutura de metadados foi desenvolvida com base na Resolução Normativa nº 2 do IBRAM, de 29 de agosto de 2014, que define os elementos de descrição para as informações sobre os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico a serem registrados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em conformidade com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. De acordo com o artigo 4º, inciso I, essa resolução

específica 15 elementos de descrição para identificação dos bens culturais de caráter museológico, sendo nove obrigatórios – como número de registro, situação, denominação, autor, resumo descritivo, dimensões, material/técnica, estado de conservação e condições de reprodução – e seis facultativos, incluindo outros números, título, classificação, local e data de produção, e mídias relacionadas.

Cada obra da coleção Artes Visuais, subcoleção Atelier das Alices, recebeu um código de identificação de obras, que é o número de identificação atribuído a cada objeto ao entrar no museu.

Imagem 1



Fonte: acervo Museu da UFRGS

Após a seleção: 3) é feita uma análise técnica e contextual dos itens. É crucial entender as especificidades físicas de cada objeto, seja um documento frágil ou uma obra de arte em grande escala, para adequar os recursos de digitalização. Portanto, foi dada preferência às gravuras com menor dimensão e maior quantidade.

A preparação para a digitalização envolve também: 4) a preparação técnica dos objetos. Isso pode significar o acondicionamento físico dos materiais, a limpeza, e até a estabilização de itens deteriorados, especialmente no caso de documentos em papel ou obras tridimensionais. A preparação técnica garante que o processo de digitalização ocorra de maneira eficiente, evitando danos aos objetos. No caso do acervo das Alices, foi constatado que ele se encontrava em boas condições.

Imagem 2



Fonte: acervo Museu da UFRGS

Uma vez realizada essa preparação, é preciso definir: 5) os parâmetros de qualidade para o processo técnico de digitalização. Esses parâmetros incluem a resolução da imagem, os formatos de arquivo que serão utilizados, as características de cor e iluminação, além da definição de padrões para metadados que acompanharão os objetos digitais. A qualidade do produto final depende diretamente desses parâmetros, pois um objeto mal digitalizado perde seu valor como documento, seja para fins de preservação ou acesso público.

Foram definidos os parâmetros de qualidade para o resultado que se pretende obter sobre a resolução e o formato, sendo respectivamente, nos formatos de arquivo TIFF e JPEG e digitalizado em 300 dpi (dots per inches).

Finalizada a digitalização vamos para a etapa: 6) arquivamento dos objetos digitais. Essa etapa envolve decisões estratégicas sobre onde e como esses arquivos serão armazenados. É crucial escolher repositórios seguros, que garantam a preservação a longo prazo, além de considerar políticas de backup e redundância para evitar perdas de dados. A fim de arquivamento, o projeto de digitalização optou por armazenar em HDs externos, fornecendo meios de preservação e acesso ao conteúdo digital.

Em seguida, vem a etapa: 7) a disponibilização online dos objetos digitais. Essa etapa, que pode parecer simples, demanda uma série de decisões relacionadas ao acesso e à interface do usuário. É necessário garantir que o público-alvo do acervo digitalizado tenha acesso fácil, rápido e eficiente aos objetos, com opções de pesquisa robustas e interfaces intuitivas. Também é importante considerar o público-alvo e as permissões de acesso – se o conteúdo será de acesso livre ou restrito a determinados grupos.

Em relação às etapas 6 e 7, o processo de catalogação e documentação para inclusão de um acervo artístico em um repositório digital, neste caso o Tainacan, requer uma abordagem cuidadosa e padronizada para garantir que as informações sejam precisas, acessíveis e interoperáveis. O Tainacan, sendo uma plataforma voltada à gestão e difusão de acervos digitais, permite a organização de coleções de forma robusta, facilitando o acesso do público e de pesquisadores às obras de arte, o mesmo já está integrado ao site do Museu da UFRGS²³.

O primeiro passo do processo envolvia a catalogação, que consiste em coletar e registrar dados essenciais sobre cada obra, como título, autor, data de criação, técnica, dimensões, estado de conservação e localização física. Além disso, são incorporados dados contextuais, como informações sobre exposições anteriores, críticas, relevância histórica e eventuais notas biográficas sobre as artistas e seus amigos. Cada item recebe um número de identificação único, que facilita a identificação e localização no acervo físico e digital.

Simultaneamente, ocorreu o processo de documentação que realizou a captura de imagens de alta qualidade das obras, seja por meio de fotografia ou escaneamento, garantindo que os registros visuais acompanhem as descrições textuais.

A inserção no Tainacan demanda, então, a importação dos dados catalogados e dos arquivos digitais, que são associados aos respectivos metadados. A interface do Tainacan permite personalizar a visualização e a navegação, organizando as coleções em categorias temáticas ou cronológicas, além de possibilitar a busca refinada por filtros.

²³ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/acervo/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à dificuldade de preservação da memória institucional das Alices “o desconhecimento do destino de seu espólio reitera uma presença invisível das artistas, culminando em um novo tipo de esquecimento, também institucional (SILVA, 2019, p. 58)” portanto o vernissage dedicado às Alices no Museu da UFRGS é mais do que uma exposição; é um convite aberto a pesquisadores, artistas e educadores para mergulharem no universo que duas mulheres ajudaram a moldar na arte do Rio Grande do Sul.

Falar de Alice Soares é inevitavelmente falar de Alice Brueggemann, e vice-versa – suas trajetórias estão entrelaçadas de tal maneira que uma complementa a outra, criando uma simbiose artística inconfundível. No entanto, apesar dessa ligação afetiva e histórica, os conhecedores sabem o quanto cada uma delas trilhou um caminho próprio e singular. Soares revela uma suavidade expressiva e melancólica em seus traços, enquanto Brueggemann frequentemente explora o drama humano com uma intensidade que ecoa em suas composições. Juntas, elas formam um legado profundo, mas são as particularidades de cada uma que as tornam eternas na memória coletiva.

Sobre o ateliê como lugar de memória. A pesquisa de Silva (2019) destaca o ateliê das Alices como um local não apenas de produção artística, mas também de intercâmbio e convivência, onde ambas as artistas, cada uma com suas características, fortaleciam a outra e contribuíam para o desenvolvimento coletivo de seu meio artístico.

A contínua pesquisa sobre suas obras é uma oportunidade singular de revisitar questões fundamentais sobre a memória, a estética e o papel da arte em nossa sociedade. Ao torná-las acessíveis por meio de exposições e documentação, ampliamos o alcance de suas narrativas e resgatamos uma parcela importante da história da arte, antes obscurecida pela predominância de nomes e obras masculinas. O processo de pesquisa e exposição dessas obras, como ocorre no caso das Alices, não é apenas um resgate estético, mas também um movimento de confrontação dos nossos próprios preconceitos em relação às formas de ver e interpretar a arte. Ao romper fronteiras de temas e gêneros, Soares e Brueggemann nos mostram que a arte vai além dos limites tradicionais e nos desafiam a repensar nossas referências culturais.

Além disso, o processo de documentação museológica iniciado foi um marco no fortalecimento das práticas de preservação e socialização do acervo das Alices. A participação ativa de bolsistas dos cursos de História, Arquivologia e Museologia permitiu

a construção coletiva de um espaço de aprendizagem e pesquisa contínua, em que novas perguntas podem ser formuladas para inspirar futuros pesquisadores e artistas. Esse processo reafirma a importância das práticas museológicas não apenas como ferramentas de preservação, mas como veículos para o desenvolvimento social e cultural.

A implementação de ferramentas digitais, como o Tainacan, surge como um recurso indispensável na gestão e acessibilidade desse acervo, permitindo que pesquisadores, educadores e o público possam explorar o material de maneira integrada e detalhada. Isso não apenas democratiza o acesso à arte, mas também possibilita novas formas de interação com o acervo, gerando oportunidades de inovação e pesquisa digital que podem expandir os limites do conhecimento sobre as artistas.

Portanto, o uso do acervo das Alices em plataformas digitais, somado ao papel educativo dos museus universitários, fortalece a conexão entre arte, educação e pesquisa, promovendo o desenvolvimento social e cultural. A preservação e disseminação desse legado, tanto física quanto digitalmente, asseguram que as contribuições dessas artistas não sejam esquecidas, mas sim, continuamente exploradas e reinterpretadas pelas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALICES: cenários de vida e arte – catálogo da exposição realizada em 2013 no Museu da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 11.904**, de 14 de Janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 07 de Setembro de 2024.

BRITES, Blanca Luz. Nossas Alices. In: MORÉ, Cristina Barth (org.). **Alice Brueggemann & Alice Soares**. Porto Alegre: Galeria de Arte Mosaico. 1998.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 31-90.

DA PAZ PEREIRA, Aline Alessandra Zimmer. **O duplo intimismo de Alice Brueggemann: Menino Lendo (1954)**. Ícone: Revista Brasileira de História da Arte, v. 4, n. 5, p. 10-25, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/icone/article/view/91423>. Acesso em: 08 de Novembro de 2024.

IBRAM. **Resolução Normativa nº 2**, de 29 de agosto de 2014, 2014. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf. Acesso: 01 de Novembro de 2024.

GORON, Triana de Azevedo Borges. **Breve história da arte do Rio Grande do Sul-1920 a 1950**. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248906>. Acesso em: 02 de Novembro de 2024.

SILVA, Ana Celina Figueira da et al. **Gestão de acervos museológicos da UFRGS**: pesquisa e registro do acervo do Instituto de Física com a utilização do Tainacan. Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (4.: 2019 abr. 08-11: Recife, PE). Anais. Recife, PE: Ed. UFPE, 2019, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196812/001097290.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 de Novembro de 2024.

SILVA, Tatiane lung. **Ateliê das Alices**: percursos de memória. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206582>. Acesso em: 11 de Novembro de 2024.

SOUZA, Aline Escandil. **Educação & exposição**: a dimensão educativa das exposições curriculares do curso de Museologia da UFRGS (2011-2015). 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134694>. Acesso em: 28 de Setembro de 2024.

RONCATTO, Marina Muttoni. **Do silêncio à voz**: a presença feminina na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206725>. Acesso em: 05 de Novembro de 2024.

2

CONFLITOS SOCIAIS NO BRASIL REPUBLICANO

2. CONFLITOS SOCIAIS
NO BRASIL REPUBLICANO



Artigo Completo

2.1

TOLDO SERRINHA: A DISPUTA TERRITORIAL E A RELAÇÃO ENTRE TERRA, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM MEIO A COLONIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1951-1996)

Joseane Dainoski Polanczyk²⁴

Resumo: Este trabalho aborda a disputa de terras do Toldo Serrinha no contexto de colonização do Estado do Rio Grande do Sul (1951-1996) e seus desdobramentos. São abordados também conceitos ligados à memória e à história pública, como forma de acentuar a importância da memória para a afirmação de identidade coletiva. Para isso, é feito um estudo de fontes que expressam a voz dos grupos envolvidos, colonos e indígenas, bem como o posicionamento de órgãos do Estado do RS acerca do caso. São utilizados, como foco principal: o processo 4790 datado de 1951, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, encontrado no acervo do APERS e uma cartilha de representantes de famílias indígenas Kaingang expulsas durante o período de expansão da colonização do Estado, datado de 1997 e acessado no site Instituto Socioambiental. Conclui-se que o Toldo Serrinha passou a ser habitado pelos indígenas Kaingang, depois de haver pressão embasada na legislação vigente, permitindo-lhes afirmar sua cultura em um território emblemático e outrora ocupado por seus ancestrais, e aos colonos foram destinadas outras terras pelo Estado, além de um ressarcimento parcial. Dessa forma, a luta pela terra protagonizada pelos indígenas Kaingang foi fundamental para a retomada ocorrida no ano de 1996, e os colonos repercutiram suas reivindicações e obtiveram uma solução, mesmo que incompleta, para reconstruir suas vidas mais uma vez.

Palavra-chave: Toldo Serrinha Rio Grande do Sul - colonização - Kaingang - memória

²⁴ Estudante de licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estagiária no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INTRODUÇÃO

Por definição, “toldo²⁵” é um acampamento indígena que alternava sua localização sazonalmente (em consonância com a cultura indígena e sua relação com a terra), mas que sofreu redução de sua extensão original após a interferência colonizadora, por meio da demarcação da região em que se encontrava, induzindo a população indígena ao aldeamento. A redução territorial ocorreu a cada mudança de administração, mandato de governador e leis de terras devolutas, a fim de comportar a demanda requerida pelo projeto de colonização do Estado, empenhado no avanço econômico do Rio Grande do Sul.

Existiram diversos toldos devido à rivalidade entre os povos indígenas²⁶. Porém, o foco desta pesquisa é o Toldo Serrinha, com 11.950 hectares - terceiro em extensão, comparado aos toldos demarcados no mesmo período, segundo (ARESI 2008).

No passado foi terra de índios, habitada mais tarde (por volta de 1930) por colonos, originando a expulsão de seus antigos moradores. A Constituição Federal de 1988 devolveu o direito de posse dessas terras aos indígenas e, a partir de 1996, se iniciou o processo de retirada dos colonos da área da reserva (ARESI, 2008. p. 06).

O processo de aldeamento da população indígena tem início na época de disputa de territórios entre colonizadores espanhóis e portugueses, devido a indefinição de domínios fronteiriços, desde o século XVII, e o “povoamento espontâneo da região por representantes dos estratos dominantes das comunidades” (KÜHN; COMISSOLI, 2013. p. 56). Neste contexto, povoar era uma forma de poder, devido à premissa do *uti possidetis*, em que o território pertencia a quem o ocupava.

Nesta conjuntura, os indígenas Kaingang – predominantes na região meridional do Rio Grande do Sul, sofreram com o estabelecimento de limites que os condicionaram a viver no paradoxo do aumento demográfico e da redução de seu espaço. Entretanto, mostraram-se resistentes de diversas maneiras, inclusive de forma não-violenta, contra o processo de aldeamento, obtendo algumas vantagens, permitindo lhes seguir suas vidas com mínima

²⁵ O trecho se refere ao decreto mencionado anteriormente, o 658, de 10 de março de 1949. Provavelmente ocorreu um erro no momento da digitação do processo.

²⁶ “Nosso pedido é prá todo o mundo conhecer nossa história e ajudar nesta luta para recuperar a nossa terra da Serrinha. Por isto a gente vai contar para vocês a nossa história. É uma história de muito sofrimento e de muita luta.” (COMUNIDADE INDÍGENA, 1996, p. 03)

dignidade²⁷. Pode-se citar o caso de resistência no contexto da Guerra Guaranítica, que consistiu na resposta indígena às demarcações do então Rio Grande de São Pedro, quando barraram as tropas para este fim em Santa Tecla, inviabilizando o Tratado de Madri (1750).

O projeto de colonização concebido pelo Estado nos séculos XIX e XX estabeleceu diversos benefícios aos imigrantes europeus a fim de atrair mão de obra para desenvolver a economia do Rio Grande do Sul, e obteve reflexos que ultrapassaram a esfera econômica: a homogeneização indígena é um deles, visto que “o indígena era visto como um sujeito sem história pela historiografia brasileira. E a matriz teórica deste pensamento, que tem suas origens no século XIX acabava condenando o nativo brasileiro ao desaparecimento e seus principais fundadores foram os pioneiros da historiografia no Brasil” (BRAGA, 2015. p. 15). Nesta perspectiva, a colonização foi projetada também para “submeter esta população a um confinamento em áreas florestais e mudança de comportamento” (ZARTH, 1998. p. 31).

Neste artigo, analisaremos duas fontes que retratam a reivindicação de colonos²⁸ e indígenas sobre o território em questão: para o primeiro grupo, observamos o processo 4790 datado de 1951 da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, que circulou pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC) no período, e para o segundo, veremos uma cartilha de representantes de famílias indígenas Kaingang expulsas na época da colonização, do ano de 1996 e encontrada no site Instituto Socioambiental.

Observaremos como a redução do espaço destinado aos indígenas Kaingang interfere em seus modos de vida e cultura, a partir de todo o histórico da região que analisaremos mais adiante. Segundo (BRAGA, 2015), uma das medidas do Estado no contexto de colonização foi permitir que colonos se instalassem nas imediações dos locais demarcados para indígenas, pressionando-os e acelerando sua homogeneização; além da nova relação de trabalho a qual indígenas foram condicionados.

Como contraponto, veremos a perspectiva dos agricultores neste impasse, visto que também lhes foi reservado um não-lugar quando esta região passou a ser palco da

²⁷ Recorro a este termo, pejorativo por saber, pois sua definição aproxima-se mais do contexto de colonização ao qual pretendo tratar neste artigo. Entretanto, o termo mais correto a ser usado seria “agricultores migrantes compulsórios desalojados”, como aparece em (CARINI, 2010. p. 187).

²⁸ “Como o trabalho do SPI era o de integrar os indígenas à sociedade nacional, usou como ferramenta o arrendamento e assim passou a fazer com que os arrendatários passassem a morar dentro das aldeias. A miscigenação, também, poderia ser uma das formas para integrar ou até mesmo fazer desaparecer os povos indígenas e esta política foi, insistentemente e intensamente, utilizada entre/contra os Kaingang nos Postos Indígenas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná.” (BRAGA, 2015, p. 66)

retomada indígena. Observaremos que o Estado realizou intervenções para tentar resolver a situação, mas não cumpriu o prometido, pois não realocou esta população em sua totalidade nem concedeu a indenização integral que ainda é aguardada (BRAGA, 2015).

Apresentaremos um recorte do período mais incisivo em que esta política atingiu estes dois grupos (1951-1996) - que trata do período em que as fontes analisadas foram elaboradas, porém o resultado deste projeto de colonização e seus desdobramentos são vistos ainda na atualidade, pois a disputa de terras é retratada na mídia e encontra-se sem solução definitiva, prejudicando indígenas e colonos.

Cabe ressaltar que trabalhamos com a dualidade colonos-indígenas, mas sabe-se que há grande divergência dentro desses grupos. Identificamos durante a pesquisa que ambas comunidades estão longe de serem homogêneas, permeadas também por contradições, como de atuação na exploração e contrabando de recursos naturais nestas regiões. Observamos casos em que árvores eram tragicamente derrubadas para serem aproveitadas legalmente por serrarias próximas - tanto em Nonoai quanto em outros toldos²⁹.

O SPI (Serviço de Proteção ao Índio), por exemplo, que fomentava a presença de colonos nessas terras, incentivando a “incorporação do silvícola à comunhão nacional”³⁰, possuía parte nessas explorações, amparando-se na lei. Há processos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio que descrevem como esse sistema operava. Neles, membros do SPI reiteram que as Reservas se tratavam de áreas com recursos naturais pertencentes ao Estado, e cabia ao órgão esta extração, com fins de “emancipação econômica das tribos” e colaboração com as “indústrias extrativas” das riquezas naturais ali presentes (Processo 4247/50, p. 34). No entanto, como bem detalhado nas fontes, funcionários da Inspetoria Florestal eram contrários a esta abordagem do SPI.

A incúria de alguns responsáveis pela preservação dos bens públicos, aliada à ganância de industrialistas inescrupulosos, com a insensatez do homem rústico, têm facilitado a ação destruidora das florestas públicas. A orientação do S.P.I. neste Estado, não se coaduna com a nossa [delegados florestais], com relação aos pinheirais e outras essências de valor industrial existentes nos Postos Indígenas, enquanto nós, propugnados pela conservação delas, o S.P.I. procura por todos os meios facilitar a extinção das que ainda restam, privando conseqüentemente o selvícola [indígena] do que lhe é de mais sagrado. (OFÍCIO, Processo 4247/50, p. 03-04)

²⁹ Ver (ARESI, 2008. p. 72) e (BRAGA, 2015. p. 91).

³⁰ Como veremos, esta localidade demarcada teve variadas nomenclaturas ao longo das décadas, devido às mudanças de governo e reivindicações. A primeira referência que temos é de sua criação, como “Parque Florestal”, e a atual é “Terra Indígena” (TI).

Portanto, neste trabalho analisaremos duas fontes, detalharemos o histórico de Serrinha desde sua concepção inicial como um macrotoldo (Nonoai), os desdobramentos das intervenções governamentais, e por fim, traçaremos um panorama sobre a Serrinha hoje, enquanto terra indígena não reconhecida plenamente como “dominial indígena”.

HISTÓRICO DO TOLDO SERRINHA (RS)

Começamos a história deste toldo com o início da demarcação, e os desdobramentos que se seguiram, focando na formação e modificação da Reserva³¹. Antes das demarcações, existia um macrotoldo denominado Nonoai. Tratava-se de uma região que possibilitava certa autonomia aos indígenas, mesmo que em vias de aldeamento.

O Toldo Serrinha foi fragmentado em diversas ocasiões. A primeira divisão teria sido em 1910, um ano após caciques viajarem para a capital solicitando ao governador (na época, Carlos Barbosa) a concessão legitimada da posse indígena dessas terras. Nessa divisão, a Reserva Nonoai - que compunha uma parte do toldo - foi dividida em duas partes: Nonoai, ao norte, e Serrinha, ao sul. Serrinha foi cedida ao domínio indígena, enquanto Nonoai seria destinada à presença de colonos. Por volta de 1940, as terras de Serrinha foram arrendadas para os colonos, e alguns funcionários da reserva (possivelmente guardas-florestais), firmavam contratos com os colonos e asseguravam que isso lhes garantiria o direito de se apossarem dessas terras mais adiante (ARESI, 2008. p. 68).

Em 1941 o governador do Estado, Cordeiro de Farias, modificou os limites de Serrinha, reduzindo-a drasticamente, e nomeando-a como Parque Florestal. Foi permitido aos colonos instalarem-se, e o parque foi dividido em 826 lotes, originando a Secção Marechal Rondon.

Entre 1961 e 1962 despontam alguns movimentos de colonos sem-terra. Eles reivindicavam um pedaço de terra para cada família (possivelmente o documento que analisaremos tenha sido produzido neste contexto). A partir deste período, percebe-se que o Estado “não consegue administrar as pressões sociais decorrentes do rápido processo de colonização” (ARESI, 2008. p. 68).

³¹ Como é observado pelo processo 164/52, que contém recortes de jornal que afirmam que um chefe de posto teria usado da violência para retirar colonos do local. As folhas de expediente do mesmo processo apresentam posicionamento do chefe da inspetoria de terras, que negou ter havido tal abordagem. Entretanto, em um processo do ano anterior, 218/51 têm em sua folha de expediente o trecho: “Sobre esses casos [de pedido de permissão de colonos para entrada em Serrinha], já nos dirigimos a esta Diretoria, solicitando permissão para reprimir pela força esses abusos. [...] Somente com a aplicação de medidas drásticas poderá ser resolvida a situação ali criada.” (FOLHA DE EXPEDIENTE, processo 218/51, p. 3)

Como reação do governo de Leonel Brizola, no ano de 1962 houve a subdivisão em secções no Toldo Serrinha, e reduziu ainda mais o território dedicado à presença indígena para assentar colonos, e assim abranger a expansão econômica planejada.

Entretanto, o reassentamento de colonos só ocorreu nos anos de 1963 e 1964, no governo de Ildo Meneghetti, e manteve apenas 1.060 dos 11.950 hectares antes destinados aos indígenas. Assim, “a gente [indígena kaingang] foi empurrado para o último cantinho da nossa antiga terra, um pedaço de 1.060 hectares [...]. Era só o que sobrava dos 11.950 ha que tinham sido demarcados. E mesmo assim continuava a entrar mais arrendatários nesse pedacinho.” (COMUNIDADE INDÍGENA, 1996, p. 12)

Contudo, este processo de reassentamento advindo do Estado demorava. Como solução provisória, os colonos compravam terras, e seu ingresso era conduzido por fiscais do governo e pelo coronel dos índios (a quem eram pagas as importâncias dos lotes). Os colonos sofriam com represálias por parte da Brigada Militar e por guardas-florestais³², e o embate entre indígenas e colonos se mantinha.

Imagem 1: Manchete sobre conduta de guarda-florestal



Fonte: APERS, Processo 164/51, 1951. fl. 09

Quando os colonos finalmente receberam alguns hectares para se estabelecerem na reserva de Nonoai (mais ao norte da que estavam), em 1963, os indígenas foram expulsos definitivamente da reserva da Serrinha (ao sul). Os colonos receberam da Diretoria de Terras e Colonização o contrato de compra e venda, gradualmente, legitimando suas posses de terras. Enquanto isso, indígenas se dispersaram, sem amparo.

³² A ação de atear fogo em pinheiros – madeira de prestígio da época – e declará-los “madeira morta” para serem retiradas legalmente das reservas florestais foi comprovada por fontes da DTC, que investigaram e buscaram suspender este crime lucrativo. Existem diversos processos de embargo de serrarias, justamente por este motivo. Ver (TEDESCO; KUJAWA, 2015. p. 07).

A Constituição do Brasil em 1934 já garantia as terras indígenas como sendo deles e intransferíveis; “portanto, as ações tomadas pelos vários governos do Estado, tanto na construção do Parque Florestal, quanto para sua colonização, tornaram-se inconstitucionais” (ARESI, 2008, p. 71). Sabendo disso, os Kaingang passaram a se instrumentalizar com a legislação indigenista, como instrumento para reaver seus direitos.

Eles [os indígenas] aprenderam, com os próprios não-índios, que as ações devem estar pautadas na lei, e agora eles se protegem justamente com este argumento, tantas vezes utilizado pelo ‘homem civilizado’. Após tanta luta para reaver suas terras, era mais do que justo que os índios permaneçam com aquelas que estavam garantidas por lei, não aceitando outra que poderia vir a ser expropriada no futuro (ARESI, 2008, p. 73).

Assim, várias tentativas de retomada protagonizadas pelos indígenas se intensificaram. A primeira não se tem registro, segundo Aresi, mas pode ser vista como emblemática porque retrata a resistência sem apoio que os Kaingang tiveram que ter desde o início da ocupação dos colonos nas terras de Serrinha. A segunda tentativa se mostrou infrutífera, mas a terceira de fato consumou o retorno da comunidade indígena à Serrinha. Dessa forma, a resiliência dos Kaingang em insistirem por tantas décadas elucidada que a questão territorial é muito relevante para esta comunidade, pois não aceitaram outra terra que não a de Serrinha, e que o embasamento na legislação foi crucial para o desenrolar desse processo, como elucidada Braga, através de um indígena entrevistado:

Não aceitemo. [...] Eu não concordo com isso, por causa das mudança, de quatro em quatro ano tem mudança. O governo pode fazê um decreto e tomá as terra, então o governo compra a terra e passa pra União. A União demarca né, e daí nós nunca mais vamo encomodá depois. Então eu não aceitava a terra ser trocada por outra área. À terra tava demarcada né, como é que eu vô deixa de pegá ela, de lutá por ela e pegá uma outra área que eu não sei se daqui quatro ou 10 ano vão me tirá aquela terra. Então essas coisas tem que se bem apoiada na lei, na justiça (BRAGA, 2015, p. 73).

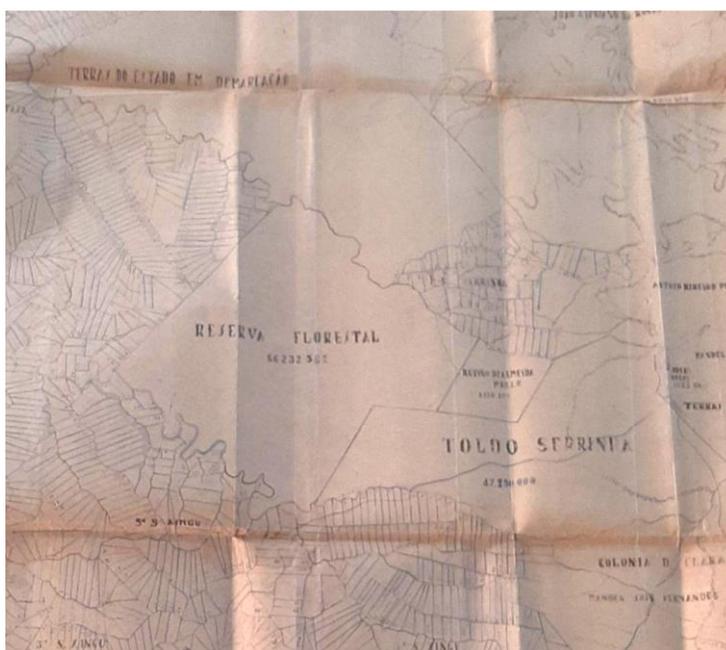
O processo de retirada de colonos foi longo e demorado, e ocorreu através de ações encabeçadas por órgãos governamentais encarregados das questões de terras do Estado – como a Diretoria de Terras e Colonização – e pelos próprios indígenas Kaingang, visto que este ato fazia parte da retomada das terras, e ao mesmo tempo, “tratava-se de uma reação desse povo contra os projetos de desaparecimento indígena que o estado brasileiro sempre pretendeu” (BRAGA, 2015, p. 75).

A realocação de colonos foi gradual, devido à insuficiência de terras demarcadas adequadas a este processo. Observando a burocracia incrustada nessa transferência, percebe-se o cuidado para não tornar este um fenômeno repetitivo, em que houvesse novas situações de disputa em outras localidades:

A intrusão dessas reservas, especialmente a de que é objeto deste processo vem criando sérios embaraços à Diretoria de Terras e Colonização e à Inspetoria Florestal, não fora a interferência de terceiros, conseguiria, dentro de um prazo razoável colocar todos os intrusos em terras do Estado (FOLHA DE EXPEDIENTE, processo 4790/51, p. 30).

Enfim, no ano de 1996, na terceira investida, os Kaingang efetivaram a retomada em Serrinha (foi neste contexto que o documento que analisaremos mais adiante foi escrito). Tratou-se de um movimento complexo, visto que havia a presença de muitos colonos, que ainda não haviam sido ressarcidos nem realocados, e de qualquer maneira, já haviam alterado a organização do território – interferindo drasticamente na maneira como os kaingang se relacionavam, devido também à miscigenação. Muitas estruturas (benfeitorias e bens públicos) permaneceram, como armazéns, residências, escolas e igrejas – e foram mantidas pelos kaingang (ARESI, 2008, p. 25-26).

**Mapa 1: Mapa do Toldo Serrinha (não datado)
Em destaque: “Toldo Serrinha”, “Reserva Florestal”
e “Terras do Estado em demarcação”**



Fonte: APERS, Processo 4790/51, 1951. fl. 21.

MEMORIAL DE APELO DOS COLONOS: O PROCESSO 4790 DA DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO (DTC)

Elaborado por colonos do Toldo Serrinha, mais especificamente na região do distrito de Constantina – então distrito de Baitaca – o documento tem por finalidade pedir, em benefício dos agricultores, a anulação do Decreto 658 de 10 de março de 1949, que designava uma área de 6.624 hectares para se tornar Reserva Florestal. Sua solicitação seria de que estas terras demarcadas fossem destinadas à moradia, portanto loteadas e vendidas para os mesmos.

DECRETA: Art. 1º - São declaradas de utilidade pública, para fim especial de constituírem reservas florestais, as terras abaixo discriminadas, ainda do domínio do Estado: [...] - uma área de 6.624 Ha (seis mil seiscientos e vinte e quatro hectares), junto ao Toldo Serrinha, distrito de Constantina, no município de Sarandi, confrontando ao Norte com a 1a Seção Baitaca e o lajeado Baitaca; a Leste com o lajeado Baitaca, terras de Rufino de Almeida Melo e Toldo de Serrinha; ao Sul com o Toldo de Serrinha, lajeado dos Índios e Lajeado Grande; e a Oeste com o Lajeado Grande e por linhas secas, com a 1a Seção Baitaca (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 1949).

Prejudicados com este decreto, estes agricultores elaboraram um abaixo-assinado evidenciando o contexto de ameaça de despejo, a ser realizada pela Inspetoria Florestal da região. Como argumentação, anexaram ao processo “quadros estatísticos” de dados como: habitantes, produção e área cultivada da Reserva, que mostram os rendimentos que obtiveram com o cultivo da terra; além de fotografias da numerosa população e plantio.

Após tramitar por diversas Inspetorias de Terras, foram anexados um mapa detalhado acerca dos distritos e da delimitação do Toldo – para melhor visualização dos limites da região em conflito, a notificação de despejo e as respectivas resoluções dos órgãos estaduais (Chefia da Inspetoria Florestal e Diretoria de Terras e Colonização), descritas pelas “folhas de expediente”. Segundo elas, o posicionamento do Estado seria de que delimitar uma área como Reserva Florestal era crucial para a conservação ambiental do território, e para manutenção dos hábitos das comunidades indígenas.

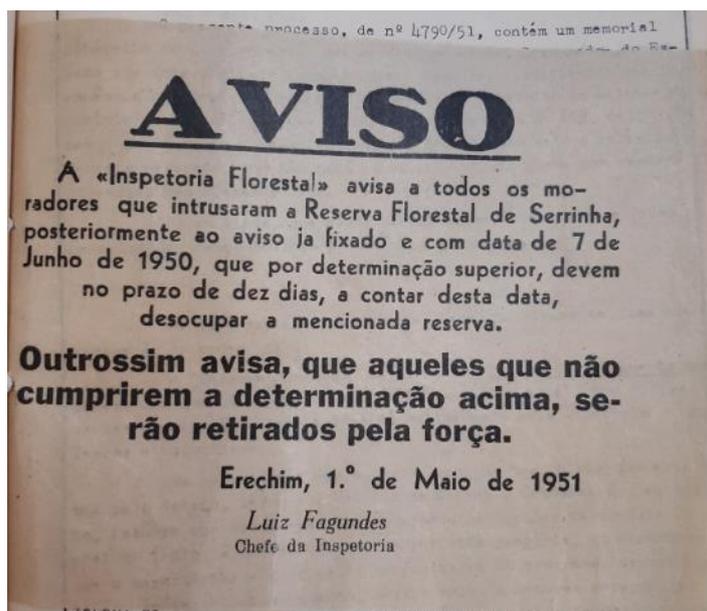
Na delimitação deste toldo, como na de outros que existem pelo Estado, levou a Diretoria de Terras e Colonização, em conta, fatores que dizem respeito ao aspecto particular da conduta social do índio, à maneira de ser de sua vida gregária, ao nomadismo que caracteriza e que, pelas necessidades do progresso de civilização, se vai circunscrevendo, mais e mais, a menores espaços geográficos. Assim, foram compreendidos os trechos de terras necessários não só à construção

de moradias, estradas e caminhos, ao estabelecimento de lavouras, como, principalmente, à caça e pesca, atividades fundamentais do selvícola.

Daí a razão pela qual aquela fração de terras do tôldo, mais densamente povoada de essências florestais, integra o referido tôldo. Todavia, para proteger não só o interesse do índio, seu proprietário, como, principalmente, e essencialmente, para defender o patrimônio florístico e faunístico do Estado, foi que o Governo decidiu baixar o decreto nº 568³³, de 10 de março de 1949, considerando essa parte do mencionando tôldo uma 'reserva florestal' (FOLHA DE EXPEDIENTE, processo 4790/51, p. 25).

O argumento dado pelo chefe da Inspetoria Florestal da época se opõe ao que dizem os kaingang no documento que analisaremos no tópico seguinte, porém cabe ressaltar que a partir dessa resolução foi reservado um não-lugar para estes agricultores, que já se viam ligados à terra por suas plantações e moradias, e agora estavam numa situação de abandono.

Imagem 2: Notificação de despejo na Reserva de Serrinha



Fonte: APERS, processo 4790/51, 1951. fl.24.

³³ “O termo toldo indígena é utilizado com frequência na região sul do Brasil, especialmente, no final do século XIX e no início do século XX, para designar pequenas povoações ou aldeamentos indígenas, com certo grau de aculturação.” (TEDESCO; NEUMANN, 2020. p. 70).

Como desfecho, os colonos foram sendo retirados da terra indígena de Serrinha gradualmente, bem como foram proibidas novas ocupações. Eles seriam gradualmente realocados para outras regiões demarcadas pelo Estado e ressarcidos por meio de indenização, e membros da DTC afirmavam que não haveria contingente de terras preparadas para essa atividade, portanto trataria-se de um longo e demorado processo. Inclusive mesmo após a retomada Kaingang nestas terras ter sido concluída, muitos colonos ainda não haviam recebido este ressarcimento.

A FUNAI continua efetuando o pagamento das indenizações para os colonos retirados do local. Existem dezenas de famílias de colonos que já receberam suas indenizações e que não residem mais nesta área. No entanto, há um pequeno número de colonos que somente aceita receber as duas indenizações juntas (do Estado e da Funai) para saírem das propriedades. Desta forma, os trabalhos de cadastramento, levantamento fundiário e avaliação das propriedades ainda não estão concluídos, apesar de terem se passado mais de 10 anos de retomada das terras por parte dos indígenas (ARESI, 2008, p. 28).

A Reserva Florestal continuou a existir, e conforme os dados trazidos nesta mesma folha de expediente, as terras pertenceriam aos indígenas, mas caberia ao Estado tutelá-los e administrar as terras, visto que pela Constituição da época considerava-os como “incapazes”. (FOLHA DE EXPEDIENTE, processo 4790/51, p. 26)

**Imagem 3: Foto de colonos em Serrinha
No verso: “Reserva Florestal de Serrinha”.
Grupo de moradores rurais antigos da área. Em 11/03/51”**



Fonte: APERS, processo 4790/51, 1951. fl. 13.

CARTILHA DE REIVINDICAÇÃO INDÍGENA: A CARTILHA DE 1996 DO ACERVO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

No ano da efetiva retomada Kaingang das terras de Serrinha, 1996, uma cartilha foi elaborada pelos Kaingang descendentes dos familiares expulsos de Serrinha, com o intuito de explicar para o público a história deste povo com esta terra³⁴ - uma vez que a retomada recém havia iniciado e precisaria de auxílio da FUNAI para ocorrer em sua totalidade (com o remanejamento dos colonos que ainda moravam na região), mesmo que esta instituição não prestou auxílio imediato (BRAGA, 2015).

É relevante pontuar que o documento está datado como “setembro de 1996”, e a retomada definitiva tem como marco o dia 06 de setembro de 1996³⁵. Desta maneira, não é possível determinar se a cartilha foi elaborada com o caráter de manifesto ou para justificar a retomada, explicando o histórico dos kaingangs em Serrinha. Buscando outras fontes, foi encontrada uma carta que oficializa a retomada, em 06 de novembro (CARTA DAS FAMÍLIAS, 1996).

A cartilha traz, através do uso de mapas e trechos das falas dos Kaingang, como este processo de luta pela terra foi desgastante e complicado, entretanto a persistência era condizente com a importância das terras de Serrinha para o povo indígena Kaingang. Apesar das demarcações e governos desfavoráveis, a luta se manteve, e os indígenas fizeram uso de uma ferramenta até então utilizada contra eles: a legislação: “Nós sabemos que a terra é do índio. Sempre foi do índio e até as leis dizem isto. A Constituição do Brasil de 1934 já garantia que a terra do índio nunca podia ser tirada e vendida.” (COMUNIDADE INDÍGENA, 1996, p. 14)

³⁴ Destaco os indígenas kaingang da região meridional do Estado, mas esta abordagem acerca de formas de resistência é recorrente em todos os períodos de aprisionamento e aldeamento indígena. No texto de Elisa Garcia, observa-se um exemplo de resistência pacífica por meio de negociação entre indígenas minuanos e colonizadores portugueses (GARCIA, 2007. p. 239-240).

³⁵ Termo presente em diversas Constituições brasileiras, que refletia a política integracionista a qual o país condicionava as comunidades indígenas do território. Com a Constituição de 1988 a abordagem foi modificada, e a partir dela, reconheceu-se que “o índio tem o direito de ser índio do jeito que o quiser, seja na aldeia ou na cidade. Ele tem o direito de preservar sua cultura, sua língua e manter suas crenças e tradições. Em síntese, ele não precisa deixar de ser índio para ser integrado a sociedade nacional, visto que ele já tem sua própria sociedade com organização própria” (AMADO, 2015. p. 80).

Como relata a cartilha, o posicionamento do Estado e órgãos de “tutela” (SPI e FUNAI) foi de estabelecimento de medidas de controle que sufocavam ainda mais os moradores de Serrinha. Um exemplo deste descaso é a entrada dos colonos na região com o consentimento destes órgãos, através do arrendamento³⁶.

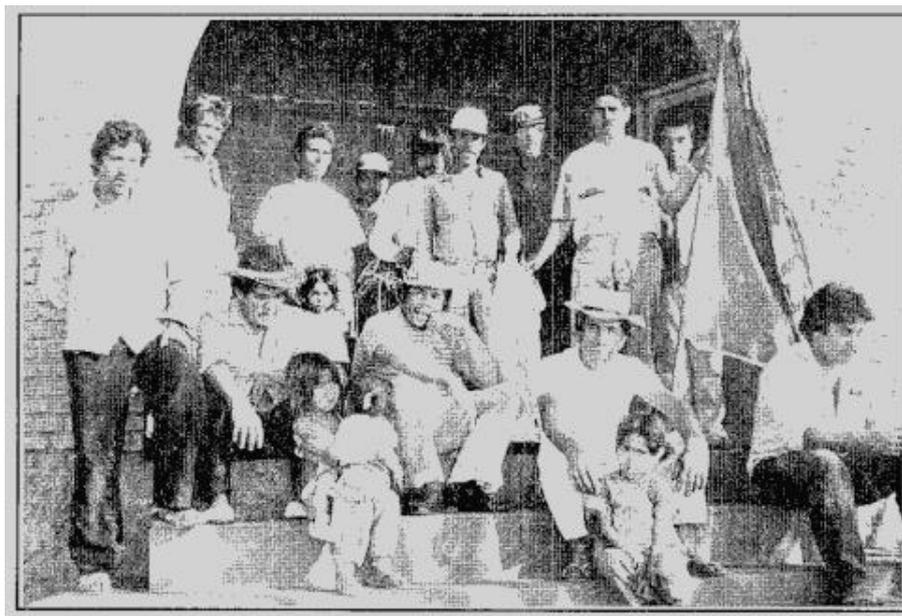
Quanto à criação da Reserva Florestal, comentada no tópico anterior, tinha por objetivo a preservação ambiental e a garantia, aos povos indígenas, da sua “conduta social”, como expresso nas folhas de expediente. No entanto, ocorre que os indígenas tiveram mais reduções em seu território e lhes foi proibida a entrada neste “Parque Florestal”:

O governador, Cordeiro de Farias, decidiu passar a administração da Serrinha para o Governo Federal, para o Serviço de Proteção ao Índio - o SPI, mas primeiro ele tirou um grande pedaço da nossa terra, 6.624 ha, e disse que era pra ser um Parque de preservação florestal. [...] Em 1949, outro governador do Estado, Walter Jobim, fez o decreto nº 658, que oficializou o Parque Estadual de Serrinha, com 6.624 hectares. [...] O governo disse, naquela vez, que a gente podiam continuar usando o Parque Florestal. Mas foi tudo mentira. Quando a gente entrava lá, era preso e apanhava (COMUNIDADE INDÍGENA, 1996, p. 09).

Concluindo, percebe-se através desta fonte, que, ao longo das décadas, os indígenas passaram a ser empurrados a menores áreas de terra, enquanto a colonização avançava. Na perspectiva do território, a ampla violência ambiental que assolou esta porção de terra do norte do Rio Grande do Sul prejudicou não só os recursos ambientais presentes no Estado, mas a forma como os povos indígenas se relacionam com a natureza. Como desfecho, os indígenas kaingang honraram a memória de seus ancestrais, apoiando-se na legislação brasileira vigente e reivindicaram a legitimidade de seu apelo através das tentativas de retomada, então concretizada em 1996.

³⁶ “A existência de diversos aldeamentos e, posteriormente, toldos indígenas, está vinculada à característica cultural kaingang de rivalidades internas, fruto das disputas de poder que multiplicava o conflito interno e não permitia a junção de grupos inimigos no mesmo espaço. Com os indígenas aldeados, com os toldos constituídos e administrados pelo Estado, intensifica-se a ocupação através do processo de colonização” (TEDESCO; KUJAWA, 2015. p. 05).

**Imagem 4: Foto de indígenas expulsos de Serrinha
"Representantes das famílias banidas da Serrinha
que estão em Nonoai, Rio da Várzea e Votouro"**



Fonte: COMUNIDADE INDÍGENA, 1996. p. 15

O TOLDO SERRINHA HOJE

Dez anos após a retomada Kaingang na Reserva indígena de Serrinha, a geógrafa Cláudia Aresi realizou uma pesquisa de campo no local, e publicou em 2008 sua dissertação sobre as transformações ocorridas na cultura indígena após esse retorno ao território de seus ancestrais, a partir da intervenção de estruturas deixadas pelos colonos. Destacou ainda a demora para o "reconhecimento desse território pelo Governo Federal como sendo território indígena pertencente à União" (ARESI, 2008. p. 26).

Foi observada uma espécie de incorporação de traços de cultura de não-indígenas pelos Kaingang, mas não em sua totalidade, visto que mantiveram e reforçaram seus traços culturais, através de danças, confecção de artesanatos e enterro aos falecidos como seus antepassados faziam, naquelas mesmas terras.

Quanto à questão do território, que já discutimos nos tópicos anteriores, é parte indissociável da cultura Kaingang, por ser um fator que compõe sua identidade. Como Aresi traz em seu trabalho, "para o povo indígena a relação com o território é vital" (ARESI, 2008. p. 37). Dessa forma, a relação Kaingang com a terra foi fortalecida, porém não excluiu a prática do arrendamento. Em uma notícia recente publicada no site do Instituto

Socioambiental (“Arrendamento na TI Serrinha: prática criminosa incentivada pelo governo coloca em risco a vida dos povos indígenas”), esta máxima é perceptível, e tem afetado as relações humanas com o território. Os conflitos entre colonos e indígenas ainda perduram – como riscos potenciais de mais arrendamentos e interferência de novos posseiros – e o reflexo dessas ameaças acentua a discussão sobre o impacto da política de exploração desses territórios ambientais.

O juiz pontuou que o arrendamento de terras na região perpetua a miséria à qual as famílias indígenas estão submetidas. Quem ganha nesse cenário são dois grupos: os grandes produtores rurais que obtêm nessas terras à margem da lei custos menores de produção e também um pequeno número de indígenas que dominam os demais através da violência. (PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL, 2024.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Toldo Serrinha apresentou diversas modificações de extensão devido a medidas políticas e econômicas que resultaram em disputas entre indígenas e colonos, pela posse destas terras - ambos com argumentos basilares. A intervenção do governo nesta região se concretizou devido ao projeto de colonização pelo qual o Estado tornou atrativa a vinda de imigrantes europeus para abarcar a demanda por avanço econômico, em detrimento da nova configuração de território que se formaria.

Como contraponto, o aldeamento de indígenas fez parte deste processo, uma vez que estes povos à margem dos projetos do colonizador, lhes foram destinadas pequenas porções de terra, e desassistidos, precisaram fazer uso da legislação para mantê-las e recuperá-las. Com a realocação de colonos e sua prometida indenização, os indígenas kaingang precisaram se adaptar com a região que seus antepassados viveram, agora com estruturas e residências deixadas pelos colonos; além de reavivar os elementos de sua cultura, muito ligada a esta terra.

Observando o processo de retomada das terras de Serrinha, é necessário compreender o simbolismo que este movimento reflete para o povo indígena kaingang. Isto porque “há uma reafirmação de identidade como população como grupo social, aumentando a auto-estima e o sentimento de dignidade do grupo”. (BRAGA, 2015. p. 16-17).

Hoje não é mais utilizada a denominação “Toldo Serrinha”, mas sim Terra Indígena (TI) de Serrinha, de acordo com a delimitação realizada em 1911, com seus 11.950 hectares.

O processo de reconhecimento de domínio indígena está em tramitação, e a localidade abrange quatro municípios: Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. Segundo levantamento do IBGE em 2022, há uma população de 2.264 habitantes, pertencentes aos troncos linguísticos Jê (Kaingang) e Tupi-Guarani (TERRA INDÍGENA, 2024).

Por fim, a questão da demarcação de terras e disputas pelo território perduram até os dias atuais. Trata-se de um problema social de grande relevância e deve ser incluído de forma prioritária nas ações do Estado (ARESI, 2008).

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Erechim, Requerimento, **“Pede providências relativas à venda de árvores, efetuada pela União, nas Reservas Florestais do Estado”**. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Processo 4247, 1950.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Sarandi, Cópia de tel., **“Solicita a ida de um técnico a fim de estudar a situação das reservas florestais de Serrinha”**. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Processo 218, 1951.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Sarandi, Memorial, **“Solicitam que seja tornado sem efeito o Decreto nº 658 de 10-3-1949, referente às terras da ‘Reserva Florestal’**. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Processo 4790, 1951.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Erechim, Ofício, **“Comunica que embargou três serrarias localizadas em terra do Estado”**. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Processo 5242, 1951.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Sarandi, Inspetoria Florestal, **“Recortes de jornais relativo ao despejo de colonos e intrusos na Reserva Florestal de Serrinha”**, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Processo 164, 1952.

CARTA DAS FAMÍLIAS Comunidade Indígena Kaingang. Destinatário: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual do Índio, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio, Procuradoria da República, Assembléia Legislativa, órgãos da imprensa, sociedade em geral. Terra Indígena da Serrinha, 06 nov. 1996. 1 carta. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/carta-das-familias-da-comunidade-indigena-da-serrinha>

COMUNIDADE INDÍGENA Kaingang da Serrinha. **Cartilha “Queremos voltar para a nossa terra da Serrinha”** s.l. 16 p. 1996. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/queremos-voltar-para-nossa-terra-da-serrinha>

ARRENDAMENTO NA TI SERRINHA, Instituto Socioambiental. Terras Indígenas no Brasil. 2021. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/214874#:~:text=Em%20outubro%20deste%20ano%2C%20um%20epis%C3%B3dio%20na%20Terra,de%202018%2C%20%C3%A9poca%20de%20campanha%20eleitoral%20no%20Brasil.>

GOVERNO DO ESTADO DO RS. **Decreto nº 658**, de 10 de março de 1949. “Declara reservas florestais diversas áreas de terras situadas nos municípios de Lagoa Vermelha, Erechim e Sarandi”. Palácio do Governo, Porto Alegre. Disponível em: <https://sitesema.hml.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/06160823-decreto-658-49-cria-peespigaoalto.pdf>

PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL, Acervo Instituto Socioambiental. 2024. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/jfrs-determina-elaboracao-de-projeto-de-gestao-ambiental-e-territorial-e-combate-ao>

TERRA INDÍGENA, **Terras Indígenas do Brasil**. Site. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4013?_gl=1*qjrxvq*_ga*NDY2MzU2NTUyLjE3Mjc5NzgyOTY.*_ga_ZH1T73S95Y*MTcyOTYwNjgxOC4zLjEuMTcyOTYwNjg4OC42MC4wLjA.

REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Terra Indígena e legislação indigenista no Brasil. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 7, n. 13, p. 65-84, 2015.

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território: o kaingang da Reserva Indígena de Serrinha-RS**. Dissertação de mestrado (programa de pós graduação em Geografia), Porto Alegre, p. 1-169, 2008.

BRAGA, Danilo. **A História dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 1-153, 2015.

CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios : racionalidades, representações e cidadania**. Tese Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Série PGDR - Tese n 34, Porto Alegre. p. 187-210, 2010.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Tese Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cap. V. Niterói, 2007.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. **Administração na América Portuguesa: A expansão das fronteiras meridionais do império (1680-1808)**. Revista de História. São Paulo, Nº 169, p. 53-81, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo Uerj, v. 2, n. 18, p. 42-24, 2008.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. **“Proteção fraterna” dos indígenas e colonização no norte do Rio Grandes do Sul na Primeira República**. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 17, n. 30, p. 69-93, 2020.

TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique. **Políticas indigenistas no Norte do Rio Grande do Sul: bases históricas para a compreensão dos atuais conflitos entre indígenas e agricultores**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, v. 28, p. 1-15, 2015.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho, 1850-1920**. Editora UNIJUÍ, 1997.

3

CONSTRUINDO LIBERDADES: ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO

3. CONSTRUINDO LIBERDADES:
ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS ABOLIÇÃO



Artigos Completos

3.1

A RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO, PELOTAS/RS 1888

Alisson Barcellos Balhego

Resumo: Com a abolição da escravidão negra no território brasileiro inicia-se o período intitulado como imediato pós-abolição pela historiografia especializada. Esses anos posteriores a assinatura da Lei Áurea foram envoltos em diversos debates em relação a condição social e econômica dos libertos que naquele momento estavam em igualdade jurídica. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise em relação a algumas notícias dispostas em periódicos da imprensa pelotense de 1888, para observar aspectos daquele cotidiano e representações noticiadas em relação a população preta e parda, livre e liberta, após a abolição da escravidão. Sendo assim, trabalharemos por intermédio de elementos como notícias e normativas as formas como essa população foi reprimida e estabelecer uma reflexão que auxilie a compreender a construção do preconceito racial em Pelotas, no imediato pós-abolição. A atuação da imprensa escrita fazia parte de um sistema de controle e classificação social, isto é, um conjunto de práticas e processos daquela organização social, que produzia e reproduzia preconceitos raciais. Sendo assim, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados, o que fortalecia a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local.

Palavras-chaves: Racialização – Pelotas/Rs – Imediato Pós-abolição

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns dos elementos do processo de racialização das relações sociais tendo como foco a cidade de Pelotas, imediatamente após a promulgação da Lei Áurea de 13 de maio de 1888. No momento em que a abolição é estabelecida, as elites locais, assim como as autoridades, se apressaram para apresentar normativas que coibissem e afastassem a população preta, parda, livre, liberta e também todos aqueles que fossem entendidos como pobres para longe das áreas mais altas e secas da princesa do sul.

Esse tipo de atuação formalizou a perseguição policial, pois com as proibições aumentaram os números de batidas nas habitações mais simples, ou seja, os cortiços, que se situavam no centro do município. Obviamente que a busca por empurrar as camadas mais pobres do centro para as periferias pelotenses não se deu apenas por intermédio de leis, a repressão também foi fomentada na principal mídia de comunicação da época, a imprensa escrita.

Não eram poucas as matérias e notícias que versavam sobre a condição dos libertos após a abolição. O conteúdo desses textos construía um cenário de medo através do uso de estereótipos baseados no conceito de vadiagem. Dessa forma, como para aquela organização social a ideia de que os sujeitos que não trabalhavam, não mereciam usufruir de qualquer benefício, por não contribuir para a sociedade. Contudo, na prática essa concepção era atribuída a população negra e conseqüentemente as classes sociais menos favorecidas, obviamente que o fato de trabalhar ou não também era relativo. E como já dito, a racialização das relações sociais era um elemento que adentrava nessa conjugação.

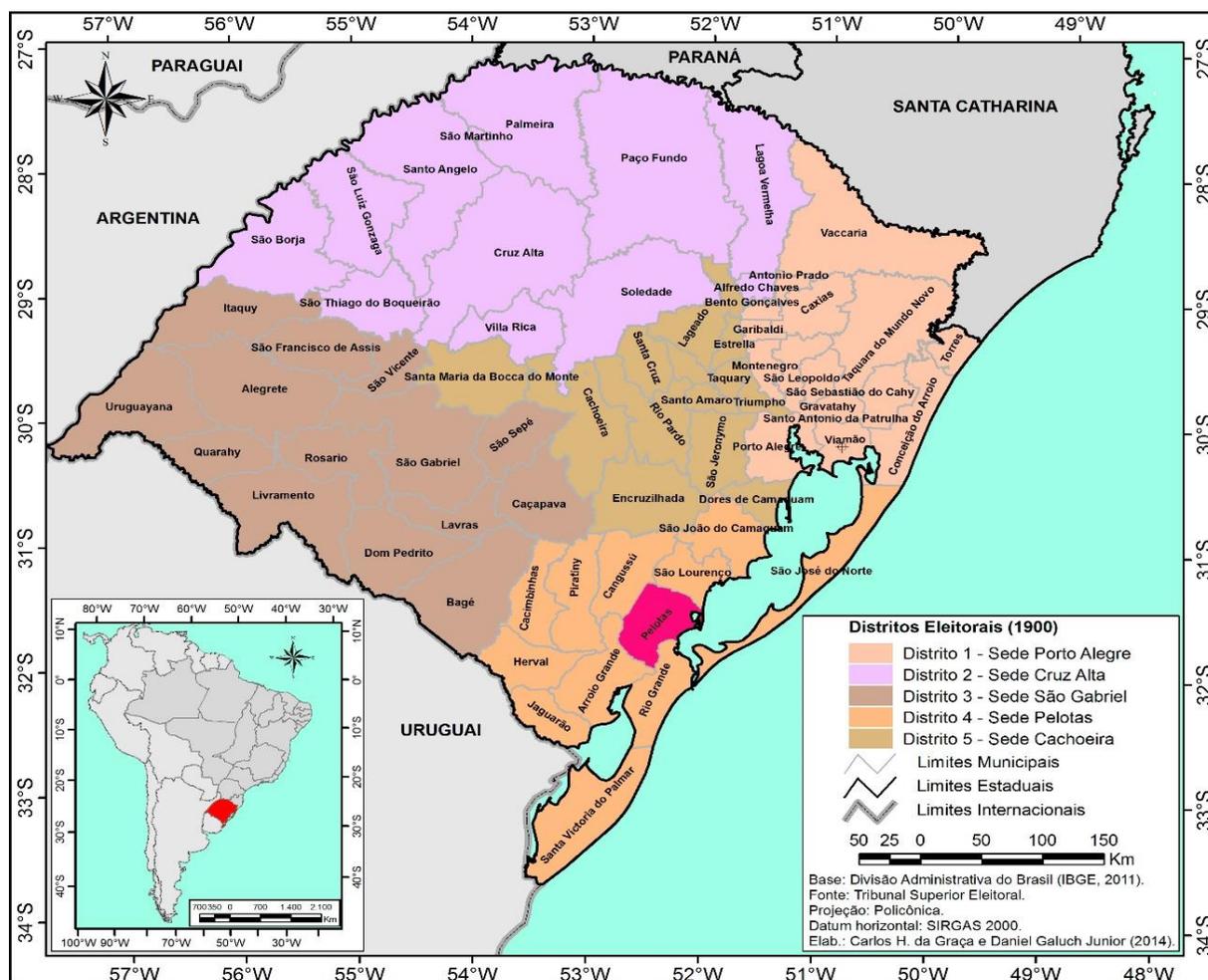
A transição da monarquia para a república formatou um cenário de mudanças na sociedade brasileira e especialmente para a vida da população negra. Se torna um pouco mais simples compreender o que aconteceu após a abolição, atentando para o momento pré lei Áurea e aos embates que envolveram o processo de finalização do sistema escravista brasileiro. De toda forma, inicialmente apresentaremos a cidade objeto de nossa breve investigação, para na sequência trabalhar algumas mudanças perpetuadas nesse local que tocaram especialmente a vida da população negra local e conseqüentemente das demais pessoas pobres que ali residiam.

PELOTAS, A PRINCESA DO SUL

A cidade de Pelotas está situada no extremo sul do Brasil, é uma região de fronteira, muito próxima a Banda Oriental do Uruguai, embora não estivesse colada com o limite territorial do país vizinho, pensando em uma perspectiva nacional, ela foi composta como um espaço de fronteira. Freguesia pertencente ao município de Rio Grande desde 1812, o que poderemos vislumbrar no mapa adiante. O território pelotense teve seu reconhecimento formal como vila em 7 de dezembro de 1830, através de lei provincial, instalada somente no dia 7 de abril de 1832, tendo como seu primeiro nome oficial Vila de São Francisco de Paula. Alguns anos após, por lei provincial de 27 de junho de 1835 foi elevada ao estatuto de cidade, quando recebeu o nome Pelotas (MAGALHÃES, 1997).

Além disso, a localidade é reconhecida por ter sido um grande complexo charqueador do Império do Brasil, e essa característica formatou a densidade demográfica do local. Isto é, se constituíram grandes concentrações de cativos naquele espaço e em 1814 50,7% de seus habitantes eram trabalhadores escravizados. Na década de 1870, Pelotas detinha uma população estava em torno de 25 mil habitantes, sendo que destes, ao menos 8 mil eram cativos. As investigações mais recentes acerca do tema demonstraram que havia um número importante de cativos mesmo no momento mais próximo a abolição. Dessa maneira, abordar a localidade de Pelotas observando o imediato pós-abolição é indispensável, pois essa análise completa a investigação sobre dificuldades enfrentadas por parte latente da população local, e mais, demonstra o que estava no entremeio dos discursos dos documentos oficiais e que fomentaram a ação repressiva das autoridades, naquele momento de transição e que auxiliam a compreender um pouco da dura realidade vivenciada pela população negra brasileira:

Imagem 1: MAPA Rio Grande do Sul 1900



Fonte: Graça, Carlos H. da Galuch Júnior, Daniel 2014. Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral.
 Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/655>>

REPRESSÃO

Depois de o breve contexto relativo ao nosso cenário de atenção posto, nosso iremos expor uma matéria que demonstra como era perpetuada a repressão da população preta, parda, livre e liberta, fazendo o uso de um estereótipo fundamentado no conceito de vadiagem. Importa colocar que para aquela sociedade o trabalho era peça fundamental da moral, tanto que era considerado um elemento regenerativo para aqueles que estivessem a margem ou que fossem transgressores dos costumes considerados elementais na transição do trabalho escravizado para o livre e assalariado.

O periódico jornalístico que trabalharemos se chama Echo do Sul, um jornal da cidade de Rio Grande. A sua fundação teria ocorrido em 12 de fevereiro de 1857 ou em 10

de outubro do dito ano. E também existe uma argumentação que ela poderia ter acontecido em 1854, já Francisco Rüdiger aponta que a fundação ocorre em Jaguarão em 1856 (RÜDIGER, 2003).

O local em que se situava seu escritório e tipografia esteve em constante mudança ao longo dos anos. Entre 1859 e 1862, estava situado na rua da Praia, 135, entre 1829 e 1865, para a atual Floriano Peixoto, depois em 1874, passou a ser editado no número 74 da mesma rua, atualmente D. Pedro II. Em 23 de junho de 1875, foi transferido para a rua General Osório, número 7 e 9 e finalmente em 1889, a tipografia volta para a rua D. Pedro II, no número 82.

O Echo do Sul teve veiculação nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Jaguarão, na segunda página da folha eram dispostas diversas matérias e notícias sobre a cidade de Pelotas. Algumas semanas após a abolição da escravatura foram feitas várias menções à vadiagem e necessidade de ter cautela com os libertos, e uma preocupação exacerbada de guiar os ex-escravizados pelo mundo do trabalho livre.

No dia 24 de maio de 1888 no periódico é noticiada a necessidade de serem compostas medidas repressivas aos libertos em prol do combate a vadiagem ou a vagabundagem, como é colocado no texto a seguir. E ainda é informado, através de uma ironia, que parte significativa de pessoas ainda estavam vivendo em condição de cativo:

Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas da vagabundagem. Numerosos libertos vagam pelas ruas da cidade sem encontrarem trabalho em parte alguma. Se isto agora é assim, que dirá quando em junho tiverem de ser despedidas as três quartas partes de negros que trabalham nas charqueadas! (ECHO DO SUL, 24 de maio, p1).

As pessoas negras que se libertavam enfrentavam redefinições sociais, e políticas da precariedade da liberdade, além de que estavam expostas a perseguição construída pela imprensa escrita. Essas pessoas estavam excluídas da cidadania política em virtude da lei eleitoral de 1881, não tinham acesso à instrução primária, não alcançavam autorização legal para criar associações baseadas em laços étnicos e raciais (CHALHOUB, 2010).

No desenrolar de tantas restrições, ainda suportavam a reverberação do racismo científico espreado pelo imperialismo europeu e que era utilizado no Brasil, dentre outras formas, junto da nova ideia de trabalho, através do conceito de vadiagem, como explica o historiador Sidney Chalhoub (2010):

[...] a difusão de novas ideologias do trabalho esgarçava o conceito de vadiagem e restringia a liberdade possível aos egressos do cativo e seus descendentes, fazendo deles os alvos preferenciais da suspeição policial nas cidades. Destarte, gestavam-se estruturas de dominação atinentes a formas de exploração do trabalho outras que não a escravidão, renovando-se os sentidos da precariedade estrutural da experiência de liberdade dos negros (CHALHOUB, 2010, p 58).

Em relação ao conceito de vadiagem, conforme elucida Sidney Chalhou, a ociosidade só poderia ser praticada por pessoas que tivessem como garantir sua sobrevivência, assim para estes o ócio seria uma recompensa pelas horas de trabalho, enquanto para as camadas pobres a realidade é outra, nesse sentido:

O conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum (CHALHOUB, 2012, p 73).

Ainda assim, é necessário colocar que o conceito de vadiagem é utilizado conjugado a ideia de raça presente naquele ambiente social, em razão do racismo científico que era difundido. Logo, a perseguição aos “vadios” existia, contudo, esse acossamento tinha outros contornos quando exercido contra pessoas que não eram brancas.

As ações das autoridades e das elites pelotenses em 1888 foram espraiadas em sentidos variados, um deles e que tocou diretamente a vida da população negra, como também modificou a estruturação dimensional da cidade foi a lei provincial 1717 de 1888. Essa normativa fazia parte do novo código de posturas para Pelotas. No código ao abordar as edificações foram elencados elementos como o calçamento, das estradas, caminhos e rios navegáveis, sobre a polícia sanitária, da segurança dos habitantes, dos jogos proibidos, da aferição e controle de pesos e medidas, das companhias responsáveis pelos serviços públicos, esse novo código aumentava o controle sobre a organização e a forma da cidade e também multas no caso de descumprimento da lei. Sendo assim, o novo código promulgava mudanças e um maior controle sobre em relação a organização da cidade (MOURA, 2006).

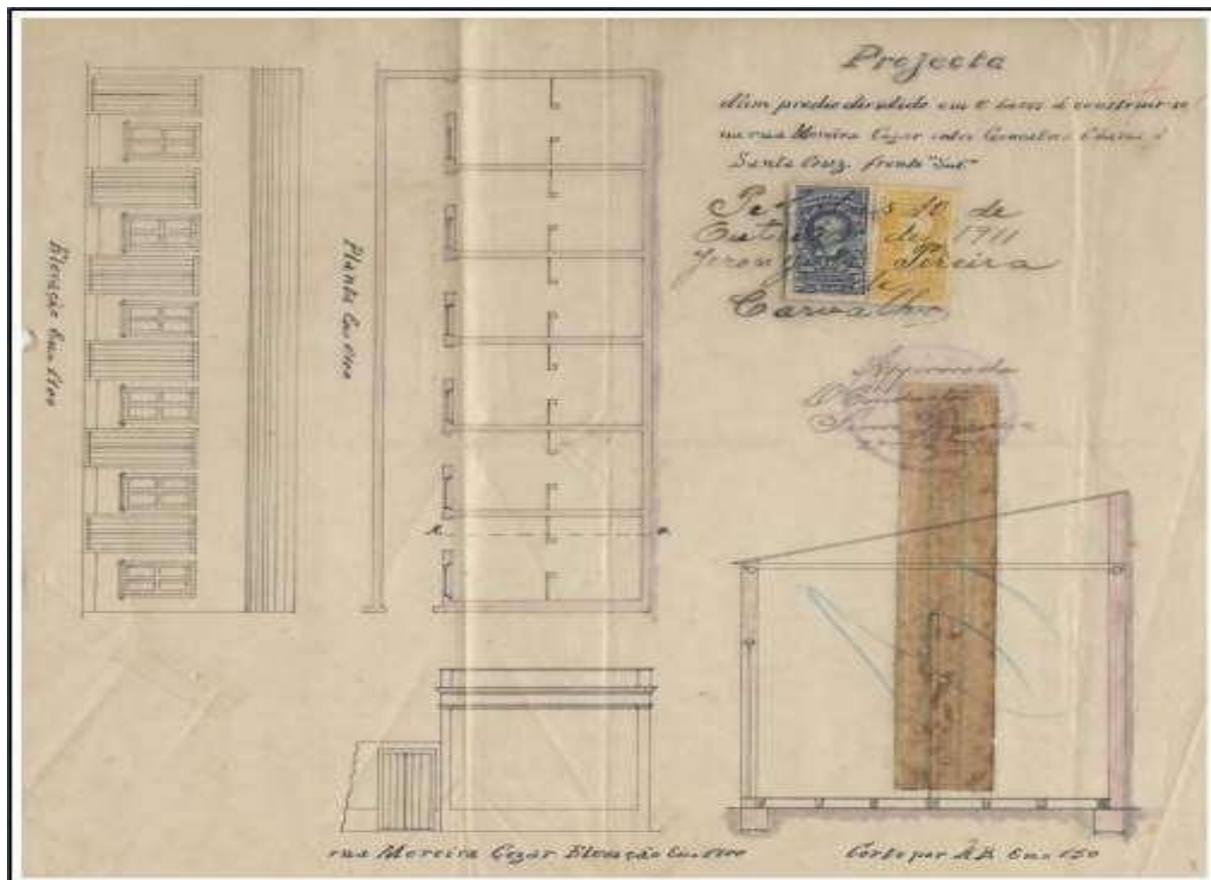
Essas transformações no ambiente citadino afetaram diretamente a população menos abastada que estava assentada no centro de Pelotas, mas que vivia em habitações mais simples, os cortiços. Todavia, esse tipo de arquitetura em Pelotas diferia daquela

amplamente conhecida através da literatura nacional. Nesse sentido, Rosa Maria Rolim de Moura (2006) apresentou três tipos arquitetônicos que eram conhecidos como cortiços em Pelotas a partir de notícias de jornais locais, relatórios de visitas sanitárias as habitações da cidade e pesquisa no arquivo municipal de projetos (MOURA, 2006).

O galpão um espaço voltado para o passeio ou nos fundos de terrenos tinha formas que se assemelhavam a depósitos ou galpões e poderiam servir tanto para atividades comerciais, industriais, entretanto eram mais viável para habitação.

O portão que detinha as mesmas características dos construídos em Porto Alegre e em outras cidades, eram formados por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central a duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno. No projeto a seguir, podemos ter maior compreensão sobre esse tipo habitacional:

Imagem 2: Projeto de um Portão, 1911

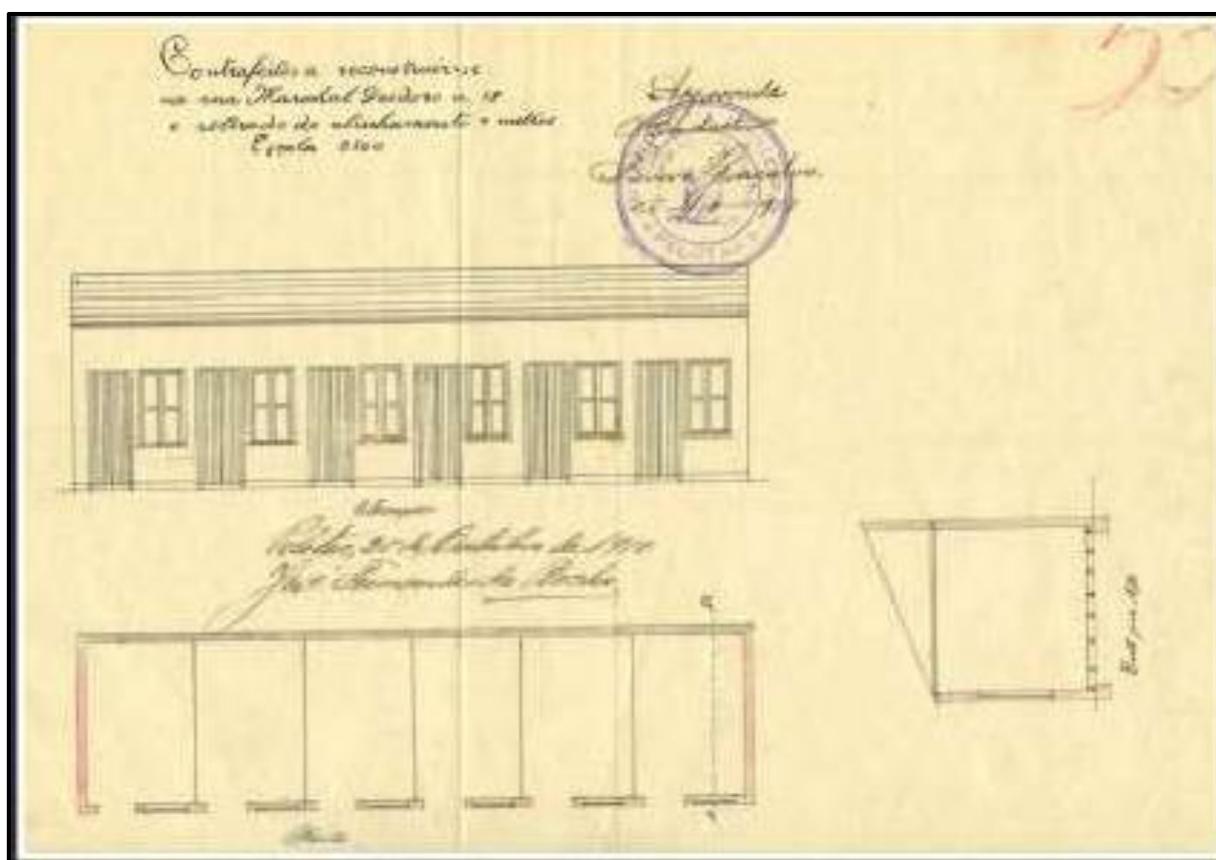


Fonte: Arquivo Municipal, Secretaria de Urbanismo

As moradias desse projeto foram subdivididas em dois compartimentos através de uma parede de madeira a meia altura como pode ser observado no corte a direita da prancha. Portas e janelas abrem para um corredor, medindo 1,75 metro. Sendo, 3,20 metros de largura por 5,25 metros de profundidade.

E os contrafeitos eram pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada (MOURA, 2006). Conforme o projeto abaixo disposto:

Imagem 3: Projeto de um Contrafeito, 1910

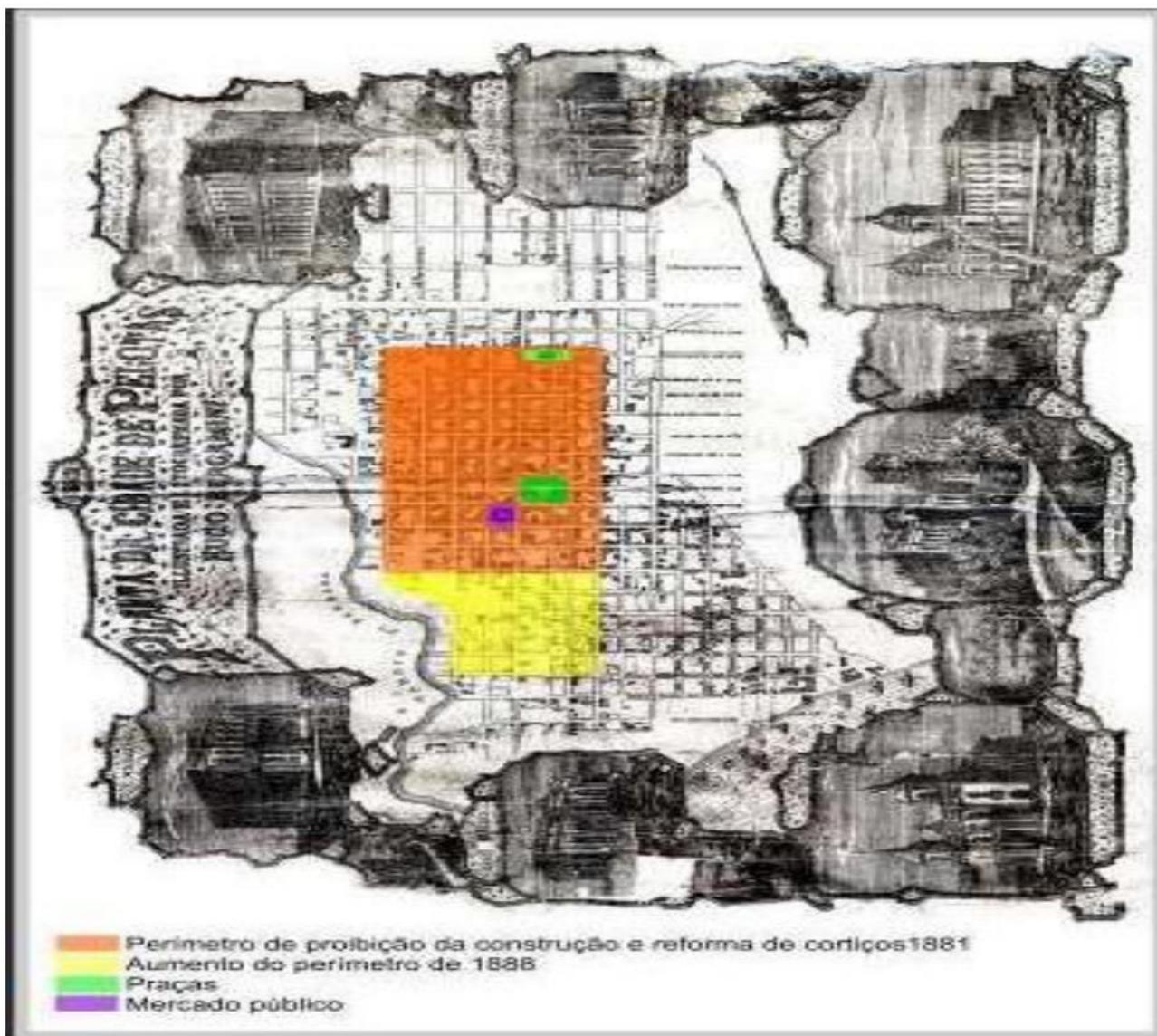


Fonte: Arquivo Municipal, Secretaria de Urbanismo

De acordo com o projeto acima, cada unidade mede 2,50 metros de frente por 4,50 metros de profundidade sem subdivisões. Habitações bem simplórias em suas estruturações e propostas para a acomodação de um número grande de pessoas em espaços singelos. Com as restrições os cortiços pelotenses passaram a conviver com inúmeras dificuldades como os vários aumentos que eram repassados aos aluguéis, por conta das muitas barreiras apresentadas pelas autoridades.

Além de que, essas formas habitacionais entraram na mira das autoridades policiais com as restrições já citadas que o novo código de posturas impôs. E junto a isso, foi fixado o perímetro de proibição da construção e reforma de cortiços. Esse perímetro havia sido desenvolvido em 1881, mas em 1888 além de estar no novo código, o espaço delimitado foi aumentado, como podemos conferir abaixo:

Imagem 4: Perímetro de proibição da construção e reforma de cortiços



O perímetro era indicado pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos, hoje respectivamente Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant (MOURA, 2006). Essa proibição fomentou o esvaziamento do espaço central pelas pessoas menos favorecidas financeiramente.

Além de que esse tipo de medida contribuía para uma política de apagamento da presença negra em Pelotas, no sentido de que aqueles que não são vistos, talvez não fossem lembrados. Entretanto, a vinculação entre o espaço físico e a sua significação começa da presença de pessoas negras ou das práticas realizadas por elas. Nesse contexto, os territórios negros são locais, em primeira medida, habitados por esse grupo social e são locais cheios de simbologias, as práticas ali presentes, a uma ancestralidade, uma memória negra, a um modo de ser e estar negro (VIEIRA, 2017).

Contudo, a territorialidade está associada aos sentidos e significações que se deseja, ou que se rejeita, para um dado espaço. A partir disso são criadas classificações (cor da pele, idade, gênero, função, classe, religiosidade, etc.) para o uso interno daquele espaço, definindo quem pode ter livre acesso, acesso restrito parcial (ou condicionado; só pode acessar na condição de trabalhador, por exemplo) ou restrição total ao território (VIEIRA, 2017).

Todo o processo de restrição imposto nos últimos anos do período escravocrata e asseverado imediatamente após a Lei 3.353 contribuiu para um afastamento, mas não para o apagamento da territorialidade negra, pois o centro pelotense continuou sendo um dos espaços de lazer, de protesto e de trabalho da população negra local.

Os territórios negros são mais do que espaço físico e apenas funcional, de moradia, de trabalho, eles ganham significados a partir das relações que neles são construídas. E é aí que reside o simbolismo. As mulheres e homens negros que habitam esses lugares, impõem neles práticas e relações. Estabelecem ali laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes os terreiros, as sociedades negras, as escolas, os salões de baile, os clubes de futebol, os blocos e as entidades carnavalescas e também com as práticas nelas desenvolvidas. Dessa maneira, o simbolismo está incutido aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes locais (VIEIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo abordar alguns elementos do processo de racialização das relações sociais desenvolvido em território brasileiro após a abolição da escravidão. E aqui tivemos como cenário de foco a cidade de Pelotas e a população preta, parda, livre e liberta que sentiu as consequências da política perpetuada pelas elites e autoridades da época.

Nessa empreitada foi apresentado um trecho de uma matéria do jornal Echo do Sul e uma normativa de restrição de habitação que evidenciam um pouco das dificuldades enfrentadas nesse período histórico, em razão do aumento da intensidade no processo de racialização, pela população negra e pobre local. Nesse sentido, é preciso destacar e olhar para o imediato pós-abolição em Pelotas e desenvolver mais pesquisas sobre a localidade. E assim aumentar nossa compreensão da cidade, a sua disposição, especialmente, no sentido de refletir quais espaços são ocupados por determinados grupos sociais. E como mudanças impetradas a partir de 1888, tocam a vida da população pelotense nos dias atuais.

A mobilidade urbana pelotense, por exemplo, é diretamente afetada pelo distanciamento entre centro e periferias. A classe trabalhadora local precisa enfrentar deslocamentos que passam de 30 minutos em dias comuns e de sol, nos momentos de chuva quando o trânsito fica mais concorrido pelo aumento do número de veículos, a situação fica ainda mais complicada. Obviamente, não é só isso, o distanciamento que provoca problemas, o abandono do setor público dificulta ainda mais a situação dessas pessoas.

Dessa maneira, a falta de cuidado com as áreas periféricas ou o cuidado excessivo apenas com a região central da pelotense, tem seu início no final da década de 1880 quando foi colocado por aquela sociedade qual área da cidade teria um olhar mais atento das autoridades na preservação e organização e também em quais pessoas poderiam ter acesso àquele espaço.

A sequência dessas medidas é o enrijecimento da higienização dos espaços urbanos, que vai seguir a mesma forma de pensar a população negra à margem do espaço central. Nesse sentido, estudar a transição do império para a república, nos coloca informações importantes para a reflexão dos territórios negros, assim como a atual disposição das cidades, quando conjugamos sua densidade demográfica com os espaços ocupados por classe social.

FONTES

Código de Posturas, Lei Provincial no 1717, de 19 de dezembro de 1888 (Biblioteca Pública Pelotense).

Código de Posturas Municipais, 1895 (Biblioteca Pública Pelotense).

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense).

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. "A vala comum da 'raça emancipada'": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19:91-108.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. Campinas, v. 19, p. 33-69, 2010.

GATO, Matheus. "Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889)". **Afro-Ásia**, v. 59, 2019, pp. 235-74. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/28376/20616>>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Administração**. In: Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico] 3. Ed Pelotas: Editora da UFPel [FAU - Fundação de Apoio Universitário] 2017. 295 p.

MONSMA, Karl. **Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do oeste paulista**. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). **Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. 1ed. São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 195-210.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do Negro Brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra**, 1978.
OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**, Tese de Doutorado, PUC SP, 2008.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Tese de Doutorado (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no Pós-abolição (1870-1960)**. 2017. 278f. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre.

SCHWARCZ, L. M. (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930. História do Brasil Nação: 1808-2010**. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 2013. 505f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação de 221 Mestrado em Geografia (POSGEA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2017.

3.2

UM DOCUMENTO ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE MARIA CABEÇA ATRAVÉS DE UM PROCESSO CRIMINAL (RIO GRANDE, 1871-1893)

Douglas Reisdorfer

Resumo: Este trabalho debruça-se sobre as problemáticas da escravidão e do gênero através da trajetória da escravizada conhecida como Maria Cabeça. Ao longo da segunda metade do século XIX, ela viveu em diferentes cidades da província de Rio Grande de São Pedro, como Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Grande. Entre 1863 e 1893, Maria envolveu-se em diferentes autos criminais, sendo o primeiro deles como testemunha e os quatro restantes como ré. Neste texto, para explorar as questões supracitadas, parte-se de um caso criminal em específico, o último em que a escravizada figurou no banco dos réus. Trata-se do assassinato do capataz português Antônio Alves Pereira, no ano de 1871. Tem-se a intenção de apresentar o projeto de doutorado que procura examinar a trajetória de Maria e explorar algumas reflexões iniciais. Através da repercussão do crime na imprensa nos jornais *Echo do Sul* e *Diário do Rio Grande*, busca-se compreender como os periódicos relatavam a criminalidade de uma mulher escravizada. Por meio do auto criminal aberto para julgá-la, intenta-se analisar as motivações do crime, relacionadas às expectativas de liberdade que a ré nutria. Por fim, deseja-se apresentar o desfecho do caso, no ano de 1893, pelo qual Maria deixa a prisão depois de receber a pena de prisão perpétua.

Palavras-chave: escravidão – gênero – liberdade – criminalidade.

INTRODUÇÃO

“Fera”, “malvada” e “megera” foram as palavras que a imprensa rio-grandina utilizou para se referir à escravizada Maria,³⁷ em outros tempos conhecida pelo apelido de “Maria Cabeça”.³⁸ Ré em diversos crimes, ela tornou-se célebre entre os moradores da Cidade de Rio Grande, que, no ano de 1871, se horrorizavam – mais uma vez! – ao ler nos jornais a descrição de um homicídio de sua autoria. A vítima havia sido o capataz português Antônio Alves Pereira, cujo corpo fora encontrado dois dias após o crime, jogado no chão do casebre em que morava. Os vários processos em que Maria Cabeça deixou registros – ao todo, cinco, um como testemunha e quatro como ré – possibilitam uma rara incursão pela trajetória de uma trabalhadora escravizada, desde a sua infância até já avançada a vida adulta. Investigá-la constitui o objeto de pesquisa desenvolvida pelo autor deste trabalho como doutorado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Nele, procura-se, a partir da história de Maria Cabeça, analisar questões como a escravidão, o gênero e a criminalidade.³⁹

Os rastros deixados na documentação criminal e policial por escravizados e libertos têm sido muito explorados na historiografia. As intenções são variadas: compreender o

³⁷ Estas expressões apareceram nos jornais *Diário do Rio Grande* e *Echo do Sul*. Mais adiante, elas serão mais bem analisadas. Ver, respectivamente: *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 6696, Ano XXIV, p. 1. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense; *Echo do Sul*, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 110, Ano XVII, p. 2. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

³⁸ O apelido de “Maria Cabeça” aparece nos documentos criminais ocorridos nos tempos de sua infância, no município de Santo Antônio da Patrulha. Há que se pontuar um aspecto sobre o uso deste apelido. Não há, nos depoimentos das testemunhas que se valeram dele, nenhuma explicação detalhada de sua origem. Uma das testemunhas menciona apenas que Maria era uma das crianças mais “arteiras” da localidade, fazendo muitas brincadeiras e “traquinagens”. Assim, é difícil precisar se se tratava de um apelido de caráter afetivo ou pejorativo, se lhe fora concedido pelos seus ou pelos membros da família senhorial – ou, em outras palavras, se se tratava da linguagem dos escravizados ou dos senhores. Tudo parece indicar que era um apelido relacionado à sua personalidade difícil, rebelde, travessa; mas não é impossível que tivesse outra conotação. Moreira (2016) analisou o caso do feiticeiro *Sete Cabeças*, assim conhecido pelo tamanho grande de sua testa. Outro exemplo refere-se à *Chica Brincuda*, figura importante na memória das comunidades do Litoral Negro; segundo as pessoas entrevistadas por Molet (2019), o apelido era-lhe atribuído por ter as orelhas muito grandes, “como um brinco”. Assim, características físicas também davam lugar a apelidos, e é possível que, no caso de Maria, o apelido “Cabeça” também tivesse esse significado. Nesse caso, é relevante refletir se o uso desta alcunha na titulação do trabalho é cabível, pela possibilidade de conter significações negativas. Por ora, mantém-se sua utilização, mas é de se considerar retirá-lo ou repensar sua contextualização na esteira de maiores reflexões para trabalhos futuros.

³⁹ A trajetória de Maria Cabeça já foi explorada em outros trabalhos. Uma análise mais ampla de sua história – por meio da documentação criminal e de registros de batismo relacionados à família senhorial à qual ela pertencia durante a infância – pode ser encontrada em Reisdorfer (2023). O processo-crime aqui examinado também já foi utilizado em outro trabalho, mas com número mais reduzido de fontes. Ver: Reisdorfer (2024). Aqui, a intenção é aprofundar algumas das discussões, realizar algumas outras – ainda não levantadas nas pesquisas citadas acima – e acrescentar à análise algumas fontes, como a imprensa, mais especificamente os jornais rio-grandinos *Echo do Sul* e *Diário do Rio Grande*.

mundo do trabalho, no que entram em jogo as diferentes expectativas laborais existentes na relação entre senhores e escravizados; a resistência dos cativos ao escravismo, indo desde o motim, a revolta e o homicídio contra senhores e seus prepostos até atividades como o furto e o contrabando; as redes de solidariedade, parentesco, comunidade, amizade e os relacionamentos nos quais estavam envolvidos; a religiosidade, a africanidade e o modo como estes aspectos se entrelaçavam na diáspora; além, é claro, do próprio fenômeno da criminalidade, com seus padrões, tendências e transformações no tempo (Chalhoub, 1990; Machado, 2018; Moreira, 2013; Pirola, 2012; Wissenbach, 1998). Trata-se, portanto, de abordagem bem consolidada: para muito além de buscar a “verdade” do ato investigado e julgado nos autos, o intento é partir dos depoimentos, de suas contradições e modificações para analisar os indícios das experiências sociais e culturais de escravizados e libertos. Um aspecto a ser mencionado a respeito do *corpus* bibliográfico voltado à relação entre a criminalidade e a documentação criminal com a escravidão é o fato de que, em geral, os trabalhos procuram não ir além do fim da escravidão ou da promulgação do Código Penal de 1890.

Quanto a isso, a presente proposta se diferencia. Sobre Maria Cabeça, dispõe-se de informações – ao menos até o momento – entre 1851, ano de seu batismo, até a data em que deixou a prisão após o último de seus crimes, em 1893, depois do fim da escravidão e do estabelecimento de um novo Código Penal. E é sobre este caso que o presente texto se debruça: o assassinato do português Antônio Alves Pereira, ocorrido em 11 de maio de 1871. O documento permite adentrar na experiência social de uma mulher escravizada atravessada pela violência e pela criminalidade desde muito nova, investigando questões como expectativas de liberdade, relações de gênero, o mundo do trabalho em uma cidade como aquela – urbana e portuária – e o modo como entendia a justiça criminal. Deseja-se, assim, explorar o caso criminal em questão e, a partir dele, apresentar a proposta de pesquisa de doutorado, analisar o modo como a imprensa da cidade noticiava os crimes praticados por escravizados, o lugar de Maria na escravidão riograndina, as motivações do crime e sua relação com expectativas de gênero e liberdade. Além disso, procura-se examinar o desfecho do crime, mostrando como as transformações trazidas pelo Código Penal de 1890 possibilitaram que, com o auxílio de seu advogado, Maria deixasse o cárcere. Por fim, ressalto que se trata de pesquisa ainda inicial, com alguns aspectos a serem melhor investigados.

A “CÉLEBRE” MARIA: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CRIMINALIDADE

A história de Maria começa – ao menos do ponto de vista da documentação – no dia 21 de agosto de 1851, quando, na Matriz da Igreja de Santo Antônio da Patrulha, a família de José Rodrigues Garcia – um proprietário com terras na região do Rolante – firmou o casamento de um de seus futuros herdeiros e fez o batismo de alguns de seus escravizados. Entre estes estava, é claro, Maria, que havia nascido no dia 20 de agosto de 1850, quase exatamente um ano antes de seu primeiro sacramento. A partir daí, seria uma vida atravessada pelas violências da escravidão – algumas mais diretas do que outras. Além da pia batismal, ela deixou vestígios em cinco processos-crime. Os primeiros dois transcorreram na comarca de Santo Antônio da Patrulha: um como testemunha, aos doze anos de idade; e outro como ré, relacionado ao mesmo caso, já perto dos quinze. Os outros três tiveram lugar na Cidade de Rio Grande, para onde foi transferida, em um negócio desesperado de seu senhor, Venâncio José de Oliveira, que a vendeu para aplacar as dívidas adquiridas durante aquele primeiro caso criminal – e, ao que parece, livrar-se de uma escravizada que para ele constituía um problema.

Aqui, não se tem a intenção de esmiuçar todos os casos criminais em que ela se envolveu. Entretanto, para explanar melhor a pesquisa que tem sido desenvolvida, cabe narrá-los brevemente. Ocorridos em Santo Antônio da Patrulha, os primeiros dois autos criminais são, respectivamente, de 1863 e 1865. Ambos se referem ao mesmo crime, como já mencionado. Entre novembro de 1862 e março de 1863, cinco crianças foram, uma a uma, assassinadas e jogadas nas margens do rio Rolante. Todas elas – três brancas e duas escravizadas – habitavam as possessões da família do já citado Rodrigues Garcia, também próximas daquele rio. Aberto o inquérito, os principais suspeitos aventados foram os escravizados Bartolomeu e Antônio Nagô e o genro da família e senhor de Maria, o já mencionado Venâncio José de Oliveira. Maria foi interrogada e mencionou ter presenciado dois dos homicídios, o que, embora não seja possível ter certeza, parece ter sido uma estratégia de seu senhor para se inocentar da acusação. O processo-crime de 1865, por sua vez, refere-se à confissão de Maria, que, incitada pelo cunhado e aqui-inimigo de seu senhor, o senhor-moço Rodrigo José Garcia, foi à casa do Chefe de Polícia para declarar ter sido ela

e Venâncio os autores dos homicídios.⁴⁰ A opinião das testemunhas convocadas para depor foi unânime: a menina Maria era inocente e não poderia ter sido a autora do crime.

O processo terminou sem resolução. Venâncio foi inocentado, as dívidas bateram à porta e, para saná-las, decidiu vender Maria para Rio Grande. Lá, ela foi parar na casa do comerciante Jorge Milford, onde se envolveu em mais um caso criminal. Em 2 de julho de 1866, com a intenção de fugir da casa daquele negociante, a escravizada elaborou um intrincado plano de distração: o assassinato de uma filha pequena de Milford, a menina Adelaide, de dois anos de idade. Ela desejava criar comoção o suficiente para conseguir escapar da residência e buscar um navio que fosse para Porto Alegre, para retornar ao lugar de onde fora vendida. Depois de atentar contra a pequena Adelaide, saiu da casa de Milford, mas acreditou ter sido vista, e por isso desistiu da fuga e entregou-se às autoridades. Um ano depois, Maria era escravizada na residência de outro senhor, o também negociante Custódio José de Magalhães Bastos. Na noite do dia 12 de março de 1867, a escravizada Felisberta abriu a residência de seu senhor – que naquela semana estava ausente – para receber seu amásio. Depois de algumas horas, perto da manhã, Felisberta ordenou que Maria esquentasse água para um mate. Como não havia lenha, ela não pôde aquecer a água, o que irritou sua parceira Felisberta. A “resinga” levou a um confronto entre as duas. Maria, para se defender, valeu-se de um machado e acertou um golpe na cabeça de Felisberta. O ferimento não foi o suficiente para lhe tirar a vida, mas uma vez mais levou a escravizada de Santo Antônio da Patrulha para o banco dos réus. Depois disso, ela teria sido abandonada por Magalhães. Por fim, o último auto criminal refere-se ao objeto de análise deste trabalho, do qual resultou a morte de Antônio Alves Pereira.

Narrada – ainda que sucintamente – a trajetória de Maria Cabeça, vale apresentar as preocupações da pesquisa que busca tomá-la como ponto de partida para investigar as relações entre a escravidão, o gênero e a criminalidade. E delinear, rapidamente, seus contornos teórico-metodológicos. Intenta-se tomar sua história como um ponto circunscrito de análise, inspirando-se na micro-história italiana, com o objetivo de examinar minuciosamente os múltiplos contextos, dinâmicas e processos envolvidos em

⁴⁰ As questões que podem ser analisadas através destes dois documentos – em especial o primeiro, de mais de trezentas páginas – são muitas. Além de permitir uma incursão pela experiência de escravizados infantes, como Maria, os depoimentos dos réus e das testemunhas abrem caminho para pensar questões como as concepções espirituais dos escravizados da fazenda da família Rodrigues Garcia, as expectativas de liberdade que nutriam para com seus senhores, o cotidiano de trabalho, as relações de parentesco e compadrio entre os escravizados da propriedade, escravidão e velhice, entre outras questões.

problemáticas como a escravidão, a infância, o gênero, a criminalidade (e os aparatos legais empregados para combatê-la, como o Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890), a busca por liberdade, o imediato pós-abolição. Embora sejam aspectos muito variados da realidade histórica, parte-se de um ponto de vista que se pode denominar de “experimental”. Isso significa que, diferentemente de abordagens macroscópicas da realidade histórica,⁴¹ nas quais um conjunto mais limitado de objetos são investigados com maior amplitude temporal e espacial, o estudo de uma trajetória atravessada por variadas e complexas circunstâncias não só possibilita explorá-las com maior densidade, como também enseja observar suas interações, justaposições e intersecções. No que se refere aos recortes espacial e temporal da pesquisa, o primeiro abarca os lugares pelos quais Maria passou (até o momento, tem-se vestígios dela em Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Grande), enquanto o segundo vai de seu nascimento – em 1850 – até o ano em que foi solta da prisão – em 1893. É importante apontar um aspecto a respeito do recorte temporal do trabalho, que já foi lateralmente abordado. Embora a escolha por um período que ultrapassa o advento de um novo Código Penal (o de 1890) possa suscitar diversas problemáticas, constitui uma boa estratégia para observar as brechas legais abertas – e aproveitadas – para lidar com a Justiça, seja para escapar de uma condenação ou para sair do cárcere. As dificuldades em se trabalhar com um caso criminal atravessado por dois códigos criminais não são poucas, mas o experimento pode ser bastante profícuo: por isso, vale a pena enfrentá-las.

Mas os contextos que atravessaram a vida de escravizados e libertos não eram apenas o resultado de processos sociais, econômicos e políticos: a própria ação dos sujeitos foi capaz de alterar os jogos de força nos quais estavam envolvidos. Assim, a presente pesquisa parte da perspectiva conhecida como “paradigma da agência”, que incorpora as ações, decisões e escolhas dos atores sociais na compreensão dos processos históricos nos quais estavam envolvidos – tanto na história do trabalho livre quanto nos estudos sobre escravidão e pós-abolição (Chalhoub; Silva, 2009). Tal abordagem relaciona-se, também, com um entendimento mais amplo do que significava resistir ao cativo, indo muito além das ações que confrontavam rupturalmente a escravidão (como revoltas, motins, assassinato senhorial, a constituição de quilombos) para pensar também os modos

⁴¹ Não se trata, aqui, de defender que uma perspectiva metodológica – a microscópica – seja superior ou mais refinada do que a outra. Ao contrário, deseja-se ressaltar que ambas as escalas de observação contêm suas potencialidades e, também, limitações. Para uma discussão metodológica mais aprofundada a respeito do tema, ver: Revel (1998).

mais sutis da resistência, entendida como um espectro dentro do qual cabem – e não necessariamente se contradizem – as mais diversas formas de resistir (Moreira, 2006).

Além disso, outro aspecto fundamental para pensar a trajetória que se pretende examinar é a dimensão do gênero; mais especificamente, a intersecção entre gênero e escravidão, uma vez que se trata de pesquisar a história de uma mulher escravizada. Sem pretender abordar o tema detalhadamente, é importante apontar a especificidade da condição de mulheres escravizadas. Se, como seus parceiros de cativeiro, estavam sujeitas à exploração de seu trabalho pelo poder dos senhores, suas vidas eram caracterizadas por uma série de particularidades, como o perigo da violência sexual. Sua condição também as distanciava muito de suas congêneres, mulheres brancas do mundo senhorial. Dessa forma, é essencial partir de uma perspectiva interseccional para uma investigação mais aguçada a respeito da escravidão de mulheres negras (Crenshaw, 2002; Davis, 2016).

Agora que os contornos gerais da pesquisa já foram delineados, cabe retornar ao caso criminal que se pretende deslindar neste trabalho. Na noite do dia 11 de maio de 1871, a escravizada Maria fugiu da casa senhorial na qual estava alugada – a família do polieiro baiano Manoel da Costa Vieira, de 57 anos – para se encontrar com seu amásio Antônio Alves Pereira. Três dias depois, a 14 de maio de 1871, o jornal *Diário do Rio Grande* noticiava:

Registramos um crime, cujo autor felizmente já está recolhido à cadeia.

Foi um assassinato praticado pela perversa escrava Maria, cujo nefasto nome é já conhecido na história criminal d'esta cidade. Esta perversa já tentou assassinar um inocente filhinho do Sr. Jorge Milford, e depois de punida, sendo solta, de novo tentou contra a vida de uma outra escrava, e por esse crime foi de novo processada e condenada pelo juizado de direito. Condenada na forma da lei, foi comutada a pena em açoites. Tendo sido abandonada pelo seu senhor, foi ainda há pouco vendida para pagamento das despesas feitas no cárcere e custas da condenação, sendo comprada para a menina Olívia Nunes Ferraz.

Esta malvada foi ontem de manhã a uma taverna na rua Conde de Porto Alegre, e aí perguntou se o fato d'ela ter morto com um tijolo um homem, seria considerada criminosa. Esta pergunta, que fora ouvida por diversas pessoas, produziu justa apreensão, atendendo aos precedentes d'essa fera, e logo trataram de indagar a quem tinha ela feito mal: respondeu, confessando que era a Antônio José Pereira [sic], português, maior de 50 anos, que era capataz e vivia só em uma pequena chácara do Sr. tenente-coronel João da Costa Pinto.

Ela d'ali saiu, dizendo ir para a casa do Sr. Manuel da Costa Vieira, onde servia.

Então as pessoas que ouviram a notícia d'esse crime, e que são vizinhos do lugar em que se deu o delito, foram ao Sr. João José da França, inspector d'esse quarteirão, e dando-lhe notícia do fato, o Sr. França foi incontinentemente acompanhado

de algumas pessoas ao teatro do acontecimento, e ali encontraram morto o infeliz Pereira, deitado em sua cama, em trajes menores, com o crânio partido.

O Sr. J. J. França, dando conhecimento ao Sr. delegado de polícia d'este fato criminoso, tomou as providências necessárias, e foi esse digno inspetor de quartelão quem, pessoalmente, efetuou a prisão da assassina na casa do Sr. Costa Vieira, por quem foi acompanhado.

Interrogada a criminosa, confessou que cometera o atentado na noite de quinta-feira, esperando que a sua vítima adormecesse, e que a causa que a determinara a proceder assim era ter promessas da liberdade, por parte de Pereira.

O cadáver mandou o Sr. delegado conduzir para a Santa Casa de Misericórdia, onde foi vistoriado pelo Sr. Dr. França.

Felizmente, não pôde essa fera, com figura humana, regenerar-se com o que tem sofrido. Agora cometeu mais um crime, pelo qual ficará para sempre na cadeia.⁴²

Há diversos aspectos a serem analisados a partir desta notícia. Primeiramente, o *Diario do Rio Grande* evidencia a notoriedade que Maria havia adquirido em Rio Grande pelos outros crimes em que se envolvera: a “perversa escrava Maria, cujo nefasto nome é já conhecido na história criminal d’esta cidade”. A sucessão de adjetivos para descrevê-la aponta para o conjunto de significados que a imprensa empregava para descrever a criminalidade praticada por mãos escravizadas: “perversa”, “fera”, “com figura humana”. É notável o uso de expressões profundamente desumanizantes, colocando-a em um lugar de animalização. Em outros contextos, a cor da pele será utilizada como marcador da diferença em notícias de crimes praticados por pessoas negras. Aqui, nas palavras do *Diario do Rio Grande*, a retórica opera de maneira distinta, comparando aqueles que cometiam crimes com “feras” de “figura humana”: uma retórica de desumanização e animalização que buscava horrorizar o leitor do impresso. Além disso, a ré foi caracterizada a partir de sua condição jurídica, e não de sua cor ou raça.

Todavia, o *Diario do Rio Grande* não foi o único a noticiar o crime praticado contra Antônio Alves Pereira. No mesmo dia 14 de maio de 1871, o jornal diário *Echo do Sul* também deixou em suas páginas suas impressões – mais breves – acerca do caso:

Assassinato.

A preta Maria, assaz célebre nos anais do crime, e sobre todos por ter dado morte horrenda a mais de uma criança, que há anos foi aqui processada, e condenada por ter tentado matar uma inocente filhinha do Sr. Jorge Milford; essa megera, dizemos, que há pouco terminara a sentença que cumpria e fora posta em liberdade, vem aumentar o catálogo de seus crimes, com mais um horrível assassinato.

⁴² *Diario do Rio Grande*, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 6696, Ano XXIV, p. 1. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Ontem de manhã, o Sr. João José da França, inspetor de quartirão, teve denúncia de que o português Antônio José Ribeiro [sic], trabalhador da alfândega havia sido assassinado, no quartirão n. 48, onde residia; não se achando o respectivo inspetor, o Sr. França foi à casa denunciada, e encontrou com efeito o corpo daquele infeliz, cujo estado demonstrava ter sido morto há mais de 24 horas.

Fora com um grande tijolo, que a malvada negra esmagara a cabeça do pobre homem, que tranquilo dormia, quando aquela negra o matou.

Dizem que essa megera tinha relações com aquele infeliz e que sabia ter ele dinheiro guardado, pelo que e para roubá-lo, cometera o crime.

Imediatamente foi presa e recolhida à cadeia, a criminosa onde confessou à sangue frio, o seu nefando crime.

A autoridade policial procedeu ao respectivo auto do corpo de delito, e após [sic] na cadeia o competente auto de perguntas à criminosa.

Do mais que ocorrer, daremos conta aos leitores.⁴³

Assim como o *Diario do Rio Grande*, o *Echo do Sul* ressaltou aos seus leitores a fama que a escravizada de Santo Antônio da Patrulha havia adquirido na cidade, especialmente em razão da tentativa de assassinato contra a filha de Jorge Milford. Aqui, a diferença mais notável em relação a outra notícia é, claro, o uso da coloração epidérmica para caracterizar a autora do crime: a “preta Maria, assaz célebre nos anais do crime” e a “malvada negra”. Diferentemente do impresso anterior, que fez referência à condição jurídica da escravidão – “a perversa escrava Maria” – para caracterizá-la, o *Echo do Sul* destaca a cor, pressupondo, talvez, uma associação tal entre a cor e a condição do cativo que sequer seria necessário explicitar que se tratava de uma ré escravizada: a menção à cor bastaria para que os leitores soubessem de sua condição jurídica, posto haver um vínculo evidente – na visão do jornal – entre cor e escravidão. Além disso, o modo como a notícia menciona a cor de Maria estabelece uma relação entre sua condição racial e seu comportamento “mal”. Se tal ligação era o produto da influência das teorias raciais em ascensão ou se remetia às concepções cristãs que atribuíam à tez negra o signo do demoníaco, é difícil dizer; é possível que fosse uma combinação de ambas.⁴⁴

Ademais, a escolha dos adjetivos empregados para qualificar a autora do crime também foi sutilmente diversa. Enquanto o *Diario do Rio Grande* desumaniza e animaliza, o *Echo do Sul* emprega termos relacionados à qualidade moral da ré: “megera” e “malvada”.

⁴³ *Echo do Sul*, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 110, Ano XVII, p. 2. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

⁴⁴ Um trabalho que demonstra a permanência de concepções cristãs acerca da escravidão e a incorporação de algumas das noções das teorias raciais no final do século XIX, particularmente em São João del-Rei, pode ser encontrado em: Giarola (2018).

O primeiro termo, em particular, é especialmente generificado, sendo utilizado apenas para caracterizar mulheres. Não são muitos os dicionários da época que o incluíam entre os seus verbetes. Entre os pesquisados, o único que o explicava data de 1890, duas décadas depois. Para a quinta edição do *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*, “megera” se referia à “mulher de mau gênio”.⁴⁵ Mais uma vez, uma referência à conduta moral de Maria, empregando um estereótipo de gênero que, entrelaçado à sua condição racial, a inferiorizava diante daquele “infeliz”. É difícil apontar explicações para as diferenças entre as duas notícias: à época em que ocorreu o delito, ambos os impressos se aproximavam politicamente do Partido Conservador e tinham posições semelhantes quanto ao encaminhamento da escravidão.⁴⁶ As divergências entre os dois jornais no que se refere ao cativo – ao menos neste período – são mais de ênfase do que de programa: por exemplo, enquanto o *Diario do Rio Grande* se pretendia neutro em sua cobertura dos debates da lei do Ventre Livre de 1871, o *Echo do Sul* o criticava pela timidez a respeito do tema (Moraes, 2014).

Outro aspecto a ser analisado refere-se ao modo como o crime foi descrito na imprensa. O *Echo do Sul* relatou ter Maria acertado com um tijolo o “pobre homem”, enquanto “tranquilo dormia”, ressaltando a vulnerabilidade em que a vítima se encontrava, incapaz de se defender da agressão. Acrescentou, ainda, a informação de que ela tinha relações com o português, e por isso sabia que ele dispunha de um certo dinheiro, o qual ela desejava roubar. A possível finalidade daquela importância é informada pelo *Diario do Rio Grande*, cuja notícia aponta para o fato de que o motivo do crime era Pereira ter-lhe feito “promessas de liberdade”. Colocado em posição de pobre e tranquila vítima, a conduta moral do amásio português contrastava com a posição da ré, a “perversa”, “malvada” e “megera” Maria. O uso deste último termo pode ser melhor compreendido precisamente quando colocado ao lado da caracterização do homem vitimado: ele era – segundo o jornal – pacífico, tranquilo, imerso em seu tranquilo dormir. Uma “megera” era uma mulher má, de “gênio mau”, e isso – de acordo com a construção feita pelo *Echo do Sul* – especialmente

⁴⁵ O verbete encontra-se em: Carvalho e Deus (1890, p. 590).

⁴⁶ Ao longo do tempo em que o *Diario do Rio Grande* (1848-1910) e o *Echo do Sul* (1858-1934) estiveram em atividade, ocorreram algumas mudanças em suas inclinações políticas. No caso do primeiro periódico, é digno de nota sua mudança para uma inclinação liberal, ocorrida em 1877. Para mais informações sobre a imprensa na Cidade de Rio Grande, ver: Alves (1998). Para mais informações sobre como estes jornais se posicionavam no que se refere às questões da escravidão, ver: Moraes (2014).

quando sua malvadeza era direcionada contra um homem “inocente”. Assim, a “megera” Maria impunha sua incorrigível maldade sobre o “pobre” Alves Pereira...

Examinadas as notícias que relataram o caso em Rio Grande, é importante examinar o processo-crime propriamente dito. Quais foram, exatamente, as motivações para o crime? O que levou Maria a encontrar-se com seu amásio e assassiná-lo daquela forma? Suas intenções podem ser mais bem evidenciadas através de seu próprio depoimento:

Perguntado se conhecia o português Antônio Alves Pereira, que foi encontrado assassinado no dia onze de maio deste ano, na chácara de João Pinto, onde era ele capataz e ali residia? Respondeu que o conhecia a quatro meses. Perguntada se tinha relações com ele, e se frequentava a casa dele? Respondeu que tinha, e frequentava a sua casa. Perguntada se ela interrogada sabia quem o assassinara e qual o motivo? Respondeu que foi ela ré, e que o motivo foi porque o assassinado não quis que ela ré fosse a cadeia pedir venda a sua senhora, porque anteriormente havia-lhe prometido liberdade, digo, prometido libertar e a estava embromando, e faltando a sua promessa e escondendo até a chave para que ela ré não saísse de casa.⁴⁷

Em alguma medida, o ocorrido diverge do que havia sido noticiado na imprensa. Especialmente no que se refere às ações da vítima, o capataz português Antônio Alves Pereira. De acordo com o depoimento de Maria, Antônio Alves Pereira prometera comprar sua liberdade. Não há maiores detalhes: de quanto dinheiro ele dispunha, quando ele teria feito esta promessa, quais suas intenções com ela. Mas é possível analisar algumas questões. O amásio da escravizada estava “embromando”. O que esta “embromação” poderia significar? Talvez, ele tenha feito a promessa no ímpeto de seu sentimento por Maria, sem pensar que teria de cumpri-la. E depois se viu na impossibilidade de conseguir o dinheiro para alforriá-la. Aparentemente, o dinheiro que o *Echo do Sul* acusava Maria de querer roubar não existia; ou, se existia, não teve relevância para motivar o crime. Outra explicação é que ele nunca pensou em comprar sua manumissão, mantendo a promessa vazia somente para delongar tanto quanto possível o relacionamento. Por fim, ele pode ter mudado de ideia – quem sabe, com medo de que, uma vez com a carta de liberdade em mãos, Maria o dispensasse para aproveitar sua tão sonhada e desejada autonomia.

Que motivos teria para querer impedir um possível término da relação? Uma das informações a respeito da “amizade” que havia entre os dois aponta para o fato de que se conheciam há três meses. Além disso, Maria frequentava o casebre com alguma frequência.

⁴⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 306, 1873.

Em seu depoimento, o polieiro baiano Manoel da Costa Vieira – em cuja residência Maria estava alugada – afirmou que a escravizada havia fugido da casa para se encontrar com o capataz. Tudo indica que as escapadelas eram corriqueiras, posto que o polieiro não fez grande caso do fato. A condição de mulheres escravizadas era muito diferente da que se colocava para suas congêneres brancas e de elite. Enquanto estas – idealmente, pois a realidade nem sempre condizia com as expectativas – permaneciam no espaço restrito da residência, aquelas estavam em constante contato com a rua, trabalhando no ganho ou no serviço doméstico. Como já sugerido em outro trabalho,⁴⁸ não é de todo impossível que a escravizada realizasse atividades domésticas e fizesse atividades de cuidado para o português. De toda forma, quaisquer que fossem as razões para enrolar sua amásia, Antônio Alves Pereira não foi totalmente pacífico. Diferentemente do quadro apresentado pelo *Echo do Sul*, de um homem inocente, o português tentou impedi-la de deixar o local e ir à sua senhora pedir autorização para comprar a liberdade. Chegou mesmo a esconder a chave do casebre para trancar Maria com ele, evitando que ela tomasse a iniciativa de negociar a liberdade.

Um detalhe importante desta história relaciona-se, justamente, com quem ela desejava se encontrar para agenciar sua alforria: sua senhora. Em seu testemunho, Maria afirma que, depois de desferir o golpe de tijolo sobre seu amásio, saiu do casebre e foi até a cadeia dar parte a ela. Inicialmente, o processo-crime indica ser Maria Christina da Silveira a então proprietária de Maria. E Maria Christina da Silveira encontrava-se presa – de acordo com os autos, por causa de uma dívida que contraíra. Todavia, um ofício enviado às autoridades aponta que esta não era a verdadeira senhora dela. O leitor atento percebeu, pelo *Diário do Rio Grande*, que ela pertencia à menina Olívia Nunes Ferraz. Mas esta não é a única informação relevante. O documento anexado aos autos o confirma. Por meio dele, Maria Christina da Silveira afirmava que a escravizada pertencia à “menina Olívia, de sete para oito anos de idade”. Mais do que isso, declarava que esta era muito pobre, e que era senhora de Maria pelo fato de que um de seus protetores havia comprado para ela, “quando a mesma foi em praça como bens de ausentes”. A pobreza de Olívia é reforçada pelos autos em outra ocasião – na hora de pagar as custas do processo. O Juiz declarou que fossem “pagas as custas pela municipalidade, por ser miserável a menor Olívia, senhora da ré”.⁴⁹

⁴⁸ Ver: Reisdorfer (2023).

⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 306, 1873.

A condição da senhora – a proprietária, que não necessariamente quem exercia sua autoridade sobre a escravizada – de Maria suscita algumas questões. Qual a relação de Maria com sua senhora, a menor Olívia? Qual o jogo de expectativas e obrigações mútuas estabelecidas entre ambas? A relação de dependência – ou codependência – em um cativeiro nestas condições difere da escravidão sob um grande ou médio proprietário? Haveria algum acerto tácito entre Maria e os protetores da menina Olívia (por exemplo, uma promessa futura de alforria)?

Até o presente momento da produção desta pesquisa, não é possível responder a todas estas perguntas – algumas delas, inclusive, sequer poderão ser respondidas somente com a trajetória de Maria. É interessante, no entanto, suscitar a reflexão, para que se possa complexificar a análise da realidade específica da escravidão sob o contexto da precariedade senhorial. O problema dos “senhores precários” não é novidade na historiografia. Como se pode pensá-los? De acordo com Espada Lima:

Considerando os dados agregados sobre os inventários, ficou evidente a participação desproporcional dos solteiros e viúvos (mulheres, em particular), nesse quadro. Eles seriam aqueles particularmente mais vulneráveis ao enfrentarem a doença e a idade sem auxílio. São eles que [...] identifico como “senhores precários”, não para relevar o lugar que ocupavam como proprietários de outros seres humanos reduzidos à escravidão e de cujo trabalho aproveitavam, mas para enfatizar o fato de que, a despeito de sua condição e estatuto, enfrentavam limites incontornáveis na sua capacidade de exercer suas prerrogativas “senhoriais”. Eram esses mesmos limites que os levavam forçosamente a negociar com seus escravos em termos que permitissem a estes uma chance maior de extrair dessas negociações arranjos mais vantajosos, condição que a maior parte das pessoas escravizadas raramente obtinha (Lima, 2020, p. 244).

Ao contrário da realidade estudada pelo autor, na qual os “senhores precários” eram, em sua maioria, homens e mulheres solteiros e viúvos, com dificuldades na velhice e na doença, Maria Cabeça pertencia a uma menina pobre. Não se dispõe de qualquer informação sobre possíveis acertos entre a escravizada e sua jovem senhora (ou com os protetores dela). Mas se tem um indício de como ela contribuía para Olívia. A escravizada de Santo Antônio da Patrulha era alugada na casa do polieiro Manoel da Costa Vieira: provavelmente, a renda auferida do aluguel era utilizada para o sustento da menor Olívia. A orfandade, portanto, também poderia ser uma situação de precariedade senhorial. Isto não significa dizer que proprietários sob esta condição (por meio de seus responsáveis) não pudessem exercer seu domínio senhorial; exerciam-na, sim, com limitações,

necessitando, quiçá, negociar e tecer arranjos nos quais seus escravizados poderiam mais facilmente obter ganhos e melhorias em sua condição.

Todavia, quaisquer que fossem as possibilidades e arranjos de dependência ou codependência entre senhores precários e seus escravizados, no caso de Maria Cabeça, eles não se concretizaram. Em agosto de 1871, ela foi condenada à prisão perpétua com serviço “análogo ao seu sexo”. A condenação foi pelo Art. 192 do Código Criminal do Império, combinando uma série de circunstâncias agravantes: de ter cometido o crime à noite; de estar em superioridade de armas, de modo que a vítima não pudesse se defender; de ter praticado o crime com surpresa. As únicas circunstâncias atenuantes aplicadas ao caso foram as do Art. 18 § 1º e 10º. Elas se referem, respectivamente, ao fato de a ré não ter tido pleno conhecimento do mal nem intenção de o praticar (pois em seus depoimentos Maria declarou que não desejava matar Alves Pereira) e de ela ser menor de vinte e um anos quando cometeu o crime.

Mais de vinte anos depois, ela entrou com uma requisição. O documento demandava sua soltura. O advogado Luiz Cândido Teixeira elaborou interessante argumentação, explorando brechas legais abertas pela promulgação de um novo código, o Código Penal de 1890. Ele empregou três aspectos legais trazidos por este corpo legal: o fim da pena de prisão perpétua, a obrigatoriedade de aplicação da menoridade como circunstância atenuante para réus menores de dezessete anos, a retroatividade da nova regra. Teixeira apontava que a escravizada estava presa há mais de vinte e um anos; contudo, pelas regras do novo código, ela deveria permanecer apenas dezesseis anos presa. Portanto, já havia ultrapassado a pena que deveria cumprir. Em tudo isso, há um detalhe importante: sua idade. Para poder fundamentar sua soltura, seu advogado deveria provar que ela tinha menos de dezessete anos. Em anexo à requisição, vinha transcrito o registro de batismo de Maria:

Aos vinte um dias do mês de Agosto do ano de mil oitocentos e cinquenta e cinco, nesta freguesia de Santo Antônio da Patrulha, batizei solenemente e pus Santos Óleos à Maria, nascida a vinte de Agosto de mil oitocentos cinquenta e quatro, filha natural de Leonor, escrava de Venâncio José de Oliveira Furtado; foram padrinhos Diogo e Ignácia, escravos de José Rodrigues Garcia. E por ser verdade fiz este assento que assinei. O Vigário Manoel Soares Gomes. O referido é verdade e dou fé.⁵⁰

⁵⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 306, 1873.

Maria Cabeça, entretanto, nasceu em 1850, tendo sido batizada no ano seguinte, em 1851, conforme seu registro de batismo.⁵¹ Na verdade, a transcrição presente no auto criminal é igual ao seu registro: os únicos aspectos que diferem são seu ano de nascimento e o ano em que foi batizada, respectivamente, 1854 e 1855. Não há dúvida: de alguma forma, o advogado Luiz Cândido Teixeira “fraudou” o documento, proporcionando que Maria deixasse a prisão depois de mais de vinte anos. Não é possível saber se Teixeira, com sua artimanha, “enganou” as demais autoridades envolvidas no processo ou se se tratou de um combinado para libertar uma mulher que já estava há muito tempo na prisão. O fato é que o estratagema foi bem-sucedido: em 29 de março de 1893, é determinada sua soltura.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procurou-se expor parte da pesquisa de doutorado realizada pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A investigação intenta partir da trajetória da escravizada Maria Cabeça, que viveu no Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX, para analisar questões como a escravidão em múltiplos contextos (como o urbano e o rural, por exemplo), o gênero, a inter-relação entre gênero e condição jurídica, a criminalidade escravizada, a menoridade penal, o Código Penal de 1890, entre outras questões. A parte da pesquisa que aqui se deslindou refere-se ao último dos cinco processos-crime em que Maria se envolveu: o assassinato do português Antônio Alves Pereira, em 1871, no qual ela foi ré e condenada à prisão perpétua. Buscou-se apresentar o projeto em seus objetivos e em seu delineamento teórico-metodológico, ainda que brevemente, narrando a trajetória de Maria. Procurou-se, também, analisar o modo como a imprensa rio-grandina noticiou o caso, estabelecendo alguns estereótipos e concepções acerca de uma ré escravizada, como a associação entre a cor negra e a “malvadeza” e a desumanização e animalização.

Em seguida, foi analisado o processo-crime aberto para investigar e julgar o homicídio. Entre as razões elencadas pela ré para o crime, desvela-se uma determinada dinâmica de gênero no relacionamento entre Maria e Alves Pereira. Este utilizou promessas de liberdade e protelou sua consecução ao máximo, impedindo-a, quando confrontado, de ir consultar a protetora de sua senhora na prisão. O resultado desta tentativa de cerceá-la foi provocar sua reação, que redundou no crime de homicídio. Além disso, foi possível observar o lugar daquela escravizada – alugada para o serviço doméstico – na escravidão

⁵¹ Diocese de Porto Alegre. Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha. Livro 03, p. 120, 1851. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

rio-grandina: mais especificamente, o fato de que pertencia a uma senhora em situação de vulnerabilidade, a menor Olívia Nunes Ferraz, descrita nos autos como uma menina pobre. Por fim, o desfecho do caso suscita pensar as brechas legais abertas pelo advento de um novo código penal. Ressalta-se que ainda há muitos aspectos a serem aprofundados nesta pesquisa, uma vez que ela ainda está em seu início.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 306, 1873.

Diario do Rio Grande, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 6696, Ano XXIV, p. 1. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Echo do Sul, Rio Grande, 14 Mai. 1871, n. 110, Ano XVII, p. 2. Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Diocese de Porto Alegre. Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha. Livro 03, p. 120, 1851. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CARVALHO, Antônio José de; DEUS, João de. **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil**. 5. ed. Porto: Lopes & Cia, 1890.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIAROLA, Flávio Raimundo. O “demônio negro”: o negro como maligno nas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). **Lócus: revista da história**, v. 24, n. 2, p. 413-429, 2018.

LIMA, Henrique Espada. Vulnerabilidades cruzadas: arranjos de codependência, segurança e trabalho entre ex-escravos e seus senhores precários (Brasil, século XIX). In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. (orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 231-248.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MOLET, Cláudia Daiane Garcia. **Chica Brincuda, a última a ficar nestas terras de escravos?: mulheres negras no Litoral Negro do Rio Grande do Sul**. Revista Mundos do Trabalho (online), v.11, p. 1-20, 2019.

MORAES, Elisabete Rodrigues. **A abolição da escravatura no Brasil sob o prisma da imprensa: fontes para o ensino e a pesquisa da História (1871-1885-1888)**. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justificando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. “**Já que a desgraça assim queria um feiticeiro foi sacrificado: curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas – RS, 1879)**”. Afro-Ásia, Salvador, v. 47, p. 119-159, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **O preto feiticeiro Sete Cabeças: a circularidade de crenças e religiosidades na sociedade escravista do XIX**. Revista Catarinense de História, n. 28, p. 14-33, 2016.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

REISDORFER, Douglas. **A trajetória de “Maria Cabeça”: escravidão, gênero e liberdade entre Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande (1850-1893)**. Faces de Clio, v. 9, n. 18, p. 143-169, 2023.

REISDORFER, Douglas. **Um porto negro ao sul do Império: estudo sobre escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

3.3

ABOLIÇÃO NA BANDA ORIENTAL E OS IMPACTOS NA RAINHA DA FRONTEIRA (BAGÉ/RS, 1842 a 1877)

*Frantiele Espindola Alvares*⁵²

Resumo: A pesquisa situa-se no extremo sul do Império do Brasil. Bagé, região próxima à cidade de Alegrete, compõe o principal pólo pecuário do Rio Grande do Sul no século XIX. A bibliografia tradicional e os moradores orgulham-se por este dado, inclusive, apelidando a cidade de *Rainha da Fronteira*, por sua importância econômica e localização de fronteira com o Uruguai, anteriormente denominado como *Banda Oriental*. Este trabalho se propõe a analisar como o sistema escravista brasileiro, mais especificamente bageense, foi impactado por sua localização, com os fluxos sociais, econômicos e migratórios dentro do Império do Brasil após a abolição no país vizinho, entre os anos de 1842 a 1877. O fim legal da escravidão no Uruguai a partir de 1842 e a proibição da saída dos cativos do Império para este país tensionou ainda mais as relações entre senhores e os trabalhadores escravizados. Neste trabalho, visamos demonstrar como a esfera senhorial, assim como a categoria formada por pessoas escravizadas faziam uso da migração como manobra e desdobramento das legislações. Para isto, utilizaremos dois processos judiciais de 1867 e 1877, respectivamente, que se encontram salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de exemplificar como essas relações foram afetadas em Bagé/RS.

Palavras-chave: Abolição; Liberdade; Bagé, Rio Grande do Sul.

⁵² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Programa de Excelência Acadêmica (Proex) – CAPES. Contato: frantielealvares2@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No dia 11 de dezembro de 1867, a queixa de João Gondene é encaminhada para o juiz municipal de São Sebastião de Bagé, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, acarretando na abertura de um processo contra o escravizado de nome Pedro por ter seduzido outros 3 cativos e os levado até o Estado Oriental do Uruguai. Na mesma cidade, em 1877, Joaquim Machado se encaminha até a delegacia de polícia para realizar uma denúncia contra o seu antigo senhor, Domingos José Machado, alegando que este estaria escravizando ilegalmente os seus filhos, Tertuliano, Joana e Maria, os quais teriam nascido no Estado Oriental do Uruguai. Ambas histórias se desenvolvem na cidade de São Sebastião de Bagé, durante o século XIX, cada uma delas com suas especificidades e diferentes atores sociais, mas o ponto de convergência entre esses dois casos é de extrema importância para a formulação da nossa pesquisa: a região fronteira do Rio Grande do Sul.

Para Marcelo Santos Matheus (2021, p. 40), um dos principais escritores sobre a região bageense, um dos aspectos que devemos destacar é justamente a sua fronteira com a Banda Oriental⁵³, onde havia um grande fluxo entre os dois lados da linha, em decorrência do número de proprietários de terras gaúchos estabelecidos também no Uruguai, isto é acarretado a partir de uma fronteira sem impedimentos geográficos, como um rio, por exemplo. Matheus compreende que a condição fronteira de Bagé podia ser significada de várias formas, tal como para negociações, comércio, contrabando ou fugas. Essa cidade, próxima à Alegrete, compõe o principal pólo pecuário do Rio Grande do Sul no século XIX. A bibliografia tradicional orgulha-se por este dado, inclusive, apelidando a cidade de *Rainha da Fronteira*, por sua importância econômica e localização de fronteira com o Uruguai. O autor Tarcísio Taborda (1966, p. 11) determina como marco de nascimento da cidade o ano de 1811, onde o exército de Portugal constituiu acampamento militar e iniciou a ocupação da região para defender o território contra os espanhóis, inclusive, na luta pela Banda Oriental, região atual do Uruguai. Além disso, Cláudio Lemieszek (1997, p. 115) evidencia que desde sua constituição, a cidade tem um perfil religioso presente, tendo em vista que a primeira capela foi edificada em 1820, dando início a formação da cidade, onde mais tarde seria Bagé.

⁵³ Optei por preservar a denominação “Banda Oriental” para o Uruguai, tendo em vista que a mesma é utilizada nas fontes trabalhadas na pesquisa.

Mariana Thompson (2014), ao trabalhar a questão da fronteira compreende a necessidade de lembrarmos o significado mais evidente desse território, que é justamente a vizinhança com o *outro*. Para a referida autora, embora a linha demarcatória seja abstrata, ela cumpre uma função concreta na vida dos sujeitos que ali vivem. Thompson confirma que, “essa percepção só foi possível por verificar na documentação que os fronteiriços reconheciam a linha por onde a fronteira passava e demonstravam nítida clareza de que circular do seu lado, ou do outro lado, acarretava diferentes ações e questões a serem levadas em conta”, (p. 62-63) o que significa que, embora a paisagem semelhante de ambos os lados tivesse contribuído para estruturas produtivas e sociais análogas, os fronteiriços tinham e têm consciência dos limites estabelecidos e que esses limites cumprem determinadas funções, dessa forma, possibilitando que os indivíduos possam manejar os recursos oferecidos pela fronteira a partir de uma ação consciente, “a fronteira funciona para ele como um espaço de estratégia que deve ser levado em consideração nas suas decisões cotidianas” (p. 72).

Mariana Thompson indica que a soberania de cada país se faz presente na região fronteira, seja por meio de uma burocracia específica, como as leis, guardas de fronteiras e alfândegas, isso significa que não podemos negar as diferentes relações travadas nesta região, onde as legislações se encontram e que não podem ser suprimidas pelos indivíduos que ali vivem, ou seja, é preciso que essas pessoas façam o uso do manejo desse espaço, com isso, a autora desenvolve acerca das relações na *fronteira manejada*. É a partir desse ponto que nossas histórias se conectam, isto é, compreendendo que os nossos atores sociais utilizaram o espaço da fronteira de maneira manejada, em uma região altamente complexa e passível de variadas percepções. Segundo Cesar Augusto Guazzelli, compreender a ideia de fronteira manejável significa entender que as pessoas da fronteira têm mais de uma possibilidade de sobrevivência e modalidade de poder, “implica pensar nos fronteiriços como indivíduos que têm plena consciência da presença do(s) Estado(s) e seus intentos de restringir as ambiguidades destes espaços” (Guazzelli, 2014, p. 178-179). Para o autor, o reconhecimento da existência da fronteira é o que possibilita o seu manejo e uso de estratégias adequadas para os dois lados da “linha”.

Keilar Grinberg (2013) também concorda com a ideia de uma fronteira concreta na mentalidade dos indivíduos que as cruzavam e afirma que além de delimitar o espaço das nações e dos Estados que se formavam, delimitavam também, no século XIX, demarcações entre a escravidão e a liberdade. Para Grinberg,

desde os tempos coloniais, mesmo sem uma conjuntura específica relacionada à emancipação, as fronteiras foram utilizadas por indivíduos que buscavam a liberdade, e serviram tanto a ameríndios, quanto aos cativos africanos ou seus descendentes; o ingresso em território estrangeiro, mesmo sendo empreitada de alto risco, era uma forma de tentar sair definitivamente do controle de seus senhores e das autoridades locais (Grinberg, 2013, p. 14).

Para além da ideia de fuga trabalhada neste momento por Grinberg, nosso trabalho tem como objetivo compreender como as complexas redes sociais e econômicas fronteiriças foram manejadas no período pós abolição uruguaia (1842) pelos atores sociais que residiam e transitavam naquela região, tanto a partir da perspectiva dos trabalhadores escravizados em Rio Grande de São Pedro, quanto para os senhores, que por diversas vezes eram proprietários de escravarias e terra em ambos lados da *linha*. Para isso, nos dedicaremos aos dois processos judiciais mencionados inicialmente, um deles contemplando a fuga coletiva de cativos e, o outro, sobre a escravização ilegal de três irmãos; os dois casos se desenvolvem no cenário fronteiriço entre Bagé e o Estado Oriental do Uruguai.

ESCRAVIZADOS SEDUZIDOS PARA O ESTADO ORIENTAL DO URUGUAI?

Pedro, escravizado por Joaquim Veríssimo Pinheiro, tinha 22 anos quando foi acusado de seduzir os escravizados de João Gondene e os conduzir para o Estado Oriental do Uruguai, em 1867. Pedro era peão na fazenda de seu senhor e morador da cidade de Bagé desde seu nascimento e, segundo relatos das testemunhas do caso, na noite de 15 de outubro de 1867, os cativos de nomes George, Florência e Geraldina desapareceram após a fuga coletiva com o réu do caso. Durante o interrogatório feito a Pedro, houve o questionamento de como foi possível a realização da fuga coletiva, tendo em vista a distância entre o réu e os demais fugitivos, pois é afirmado que uma das escravizadas encontrava-se em Bagé e Pedro estava no Rio Negro, na fazenda do seu senhor. A partir de então nossa história começa a ser problematizada, pois, ao trabalharmos com a região fronteiriça, alguns elementos podem se tornar confusos, tendo em vista o espaço transitório vivenciado pelos nossos sujeitos históricos. O Rio Negro, localização onde as testemunhas do caso afirmam que encontrava-se a fazenda de João Gondene, segundo Schafer e Branco (2015, p. 2-3), “é um curso d’água de domínio da união, transfronteiriço. Nasce no Brasil, no município de Hulha Negra e adentra o Uruguai. Nesse país o rio Negro configura-se como um dos principais rios.”. O rio passa, tanto por Bagé, quanto por Aceguá,

Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e segue seu curso até o Uruguai, onde se configura em importantes reservatórios para a região. O processo envolvendo os escravizados Pedro, George, Florência e Geraldina é pouco desenvolvido em detalhes, talvez, em decorrência do retorno dos fugitivos para as estâncias dos seus senhores em um curto espaço de tempo, esse fato nos faz questionar alguns detalhes importantes que não estão descritos no documento, como, por exemplo, a localização precisa da fazenda do senhor João Gondene, que é citada mais de uma vez no processo com sua localização no Rio Negro, porém, sem maiores informações, é possível verificarmos duas hipóteses: a primeira, que se estivesse falando do departamento de Rio Negro, no Uruguai, que tem como capital a cidade de Fray Bentos e, a segunda hipótese, é que as testemunhas do caso estivessem se referindo a um local, dentro da jurisdição de Bagé, mas na encosta do rio denominado Rio Negro. A última hipótese é a mais plausível, pois a acusação do crime é justamente sobre o fato de Pedro ter conduzido os escravizados de João Gondene até o Uruguai.

O fato de Pedro ter sido acusado de seduzir os outros 3 cativos pode ser questionado. Afinal de contas, por que ele seria o responsável pela fuga para o Estado Oriental? No dicionário contemporâneo, encontramos a definição de *seduzir*, como o ato de “persuadir ardilosamente inclinado ao erro” e/ou “ter grande influência sobre”, dessa forma, podemos compreender que, segundo relatos, Pedro foi o responsável por influenciar os demais cativos à fuga. Conforme as testemunhas do caso, compreende-se que foi Florência quem fugiu dos seus senhores e, com medo de ser castigada, procurou Pedro para lhe auxiliar em escapar até o Uruguai. Conforme Jônatas Caratti (2023), o período entre guerras, Farrroupilha (1835-1845) e a Guerra Grande, no Uruguai (1839-1851), significou maiores chances de fuga para os escravizados do Rio Grande do Sul para o país vizinho, tendo em vista o clima conflituoso nos países e, conseqüentemente, a desestabilização das suas fronteiras e de suas produções. Em contrapartida, ao estudar a região fronteira, Caratti compreende que no período pós guerra, a fuga para a Banda Oriental não era tarefa fácil, pois os escravizados eram visados nesta região, inclusive, sendo comum que um capitão do mato ingressasse no país vizinho em busca de cativos fugitivos. Para o referido autor, “no ano de 1857, as fronteiras já estavam mais vigiadas, e era necessário fugir acompanhados por alguém experiente e, principalmente, *branco*” (Caratti, 2023, p. 128). Já Mariana Thompson Flores (2014) indica que o Estado se faz presente na região fronteira, justamente pelo contato constante com o *outro* e, por isso, se torna necessário que os governos, dentro de suas linhas demarcatórias, reiterem ou busquem instituir ali o

espírito nacional. O protagonista da nossa história, Pedro, era descrito como preto no processo, porém, podemos pensar que o possível fator influente para a execução da fuga dele e dos demais cativos para a região uruguaia fosse a posição que ele ocupava na estância do seu senhor. Pedro é descrito como peão, o que significa que ocupava um cargo importante na lida com o gado e, também, que pudesse viabilizar sua fluência na região fronteira entre os dois países.

A primeira testemunha que depôs no caso, Antonio Gontan, confirma que conhecia o preto, porém, ignorava se o seu status era de escravizado ou livre. Além disso, Antonio Gontan informa que Pedro trabalhava como peão para o queixoso, ou seja, o senhor João Gondene, o que significa que, possivelmente, o preto estava alugado a este último senhor. Em meio aos processos criminais do século XIX, o depoimento das testemunhas é de extrema importância, pois é a partir dele que podemos extrair diversas informações do cotidiano desses sujeitos. Antonio Gontan, ao afirmar que não sabia qual era o status legal do preto Pedro nos demonstra a fluidez que esse indivíduo tinha naquela região e, podemos sugerir que, a figura desse cativo possa ter sido essencial para a realização da fuga coletiva. Além disso, essa testemunha afirma que os escravizados Pedro, George, Florência e Geraldina apenas regressaram do Estado Oriental do Uruguai após serem apreendidos no Passo do Polanco, cidade do departamento de Tacuarembó, no país vizinho. Esta última informação nos faz compreender o motivo pelo qual temos um processo tão pouco desenvolvido: com o retorno dos escravizados fugitivos para a fazenda dos seus senhores, não havia motivos para maiores investigações. Conforme indícios, os cativos fugiram no dia 15 de outubro de 1867 e após seu regresso para Bagé, Pedro foi mantido na prisão até ser incurso no artigo 269 do código criminal⁵⁴ e em janeiro do ano seguinte, o juiz municipal decide que “não se provando suficientemente com testemunhas, de vista o fato criminoso atribuído ao réu, julgo improcedente o presente processo”⁵⁵.

A história de Pedro, George, Florência e Geraldina pouco se desenvolve no processo criminal, tudo que sabemos é que Florência foi a primeira a fugir, levando consigo George e sua filha menor, Geraldina. Após a fuga, o medo de ser castigada a fez procurar a ajuda de

⁵⁴ Nesse momento, trata-se do código criminal de 1830. O artigo 269 está inserido no crime contra a pessoa e contra a propriedade. Art. 269: Roubar, isto é, furtar, fazendo violência à pessoa, ou às coisas. Para mais, consultar: BRASIL, Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>

⁵⁵ APERS, Acervo do Judiciário, Bagé, I Vara Cível e Crime, processos-crime, nº 3647, maço 95, estante 43, 1867.

Pedro, para que fossem atravessados pela fronteira até o Uruguai. Chegando ao Uruguai, logo foram detidos e trazidos de volta para o Rio Grande do Sul. Nada sabemos sobre o futuro desses quatro sujeitos após findar o processo criminal, apenas que Pedro foi solto da prisão que se encontrava, o que provavelmente significa que a mão de obra desse trabalhador escravizado valia muito mais se ele estivesse solto do que mantido preso por uma fuga mal sucedida. Neste momento, podemos pensar como o objetivo comum uniu esses 4 fugitivos. Embora não saibamos qual o grau de envolvimento entre eles, sabemos que buscavam a mesma coisa: a liberdade. Além disso, é possível verificar que, embora o processo abolicionista do Uruguai tenha ocorrido já no início da década de 1840, 25 anos depois, nossos personagens sofrem com as armadilhas senhoriais nesta região que já tinha, em linhas gerais, acabado com a escravidão, mas não a superado, afinal de contas, foram detidos pelas autoridades uruguaias, após receberem notificações sobre a fuga. Além disso, os acordos inter-fronteiriços entre os dois países protegia os interesses comerciais dos proprietários de escravarias do Rio Grande, possibilitando sua captura e devolução ao estado gaúcho.

A DISPUTA PELA CIDADANIA E LIBERDADE: UM CASO DE ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL

Aos nove dias do mês de maio de 1877, foram intimadas as testemunhas para que fossem depor perante o juiz municipal de Bagé no caso que iremos trabalhar a partir de agora. É bem verdade que essa história se inicia muito antes desta data, mas aqui, seguiremos os autos do processo que vamos acompanhar. Joaquim Machado, preto liberto, de procedência mina, abre um processo contra Domingos José Machado, seu antigo senhor do qual carrega o sobrenome, acusando de ter este último, escravizado seus três filhos de nomes Tertuliano, Joana e Maria ilegalmente. O longo processo-crime, que tem em torno de 150 páginas, se inicia com as certidões de batismo dos três cativos, as quais foram enviadas pelo cartório eclesiástico da cidade para comporem os autos do processo em abril de 1877. Esses documentos são de extrema importância para o nosso caso, pois é a partir dele que Domingos José Machado tenta comprovar que os três filhos de Joaquim Machado e Graciana são nascidos na província de Rio Grande, na cidade de Bagé, enquanto o africano mina tenta provar justamente o contrário: a cidadania uruguaia no período pós abolição e, com ela, o direito de liberdade dos seus filhos com a preta, também liberta e de procedência mina, Graciana.

Nas certidões de batismo de Tertuliano e Joana constam datas de agosto de 1867, dez anos antes do início formal do processo. Neste momento, os irmãos tinham 17 e 8 anos, respectivamente. Já o batismo de Maria data julho de 1872, quando ela tinha 9 anos de idade. Nos três documentos, o local de nascimento é registrado enquanto freguesia de Bagé. Como mencionado previamente, este dado é de imensa importância para o nosso caso. Outra peça de grande relevância para um processo judicial, é o registro dos depoimentos das testemunhas, neste caso, elas nos revelam algumas ambiguidades da história da família de Joaquim e Graciana. Aos 25 dias do mês de junho de 1877, Benito Gontan, de 61 anos de idade, casado, como ocupação constava ser “proprietário”, o que provavelmente significa que ele tinha posse de reses, residente do município de Bagé foi testemunha do caso:

Disse que sabe por ouvir dizer que a referida preta Graciana estava no Estado Oriental quando pariu ali naquela república os seus três filhos, Tertuliano, Joana e Maria, e que por isso, lhe tem dito que são eles forros (...) disse mais, que consta a ela testemunha que o referido Pedro Gonçalves declarou na delegacia de polícia que ele era padrinho da crioula Maria, e que quando a batizou o fez como forra, e que agora não sabe como nos assentamentos do batismo dela, está ela como escrava de Domingos José Machado e afilhada de Fermiano Gregório Gonçalves. Em tempo ela testemunha retificou o nome acima de Maria pelo de Joana.⁵⁶

Benito Gontan traz uma informação substancial para o caso, a qual, aparentemente foi ignorada pelo juiz do termo, pois nada é investigado em relação ao possível fato de Joana ter sido batizada em uma ocasião distinta e por outro padrinho que não consta na certidão apresentada em juízo. Além disso, o perfil de Benito Gontan aparentemente contempla o estereótipo de uma pessoa valorizada na região de Bagé no século XIX, pois era um homem adulto e possivelmente de posses e, também, essa testemunha tem o sobrenome Gontan, que coincide com o processo trabalhado anteriormente onde Antonio Gontan, de 52 anos de idade, casado, natural da Espanha, negociante e morador de Bagé também foi testemunha. É bem possível que ambos sejam parentes próximos, mas neste trabalho não objetivamos descobrir essa rede de parentesco, porém, torna-se relevante compreendermos o nível de importância social que as testemunhas dos casos tinham nesse momento.

⁵⁶ APERS, Acervo do Judiciário, Bagé, I Vara Cível e Crime, processos-crime, nº 3962, maço 103, estante 43, 1877.

Além de Benito Gontan, outras testemunhas do caso confirmam a possível nacionalidade uruguaia dos três irmãos. No inquérito policial, Serafim Correia, de 44 anos de idade, solteiro, jornalista, africano. Respondeu que

conhece há muitos anos a preta Graciana, que esta no tempo da revolução nesta província, sendo ela ainda nova foi mandada para a República do Estado Oriental do Uruguai (...) Depois bastantes anos a referida Graciana pariu os seus filhos de nome Tertuliano, Joana e Maria, cujos foram nascidos naquela República, como acaba de declarar e que por isso, em vista do lugar em que nasceram, julga que são eles forros e não escravos.

Gentil Pereira da Silva Pinto, disse que “sabe por ouvir dizer que esses três crioulos são forros por terem estado na República Estado Oriental do Uruguai e que nada mais sabe a tal respeito”. Porém, ao decorrer do processo outras testemunhas dizem o contrário e negam que os três irmãos tenham ido em algum momento para o Estado Oriental: João Teixeira Pinto disse que “conhecia os crioulos e sempre os viu como escravos de Machado, que nasceram em Pirai e nunca foram ao Estado Oriental com o seu senhor”. Manoel Ferreira Porto disse que “tem relações com Machado há mais de 14 anos e sempre foram tidos e havidos como escravos do réu, além deles, outras quatro testemunhas confirmam que os três cativos sempre foram tidos como escravos”.

Em 10 de maio de 1877, Joaquim Machado, respondeu o auto de perguntas realizado pelo delegado de polícia da cidade.

Respondeu que quando esta província se achava em revolução, ele respondente era escravo de Domingos José Machado e igualmente a sua parceira de nome Graciana, e por causa dessa revolução foram eles mandados para a República Oriental do Uruguai e para a fazenda de seu senhor, lugar denominado Cerro Chato. Que passado muitos anos a referida Graciana teve ali seus filhos de nome Tertuliano, Joana e Maria e quando os dois primeiros já grandes, os fizeram vir para esta cidade e os batizaram e, quando Domingos Machado voltou a sua chácara perto desta cidade e onde se achava, disse que os referidos menores haviam sido batizados como forros que eram. Disse mais, que Tertuliano, Joana e Maria são seus filhos, motivo porque trata da liberdade deles.

Podemos dizer que o pai de Tertuliano, Joana e Maria é o principal personagem da nossa história, pois em várias circunstâncias ele demonstra-se incansável na busca em provar a cidadania uruguaia dos seus filhos e, com isso, o direito à liberdade. Um dos momentos importantes para o processo é quando Joaquim Machado vai atrás do comprador da sua filha mais jovem, Joana. Em 2 de julho de 1877, a delegacia de polícia escreve para o juiz municipal, alegando que Joana foi vendida para o senhor Leopoldino da

Costa Cabral de forma ilegal. É informado que “se vê que Domingos Machado vendeu a crioula Joana, e que depois uma simples carta de Cabral ameaçando denunciá-lo à justiça pela venda que havia feito da dita crioula, fez com que ele Machado restituísse o dinheiro que havia recebido, logo, Machado temia ser denunciado e, se temia, era porque a venda não era legal”. Neste momento, ressaltamos que José Domingos Machado já havia sido preso, pois em junho do mesmo ano, o promotor público passou mandado de prisão em segredo de justiça, pelo crime presente no artigo 179 do código criminal, sem possibilidade de fiança. Neste momento, o código criminal vigente referia-se à Lei de 16 de dezembro de 1830, onde o dito artigo tratava dos crimes contra a liberdade individual, criminalizando o ato de reduzir à escravidão pessoa livre. Neste momento, podemos nos perguntar qual o motivo pelo qual o mandado de prisão é realizado em segredo de justiça e, também, por que o permanecimento de José Domingos Machado na prisão ocorre de forma tão rápida, pois logo em seguida, com menos de 20 dias de prisão, o juiz municipal de Bagé declara as queixas improcedentes:

vistos estes autos em que é autor a Justiça Pública e réu Domingos José Machado, julgo **improcedente a presente queixa**; por quanto nem com o depoimento das testemunhas, nem com os documentos juntos, se prova a posse de liberdade de Tertuliano, Joana e Maria, condição indispensável para a existência do crime código criminal, artigo 179.

Dessa maneira, podemos verificar que o processo corre de maneira bastante acelerada e, levando em consideração apenas os depoimentos das testemunhas favoráveis à versão do réu. No dia seguinte à declaração do juiz do caso, a Delegacia de Polícia do Termo de Bagé envia uma declaração, informando que algumas testemunhas do caso haviam cometido perjúrio perante o tribunal do júri.

No firme proposito em que me acho, de empregar tudo que for em bem da justiça pública, no processo instaurado contra Domingos José Machado por crime de reduzir a escravidão pessoa livre, tratei por isso de saber qual motivo que teve a testemunha Frederico Thomaz, para se dizdizer na formação de culpa, do seu depoimento nesta delegacia. Fiz por isso vi-lo a minha presença e interrogando. Declarou que se cometeu perjúrio, foi subornado por Venâncio Bina, parente daquele réu, também a mulher de Frederico foi interrogada sobre tal suborno e confirmou tudo o que disse o marido, como tudo verá Vossa Senhoria. Tais autos que junto envio. Vou mandar vir igualmente para ser interrogado o indivíduo Adão de que fala a mulher de Frederico no seu depoimento. E preciso dizer a Vossa Senhoria, que infelizmente Bina é o subdelegado de Polícia desta cidade, e por isso, vou levar o ocorrido ao conhecimento do Doutor Chefe de polícia, para que avalie procedimento tão moral de seu subdelegado.

Deus guarde Vossa Senhoria.

Após essa grave acusação contra o réu, além de Frederico Thomaz, mais uma testemunha confirma que foi aliciado por Venâncio Bina, desta vez, o africano Jerônimo Corrêa. Para além disso, neste momento em que Joaquim Machado lutava pela liberdade dos três filhos, nos perguntamos onde estava Graciana, a mãe dos irmãos escravizados, que até o momento não tem voz no processo e é então que descobrimos que a africana encontrava-se na Banda Oriental do Uruguai, trabalhando para o réu Domingos José Machado em sua estância, há mais de 4 anos. Isso significa que, provavelmente Graciana tinha um contrato de trabalho com o seu antigo senhor, algo corriqueiro na região fronteira, onde os escravizados que foram libertos tinham algum tipo de acordo para que pudessem atravessar a fronteira para o Uruguai. Segundo Jônatas Caratti, era previsto na legislação do país vizinho o impedimento de entrada de trabalhadores escravizados na região a partir da retificação do Tratado de Devolução de Escravos de 1851 e, também, “o governo uruguaio enfatizava, via Tratado de 1851, que era expressamente proibida a entrada de escravos para servirem as estâncias dos rio-grandenses” (Caratti, 2023, p. 145). Para Caratti, embora a legislação tivesse como objetivo prejudicar o interesse dos brasileiros estabelecidos em solo uruguaio, as determinações por estes fora utilizada de outra forma, a partir dos contratos de trabalho, que serviram como uma maneira de burlar a legislação a partir de alforrias condicionadas a determinados anos de serviço prestado em troca da liberdade, que neste momento era tensionada pela designação do comprimento do acordo. O referido autor conclui também a existência de trabalhadores que eram enviados até o país vizinho sem o contrato:

escravos que eram levados para o Uruguai através de uma alforria que os obrigava a certos contratos de trabalho. Percebemos que a maior parte dos cativos recebia a alforria após o retorno ao Brasil, e não ao serem enviados. Assim, concluímos que os contratos “de ida” eram menores que as alforrias “de volta”. (Caratti, 2023, p. 376)

Isso significa que, a maioria dos escravizados ou libertandos, acabavam ingressando no Uruguai sem que os seus senhores cumprissem a legislação vigente. É verdade que no período em que Graciana estava no Estado Oriental já era considerada livre, mas nada sabemos sobre a existência ou não de um contrato. Além disso, o seu companheiro Joaquim Machado vai até a delegacia de polícia denunciar o impedimento de Graciana daquele local de trabalho em que se encontrava. O seu companheiro afirma que ela era capaz de trazer provas e dar depoimentos comprobatórios da nacionalidade dos seus três filhos. Como vimos anteriormente, José Domingos Machado era, provavelmente,

um homem influente na região, pois além de ter posses dos dois lados da fronteira, ser proprietário de escravarias, tinha também, redes de parentescos com o subdelegado de polícia da cidade.

Logo em seguida, em 28 de julho de 1877, foi passado o alvará de soltura a Domingos José Machado. O juiz municipal declara que nega o recurso interposto e diz que “não pode ser por este juízo deferida as petições (...) por quanto, as testemunhas nelas indicadas, a exceção de uma, todas as mais não constam da formação de culpa”.⁵⁷ Dessa forma finda o processo que acompanhamos até aqui e compreendemos como a luta dos escravizados pôde ter ido além da ideia dual que por muitos anos acompanhou a historiografia brasileira, para além do cativo agressivo ou passivo, o processo que envolve a família de Joaquim Machado e Graciana nos demonstra que temos uma luta pela liberdade, pelas relações familiares e sua permanência para além do sistema escravocrata. Embora nossa história não tenha um final conveniente para esses atores sociais, os documentos nos permitem compreender um pouco mais sobre as relações no século XIX e como no momento da nova legislação abolicionista, o sistema ainda operava a favor dos senhores. No trabalho produzido por Jônatas Caratti, *Solo da Liberdade*, também temos a exemplificação de uma disputa pela cidadania uruguaia dos personagens principais, porém, no processo judicial que Caratti trabalha e desenvolver sobre a embaixada do país vizinho é bastante enfática para comprovar a identidade da cativa Faustina, o que não aparece em nosso caso. O referido autor confirma que não se trata de pura benevolência do Estado Uruguaio, mas sim, a forma de demonstrar sua autonomia e efetivação da própria legislação frente ao país vizinho, ou seja, essa disputa não se tratava de libertar a cativa Faustina, mas sim, demonstrar sua potência e interesses.

Para além disso, podemos verificar como os tribunais poderiam servir de respaldo para escravizados e libertos que sentiam-se injustiçados de alguma forma ou tinham os acordos rompidos com os seus senhores. Luiz Gustavo Santos Cota (2011), ao trabalhar com processos judiciais em Ouro Preto, Minas Gerais, compreendeu que o campo legal poderia sim estabelecer um caminho para a liberdade e, é justamente nesse sentido que Joaquim Machado luta incansavelmente por seus 3 filhos. E além de lutar contra seu antigo senhor, o africano luta contra a máquina operante do Estado escravagista do século XIX.

⁵⁷ APERS, Acervo do Judiciário, Bagé, I Vara Cível e Crime, processos-crime, nº 3962, maço 103, estante 43, 1877.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se concentrou no impacto da abolição da escravidão no Uruguai (1842) e como isso afetou os fluxos migratórios de escravizados entre os dois países, além das tensões jurídicas e sociais que surgiram após a proibição da saída de cativos do Império Brasileiro para o Uruguai. Os dois processos até aqui trabalhados nos ilustraram como os trabalhadores escravizados e seus senhores manipulavam a fronteira como uma estratégia para alcançar a liberdade ou manter o controle sobre a mão de obra cativa.

Bagé, localizada na fronteira com a então Banda Oriental (atual Uruguai), foi um ponto de intensa circulação de pessoas e bens, e a cidade se destaca no contexto econômico e social do período. As questões sobre a fronteira são discutidas por vários autores, como Marcelo Santos Matheus, Mariana Thompson e Keila Grinberg, que indicam que, embora a linha fronteira fosse simbólica, ela moldava as relações de poder e as estratégias, principalmente dos escravizados que viam o Uruguai como uma possível rota para a liberdade. A fronteira, portanto, não apenas delimita territórios, mas funcionava como um espaço de resistência e estratégias para o exercício de poder por ambos os lados.

Os casos revelam como a fronteira foi utilizada por senhores e escravizados como uma ferramenta de manipulação e resistência, ilustrando as complexas redes de relações que se formaram nas áreas limítrofes. A fuga de cativos, por exemplo, era facilitada pela fluidez das fronteiras e pela experiência de indivíduos como Pedro, que, sendo peão, transitava com maior facilidade entre as estâncias e podia atuar como intermediário na travessia para o Uruguai. Apesar de o processo de abolição ter ocorrido no Uruguai a partir de 1842, as práticas de captura e devolução de fugitivos continuaram a acontecer, evidenciando as ambiguidades da escravidão na região fronteira.

Entretanto, o processo judicial de Joaquim Machado e sua luta pela liberdade de seus filhos Tertuliano, Joana e Maria revela não apenas as complexas relações de poder e resistência no Brasil do século XIX, mas também os limites e as contradições do sistema judiciário. O caso exposto, em que Joaquim busca provar a cidadania uruguaia de seus filhos e, por conseguinte, sua liberdade, é um exemplo claro de como os negros libertos tentavam, também por meios legais, romper as amarras do sistema escravocrata, enfrentando tanto a resistência dos senhores quanto as instituições que ainda sustentavam a escravidão no império.

Vimos também como a legislação uruguaia possibilitou uma brecha que muitos proprietários de escravizados usaram de maneira engenhosa, enviando seus cativos para o Uruguai sob a promessa de uma liberdade condicional em troca de serviços prestados, ou criando contratos de trabalho que de fato mantinham os indivíduos sob controle,

porém com um status legal diferente. Graciana, a mãe dos filhos de Joaquim, provavelmente estava em um desses casos, o que levanta uma importante questão: embora o processo abolicionista tivesse sido desenvolvido na região da Banda Oriental, até que ponto o país pôde ser considerado um *Solo da Liberdade*, como apontado por Jônatas Caratti em sua pesquisa?

O processo mostra uma dinâmica de luta entre as testemunhas que, de um lado, defendem a versão de Joaquim sobre a liberdade de seus filhos e, do outro, aqueles que mantêm a versão de Domingos José Machado, o antigo senhor, que nega essa liberdade. As testemunhas favoráveis a Joaquim, como Benito Gontan e Serafim Correia, indicam uma história de resistência e reivindicação de direitos que, embora baseados na cidadania uruguaia, são também uma afirmação de liberdade diante das instituições que ainda operavam a favor da escravidão. Essas testemunhas corroboram a tese de que os três filhos de Joaquim e Graciana nasceram no Uruguai e, portanto, eram forros. A explicação de que a mãe dos filhos teria sido enviada ao Uruguai durante a revolução para trabalhar e que ali ela teria parido os filhos, é uma forma de contestar a validade da escravidão sobre eles.

No entanto, o sistema judicial de Bagé, como revelado na decisão final, optou por ignorar a questão da cidadania uruguaia e focou apenas nas contradições locais, desconsiderando as provas documentais e testemunhais que favoreciam a versão de Joaquim. A decisão do juiz municipal de julgar improcedentes as acusações contra Domingos José Machado reflete o poder que os senhores de escravizados ainda detinham no processo judicial, especialmente considerando que a maioria das testemunhas que depuseram contra a liberdade dos filhos de Joaquim eram ligadas a interesses da elite local. O envolvimento de Venâncio Bina, subdelegado de polícia, corrobora a ideia de que a máquina de poder local, incluindo a polícia e as autoridades judiciais, estava profundamente comprometida com a manutenção do sistema escravocrata.

Em suma, os dois casos que acompanhamos nos demonstram que a abolição na região vizinha influenciou de diversas maneiras as relações senhoriais no estado gaúcho. A possibilidade de fuga fazia com que os proprietários de escravarias realizassem novos acordos com os seus cativos e gerando novas estratégias para estes mesmos escravizados. Em decorrência das posses de terras nos dois lados da fronteira, podemos observar a existência de uma fluidez nessa região, tanto por parte dos senhores, quanto dos cativos, porém, é válido lembrar que a fuga para o país vizinho não tratava-se de algo fácil e rotineiro na vida dos cativos. Com o segundo caso, pudemos observar que o solo de liberdade uruguaio também era composto por suas ambiguidades, operando, em alguns casos, favoráveis aos moldes escravocratas e favorecendo o sistema composto pelas elites locais e intraprovincial.

FONTES

APERS, Acervo do Judiciário, Bagé, I Vara Cível e Crime, processos-crime, nº 3647, maço 95, estante 43, 1867.

APERS, Acervo do Judiciário, Bagé, I Vara Cível e Crime, processos-crime, nº 3962, maço 103, estante 43, 1877.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>

CARATTI, Jônatas. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2023.

COTA, Luiz Gustavo. **Não só para inglês ver**: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais.. História Social (UNICAMP) , v. 21, p. 65-92, 2011.

GUAZZELLI, Cesar A.B. **Rio da Prata, Século Dezenove**: Fronteiras Espaciais, Textuais e Ficcionalis. *Diálogos* (Maringá. Impresso), vol. 18, p. 173-206, 2014.

GRINBERG, Keila (org.). **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América**. 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé: novos relatos de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. dita

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença: Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021

SCHAFER, Alexandro; BRANCO, Vivian. Mapeamento do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do Rio Negro-RS no ano de 2014. **XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hidráulicos, Brasília**, nov. 2015.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Govêrnos e Governantes de Bajé**: esboço de história política municipal. Informações, documentos e legislação. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

THOMPSON, Mariana Flores da Cunha. Apologia à fronteira (manejada): uma forma de entender a fronteira. In: THOMPSON, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de Fronteira**. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1843-1889). Porto Alegre: EDPUCRS, 2014, p. 63-104.

4

DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL: ENSINO E PESQUISA

4. DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL:
ENSINO E PESQUISA



Artigos Completos

4.1

RESISTÊNCIA EM ARQUIVO: NOVOS OLHARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA OS DIREITOS HUMANOS

Ana Carolina Ricardo Golombiewski⁵⁸

Erico Derosso Espindola⁵⁹

Resumo: A memória em torno da ditadura civil-militar segue em disputa na sociedade brasileira na efeméride de 60 anos do Golpe. Neste artigo é proposto pensar a forma com que ela é articulada na oficina “Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos”, desenvolvida pelo Programa de Educação Patrimonial (PEP), parceria entre o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir da reformulação das caixas didáticas dos processos de indenização de Claudio Gutierrez e Eloy Martins, articula-se os conceitos empregados para cada caso, dentro do campo de ensino de história da ditadura e de educação patrimonial. Com a análise do trabalho realizado é possível visualizar as continuidades e rupturas dos elementos explorados ao longo de 11 anos de oficina, além de pensar a forma que essa memória é evocada em diferentes momentos da breve democracia brasileira.

Palavras-chave: educação patrimonial, ditadura-civil militar, direitos humanos, resistência em arquivo.

A OFICINA E SUA REFORMULAÇÃO

Há 11 anos a oficina “Resistência em Arquivos: patrimônio, ditadura e direitos humanos” era lançada pelo Programa de Educação Patrimonial (PEP), parceria desenvolvida entre o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2009. A atividade, oferecida para estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio, objetiva difundir o fundo da Comissão

⁵⁸ RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 11.042, de 18 de Novembro de 1997. Reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

⁵⁹ Brasil, LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Especial de Indenização aos ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, salvaguardada no APERS desde de 2009. Criada pela lei nº 11.042 de 1997⁶⁰, a Comissão previu o reconhecimento do Estado aos danos físicos e psicológicos causados por ele durante o período da ditadura civil-militar, estabelecendo que os valores recebidos pelos indenizados variariam entre R\$5.000,00 e R\$30.000,00. Dos 1.704 processos, sete trajetórias atravessadas pela violência dos aparatos de repressão do período foram selecionadas para comporem a ação de educação patrimonial: Alcides Kitzmann, Antônio Nailem, Cláudio Gutierrez, Eloy Martins, Emílio Neme, Ignez Serpa e Nilce Azevedo. Cada processo selecionado vira uma caixa, a caixa conta com o processo na íntegra. Na dinâmica da oficina trechos do processo levam à três ou quatro envelopes que contém material de apoio para auxiliar o oficineiro e orientar os alunos na atividade. Cada caixa conta uma dessas sete trajetórias, o que permite trabalhar diferentes aspectos do período ditatorial brasileiro.

Importante situar o período em que a oficina se desenvolve: em 2012, ano anterior de sua criação, - a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instaurada pela presidenta Dilma Rousseff “[...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”⁶¹. Após mais de 20 anos da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a partir da Lei dos Mortos e Desaparecidos, que abre os caminhos para o reconhecimento do óbito de presos políticos, o estado brasileiro enfrenta suas questões com os vitimados pelo regime ditatorial. O impacto no debate público em torno da ditadura é evidente, pensava-se que ali poderia ser o começo de um enfrentamento frontal e histórico do Brasil com seu passado autoritário⁶². Desse modo, é impossível não relacionar a criação da oficina “Resistência em Arquivo” à tal contexto, como apontam as autoras da ação:

Incitados pelos debates travados no país em torno de nossa tardia Justiça de Transição, da memória, da história e da verdade relativas ao período da ditadura civil militar brasileira e, por todo o contexto já mencionado, não havia mais dúvidas de que o tema a ser abordado por nossa terceira oficina seria ditaduras e direitos humanos. (Alves; Brando; Menezes, 2015, p. 18)

⁶⁰ Um exemplo disso é a repercussão da CNV na mídia: **Brasil encara responsabilidade na ditadura, diz historiadora**. DW Brasil, 10 de dezembro de 2014.

⁶¹ Em pesquisa realizada pelo DataSenado em 2010, 83% dos entrevistados apontaram a democracia como o “o melhor sistema de governo”. **A democracia brasileira na opinião do cidadão**. Senado Federal, 29 de novembro de 2010.

⁶² **Governo Bolsonaro extingue Comissão de Mortos e Desaparecidos, que apurava crimes da Ditadura**. Brasil de Fato, 16 de dezembro de 2022.

De nenhuma forma, pensamos em romantizar ou idealizar a CNV, após uma década é possível perceber as limitações e erros realizados na implementação da mesma. Não vamos tão longe, no próprio momento, já haviam análises que apontavam os limites políticos da Comissão, como elabora a historiadora da ditadura Caroline Silveira Bauer (2014), por exemplo:

Em primeiro lugar, a Comissão Nacional da Verdade mantém o foco de sua análise no “sujeito vítima”. Apesar da ampliação do escopo de “vítimas” para os camponeses e indígenas mortos por questões políticas durante a ditadura civil-militar, a ênfase permanece nas ações de reparação para essas pessoas, e não para a coletividade de uma forma geral. (Bauer, 2014, p. 165)

Isso posto, a Comissão, mesmo com seus erros ou limitações, foi um avanço no cenário brasileiro, ao pensar em políticas de reparação e na luta pela memória e justiça, travada desde o processo de redemocratização em nome dos direitos humanos pelos familiares de mortos e desaparecidos. Ademais, a transição brasileira contribuiu “[...] sobremaneira para a diluição das responsabilidades, bem como para postergar as obrigações do Estado brasileiro em relação às violações de Direitos Humanos” (idem, p.114). Desse modo, a instauração da CNV reflete também um momento em que se via no cenário político um vislumbre de um espírito democrático brasileiro, uma legitimação da democracia representativa como sistema político, após décadas de eleições⁶³. Ainda, um suposto afastamento do passado autoritário brasileiro, com uma ausência de discursos golpistas e revisionistas na arena política hegemônica.

Como pudemos observar, nos anos seguintes a isso, houve uma radicalização de setores conservadores e apologistas da ditadura. O discurso antes recatado de legitimação do golpe e relativização da violência, agora faz parte do debate público, sintoma esperado de um país que lidou com a justiça de transição da forma que o Brasil lidou. Esse fator tem influência na eleição do ex-militar Jair Bolsonaro, declarado apoiador da ditadura e apologista de torturadores, que tem como ato durante seu governo, a extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos⁶⁴.

⁶³ O esquema de fronteiras era uma tática implementada por setores da militância de esquerda na ditadura, visava o transporte de perseguidos políticos para cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul. O esquema era comandado por Frei Betto e Marighella da ALN.

⁶⁴ MEMORIAL da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eloy Martins da Silva. Página da galeria. Disponível em: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeria-dos-vereadores-negros/eloy-martins-da-silva-2/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Tal contextualização é importante pois, no presente artigo, vamos analisar a reformulação de duas das caixas da oficina propostas e implementadas no ano de 2024. Em momento onde a legitimação de discursos negacionistas e a crise das democracias é a tônica do mundo. Infelizmente, a oficina e seus propósitos se tornam, dessa forma, ainda mais relevantes e atuais, visando a contestação de discursos e políticas revisionistas que se opõem à memória dos que lutaram contra a ditadura e à historiografia sobre o período. A partir disso, podemos elaborar a atualização e reconstrução das caixas didáticas de Claudio Gutierrez e Eloy Martins.

CASO GUTIERREZ

Claudio Antonio Weyne Gutierrez foi militante político durante os anos da ditadura civil-militar. Sua trajetória inicia no movimento secundarista no colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”. Reconhecido como um dos principais espaços de agitação política dos estudantes, foi nesse colégio que Gutiérrez tem seu primeiro contato com as forças repressivas do estado golpista. Em 28 de fevereiro de 1967, o governo militar baixa o Decreto-Lei nº 228 ele determina que “Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado”. Claudio era membro do grêmio estudantil, junto com diversos colegas que pertenciam ao Partido Comunista do Brasil (PCB), com a efetivação do decreto, é consolidado um ataque à organização estudantil, em um momento de maior fechamento do regime. Claudio e seus colegas protestam contra o ato, “reabrindo” o grêmio na praça em frente ao colégio. Após denúncia do diretor do colégio à polícia, Gutierrez é levado, fichado e fica preso por três semanas.

Após a primeira prisão, Claudio e seus colegas de grêmio, da dissidência do PCB, formaram o Movimento Revolucionário 21 de Abril, apelidado de “Guerrilha Brancaleone” (Gutierrez, 1995). O intuito do grupo era ingressar na luta armada, diante do endurecimento do regime e a crescente perseguição e opressão no movimento estudantil no ano de 1968. Em ação, em busca de armamento, o grupo é interceptado pela polícia e é preso em um carro roubado. Em seu relato não sabe ao certo quanto tempo ficou em cárcere, mas sabe-se que foram alguns meses, lá sofreu agressões e foi mantido em espaços insalubres. Após a segunda detenção, Gutierrez se envolve com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e estabelece diálogos com Frei Betto para a realização do esquema de

fronteiras⁶⁵ no território gaúcho. Após meses encarcerado, Claudio decide partir para o exílio no Uruguai, chegando a trabalhar em uma lanchonete, lá tem contato com outros militantes também exilados.

Enquanto isso no Brasil, no dia 20 de novembro de 1969, o jornal Correio do Povo, denuncia a existência do esquema de fronteiras denuncia a participação e Frei Betto em ação terrorista: “*Segurança Pública confirma ligação de Frei Beto com esquema de fronteiras*”, em seguida cita a participação de Claudio Gutierrez na operação, expondo a foto do mesmo. Alguns dias depois, em repercussão a denúncia realizada no Correio do Povo, é realizada uma operação conjunta da polícia brasileira com as autoridades uruguaias. Gutierrez é sequestrado no Uruguai, levado à prisão. Em cárcere, decide cortar seus pulsos em tentativa de evitar ser levado ao Brasil, onde estaria nas mãos do aparato repressivo, da tortura e da violência. Após a sua ação, foi encaminhado para um hospital militar no Uruguai. Enquanto Claudio está hospitalizado se recuperando do incidente, consegue contato com a imprensa uruguaia e denuncia a operação policial interfronteiras. A capa do jornal uruguaio “La Marcha” expõe a operação no então estado democrático uruguaio: “*Uruguai viola el derecho de asilo*”. Após a denúncia e a recuperação de saúde, o militante viveu os anos 1970 em países da América Latina como Chile, Argentina e Bolívia. Apesar da perseguição e vigilância, Claudio seguiu construindo movimentos de resistência nesses países. Após alguns anos, retorna ao Brasil, ainda em ditadura. A indenização recebida por Gutierrez foi o valor total, no valor de R\$30.000,00.

A partir de sua trajetória, a caixa de Claudio Gutierrez foi repensada a partir de quatro envelopes denominados Reservado, Sigiloso, Secreto e Ultrassegredo, em consonância com a estrutura das demais caixas educativas da oficina. Cada envelope trata de um aspecto específico que a luta de Gutierrez suscita. A reestruturação do material mantém o princípio pensado em sua elaboração de “condenação à ditadura e de uso crítico das fontes como testemunhos desse período.” (Alves, 2015, p.52). Para além disso, os novos materiais visam expandir a gama de conceitos abordados durante a oficina, o que oferece ao oficinairo mais possibilidades quanto ao enfoque a ser dado durante a atividade, levando em conta a especificidade de cada mediação de oficina, que varia a cada grupo de alunos.

⁶⁵ BRASIL. Lei Nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

O primeiro aspecto tratado no envelope “Reservado” é a trajetória de Claudio no movimento estudantil, ponto de partida para sua militância, como exposto anteriormente. Esse aspecto já era trabalhado antes, a mudança mais considerável foi na atualização dos materiais. O militante relata em seu livro “Guerrilha Brancaleone” (1999), a mobilização estudantil que levou ele e seus colegas a serem reprimidos pela ditadura:

A gota d’água para nossa expulsão foi a Passeata da Catedral e, para relatá-la, lanço mão da edição n° 14 do ‘O Julinho’ de maio de 1967 com o título ‘E existe um povo que bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia’. A matéria, além de protestar contra a repressão desencadeada no País pelo regime militar após 1° de abril de 64, as intervenções nas entidades, denunciava o espancamento dos estudantes dentro da Catedral Metropolitana: ‘com o fechamento do Grêmio do Julinho, os secretários improvisaram em plena Praça Piratini, na frente do Colégio, uma sede campestre (como a chamaram os julianos). (Gutiérrez, 1999, pp. 34-35)

Os pontos pensados para o debate são a relação da repressão com o movimento estudantil. De que forma os estudantes organizados se tornam uma ameaça para a ditadura civil-militar? Qual o propósito de um grêmio estudantil e qual a sua função na realidade dos alunos e em períodos autoritários? Essas são as problemáticas pensadas e aplicadas na atualização do material do envelope. Dessa maneira é possível que os alunos e alunas que participem das oficinas possam se reconhecer em Gutierrez, questionando a atuação dos seus próprios grêmios estudantis, se percebendo como agentes históricos do seu tempo, o que permite visualizar suas reivindicações e demandas enquanto estudantes nos dias de hoje. Nesse sentido, o material é pensado para problematizar o conceito de “inimigo interno”, embasado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nesse contexto qualquer pessoa ou grupo que fossem contrários aos “interesses soberanos da nação”, poderiam se tornar vítimas do Estado, como aponta Padrós:

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é a rejeição da idéia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte à existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificada como nociva aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatida como tal. (Padrós, 2005, p.52.)

Esse conceito explicita a atuação ideológica do governo militar contra aqueles que iam contra seus interesses ou se manifestaram contrariamente em diversas esferas da sociedade. A visão do outro como inimigo, fica exemplificada no caso de Gutierrez, onde em um primeiro momento, apenas pro protestar pelas reivindicações secundaristas, foi detido e fichado pelo DOPS (Departamento de Ordem e Política Social).

O segundo e o terceiro envelope tratam do mesmo tema de perspectivas diferentes, a dicotomia da fronteira durante a repressão militar. O envelope “sigiloso” foca no esquema de fronteiras articulado pela ALN e na repercussão do envolvimento de Claudio na imprensa, tratando então do exílio de militantes. O material traz a tona as fronteiras como esse elemento de resistência da militância contra o regime, utilizadas pelos militantes reprimidos como rotas de fuga para um espaço de encontro da militância exilada, vislumbrando uma continuação de uma ação coordenada dos militantes impossibilidade de continuarem no território brasileiro. Dessa forma, pela trajetória do Gutierrez, podemos pensar como o exílio foi o caminho para uma fuga do aparato repressivo, visando uma continuação de sua luta. Ao mesmo tempo, é necessário pensar os impactos desse exílio na vida de uma pessoa, o afastamento de sua família e país, a nova vida em um lugar novo e mesmo em outro país, a vida em clandestinidade, fazendo com que essa violência e repressão mine as formas de viver e se relacionar das pessoas nessas condições. O envelope “secreto” trata a fronteira da perspectiva da repressão. A partir da ação policial ocorrida no Uruguai com colaboração das forças policiais dos dois países, podemos pensar a relação pela perspectiva das “fronteiras ideológicas”, conceito elaborado dentro do arcabouço teórico da DSN. A historiadora Ananda Fernandes trabalha em sua tese a cooperação repressiva entre Brasil e Uruguai, conceituando as “fronteiras ideológicas” dentro da seguinte perspectiva:

Perante a ameaça da “subversão interna”, estas fronteiras deveriam se subordinar às ditas “fronteiras ideológicas”, ou seja, essas que deveriam definir agora a separação entre territórios ameaçados pela contaminação “subversiva”. Dentro dessa lógica, não deveria haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que eram identificados como “inimigos internos”: “com o passar do tempo e o advento dos regimes autoritários na região, tal interpretação tornar-se-ia generalizada entre os sistemas de segurança, tornando-se uma pré-condição para a configuração do esquema Condor. (Fernandes, 2018, p.20)

Diante disso, o material traz a partir do deslocamento de Gutierrez para o exílio e seu sequestro em Montevideo, a aplicação desse conceito. Já naquele momento, antes de uma formalização da Operação Condor, pode-se observar uma quebra da jurisdição e do direito de asilo político em países vizinhos do Brasil na América do Sul. Por conta disso, dois dos

materiais do envelope tratam sobre a Operação Condor, em uma proposta de visualizar as formas de atuação e cooperação das ditaduras latinoamericanas e pensar o caso Gutierrez como um prenúncio do que viria a se tornar um esquema institucionalizado de vigilância e repressão continental. Além disso, a elaboração do “passaporte” de Gutierrez como um dos materiais trata sobre sua peregrinação em diversos países da América Latina, ajudando a refletir sobre como o caso Gutierrez demonstra a vigência de um sistema de repressão e vigilância intercontinental. O trabalho de Cristiane Dias (2019) reconstrói a estrutura de repressão brasileira e a partir de documentação recém acessada, demonstra a estrutura do aparato de vigilância em todo continente latinoamericano:

Cláudio Gutiérrez, por exemplo, começou a ser monitorado pelo CIEX, no período em que se exilou no Uruguai, em 1969. Esse órgão de segurança foi o responsável pela composição de um relatório, em maio de 1970, determinando a data de saída do militante para Santiago, entre os dias 28 e 30 de abril daquele ano. (Dias, 2019, p.96)

Anteriormente os envelopes trabalhavam em cima de conceitos explanados em um glossário, o que auxilia na compreensão dos mesmos. Um dos intuitos da reformulação foi pessoalizar mais as trajetórias, o que a elaboração do passaporte teve como intenção. Além disso, foi condensado o conteúdo de três envelopes em dois. Agora os conteúdos que tratavam do esquema de fronteiras, exílio e conexão repressiva foram alocados em dois envelopes, o que abriu a possibilidade de explorar outros aspectos da vida de Gutierrez no envelope final.

O último envelope denominado “ultrassegredo” tem como intenção pensar na atuação de Gutierrez como militante pela causa dos direitos humanos no período pós-ditadura, passando pela sua participação e apoio no desenvolvimento da oficina “Resistência em Arquivos”. Isso se faz importante pois amplia o recorte temporal em que pessoas que lutaram contra a ditadura são trabalhadas, o período pós-ditadura é importante parte da vida de pessoas que foram afetadas pela violência do estado autoritário, demonstrando como a luta por memória, verdade e justiça; acompanha a vida toda de alguns militantes políticos. O conteúdo desse envelope foi pensado a partir da perspectiva de humanização da luta e da vida de Gutierrez, ao pensar na sua atuação no período pós-ditadura, é possível expandir os horizontes em torno da história de Claudio, indo além da violência que sofreu durante a ditadura civil-militar, enxergando no agora, como um homem de 78 anos que seguiu a sua trajetória de luta.

CASO ELOY

Natural de Laguna, Eloy Martins nasceu dia 1º de dezembro de 1911 e mudou-se para Porto Alegre aos 14 anos. Metalúrgico, engajou-se cedo no movimento operário e comunista. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCB), já havia sido perseguido durante os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Metalúrgicos e, entre 1947 a 1951, vereador da capital gaúcha. Em *Um Depoimento Político* (1989), narra a trajetória de liderança sindical e partidária que o levou a ser considerado uma ameaça à ditadura civil-militar. Após a deflagração do Golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados e viveu por sete anos em clandestinidade até ser preso em 1971. Em *Tempo de Cárcere* (1981), uma obra de denúncia e memória, expõe o experienciado no período. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, foi sequestrado, preso e torturado já aos 60 anos. Durante os pouco mais de dois anos em que ficou preso, circulou por seis instituições em dois estados. O afastamento da família e o desgaste moral sofrido são, também, frequentemente citados como uma pena por ele. No processo da Comissão Especial de Indenização aos ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, mencionou como consequências do período problemas físicos, psicológicos e financeiros e foi indenizado em R\$30.000,00. Em 08 de outubro de 2005, aos 93 anos, Eloy Martins faleceu. Um ano depois, no bairro Farrapos, tornou-se nome de uma rua.

O processo de reformulação da caixa didática buscou esmiuçar os aspectos comentados acima. Repleta de engajamento, a trajetória de Eloy Martins é narrada a partir de quatro envelopes. O primeiro explora seu envolvimento com o movimento operário e o PCB; o segundo, o processo de clandestinidade e prisão durante a ditadura civil-militar; o terceiro, seu reconhecimento enquanto figura política importante para Porto Alegre; e o quarto, a atuação do Movimento Negro durante o período. A divisão original foi modificada, mas as principais alterações se deram em seus conteúdos. Conceitos foram mantidos e outros acrescentados, buscando-se expandir o entendimento da resistência representada por ele. As concepções exploradas em seus livros, antes restrita a um envelope, passaram a ser diluídas em todos, buscando evidenciar seu posicionamento sobre processos pelos quais passou. Fotos adicionadas, também, colaboram na narrativa.

Eloy Martins ingressou cedo na luta por direitos. Em *Um Depoimento Político*, apontou que

Foi exatamente naquela ocasião [participação de seu pai num movimento grevista] que, aos doze anos de idade, prematuramente, ficaram gravadas em minha memória duas razões fundamentais de meu viver: não abandonar o desejo de adquirir conhecimentos e lutar por uma existência melhor para quem trabalha. (Martins, 1989, p. 26)

Trabalhador do estaleiro Alcaraz&Cia, aos 20 anos, contribuiu na fundação do Sindicato dos Metalúrgicos e, aos 22, filiou-se ao PCB, assumindo rapidamente posições de direção. Viveu momentos de legalidade e ilegalidade - quando era seguidamente detido - do partido, atuando pelo Partido Social Progressista (PSP) no segundo caso. Com tal legenda, foi eleito, com 998 votos, vereador de Porto Alegre para a Legislatura de 1947 a 1951. A página da Câmara Municipal de Porto Alegre dedicada ao vereador⁶⁶ destaca que, durante o período, seus pronunciamentos eram prestigiados por um grande número de civis. Além disso, aponta que sua participação em greves de diferentes categorias o fez ser preso algumas vezes. Também em *Um Depoimento Político*, relata que não queria ter se voltado à construção de uma candidatura. Foi a necessidade apontada pela direção do seu partido que o levou à atividade eleitoral. Sua foto na reunião do Conselho Mundial da Paz, realizada em Budapeste em 1953, também, demonstra o compromisso com suas causas. Esta é utilizada no primeiro envelope para evidenciar o engajamento político intrínseco à sua trajetória. O envolvimento com o movimento operário e o PCB, seria utilizado futuramente para justificar a perseguição, prisão e tortura de Eloy Martins durante a ditadura civil-militar.

No dia 1º de abril de 1964, aos 52 anos, despediu-se da família – visando mantê-la segura – e deixou sua casa em Porto Alegre. Viveu sete anos na clandestinidade sob o nome de Raul. Durante o período, manteve-se engajado. O PCB, no qual já era dirigente máximo, continuou atuando na agitação e propaganda de seus ideais, com panfletos, pichamentos e organização de uma rádio clandestina (Martins, 1989, p. 142). Como já era discutido no material anterior, aponta-se a desumanização imposta pelo Terrorismo de Estado implementado pela ditadura civil-militar. Em tal contexto, a ameaça iminente de eliminação de potenciais concorrentes de poder pelo Estado impõe o silêncio e a paralisia política de toda a população. O desenvolvimento de tal prática está intrinsecamente vinculado à Doutrina de Segurança Nacional, que, inspirada na política estadunidense,

⁶⁶ BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Ata da Avaliação da Conjuntura Expressão Psicossocial, reunião do Conselho de Segurança Nacional, ocorrida em 12 de Dezembro de 1985. p. 115-116. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1109382&v_aba=1.

“[...] pode ser considerada uma doutrina politizada da guerra interna e da contra revolução, que deu a milhares de militares uma missão messiânica: refazer seus Estados e eliminar a subversão” (McSherry, 2005 *apud*. Oliveira, 2013, p. 42).

Em junho de 1971, Eloy Martins foi sequestrado em São Paulo por enquadrar-se em diversos artigos da Lei de Segurança Nacional⁶⁷ que, em 29 de setembro de 1969, definiu os crimes contra a ordem política e social do país - ou seja, praticamente toda a manifestação contra o regime - e estabeleceu seu julgamento. Tal lei foi revogada apenas em 2021, e isso também é ressaltado na mediação. Em pouco mais de dois anos, passou por seis instituições prisionais: OBAN, DOPS e Presídio Tiradentes, em São Paulo, e DOPS, Ilha do Presídio e Presídio Central, em Porto Alegre. Nelas foi brutalmente torturado, mas esse não é o foco do material. A partir da reformulação, as imagens de todas elas passaram a constar no segundo envelope. Além de aproximarem o público da trajetória, são potentes para pensar processos de ruptura e continuidade do período. Enquanto, hoje, a sede do DOPS paulista abriga o Museu da Resistência, a sede gaúcha continua sendo o Palácio da Polícia. Em liberdade condicional a partir de 1973, Eloy Martins continuou sob vigilância, tendo que apresentar-se semanalmente na Justiça Militar. Apenas aos 63 anos, findou o processo. Apesar de tudo, em *Tempo de Cárcere*, manifestou:

A cadeia não inferioriza as pessoas que nela chegam por defenderem idéias e direitos coletivos. Ser preso político é, para quem faz jus a este título, uma honra que dignifica sua personalidade de batalhador por um ideal de fraternidade e amor ao próximo. (Martins, 1981, p. 189)

O reconhecimento de sua atuação veio ainda em vida. O terceiro envelope aponta que, em 1989, recebeu, do então Prefeito Olívio Dutra, a Medalha Cidade de Porto Alegre e, em 1996, por iniciativa do Vereador Raul Carrion, o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre. Em 2006, um ano após sua morte, Raul Carrion, Carlos Todeschini e Manuela d'Ávila protocolaram projeto de lei para nomear uma das ruas do bairro Farrapos - importante reduto do movimento operário - como Vereador Eloy Martins. Tais referências foram somadas à caixa educativa com o intuito de reforçar a importância de sua trajetória de vida e de luta para a garantia de direitos em nossa cidade, bem como a necessidade de saudação de figuras como as dele na política institucional - e fora dela.

⁶⁷ BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 11 de nov. 2024.

Nas três fotos do acervo da Câmara Municipal de Porto Alegre em que aparece, Eloy Martins é citado como o “primeiro vereador negro de Porto Alegre”. O político não reivindicava a negritude, mas sua representatividade é inegável. E, por isso, foi implementada a principal mudança da caixa educativa: abordar o movimento negro durante a ditadura civil-militar. O regime autoritário concebia o Brasil enquanto país da “democracia racial”. Desenvolvido já na década de 30, o mito, que nega a existência do racismo e potencializa o discurso meritocrático, respaldou a repressão estatal para com o movimento negro. A *Análise da situação nacional e apreciação do poder nacional* realizada pelo Conselho de Segurança Nacional no ano de 1985⁶⁸ apontou que

[...] formaram-se, no país, inúmeros Centros de Cultura Negra que, sob a capa de “resgatar o seu valor (dessa cultura)”, prestam um desserviço à nossa incessantemente perseguida democracia racial, por acirrar um sentimento racista segregador. (Brasil, 1985, p. 115)

Culpando as vítimas, estabelecia-se um poderoso mecanismo ideológico de controle. Mesmo com as tentativas de desarticulação, o Movimento Negro Unificado (MNU) foi lançado publicamente no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo. O ato reuniu mais de 2.000 pessoas que clamavam pelo fim do racismo, da violência policial e do regime. O Programa de Ação do MNU, já em 1979, era composto por reivindicações como a reforma agrária radical, o direito de sindicalização dos trabalhadores e a reforma geral do ensino. O estabelecimento do campo da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) – política pública vinculada ao Art. 26 - A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶⁹ – é um legado do movimento. Num contexto de reparação histórica, o Estado reconheceu crimes, cometidos por ele e pela sociedade, que causaram, ao longo da história brasileira, uma assimetria étnico-racial. O que torna esses delitos serem minimamente corrigidos, o principal objetivo do ERER é, através da prática pedagógica, promover a equidade racial no país. A trajetória de Eloy Martins permite, assim, efetivar o campo na oficina “Resistência em Arquivo”.

⁶⁸ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estagiária do Núcleo de Difusão e Ação Educativa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e educadora popular no Projeto Popular Alternativa Cidadã (PEAC). Email: anacrg14@gmail.com

⁶⁹ Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estagiário do do Núcleo de Difusão e Ação Educativa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Email: erico.derosso@gmail.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reformulação das caixas educativas de Claudio Gutierrez e Eloy Martins evidencia uma visão crítica de educação patrimonial que:

não está interessada somente nos objetos, nos monumentos, no conjunto arquitetônico, nas coleções, mas na dignidade das pessoas, nas histórias silenciadas das comunidades populares, nas memórias dos sujeitos subalternizados, enfim, na vida. (Gil, 2020, p. 122)

Na oficina “Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos”, o patrimônio torna-se a trajetória daqueles que foram vítimas da ditadura civil-militar brasileira. A partir da valorização das testemunhas e de suas memórias, os historiadores Alessandra Gasparotto e Enrique Serra Padrós (2010, p. 192) entendem que seus relatos permitem enriquecer conteúdos, tornar viva uma dinâmica histórica e humanizar problematizações. E isso é cristalino nas mediações com o público realizadas no APERS. Além disso, é objetivo da oficina contrastar as possibilidades de um regime democrático e a realidade de um regime ditatorial:

A resposta a essas questões pede para a Educação Patrimonial uma nova pedagogia, que não se atrele aos manuais, guias ou cartilhas que buscam orientar um modo de fazer, mas que tenha como princípio uma visão crítica do passado e da memória oficial. (Scifoni, 2014, p. 222)

A atuação de um Estado que impôs o terror ao seu povo se evidencia nas trajetórias dos dois sujeitos. A vida de Claudio Gutierrez, impactada legalmente até os anos 1990 com seu nome constando como “sujo” no sistema, é um exemplo dos tentáculos da repressão e da vigilância do aparato repressivo latino-americano, atuando da forma que fosse necessária para acabar com os movimentos revolucionários de resistência. Por outro lado, a de Eloy Martins, atravessada por perseguições em duas ditaduras, demonstra como um homem negro dedicou sua vida à luta e, mesmo com o estado de exceção sendo a regra, se tornou referência da causa comunista e dos trabalhadores. Após 10 anos, as reformulações propostas potencializam tais discussões, evidenciando a relevância e a importância da oficina “Resistência em Arquivo” nos tempos atuais e apontando possíveis caminhos para o campo do ensino de história.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Clarissa; BRANDO, Nôva; MENEZES, Vanessa. **Ação Educativa e Educação Patrimonial em Arquivos: a oficina “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos”** no APERS. OPSIS, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 09–27, 2015.

BAUER, Caroline. Silveira. **Quanta verdade o Brasil suportará?** Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. Revista Dimensões, vol. 32, 2014. (p.148-169).

DIAS, Cristiane Medianeira Avila. **Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)**. UFRGS: Porto Alegre, 2019. Tese (Doutorado de História)

FERNANDES, Ananda Simões. **Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Tese (Doutorado História) – PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória**.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. et al. (Org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Exclamação, 2010. p. 183-201.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017)**. Clio, Recife, v. 38. p. 1-21, 2020.

OLIVEIRA, Raissa Gomes. Operação Condor: o Terrorismo de Estado no Cone Sul e o papel hegemônico dos Estados Unidos. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 30–52, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/17742>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 45, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708>. Acesso em: 13 de nov. 2024.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique. MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique. et al. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 35-48.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

RODRIGUES, Stanley Amarante. (2020). "Quem é o inimigo? Quem é você?": a lógica de suspeição da ditadura militar como prática de epistemicídio / "who is the enemy? Who are you?": the logic for suspecting military dictatorship as epistemicide practice. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 72.972 – 72.992, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-667>. Acesso em: 12 de nov. 2024

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCIFONI, Simone. Para Repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson (Org.). **Caderno do Patrimônio Cultural Fortaleza**: Secretaria Municipal de Cultural, 2015.

4.2

O CASO “MÃOS AMARRADAS” COMO TERRORISMO DE ESTADO

Bruno de Azambuja Silveira

Resumo: O presente artigo tem por finalidade descrever a repressão desencadeada pela ditadura de Segurança Nacional (SN) no Rio Grande do Sul, especialmente sobre Manoel Raymundo Soares, opositor ao Golpe de 1964. Destacamos inicialmente aspectos biográficos de sua atuação política que o levaram a tornar-se liderança no movimento dos sargentos, organizando embates no contexto pré-1964 em busca de maior participação popular na política brasileira. Militou com objetivo de ampliar o exercício democrático na hierarquia militar e na sociedade. Depois, analisamos os meandros da forma como ocorreu o assassinato dele, das investigações ocorridas sobre o caso, noticiado como “mãos amarradas” e o significado que teve na descoberta da existência de Centros Clandestinos de Detenção e Tortura anteriores ao AI-5 no RS. A partir de sua morte, espaços repressivos como a Ilha do Presídio e do Dopinha ficaram conhecidos pelo público. Por último, verificar as condições concretas da repressão realizada sobre ele, elaborando reflexões para defini-lo como exemplo prático do Terrorismo de Estado no sul do Brasil.

Palavras-chave: Ditadura de Segurança Nacional – Terrorismo de Estado – caso “Mãos Amarradas” - centros clandestinos de detenção e tortura

Nosso objetivo neste artigo consiste em descrever a repressão desferida pela ditadura de Segurança Nacional (SN) no Rio Grande do Sul, especialmente sobre Manoel Raymundo Soares, militar opositor ao golpe de 1964. Inicialmente terá destaque a biografia, sua atuação política que o levou a tornar-se liderança do movimento dos sargentos. Estes, travaram fortes embates no contexto pré-1964 na luta por maior participação na disputa eleitoral do país, tensionando a democracia na hierarquia militar e sociedade. Na sequência analisar meandros da morte e investigações do caso que ficou popularmente conhecido como “mãos amarradas”. Por último, verificar as condições concretas da repressão sobre Soares e as investigações sobre o caso, definindo-o como pioneira prática do Terrorismo de Estado (TDE) em solo e águas gaúchas.

MANOEL RAYMUNDO SOARES: AÇÃO POLÍTICA E CONTEXTO BRASILEIRO

Em 15 de março de 1936, nasceu Manoel Raymundo Soares, em Belém/PA. No ano de 1955 tornou-se militar de profissão. No mesmo ano conheceu e casou com Elizabeth Chalupp. Durante os “anos dourados” de JK, o breve governo Jânio e o instável período João Goulart ficaram marcados por muitas disputas na sociedade e dentro das Forças Armadas, principalmente no Exército. A trajetória de Manoel Raymundo na carreira militar se efetivou “respirando” essa atmosfera política. Seu grande envolvimento o fez tornar-se um dos líderes do movimento dos sargentos, pertencendo ao Comando Geral da categoria, com forte defesa do programa nacional-popular. Sentia e estava ciente das tentativas golpistas antecedentes que setores do Exército contrários ao populismo e trabalhismo de Jango já haviam tentado. Tal contexto se apresentou com grande radicalidade face às transformações sociais ocorridas no Brasil. A acelerada urbanização da população brasileira combinada com a maior experiência democrática do país possibilitou intensa participação das massas na vida política com setores da classe trabalhadora demonstrando querer desprender-se da tutela do Estado, principal legado varguista. Sendo atuante nas lutas democráticas contra a hierarquia militar, na organização de campanhas eleitorais de colegas, Manoel Raymundo mostrava versatilidade militante construindo, até mesmo, textos de propaganda política como se pode ver abaixo:

Colegas Sargentos, chegou à hora do sargento ter também seu deputado. O Brasil está exigindo uma Câmara de Deputados do Povo. O Sargento também é Povo. Elegendo os nossos próprios deputados estaremos fortalecendo a Democracia; contribuindo com a nossa parcela de constituição de uma CÂMARA DEMOCRÁTICA DE DEPUTADOS, onde estejam representados não só o banqueiro, mas o também o bancário, não só o fazendeiro, mas também o camponês, não só o patrão, mas também o operário, não só o General, mas também o Sargento. [...] Basta de deputados que protelam as REFORMAS DE BASE que o Povo Exige. [...] Só o Deputado-Sargento defenderá com segurança a nossa estabilidade, a humanização dos regulamentos, e pugnará pela solução definitiva do problema do Casamento. Para a defesa da Democracia; Para a defesa da Legalidade; Por uma CÂMARA DEMOCRÁTICA e NACIONALISTA, elejamos para DEPUTADO FEDERAL o Sargento ANTONIO GARCIA FILHO; Para DEPUTADO ESTADUAL o Sargento ANTONIO SENNA PIRES. (GUIMARAENS, 2016, p 55)

Com o bom resultado eleitoral dos candidatos sargentos, Manoel Raymundo, começou a sofrer represálias, sendo transferido devido a engajada militância política, para Campo Grande no Mato Grosso, em 1963. Assim, o objetivo era retirá-lo do centro das

reivindicações do movimento da dos setores subalternos do Exército que tinha seu “coração” nas regiões Sul e Sudeste. Neste ato, sentia na pele ficando claro que novas possibilidades golpistas eram iminentes.

Dias após o Golpe de 1964, Manoel teve a prisão decretada. Temeroso, desertou junto de companheiros como Araken Vaz Galvão⁷⁰. Previu que seria expulso da corporação, fato confirmado em junho do mesmo ano. Na prática vinha sofrendo perseguição dos órgãos internos do Exército por ser membro do Comando Geral dos Sargentos. Manoel Raymundo mudou-se para Juiz de Fora, depois para o Rio de Janeiro e, por fim, Porto Alegre. Na capital gaúcha, chegou em 29 de setembro de 1964, com a expectativa de conseguir um emprego. Junto dele viriam cerca de vinte sargentos para formar uma rede de resistência contra a ditadura recém instalada.

A ação política de Manoel se inseriu no período descrito como insurreição nacional-popular (KONRAD & LIMA, 2012) entre 1964 e 1967, com a derrota da Guerrilha de Caparaó. Depois da tentativa do Levante de Três Passos em 25 de março de 1965, movimento que contou com cerca de 20 a 30 homens, liderada pelo coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório e o sargento Alberi Vieira dos Santos, que haviam entrado clandestinamente no Rio Grande do Sul, vindos do Uruguai. Os sargentos, grupo que Manoel fazia parte do Comando Geral, planejaram duas ações a partir de Porto Alegre, mobilizando resistência militar à ditadura no país. Tentativas acabaram sendo mal sucedidas. Tal etapa da resistência se caracterizou na primeira vaga da luta armada gaúcha defensora do nacionalismo de esquerda. (CHAGAS, 2007).

Mesmo com os fracassos anteriores, Manoel Raymundo não deixou de investir contra a ditadura. Ciente da visita de Castelo Branco visitaria a capital, com desfile em carro aberto, preparou uma ação produzindo panfletos com palavras de ordem criticando o presidente-ditador. A confecção manual dos panfletos se fez nos vários quartos de pensão que percorreu pela cidade, sabedor de que era vigiado por agentes da repressão.

Em 11 de março de 1966, ao combinar com Edu Rodrigues pessoa fora do circuito dos sargentos – Manoel não quis envolver companheiros na ação – para entrega de uma

⁷⁰ Fazia parte do Comando Geral dos Sargentos, companheiro próximo do sargento Manoel Raymundo Soares. Foi considerado o primeiro da Ilha do Presídio, onde esteve Raymundo Soares até seus últimos dias. Em 1964, Araken era 2º sargento do Exército na Companhia Média de Manutenção, em Campo Grande, MS, tendo ingressado em 1955 no Exército. Logo após o Golpe de Estado abandonou o Exército, junto de Manoel buscaram organizar a resistência aproximando-se de Brizola.

mala com os panfletos contrários a presença de Castelo Branco na cidade, acabou sendo preso nas imediações do auditório Araújo Vianna, localizado no Parque da Redenção, em Porto Alegre. Dois agentes do Exército o prenderam, levando-o sequestrado como descrito a seguir:

Às 17h35min da tarde de 11 de março, Manoel Raymundo foi preso ao entregar entre quinhentos e dois mil panfletos, possivelmente por ele escritos, com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, contra a chegada, naquele dia, a Porto Alegre, do general-ditador Castelo Branco, a Edu Rodrigues, um civil alcaguete, em frente do auditório Araújo Viana. Na distribuição dos manifestos, estariam envolvidos funcionários da Carris, empresa pública com antiga tradição de luta sindical e política. Conhecido pelo serviço de informação do Exército como uma das principais lideranças do movimento dos sargentos e possivelmente por seu envolvimento nos movimentos de resistência em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Manoel Raymundo era uma presa valiosa para a repressão, já que, se vergado, causaria baixas duríssimas entre seus companheiros de luta e no movimento de resistência à ditadura. (MAESTRI; ORTIZ, 2008. p 177-200)

Colocado numa viatura sendo levado por militares à paisana, Carlos Otto Bock e Nilton Aguadias, da 6ª Companhia de Polícia do Exército. No mesmo dia sofreu espancamentos por ex-colegas. Na mesma noite foi encaminhado para o DOPS, na Avenida João Pessoa, atravessando oito dias de extremo sofrimento sob torturas. Entre 11 de março e 19 de março passou por sessões de torturas que visavam “quebrá-lo” para que entregasse companheiros e planos da resistência que atuava. Não revelou nada, motivo que lhe conferia respeito e admiração de presos que estiveram com ele, especialmente pelo mal estado que ficava depois das torturas não fornecendo informações. O estudante Luiz Renato Pires de Almeida, colega de prisão de Manoel, em depoimento ao DOPS/RS declarou que:

[...] o ex-sargento Manoel Raymundo Soares estava praticamente cego do olho esquerdo, proveniente de um golpe de cassetete pelo tenente Luiz Alberto Nunes de Souza (Nunes). O então estudante de Medicina Vitor Enio Bertolete, que era funcionário do DOPS, também declarou que medicou o ex-sargento para evitar que este viesse a falecer devido aos ferimentos recebidos. (BAUER, 2006. p 167)

A violência dos agentes do DOPS/RS contra o sargento Manoel devia-se, em grande medida, ao ódio que colegas possuíam dele em função da posição de liderança no Comando Geral dos Sargentos. A capacidade dele suportar a dor nas sessões de tortura deve ter provocado o aumento da “dose” das sevícias a que estava submetido. Analisando a resistência de Manoel Raymundo não delatando ninguém, passando por inúmeros suplícios, Maestri e Ortiz destacaram que:

Em depoimento publicado em *Jornal Zero Hora*, de 17 de setembro de 1966, Antônio Giudice, detido no DOPS, de 10 a 15 de março de 1966, relatou que “conversou com Manoel Raymundo, vendo os hematomas e cicatrizes” “das torturas que vinha sofrendo”, pois era diariamente, torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros. O pau-de-arara é haste de um pau ou ferro, para suspender o prisioneiro durante a tortura, com os pés e as mãos amarrados para trás, de cabeça para baixo. [...] Aldo Alves Oliveira, funcionário da Companhia da Carris, preso no DOPS desde 10 de março, testemunhou ter conhecido Manoel Raymundo, que “mostrava vários sinais de sevícias”. Na ocasião, viu quando o ex-sargento “estava no corredor” de “acesso à cela”, “sem camisa”, “as marcas de queimaduras” e sinais de violência. Tão forte fora o espancamento que ele “não podia engolir alimentos sólidos”, razão pela qual” Aldo e outros presos forneciam-lhe “alguma porção” do “leite que lhes era enviado por familiares”. (MAESTRI; ORTIZ. 2008. p. 186-187)

Em 19 de março de 1966, Manoel foi transferido à Ilha do Presídio evitando que o fato de sua prisão e torturas fosse conhecido pelas autoridades judiciais. Afastar para esconder as condições físicas debilitadas que se encontrava. Ao não entregar companheiros aos torturadores, apanhou muito, dessa maneira a polícia política do DOPS o encaminhou à Ilha. Chegando lá ficou um período isolado do convívio social sendo privado de acompanhar o contexto externo da cidade, estado, país e mundo.

Na solidão prisional, Manoel buscou meios de rompê-la avisando o mundo externo, escrevendo cartas relatando as duras condições nas quais se encontrava, precisando de apoio e interferência da esposa, Elizabeth Chalupp para tentar um *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar (STM). As cartas foram remetidas através de agente carcerário cujo nome o sargento nunca revelou, quiçá uma das razões da violência desferida até sua morte. A partir da “ajuda” obtida do mensageiro/carcereiro conseguiu comunicar-se, produzindo fontes históricas preciosas quando esteve detido na Ilha do Presídio.

Em 10 de julho de 1966, Manoel escreveu as duas últimas que chegaram até Elizabeth. Em pouco mais de um mês sairia da Ilha do Presídio como também da vida. Numa destas mantinha a esperança em reverter a situação. Na última carta que chegou “nas mãos” da esposa, também redigida no mesmo dia que a terceira, refletia existencialmente sobre a própria trajetória:

Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio). Porto Alegre, 10 de julho de 1966. Minha querida Betinha: Ainda estou vivo. A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Fígado, intestinos, estômago. Espero de todo coração que você tenha recebido as cartas anteriores. Esta é a número nove. Penso que a estas horas você esteja chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora, substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar. Nunca pensei que o

amor que tenho pelo 'meu reboque' pudesse chegar aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria, se possível fosse, a comida de oito dias, por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver. Tenho fé inabalável de que, os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje, que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre nosso tipo de vida. Você ganhou. Espero que, no dia em que me ver livre deste cárcere em que me encontro, uma pessoa pelo menos me esperará lá fora. Que o mundo inteiro me volte as costas, mas um rosto e um sorriso amigo eu tenha: o de minha querida e idolatrada Betinha. Tenho procurado cumprir o meu dever (apesar de preso) e tenho tanto quanto possível correspondido à confiança com que me honraram. Mas, aprendi na prisão, que o homem é demasiadamente ingrato para compreender sentimentos nobres. Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje, a única razão de querer viver, deste presidiário. Foi bom que isto acontecesse. Eu precisava afeiçoar-me a um outro tipo de necessidade. Só agora avalio, o que é estar junto da mulher amada. Com a tranquilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor remeto um caminhão de beijos, com o calor dos dias mais felizes de nossa vida. Do sempre teu Manoel. (TRF 4ª Região, 2008. p 95-96)

Transcorrido um mês destas últimas cartas, Manoel Raymundo Soares, no dia 13 de agosto de 1966, foi recolhido pela lancha que transportava presos para o lugar, sendo retirado e levado ao DOPS prestar depoimento. Não voltaria mais à Ilha do Presídio. Chegando ao DOPS foi submetido ao mesmo suplício que havia enfrentado cinco meses antes. Nesta vez a violência nos interrogatórios realizado pelos tenentes-coroneis Átila Rochester e Luiz Carlos Menna Barreto visava "arrancar" nomes dos funcionários dos quais haviam permitido e auxiliado na saída das cartas. Entre elas uma havia sido enviada ao STM descrevendo os acontecimentos que passou na prisão.

Por essas iniciativas foi torturado de forma intensa, sendo levado ao rio-lago Guaíba, num período de frio rigoroso na região, fato no qual acarretou o assassinato (afogamento?) da vítima ou de um erro, como se fosse "acidente de trabalho" ao desamar-se da corda da lancha que o prendia, escapando e perdendo-se nas águas frias do inverno gaúcho. Essas se apresentam como principais hipóteses da causa da morte (MAESTRI; ORTIZ, 2008. p 197). O corpo só seria encontrado em 24 de agosto de 1966 boiando numa das ramificações do Jacuí, com as mãos amarradas nas costas pela camiseta que vestia com muitas marcas de violência e tortura no corpo. A perícia do Instituto Médico Legal (IML) verificou alta dose alcoólica, fato estranho a sua conduta, pois não bebia. Qual objetivo existiria em embriagá-lo? Ao ingerir álcool e com seus efeitos poderia falar algo não dito antes, "abrir sua língua" facilitando na revelação do que tão corajosamente escondeu nas condições normais de sanidade?

O CASO MÃOS AMARRADAS NA IMPRENSA, NO LEGISLATIVO E NO JUDICIÁRIO

O trágico desfecho do caso “mãos amarradas” iniciou uma “guerra” de versões nas investigações do DOPS contra a apuração desencadeada pelo promotor responsável pelo episódio, Paulo Cláudio Tovo. O DOPS havia emitido documento de soltura no dia 13 de agosto às 13h30. O promotor nas conclusões refutou a versão do DOPS, denunciando que o depoimento de um dos guardas do dia do crime, quando foi depor estava de licença-saúde, logo não conversou com superiores e colegas antes de ser inquirido, relatou que lembrava ter visto o sargento nas dependências do DOPS na noite daquele 13/08/1966. Tal depoimento contrariava a versão “oficial” de soltura de Manoel divulgada pelo DOPS, fato que o promotor Tovo ironicamente questionou:

O sargento Manoel, por sua vez, não iria, logo que libertado, telegrafar à sua esposa, transmitindo-lhe a boa nova? E ninguém viu Manoel, depois do dia 13 de agosto, fora das dependências do DOPS, nem mesmo um proprietário (onde poderia ter-se embriagado) ou restaurante (onde poderia se ter alimentado, pois possuía dinheiro, segundo o Livro do DOPS) – como bem acentua o relatório policial, é porque MANOEL nunca foi posto em liberdade. Tanto isso é verdade que o Guarda-civil GABRIEL MEDEIROS DE ALBUQUERQUE FILHO, em 3/XI/66, quando ouvido na Delegacia de Segurança Pessoal, esclareceu que, à noite de 13/8/1966 – quando prestava serviço ao DOPS – viu ainda o ex-sargento MANOEL ali recolhido a uma cela. Note-se um importante detalhe: o mencionado guarda-civil encontrava-se em licença para tratamento de saúde, em sua residência, quando foi convidado a depor e foi até a Delegacia de Segurança Pessoal, diretamente, sem ter passado pelo Quartel de Guarda. Até então, não teve oportunidade de ser “amaciado” como os demais. Porém, em 24/XI/66, quando acareado com LAURO CAMARGO DE BORBA, retratou-se do que afirmara retratação essa, inaceitável por inverossímil, o que se percebe, inclusive do confronto de suas afirmações com as de LAURO CAMARGO DE BORBA. Com efeito, afirmava inicialmente GABRIEL: “Que o declarante se recorda de que em data de treze de agosto último esteve prestando serviços no referido Departamento de Ordem Política e Social... no horário compreendido das dezoito às vinte e três horas... que nessa data o declarante se recorda de que seu companheiro de serviço era o guarda-civil nº 973 cujo sobrenome do mesmo é CAMARGO... Que o setor de serviço do declarante bem como do seu companheiro na referida data de treze de agosto último, no Departamento de Ordem Política e Social, era a vigilância da carceragem do referido Departamento, em cujo xadrez o declarante se recorda que se encontrava o sargento MANOEL RAYMUNDO SOARES, sendo que o mesmo se encontrava no xadrez incomunicável... o declarante e seu companheiro CAMARGO vinham a observar que o mesmo ali se encontrava pelo fato de terem recebido o mesmo de uma outra dupla de colegas da guarda que estavam de serviço... no quarto de escala anterior... Que, na ocasião em que o declarante e CAMARGO largaram o serviço em horário entre vinte e três e vinte e meia noite, MANOEL RAYMUNDO SOARES ainda se encontrava no xadrez e na oportunidade era o mesmo entregue aos guardas que entravam de serviço para substituir o declarante e seu colega CAMARGO. (TOVO, 2008. p 54-55.)

As contradições percebidas na investigação demonstravam que a versão do DOPS possuía lacunas e imprecisões, sendo colocado muitos obstáculos na depuração feita pelo promotor Paulo Cláudio Tovo. No processo ficou evidente a criação de “labirintos” jurídicos que a burocracia repressiva da ditadura buscava gerar intencionalmente, dificultando a averiguação do caso. Noutras situações se usaram da omissão, não reconhecendo a violência perpetrada pelos agentes do Estado, não tendo registros das ocorrências, optando-se pela via repressiva clandestina. Mesmo com dificuldades e impedimentos burocráticos que as estruturas repressivas compeliram, o promotor Tovo, ousadamente, colocou no seu Relatório ênfase nas contradições da versão do DOPS. Tal acusação, no entanto, não conseguiu romper o controle da repressão no aparato burocrático que devia apurar e condenar os culpados da morte do sargento.

O fato foi noticiado em muitos jornais⁷¹ de circulação regional, mas também de circulação nacional. No Rio Grande do Sul, a imprensa propagou bastante os desdobramentos, já que ainda desfrutava de relativa liberdade podendo espalhar à “opinião pública” assuntos políticos. A brutalidade do caso das “mãos amarradas” descortinava a face repressiva da ditadura de SN no RS, expondo detalhes dos requintes de violência e crueldade empregadas por policiais e militares. O tema despertou atenção da população, tornando-se conversa cotidiana, que até aqueles que apoiaram o Golpe de 1964, se mostravam horrorizados e contrários a essas práticas. O labirinto repressivo evidenciava uma aparência legalista e uma ação clandestina de seus órgãos, como se vê:

Durante dias vários telefonemas anônimos a redações de jornais diziam que o corpo encontrado era de Manoel Raymundo Soares. Dilamar Machado, repórter de um desses jornais, foi procurado por Elizabeth. Dilamar confirmou o boato sobre os telefonemas e a partir disso decidiu acompanhar a viúva ao Instituto Médico Legal [...] Até mesmo a Delegacia de Segurança Pessoal desconhecia o fato de Manoel Raymundo estar preso na Ilha do Presídio e no DOPS gaúcho. Foi por meio de Elizabeth que a denominada Delegacia soube do silêncio que o DOPS mantinha acerca do caso mãos amarradas. O livro de registro de presos da Ilha do Presídio dava conta de que Manoel Raymundo fora recolhido à Ilha no dia 18 ou 19 de março de 1966. Veio do DOPS e foi devolvido por volta das 10h30min do dia 13 de agosto a dois funcionários do DOPS pelo fiscal da Guarda Civil. Uma vez reconhecido o corpo pela companheira, restava ainda enterrar o ex-sargento opositor ao regime instalado em março-abril de 1964. (CHAGAS, 2007. p.163)

⁷¹ O caso das “mãos amarradas” foi noticiado em jornais como: *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *Zero Hora* e a famosa publicação no *Jornal do Brasil* de 4 de setembro de 1966, dois dias após o enterro do sargento em Porto Alegre, com partes dos textos de suas cartas à Elizabeth Chalupp. Esta última publicação projetaria o caso na imprensa nacional.

Com tamanha projeção que o episódio obteve, em abril de 1967, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERS) promovia a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para examinar as circunstâncias e motivações da morte de Manoel Raymundo, bem como revelar o tratamento dispensado ao conjunto dos presos políticos. A comissão destinou seu foco principal para o caso “mãos amarradas” e pelos espaços de prisionais nos quais esteve detido.

Ao longo das vinte sessões da CPI, ocorridas de 7 de abril a 16 de junho de 1966 foram apontados resultados sem nenhuma punição aos responsabilizados. Como reporta o Relatório Final⁷² foi realizada vistoria na Ilha do Presídio, local que Manoel passou meses antes da misteriosa execução. Acrescentando a isso, representantes do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS) e da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), pertencentes à seção do RS participaram da vistoria também. Além da descoberta das causas da morte, se identificou os esforços do sargento para ganhar um *habeas corpus*, citando aos familiares o nome do advogado Sobral Pinto como referência para agilizar a solicitação na justiça militar. Sobre a possibilidade de obter tal recurso Carlos Gallo comenta:

[...] no que se refere às tentativas de libertação do preso político via *habeas corpus*, é importante salientar que, embora juridicamente possibilitado o seu uso, que somente viria a ser suspenso pelo AI-5, de dezembro de 1968, ocorre que, nas duas oportunidades em que o STM negou provimento à soltura de Manoel, o fez com base em informações incompletas fornecidas propositadamente pela PE, que, tendo-o detido e, em seguida, repassado ao DOPS (que o levaria para o presídio instalado na Ilha do Presídio), encaminhava ao órgão judicial militar documentação comprovando não possuir o prisioneiro requisitado em suas dependências. (GALLO, 2010, p.50-51)

A CPI produziu extensa documentação pormenorizando o fato, as minúcias da difícil e problemática identificação do cadáver. Elencou motivos para entender o silêncio do DOPS na colaboração das investigações do caso. Desvendou como ocorreram as torturas sofridas por Manoel na Polícia do Exército (PE) e no DOPS. Assim, a perscrutação da CPI expandiu a compreensão sobre a repressão aos presos políticos em geral identificando mais situações de sevícias e maus tratos, especialmente nas dependências do DOPS. Em suas resoluções aprofundou a descrição das formas de torturas realizadas em Manoel narradas em depoimentos e testemunhos. Nas atas de nº 8 (20/04/1967), nº 9 (25/04/1967) e nº 10 (17/05/1967) da CPI constam o parecer do IARGS, elaborado pelo advogado Eloar

⁷² Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Diretoria Legislativa. Projeto de resolução nº 16-67. Deputado Airton Barnasque, de 30/06/1967

Guazzeli que encaminhou a extinção e fechamento da Ilha do Presídio; suspensão das celas escuras do DOPS/RS; confirmação de crime de responsabilidade por lesões corporais praticadas em presos políticos; por último, caracterizando a morte do sargento podendo-se ver contempladas as solicitações:

[...].Fora da lei, portanto, a Ilha do Presídio, assim como se encontra, não pode subsistir porque sem as características de reformatório penal, visto não ter existência de direito, define-se ela como cárcere clandestino e proibido, que ao Ministério Público cumpre interditar, no exercício de seu encargo de inspeção de presídio [...].Mais grave, talvez, do que a existência ilegal desse depósito para presos é o fato de, nele, ocultar-se o fruto da violência à liberdade humana porquanto inexistente culpa formada, a detenção não decorre de mandado judicial, nem de flagrante delito, em desafio ao Art. 141, parágrafo 20, da Constituição da República: (Ninguém será preso, se não em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei...) [...] Nas condições em que foram encontrados, Ilha do Presídio e as celas da Divisão de Ordem Política e Social, representam flagrante insulto à legalidade penitenciária, insuportável negação das leis do país. [...] Para essas prisões clandestinas, verdadeiros depósitos em que o Poder Público escondia, e provavelmente esconde as vítimas de suas atrocidades, eram também recolhidas pessoas diplomados em cursos superiores e Ministros de confissão religiosa, como foi o caso do Dr. Nery Pereira da Silva, funcionário desta Casa e do Frei Tupinambá.[...] Nos campos de concentração da Alemanha Nazista matava-se com mais humanidade os judeus que eram remetidos às Câmaras de Gás de que o infeliz sargento que foi jogado às águas encapeladas e frias do Rio Guaíba, do sombrio agosto de 1966. A este foi primeiro ministrado o “tratamento prévio” que durou de março, data da prisão, a agosto, data de sua morte⁷³ [...].

Avançando nas resoluções a CPI acabou delatando as precárias condições que os presos políticos eram submetidos na Ilha e DOPS. A relação repressiva entre estes espaços foi umbilical, ou seja, não havia situação de preso enviado à Ilha que não tivesse passado anteriormente pelo DOPS. Com as investigações do caso “mãos amarradas”, consideravelmente a partir do lapso de tempo (de 13/08/1966 a 24/08/1966) que o corpo de Manoel Raymundo não aparecia foi descoberto o centro clandestino de detenção e tortura conhecido por Dopinha, por rondar suspeitas de que o lugar teria sido o utilizado para torturá-lo e escondê-lo reforçando a tese de que havia sido solto na tarde do dia 13. Aqui se pode verificar a utilização de tortura, sequestro, detenção ilegal e por fim a intenção de desaparecer o corpo, situação que “fugiu” do plano repressivo. O Dopinha evidencia uma estrutura paralela existente antes do Ato Institucional nº 5, como visões revisionistas

⁷³ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Final CPI caso “mãos amarradas”. Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

destacam que foi a partir daí o “endurecimento” da ditadura. A descoberta do Dopinha deixa claro que desde 1964 houve “dureza” na repressão. Sobre o espaço Baretta comenta:

O Dopinha era um órgão clandestino que servia para coleta de informações, detenção e provavelmente de tortura dos opositores ao regime militar [...] tinha atuação secreta como uma espécie de ‘filial’ do DOPS/RS. Estava localizado num casarão, na Rua Santo Antônio nº 600, no tradicional bairro Bom Fim em Porto Alegre. Acredita-se que esteve em funcionamento entre os anos 1964 e setembro de 1966. A existência do Dopinha foi descoberta com o “Caso Mãos Amarradas” em 1966, e foi retomado publicamente pela mídia em 1987, e, no ano 2000, com o “Caso Savi”. (BARETTA, 2017, p.117-118)

O TERRORISMO DE ESTADO NO CASO MÃOS AMARRADAS

Diante do exposto até aqui nos cabe refletir se o caso “mãos amarradas” pode-se perfilar como prática de terrorismo de Estado (TDE)? Para tanto se ressalta as orientações acerca do conceito elaboradas por Padrós (2006)

As diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) orientaram uma atração decidida dos setores dominantes recorrerem ao TDE como sistema global ou apelaram para algumas das suas modalidades pontuais. Enquanto sistema global, O TDE implementou uma variada gama de mecanismos propagandísticos, administrativos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades, clandestinas ou não, das unidades específicas de inteligência, informação e controle, assim como repressão física explícita. [...] A criação de uma estrutura clandestina paralela à estrutura legal e visível do Estado mediante a adoção de práticas como seqüestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado engendrou efeitos psicológicos da repressão, onde a percepção do anonimato gerou nos atingidos a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente. (PADRÓS, 2006. p.15-16)

Conforme estes preceitos de análise, o TDE se constitui de diferenciadas formas de violência estatal, se constituindo por oito características, dentre estas se percebe na *violência irradiada* às pessoas pertencentes aos círculos de convívio dos atingidos, na *diluição das responsabilidades* dos agentes repressivos praticantes da violência do Estado como mecanismo de autoproteção, dificultando as resoluções burocráticas dos crimes. Seguindo verifica-se também no desenvolvimento da *cultura e pedagogia do medo* tendo objetivo de alastrar-se pela sociedade como um todo gerando uma sensação de autocensura e riscos na mobilização contrária ao regime e uma *elasticidade na concepção de inimigo interno* com a necessidade de se construir permanentemente um alvo real ou imaginário.

Continuando com outros elementos do TDE se constata no *caráter desorientador e imprevisível do TDE*, fazendo os atingidos perderem parâmetros dos limites da violência estatal tanto na convivência social quanto na internalização psicossocial. Junto disso *forte sensação de isolamento* pelos perseguidos, sendo excluídos do convívio como do contexto (inxílio). Finalizando as possibilidades de ação do TDE se conforma uma *política de controle racionalizada*, onde a vigilância seletiva de militantes, ativistas, familiares de presos políticos é composta de ativo esquema coercitivo. A *vigilância da privacidade* mediante ao descumprimento de direitos civis como sigilo das correspondências, telefonemas e rotinas desenvolvem uma introjeção dos atingidos que se sentem presos mesmo fora da prisão e por último o *ocultamento de informações técnicas* complementando-se pela negação dos fatos e falseamento da realidade.

Dos elementos citados acima, quais são cabíveis na situação concreta da morte do sargento Manoel Raymundo Soares? Compreende-se que não são necessários todos eles reunidos para se configurar dentro do enquadramento como prática do TDE. Sendo assim, ao demonstrar algumas dessas possibilidades no caso em análise afirma-se que o mesmo pode ser considerado como forma de TDE. Quais seriam os passíveis de examinarmos no caso “mãos amarradas”? Veremos a seguir.

O primeiro que vemos trata-se da *violência irradiada*, vislumbra-se que o caso desnudou uma estrutura repressiva institucional e clandestina de órgãos que dialogavam entre si mesmo com aparências legalistas disfarçadas, desvendando a relação entre DOPS-Ilha-Dopinha. se Nas investigações a partir do avanço destas surgiram ameaças sobre sua esposa, ao promotor Cláudio Tovo, ao agente do DOPS que se encontrava de licença quando foi chamado para depor e depois foi “amaciado” para rever o próprio depoimento concedido anteriormente desfazendo suas afirmações. O segundo estaria na *diluição das responsabilidades dos agentes da repressão*, ficando nítido que os funcionários dos órgãos repressivos não foram culpabilizados como os responsáveis pelas violências efetivadas. A investigação do inquérito policial militar e CPI encontraram grandes dificuldades em nomear culpados se vendo num jogo de versões de quais instituições envolvidas, seus operadores se escondiam na impessoalidade do Estado e na recorrente transferência de órgão, num exercício claro de esgotar a insistência de esquadrihar o caso. Ao fim foi apontado como culpados os agentes que ocupavam o topo da hierarquia policial militar, mas sem nenhum efeito prático para levar a efeito qualquer punição a estes.

O terceiro refere-se a imposição de uma *cultura do medo* que o caso das “mãos amarradas” tendo sido objeto da repressão seletiva aos grupos da resistência imediata ao golpe de 1964, com seu desfecho, com a veiculação do episódio nos meios de comunicação serviu como divulgador TDE, produzindo o efeito de propagar a *pedagogia do medo*, com incertezas e inseguranças que poderiam alcançar todos que se colocarem nessa posição política. O quarto que diagnosticamos se reporta a *elasticidade da noção de inimigo interno* ao se perceber que os militares que não concordaram com o golpe de 1964 foram alvos iniciais na operação Limpeza juntamente de setores ligados ao trabalhismo, sindicalismo, movimento estudantil e camponeses que defendia Jango. Foram os primeiros inimigos internos perseguidos sob as orientações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a cada grupo que se derrubava, surgia um novo inimigo. Essa primeira vaga da luta armada gaúcha foi substituída pelas mudanças na dança dialética da repressão e resistência pelos que adotaram a guerrilha urbana.

O quinto que constatamos se deve ao *caráter imprevisível da dinâmica violenta do TDE* sendo visível na perseguição a Manoel, pois este sofria com o efeito desorientador nos seus últimos meses de liberdade e de prisão, especialmente ao estar preocupado em alternar os lugares onde dormia, um estado de alerta permanente. A vida clandestina que Manoel Raymundo teve, em certa medida, nos mostrou que a imprevisibilidade tornou-se parte do cotidiano de sua vida militante. O sexto consiste no *isolamento introjetado* passível de ser visto nos desdobramentos do caso provocado na população quando soube do episódio. O sargento em si pode ter passado por isso quando ficou sozinho na Ilha do Presídio onde perdeu a conexão com o mundo e as pessoas de vínculo afetivo, aquilo que configura-se no “inxílio” um sentir-se preso mesmo com liberdade.

O sétimo vê-se na *política de controle* com a vigilância que Manoel Raymundo sofria por agentes infiltrados em suas redes de resistência (caso de Edu Rodrigues, colaborador do SNI). Também visto na perseguição de agentes que facilitaram a saída das cartas que enviou clandestinamente para esposa, nos agentes que a vigiavam mesmo depois de sua morte. E por último na *manipulação/ocultamento das informações técnicas* esmiuçado no desfecho do caso, pois desde a divulgação na imprensa, sem ter clareza do que se tratava, até o desenvolvimento das investigações policiais militares, as transformações burocráticas ocorridas no aparato repressivo e nas relações entre agentes policiais e militares do DOPS, Ilha e Dopinha, a racionalidade impessoal dos órgãos que sob suposta legalidade encobria práticas repressivas clandestinas.

FONTES

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, de 12/08/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 10-11; 14; 16-17.

D'ORNELLAS, Jacques. (deputado) Tortura e morte do sargento Manoel Raimundo Soares. Discurso pronunciado em 28/05/1984. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Diretoria Legislativa. Projeto de resolução no 16-67. Deputado Airton Barnasque, de 30/06/1967.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Final CPI caso "mãos amarradas". Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

Relatório Tovo. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. In: **O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação.** – N. 1, (mar./out. 2008) – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Diretoria Legislativa. **Projeto de resolução nº 16-67**. Deputado Airton Barnasque, de 30/06/1967

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Relatório Final CPI caso "mãos amarradas"**. Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **A importância da materialidade dos centros clandestinos de detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil**. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (Aedos), Porto Alegre, v.9, n.21, p.117-118, dez. 2017.

BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Porto Alegre: 2006. p 167. (Dissertação de Mestrado – História/UFRGS).

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70**. – Rio de Janeiro: UFF, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

GALLO, Carlos Arthur. **A política na balança e o caso das mãos amarradas: um estudo de caso sobre política e justiça no Brasil pós Ditadura civil militar (1964-1985)**. Porto Alegre: 2010. (TCC Bacharelado em Ciências Sociais/UFRGS). p.50-51.

GUIMARAENS, Rafael. **O Sargento, o Marechal e o Faquir**. Porto Alegre: Libretos, 2016. p 55.
KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: Repressão e Resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). **CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente**. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

KONRAD, Diorge A; LIMA, Matheus da Fonseca Capssa. **As resistências armadas no Rio Grande Do Sul e as dinâmicas da clandestinidade (1964-1972)**. In: Espaço Plural. 2o Semestre 2012, p. 143-157.

LABAKI, Amir. **1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. **Por mais terras que eu percorra...** In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008) – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

MELLO, Maildes Alves de. **Jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2008.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e golpe de 64**. – 3ª ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, F. D. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961- 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964.** (Dissertação de Mestrado – História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2009.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** – São Paulo: Globo, 1999.

TELES, Janaína Almeida. **Ditadura e repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. Taller (Segunda Época).** *Revista de Sociedad, Cultura y Política em América Latina*, vol. 3. N° 4. p. 99-117.

4.3

NÃO FOMOS “COMPANHEIRAS” DE FULANO OU DE SICRANO, FOMOS PROTAGONISTAS DE UMA HISTÓRIA QUE AINDA NÃO FOI BEM CONTADA: A HISTÓRIA DAS GUERREIRAS DE BATOM!

*Darlise Gonçalves de Gonçalves*⁷⁴

*Sibele Valadão Rossales*⁷⁵

Resumo: A militância feminina durante a ditadura brasileira (1964-1985) ainda é um mosaico cheio de lacunas. Todavia, é inegável dizer que aquelas que ousaram combatê-la, cometiam dois pecados aos olhos da repressão: o de se insurgir contra a política golpista e de desconsiderar o lugar destinado socialmente à mulher (Colling, 2004). Para além de serem vítimas diretas (presas, violentadas, torturadas, mortas), foram vítimas indiretas da violência daqueles anos, pois várias devido à atuação de seus parceiros, acabaram detidas. E esse é, para Jelin (2002), o papel em que mais comumente são enxergadas pela sociedade. Entretanto muitas delas estiveram para da redução de serem “companheiras” de fulano, elas foram “as protagonistas de uma história que ainda não foi contada: a história das guerreiras de batom!” (Rammingier, 2009, p. 142). Destarte nesse estudo, que parte de uma pesquisa ainda em estágio preliminar, buscamos localizar a trajetórias dessas mulheres “transgressoras” dentro do escopo da militância gaúcha. Para tanto usamos como recorte as ações indenizatórias movidas por mulheres contra o estado do Rio Grande do Sul no âmbito da Comissão Especial de Indenizações (Lei estadual 11.042/97).

Palavras-chave: mulheres – ditadura civil-militar brasileira – gênero – militância

⁷⁴ Doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora substituta no IFSul-CAVG. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com.

⁷⁵ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. Bolsista CAPES - Código 001. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Políticas de Memória (NUPPOME). Contato: sibelerossales@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os trabalhos da Comissão Especial de Indenizações do estado do Rio Grande do Sul ocorreram em fins de 1990 até o começo dos anos 2000, e dessa atividade resultou uma massa documental que está dividida em dois fundos principais: 1) processos administrativos de indenização, totalizando 1704 processos; e 2) processos de antecedentes políticos, com 231 processos. Ambos os fundos estão disponíveis na consulta pública no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) desde o começo da última década.

Para essa pesquisa nos interessa observar o primeiro fundo, que é composto por uma vasta massa documental, pois era de responsabilidade do requerente buscar toda e qualquer documentação que julgasse necessária para comprovar sua detenção por motivos políticos e posteriores prejuízos. Sendo assim, os processos podem conter laudos médicos, recortes de jornais, documentos produzidos pelo Estado no âmbito de sua comunidade de informações e repressão.

Assim, a abertura desses arquivos, e sua posterior publicização e facilitação de acesso, foi, e é, de suma importância para a pesquisa histórica referente ao período. Já que uma vez abertos podem indicar novas fontes e caminhos a serem explorados. Nesse sentido, uma das iniciativas encampadas pelo APERS, foi a elaboração do catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e História da Ditadura no Brasil 1961-1979 (APERS, 2014), lançado no ano de 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964.

Sendo assim, em um primeiro momento da busca por nossas personagens, tomamos como objeto de análise o catálogo. Que ao ser observado foi possível constatar que dos 1704 processos, apenas em 81 as autoras são mulheres. O passo seguinte foi listá-las em uma tabela que continha os seguintes elementos: Nome, cidade, data da prisão, organização política a qual pertencia, profissão, data de nascimento e sentença do processo.

Embora o conjunto desses dados seja interessante para tecermos um perfil dessas militantes em trabalhos futuros, nesse estudo em questão nos atentamos para o campo organização política a qual pertencia, e os resultados obtidos foram os seguintes: Seis mulheres estavam vinculadas a Ação Popular (AP); duas pertenciam a Fração Bolchevique Trotskista; quinze delas militavam no Partido Trabalhista Brasileiro, tendo três delas integrado o Grupo dos 11; uma pertenceu ao Movimento Convergência Socialista – MCS; duas pertenciam ao Movimento Estudantil; também duas pertenciam ao Movimento

Revolucionário 26 de Março - MR26; do Movimento Revolucionário Tiradentes localizamos três integrantes; uma membro do o Movimento Comunista Revolucionário – MCR; quatro membros do Partido Comunista Brasileiro - PCB, sendo que uma delas também integrou o Grupo de Paulo Melo; duas estiveram vinculadas ao Partido Comunista do Brasil - PC do B; pertencentes ao Partido Operário Comunista – POC foram localizadas cinco mulheres; uma do Partido Operário Revolucionário - POR; seis delas militavam na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-Palmares; duas militavam na Vanguarda Popular Revolucionária – VPR; uma esteve vinculada à VAR-Palmares e a VPR; e, por fim, vinte e sete mulheres alegaram não ter vinculação partidária, entretanto consta como acusação e motivo da prisão de três delas o fato de supostamente pertencerem ao G11. Ainda e tratando desse último grupo, cabe destacar que sete delas não foram presas sendo apenas interrogadas, sendo que uma delas sofreu acareações devido à militância de seu marido.

Após o levantamento desses dados recorreremos a outros fundos documentais na busca de informações a respeito dessas mulheres. Desse esforço de buscar por elas tanto na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional quanto no Brasil Nunca Mais, chegamos a três trajetórias: Nilce Azevedo Cardoso, responsável pelo setor de serviços da Ação Popular; Vera Maria Idiarte (Dedé), que vinculada a Ação Libertadora Nacional esteve envolvida na montagem do esquema de fronteira dos Freis Dominicanos, e Ignez Maria Serpa Ramminger uma das dirigentes da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul. Essas três mulheres estavam vinculadas à resistência contra a ditadura e alcançaram postos de comando dentro das organizações a que pertenciam, o que na época não era algo tão comum. Elas também têm como ponto de conexão de suas trajetórias de militância seu envolvimento nas atividades de Travessias⁷⁶, atividade de resistência típica da região de fronteira do Rio Grande do Sul.

Desta forma, objetivamos nesse estudo, apoiadas na ideia de trajetórias as margens apresentada pela autora Natalie Zamon Davis (1997) discorrer sobre como a trajetória dessas três mulheres se assemelham e se impõem em um espaço social onde questões de gênero e militância política se inter cruzam mesmo quando não de uma forma consciente

⁷⁶ Em seus estudos Gonçalves (2020) adota a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada à complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, a autora propõe evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas.

por parte dos envolvidos, visto que a ditadura civil-militar brasileira, assim como as demais ditaduras da América Latina, são oriundas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de forma que sua instauração foi pautada na construção da figura de um inimigo interno, reconhecidos como os sabotadores da pátria, responsáveis por causar o caos social e espalhar o “vírus comunista”, um mal que precisava ser combatido em prol do projeto de avanço hegemônico econômico, importado dos Estados Unidos (Padrós, 2014).

A RESISTÊNCIA É UMA MULHER DE BATOM VERMELHO! DE FRÁGEIS DONZELAS A ASTUTAS COMBATENTES

Onde estavam as mulheres durante a ditadura? Que papéis estavam desempenhando naqueles tempos cinzentos? Uma vez pensada a combinação mulheres e ditaduras a primeira imagem que vem à mente é a da luta das Madres de la Plaza da Mayo, se for dada continuidade a esse exercício, vasculhando a memória se pode chegar à figura de Zuzu Angel e sua interminável peregrinação na busca do filho desaparecido. São sempre elas, mães, irmãs, filhas, cunhadas, avós; e no outro oposto os seus esposos, pais, filhos, enteados, sobrinhos, e outros homens.

O contraste de gênero é claro, às mulheres, esses seres responsáveis por gerar a vida, compete o cuidado. Para Jelin (2002), essa polarização entre masculino (ser socialmente ativo) e feminino (socialmente passivo) estava naturalizada entre a sociedade da época, tanto que quando a mulher guerrilheira era representada pela mídia essa o fazia com atributos masculinizados.

Da parte dos seus companheiros de luta, o universo feminino também era geralmente tachado de algo fútil e pequeno burguês. Convém destacar, que embora a esquerda revolucionária pregasse a luta por uma sociedade mais justa, pautas como as femininas e as raciais, por exemplo, eram secundarizadas sob alegação de que o foco era a grande luta de classes e o enfrentamento contra a ditadura. Conforme relembra a única militante mulher a fazer parte do comando da VAR-Palmares no estado, Ignez Ramminger:

no entanto, apesar de toda dedicação à causa revolucionária, existia uma clara intolerância dos companheiros com pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios. Para minha surpresa meu comportamento, considerado por eles “pequeno-burguês”, foi pauta de uma de nossas reuniões. Sinceramente não gostei nenhum pouco e disse a eles que, mesmo na trincheira, não deixaria de usar batom. Estava na guerra com batom! (2010, p.141-142).

Ainda assim, as mulheres participaram ativamente nas mais de quarenta organizações políticas e revolucionárias que combateram a ditadura civil-militar brasileira (Brasil Nunca Mais, 1991). Houve mulheres que atuaram junto a movimentos de guerrilha urbanas e rurais, na criação e manutenção de imprensas clandestinas, nos aparelhos de apoio com a distribuição de material impresso e concessão de uso das próprias casas como base para estruturar organizações, esconder pessoas e realizar atividades (Teles, 2015).

Gradativamente, começaram a somar nas diversas frentes de combate à ditadura, em busca de liberdade, justiça e democracia (2015), o que causou um profundo ódio nos militares que não contavam com a resistência da parcela feminina da população.

Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. A tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos. Os militares, de início, subestimaram a capacidade das mulheres, mas, ao vê-las atuando na luta, inclusive com uso de armas, tiveram reações de ódio e repúdio. Isso porque as militantes políticas daquela época romperam com preconceitos e barreiras machistas. Tiveram até que enfrentar a própria organização política de esquerda em que atuavam. A esquerda também tinha preconceito e as discriminava. Assim, as militantes tiveram que subverter a ordem do estado ditatorial e a ordem interna de suas organizações políticas. Eram duas vezes subversivas (Teles, 2015, p 101).

A militância feminina era encarada enquanto uma dupla transgressão, que desafiava o governo ditatorial e ao mesmo tempo a sociedade, ferindo o código de gênero vigente na época (Garcia, 1997). Além de serem vítimas diretas (presas, violentadas, torturadas, mortas) as mulheres também foram vítimas indiretas dadas à atuação de seus homens. E esse é, para Jelin (2002), o papel em que mais comumente são enxergadas pela sociedade. Entretanto estas não foram apenas as “companheiras” de fulano ou sicrano, “fomos as protagonistas de uma História que ainda não foi contada: a História das guerreiras de batom!” (Rammingier, 2010, p. 142).

Nesse sentido, para Colling (2004, p. 1), ousar adentrar o espaço público, privado, masculino foi o que fizeram estas mulheres engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no Brasil durante a ditadura militar. Como consequência, pagaram um alto preço: foram reduzidas a páreas, a seres destituídos de direitos básicos por causa de suas militâncias.

Ao subverter a ordem dos papéis na sociedade, cometiam dois pecados aos olhos da repressão: faziam política, coisa de homens e invadiam espaço público, lugar de homens (2004). Assim, o corpo das militantes políticas era associado ao ódio às mulheres consideradas “desviantes” a partir do estabelecimento de valores morais da ditadura civil-militar brasileira. A tortura com especificidades de gênero era um duplo castigo por serem mulheres ocupando espaços que eram destinados aos homens. Se os homens são os “guerrilheiros”, imaginados como viris e fortes, as mulheres são vistas como as “subversivas”, imaginadas como promíscuas e putas, seres que mancharam o imaginário brasileiro da época sobre a família tradicional e por isso precisavam ser “purificadas” pelos agentes da repressão. Nessa dicotomia, utiliza-se o gênero feminino contra essas mulheres para puni-las, neutralizá-las e destruí-las. Como poderemos perceber nos relatos apresentados por Nilce e Ignez.

Nesse jogo que compõe o imaginário social para estigmatizá-las pelo seu gênero feminino, brinca-se de opostos: se a mulher “não-desviante” é compreendida por seus atos de doçura, sensibilidade, beleza, fragilidade e ser apto a procriar, a mulher “desviante” é a puta que se vende por dinheiro, fria, insensível, mãe desnaturada (Joffily, 2010).

Por conseguinte, pensar a ditadura civil-militar brasileira a partir de um recorte de gênero, é enxergar o tecido que permeia essas relações: os jogos de poder entre os sexos. É necessário pensar que a mulher militante política somente a poucos anos vem sendo encarada como um sujeito que ocupou um espaço ativo dentro de jogos de poder.

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade, deixando à mulher como única alternativa a maternidade e o casamento. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar. Poderíamos arrolar infindáveis citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, a permanecerem puras e castas, permanecendo em sua função caseira e materna. As transgressoras dessas normas tornam-se homens, traindo a natureza. Esses limites da feminilidade foram determinados pelos homens (Colling, 2017, p. 2).

Dentro dessa inversão, há mulheres que quebraram barreiras ainda mais complexas ao integrarem a luta armada, transpuseram barreiras não somente junto a sua família, como também dentro das próprias organizações políticas a que pertenciam. Como resposta, a repressão foi ainda mais brutal com elas. De acordo com Meirelles (2011), ainda que homens e mulheres tenham sido submetidos à formas terríveis de tortura, as mulheres foram sujeitos atingidos de uma forma muito particular, pois quando capturadas,

encontravam-se nas mãos dos agentes da repressão que majoritariamente eram do sexo masculino, onde sofriam toda forma de constrangimento e sofrimento sob o olhar de quem lhes era completamente diferente. Há ainda outro ponto dentro dessa relação entre oprimida-opressor, ainda que não intencionalmente, esse ambiente machista podia por vezes e de forma surpreendente, favorecer algumas mulheres:

(...) por vezes, ter sua militância política menosprezada dentro das organizações que estavam vinculadas. Vistas por agentes da repressão apenas como “mulher-objeto”, com o único fim de “servir sexualmente” aos militantes, podiam ser consideradas “burras” ou desinformadas. Esse desprezo pelas atividades das mulheres poderia ser, portanto, estrategicamente importante, já que permitia maiores possibilidades de mentir durante as sessões de tortura, fingindo desconhecer as atividades de militantes das organizações às quais estavam ligadas (Meirelles, 2011, p. 127).

A presença feminina fora central para a resistência atuando ativamente em três níveis, que embora distintos se complementam: elas empunharam armas, denunciaram os crimes da ditadura e suprimam seus lares, e, por vezes, os lares de outras. No entanto, seu protagonismo, e a importância dessas guerreiras de batom raramente são mencionados para além do desempenho das responsabilidades socialmente delegadas aqueles seres que nascem com útero. Sendo assim, buscaremos nessa pesquisa apontar para os rompimentos visíveis, as linhas de transgressão que tornam a trajetória dessas três “guerrilheiras” algo singular.

VERA MARIA IDIART SCHMITT: VALQUÍRIA, ROBERTA, A CAMILA DA VPR (OU) A DEDÉ DA ALN

De nossas três personagens, Vera foi a que por mais organizações passou. Estando envolvida nas duas principais fases da luta armada brasileira. A militante é citada em processos que remetem desde a preparação dos focos guerrilheiros planejados pelo MNR (Movimento Nacional Revolucionário), grupo de exilados vinculados ao redor de Leonel Brizola que possuía ramificações no Brasil, até o esquema de fronteira da ALN junto aos freis dominicanos em Santana do Livramento, bem como expropriações bancárias executadas pela VPR. Sendo esses dois últimos considerados movimentos de resposta armada contra a ditadura do fim dos anos 1960. Destarte, ao tentarmos reconstruir sua trajetória estamos também reconstruindo significativa parcela da história de resistência gaúcha.

De acordo com seu processo de indenização (APERS, processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0), Vera Maria Idiart, nome de solteira, nasceu em 14 de dezembro de 1929 na cidade de Porto Alegre onde residiu até a clandestinidade. Desde jovem esteve vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) passando a militar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) após a cisão ocorrida em 1962. Por essa sua militância, sobretudo junto às bases trabalhadoras, era constantemente detida e levada a prestar esclarecimentos na Secretaria de Segurança “onde era interrogada, sofrendo ameaças e pressões para incriminar pessoas” (APERS, processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0).

Com a ditadura, Vera decidiu em parceria com outros companheiros fundar o Forças de Ação Revolucionária Popular (FARP) posteriormente chamado de Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), ambos atuantes apenas no estado: “Com o golpe militar de 1964 formei um grupo revolucionário, que mais tarde foi chamado, indevidamente, de Paulo Melo” (APERS, processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0). Esse é um ponto interessante para a nossa narrativa, pois embora Vera seja uma de suas fundadoras não conseguimos localizar elementos que a vincule em um papel de destaque dentro desse coletivo. Diante disso, arriscamos levantar algumas hipóteses para o fato: os documentos existiam e “sumiram”; o esquema de segurança do MR-26 foi tão bom que algumas de suas lideranças ficaram protegidas por algum tempo; há nesse caso um silenciamento estrutural de gênero ou a expressividade de Paulo Melo enquanto um reconhecido líder sindical fez com que os holofotes estivessem voltados para sua ação.

De toda forma, como as informações sobre Vera são bastante fragmentadas, a única maneira que encontramos de reconstruir sua atuação é a partir dos atravessamentos entre sua trajetória e a luta contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Começaremos então pelo racha ocorrido no PCdoB em 1965 que deu origem a fundação do FARP, pois essa sucessão de eventos leva ao alinhamento desse coletivo aos planos de resistência do MNR.

De acordo com Silva (1987), esse rompimento foi motivado pelo não alinhamento de uma fração considerável do grupo com o recuo ordenado pela direção nacional do PCdoB diante da opção armada:

Por isto, Paulo Melo rebelou-se contra o partido e aceitou um trabalho de resistência conosco. Foi assim que um setor inteiro do PCdoB, seguidor de Paulo Melo, resolveu trabalhar conosco, acreditando que teríamos condições de dar uma resposta ao golpismo, numa linha Brizolista revolucionária [...] Depois, sempre por intermédio

de Paulo Melo, chegaram Paulo Medeiros, Vera Ydiarti⁷⁷, Rochinha, Padre Moron, Nilson Xavier, Adamastor Bonilha, entre outros e também representantes de um grupo muito aguerrido de Pelotas onde estavam os irmãos Carlos e Paulo Frank - FAR [...] (Silva, 1987, p. 147-148).

Para entendermos a importância da atuação de Vera nesse grupo devemos minimamente compreender em que consistia o projeto insurrecional do MNR. Que, em linhas gerais, esteve pautado no modelo de foco exportado pela Revolução Cubana. Dessa forma, era esperada a implantação de cinco focos guerrilheiros no Brasil que começariam pelo sul do País, na Serra do Mar em Santa Catarina. Lá o MNR, sob o comando do capitão Amadeu Felipe da Luz de Oliveira e do sargento Manoel Raimundo Soares, instalou os militantes Onir Porto Alegre, sargento paraquedista, e Vera para que realizassem os levantamentos necessários para a implantação do foco (Ferreira, 2013. Tomada de Depoimento, Comissão Nacional da Verdade).

Em Cedro Alto, na Serra do Mar, a história desses dois militantes se entrelaça com a de um crime comum que põe fim ao projeto de foco do MNR e custa a Vera a sua liberdade. Embora tenha sido detida pela polícia catarinense usando a identidade de Valquíria de Sousa Marques, no decorrer das acareações, surgiu a verdadeira identidade de Vera, bem como suas possíveis conexões pessoais com outros militantes do MNR envolvidos na Guerrilha de Três Passos e Tenente Portela. Esse somatório de fatores, motivou sua transferência para o Quartel da Guarda Civil em Porto Alegre, lá ficou detida por dois meses:

[...] fui interrogada, pressionada e espancada, passando fome e sede por dias a fio. Vendo que não conseguiam nada deram por encerrada a fase de interrogatório e, para ocultar meu estado de desnutrição e debilidade física e mental, quase sem poder mais andar e com ferimentos na cabeça, levaram-me para a Ilha do Presídio, no meio Rio Guaíba.

Na Ilha fiquei presa por vários meses, cercada de baratas e de outros insetos horripilantes. Era a única mulher entre outros presos comuns que ali eram escondidos dos juizes até se recuperarem das torturas sofridas (Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0).

A própria localização da Ilha e sua dificuldade de acesso corroboram para que a mesma tenha sido utilizada enquanto um centro clandestino de repressão em um período em que a ditadura ainda procurava manter sua “fachada democrática”. Pois, ao serem confinados na Ilha os detentos, presos políticos ou não, estavam longe do alcance dos

⁷⁷ Mesmo que a grafia do nome de Vera esteja equivocada, as informações prestadas pelo Tenente Vermelho vão ao encontro dos fragmentos encontrados acerca dos capítulos seguintes da militância de Vera junto aos setores vinculados ao projeto insurrecional do grupo Brizola.

olhos da Lei e de seus familiares (Silveira, 2020, p.88). Com Vera não foi diferente, durante sua estadia na Ilha permaneceu incomunicável e sem qualquer tipo de assistência médica ou jurídica. Da Ilha, foi transferida para o estado do Paraná, ficando detida entre presas comuns da penitenciária de Piraquara, próxima a capital. Nas semanas em que esteve confinada nesta instituição a sua situação não melhorou, muito pelo contrário: “precisei lutar para conservar minha integridade física e moral” (APERS, processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0).

A situação de Vera se modifica quando Paulo Melo consegue fazer contato com um advogado de Curitiba que a representa judicialmente. E uma vez em “liberdade” Vera regressou para Porto Alegre, porém as perseguições políticas não cessaram: era constantemente detida vindo a ser solta em seguida, não pode assumir o concurso público para o qual havia sido aprovada e perdeu o emprego que exercia há oito anos na secretaria estadual do trabalho e habitação. Destarte a nova conjuntura que se desenhava diante dela a obrigou a exilar-se no Uruguai dando continuidade à sua militância junto ao MNR.

O período de seu exílio não foi possível apurarmos devido à falta de fontes, mas é plausível inferirmos que após o fracasso de Caparaó e a conseqüente desarticulação quase que total do MNR, em fins de 1967, levando seus quadros a integrarem outras organizações. Ao que tudo indica, Vera era um quadro dos Brancaleones⁷⁸, ao mesmo tempo, foi a responsável por tecer contatos com a ALN, grupo no qual viria a militar durante sua posterior estadia em São Paulo.

Ao que tudo indica, nessa posição, Vera foi uma importante peça dentro do esquema de fronteira da ALN executado pelos Freis Dominicanos e alguns religiosos vinculados ao seminário Cristo Rei em São Leopoldo. Pois seus saberes adquiridos enquanto “pombo-correio” do grupo Brizola muito úteis eram para essas novas Travessias:

Câmara Ferreira, o Toledo, segundo homem da ALN, em companhia de Paulo de Tarso Venceslau solicitaram a Dedé que auxiliasse Frei Beto em suas tarefas. [...] Para Dedé, as passagens do Sul, principalmente para o Uruguai, não continham segredos. O MNR, quando mantinha uma relação forte com Brizola, as usava a miúdo [...] Dedé conhecia pessoas que tinham contato com o consulado uruguaio em Livramento, conhecia as alternativas de passagens mais confiáveis, e tinha contato com companhias de ônibus (Gutierrez, 1999, p.88).

⁷⁸ Grupo guerrilheiro surgido do quadro de secundaristas de Porto Alegre, que contou também com militantes do PCB, como o caso de Vera.

A ditadura também sabia dessa importância estratégica de Vera para o êxito do esquema, tanto que a pergunta “Quem é Dedé ou Vera?” foi levantada durante o interrogatório de Frei Beto e do Monsenhor Padre Marcelo Carvalheira (Beto, 1982, p. 113-115). No entanto, o máximo que a ditadura conseguiu foi indiciar à revelia Vera pelo envolvimento no esquema, assim sua prisão preventiva foi decretada a partir do inquérito policial nº17/69 instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). A prisão nunca foi efetuada pois Vera se encontrava na clandestinidade.

O ano seguinte vai ser derradeiro para as organizações de luta armada no estado, ocorrendo inúmeras prisões de diversos militantes. Dentre as quedas estava um amplo setor da VPR. A repressão estava de olho nos esquemas de fronteira, sobretudo após a desmoralização que foi o processo de buscas aos dominicanos durante a Operação Batina Branca. Nesse cenário de constante tensão, o comando regional da organização demandou a Vera a tarefa de viajar ao Uruguai e buscar meios de reoxigenar a resistência (Chagas, 2007. p.102-103). Para tanto, a militante novamente teve de acionar seus saberes e contatos adquiridos enquanto um “pombo-correio”. Essa é a última ocorrência da militância de Vera, e, também, uma das últimas notícias que temos dela durante esse período. Com a anistia, Vera mudou-se para Brasília, onde advogou por algum tempo, casou e acrescentou o sobrenome Schmitt ao seu nome.

IGNEZ MARIA SERPA DE OLIVEIRA: A MARTHINHA, MARTA, MARIA DA VAR-PALMARES

Nasceu em Porto Alegre, no ano de 1948 e cursou a faculdade de Medicina Veterinária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde oficialmente iniciou sua militância junto ao movimento estudantil. Segundo relato autobiográfico presente em Padrós *et.al* (2010), muito da sua influência e engajamento nas questões políticas foram herdadas de seu tio Ulisses Villar, para quem logo após o golpe serviu por dois anos enquanto emissária entre o exílio no Uruguai e os companheiros ainda atuantes no Brasil:

Durante os dois anos seguintes, fiz algumas viagens de Trem Minuano até Uruguaiana e de lá até Livramento, onde cruzava a fronteira para encontrar com meu tio. Voltava trazendo cartas e livros escondidos em sacos de viagem cheios de bolacha uruguaia. Ninguém desconfiava de uma mocinha bonita e delicada. Sentia-me importante ao realizar essa tarefa (Ramminger, 2010, p.136).

Assim, Ignez atuava como “pombo-correio”, recolhia as correspondências e entregava ao poeta Lacy Osório, que era o contato do Partido Comunista Brasileiro que fazia a distribuição (Ramminger, 2017, p. 84).

Era uma tarefa importante, trazendo papel e não podia chamar a atenção nem participar do movimento estudantil. Não podia aparecer, ser vista, ser reconhecida. A militância, o movimento estudantil me desmascararia. As outras coisas que eu trazia, como livros e textos, colocava em sacos de bolacha grandes e guardava. Mas eu cansei disso. Eu queria militar, aí fui ser paraquedista e depois parti para a militância. [...] Com o golpe tive o projeto de vida abortado. Ao invés de ir para a União Soviética, terminei o científico no colégio Americano [...]. Depois, quando entrei para a universidade [...] passei a militar no POC, Partido Operário Comunista, onde conheci outros tantos militantes (Ramminger, 2017, p. 85).

A partir de 1968, passou a militar pela Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) no comando de operações. Entre as ações que se tem registro, fez levantamento da 1ª Auditoria da 3ª CJM objetivando libertar o preso Lauro Roque Goulart, também auxiliou no assalto do Banco do Brasil em Viamão e no levantamento de crédito do mesmo banco em Estância Velha,

Particpei de treinamento em sobrevivência na selva, tiro ao alvo e táticas de guerrilha urbana. [...] No comando de operações da VAR-Palmares do Rio Grande do Sul eu era a única mulher. Creio que fui convidada a integrar o Comando porque tinha excelente preparo físico e era paraquedista. Cheguei a ensinar os demais como cair de grandes alturas sem se lesionar (Ramminger, 2010, p. 141).

Inês, foi presa em 4 de abril de 1970 em sua casa, pois havia ido conversar com sua mãe sobre a necessidade de sair de Porto Alegre porque estava correndo risco de prisão. Os agentes da repressão entraram no apartamento enquanto ela arrumava sua mochila e se preparava para cobrir um “ponto” (encontrar) com o companheiro de militância Athansio Orth, que forneceria dinheiro, identidade e o contato da cidade para onde fugiria. Sem possibilidade de escapar, escondeu sua pistola e jogou a aliança que usava como álibi quando ia até o “aparelho” onde morava Gustavo Buarque Schiller e Maeth Domingos Boff.

Após ser levada para interrogatório no DOPS-RS, foi torturada várias vezes, em alguns momentos sozinha, outros com Gustavo e Francisco Martinez. Martinha narra em um trecho que “durante duas semanas seguidas ou mais, todas as noites (perdi a noção do tempo), fui submetida a sessões de choque, tapas e bofetões (Oliveira, 1998, p. 15).” Há ainda outro trecho do documento que elucida as especificidades de gênero com que as militantes se deparavam durante suas prisões:

Eu, por ser mulher, diziam ser todas “terroristas”, que éramos putas e coisas parecidas. Algumas vezes, quando eu era torturada com o Gustavo, ameaçavam me estuprar e tocavam no meu corpo. (...) O que mais me chocava é que alguns destes torturadores demonstraram claramente que sentiam prazer em torturar (Oliveira, 1998, p. 15-16).

A violência sexual instrumentalizada pelos agentes da repressão, foi utilizada de forma sistemática para humilhar, quebrar a autoestima e a integridade emocional e moral dessas mulheres, há um objetivo por trás dessa forma de violência, comprometer o corpo em sua totalidade a partir de sua violação (Zurutuza, 2011), sendo um castigo especial por ser mulher e haver ousado desafiar, mediante seu compromisso político-social, o papel que lhe foi atribuído pela hegemonia patriarcal (Pecoraro, 2011).

No final de abril de 1970, todas as mulheres que se encontravam no DOPS foram levadas para o Presídio Feminino Madre Pelletier, onde ficaram alojadas em quatro celas que eram usadas como “solitária”, na prisão para presas políticas também não estavam livre de novos interrogatórios, durante um mês, os agentes do DOPS voltaram para leva-las a novas sessões de tortura. Em fevereiro de 1971, foi transferida para o Hospital da Brigada Militar, onde recebeu tratamento médico e foi posta em liberdade em maio de 1971, ficando com liberdade vigiada até 1973.

Posteriormente, voltou para concluir sua graduação em medicina veterinária na UFRGS, passou a militar no campo dos direitos humanos e em vários eventos prestou seu depoimento enquanto mulher e presa política na época da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente, Ignez está preparando seu livro de memórias e talvez seja a primeira militante gaúcha a fazê-lo.

NILCE AZEVEDO CARDOSO: MONICA, CIDA, VERA... A REGINA DA AP

Nilce nasceu em Orlandia, interior de São Paulo, no ano de 1945. Viveu sua adolescência em Ribeirão Preto mudando-se em 1964 para a capital com o intuito de cursar a faculdade de Física. Em seguida, passou a militar na Juventude Universitária Católica, chegando à direção nacional da instituição. Em 1967, passou a militar na Ação Popular, organização de enfrentamento não armado à ditadura que nasceu de quadros leigos da Igreja Católica, como a JUC.

Na AP, ainda em São Paulo, Nilce atuou junto ao movimento estudantil da USP, fazendo trabalho de base. Não demorou muito para que Jair Ferreira de Sá, dirigente da AP, a convidasse para integrar o setor de serviços da organização. Nele o trabalho de Nilce era fundamental, pois cabia a ela o conhecimento de toda rede de contatos e militantes da AP, sendo a responsável por estabelecer contato com o comando Nacional da organização e suas seções regionais, possuía todo o esquema de codificação das correspondências e documentos cifrados, a localização dos aparelhos e ela era a responsável por estabelecer os “pontos” entre os membros. Para o desempenho de suas funções era necessário um rigoroso treinamento que obedecia à rígidas medidas de segurança, em que a principal delas consistia em decorar nomes, endereços e outras informações que logo deveriam ser esquecidas (Cardoso, 2010. *Apud.* Dias, 2011, p. 43).

Após a decretação do AI-5 em 1968, diante do fechamento do regime, a organização optou por intensificar seu movimento de integração na produção, que havia sido iniciado em 1967 e massificado a partir de 1969. Nesse movimento Nilce é transferida no ano de 1969 para Porto Alegre, onde passa a desempenhar a função de serviços da organização acrescida direção dos trabalhos junto ao setor operário.

Nos anos finais da existência da AP no estado, meados de 1960 a 1972, a AP organizou uma “Operação Fronteira” para a retirada do país de seus quadros “queimados”, que denota a importância da AP gaúcha para a manutenção da AP nacional, que nesse contexto “estruturou um esquema que foi responsável pela passagem, em segurança, de vários militantes da organização para fora do país através da região de fronteira” (Dias, 2011, p. 187). Apesar do efeito dominó que sofreu a organização no começo dos anos 1970⁷⁹, devemos destacar que devido a sua estruturação compartimentada, muito de seu esquema foi preservado. Isso porque somente o setor de Serviços sabia das rotas exatas utilizadas para a Operação Fronteira.

⁷⁹ A AP era um dos grupos mais bem preparados em termos técnicos de segurança, em função da fragmentação dos trabalhos, e logo o conhecimento limitado que cada um tinha a respeito das atividades do grupo, nenhum militante sabia mais que o essencial. E isso era de conhecimento dos órgãos de segurança, que desde 1966 vinham estudando minuciosamente a AP no estado, produzindo inclusive relatórios que instruíam seus agentes em relação ao alto nível intelectual e organizacional dos membros da AP. Quando a queda do comando da Regional gaúcha em 1972 o DOPS-RS já possuía um dossiê com o detalhamento da posição de cada um de seus membros: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

A prisão de Nilce aconteceu em 11 de abril no momento em que ela estava cobrindo um ponto. A militante foi sequestrada e levada ao DOPS-RS:

Por ter participado da seção de serviços (mensageira entre o comando nacional e regionais) e por ter sido membro do comando regional da AP, em Porto Alegre, eu já sabia o que me esperava. Entretanto nenhum conhecimento teórico pode anteciper o horror das torturas. Ainda encapuzada conduziram-me para uma sala, onde as primeiras palavras que ouvi foram: “Tira a roupa.” (APERS, processo administrativo de indenização número 1310-1200/98-8).

Para Contreiras (2015, p. 29), independente da cultura, motivações políticas ou ideológicas, resta nítido que praticamente em todos os conflitos bélicos, guerras civis, totais ou sujas, as mulheres vivem em situações de hipervulnerabilidade: estão sempre no olho do furacão, seus corpos tornam-se campos de batalhas onde os ganhadores deixam suas impressões. Dessa forma, a violência sexual no contexto repressivo brasileiro foi amplamente utilizada como arma de guerra pelos agentes da repressão.

[...] arrancaram as minhas roupas, com palavras de depreciação na tentativa clara de baixar minha autoestima [...]. Vieram então socos de todos os lados. [...] Ligaram os fios e vieram os choques, fiquei muda daí para a frente. [...] Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muitos choques. A dor, raiva, ódio, misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda. [...] O sangue jorrava e eles enfiavam a mão pela minha vagina com jornais. Colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Molhavam meu corpo e me arrebetavam com socos e choques. Não sei quanto tempo isso durou, nem quantas vezes aconteceu esse ritual macabro. (APERS, processo administrativo de indenização número 1310-1200/98-8).

O objetivo dos agentes era quebrar internamente com as presas políticas, reduzi-las de tal forma que não teriam força para lutar, reagir e se possível, sequer pensar. Apesar da violência sexual contra as mulheres existir muito antes da ditadura civil-militar brasileira, os repressores instrumentalizam com exímio as mais diversas formas de violência, aprimorando-as conforme o contexto experienciado (Contreiras, 2015): choques nos órgãos genitais, ameaçadas de estupro (ou o ato propriamente), obriga-las a ficarem nuas durante as sessões de tortura são algumas das muitas formas com que tentaram romper com sua humanidade, descaracterizando-as completamente. Em seu depoimento prestado ao relatório final da subcomissão da memória, verdade e justiça do Rio Grande do Sul, Nilce, conta que “as torturas são sexistas. Tem tortura para homem e para mulher. Para mim, diziam as coisas mais degradantes, sempre contra a mulher, me chamavam de vadia, a gente era esculachada por ser mulher (2017, p. 60).”

A violência sofrida por Nilce escalonou a tal ponto que ela não suportando mais os maus tratos entrou em coma, ficando oito dias nesse estado. Quando a militante despertou todos os seus companheiros já haviam caído, não restava mais nada a esconder, mas mesmo assim Nilce continuou muda até ter o primeiro contato com um dos companheiros, ocasião em que combinaram uma história para contar (Comissão da Verdade do Rio Grande do Sul, depoimento de Nilce Cardoso, p.76).

Muito mais magra e uma chaga só, fui colocada no meio de uma roda de companheiros. Senti uma dor violenta. Como estavam ali? E tantos. Os torturadores me mostravam cada um deles e perguntavam se eu os conhecia. Eu nada respondia. Passei por todos e não tendo dito que os conhecia voltei para a sala de torturas. [...] Pedi para falar com um de meus companheiros e soube que muita coisa tinha sido dita. [...] (APERS, processo administrativo de indenização número 1310-1200/98-8).

Após sua estadia no Hospital Militar e o retorno para o DOPS-RS, Nilce foi transferida para a Operação Bandeirantes em São Paulo, essa transferência ocorreu em julho daquele ano. Sua soltura em definitivo ocorreu ainda na década de 1970, a partir daí a maior dificuldade enfrentada por Nilce foi refazer sua vida, reencontrar sua identidade diante dos fantasmas que a atormentavam. Até seu falecimento, em 21 de fevereiro de 2022, a militante atuou junto ao movimento feminista, participou das greves do magistério e denunciou em toda oportunidade que teve os crimes da ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos nesse artigo de abordar a trajetória de três militantes da luta contra a ditadura que tiveram parte de sua atuação desenvolvida junto às organizações atuantes do estado do Rio Grande do Sul. Nilce, Vera e Ignez chegaram a cargos de extrema importância dentro da AP, MNR e VAR-Palmares, respectivamente. Entretanto seu protagonismo, e o de outras tantas, parece ter ficado “à sombra” da ação de seus companheiros homens que tiveram suas memórias narradas em livros e trabalhos acadêmicos.

Diante desse silenciamento estrutural, é plausível supormos que talvez aquilo que nos parece excepcional ao observarmos o caminho percorrido por essas mulheres, as tarefas desempenhadas e as posições-chave em que se encontravam, talvez seja uma normalidade silenciada. Isso porque eram elas seres autorizados a estarem fazendo o que estavam fazendo sem levantar suspeitas. Quantas mais não estariam levando em suas sacolas de compras panfletos “subversivos” para o outro lado da fronteira, como fazia Ignez? Quantas

mais não estariam frequentando a Igreja para articular um esquema de fronteira, como fez Vera? Quantas mais não atuaram nas fábricas fazendo a revolução, como fez Nilce?

Quando se trata de períodos autoritários o feminino ganha dois pesos e duas medidas. Ao mesmo tempo que torna essas figuras insuspeitas, como nos casos relatados: “Ninguém desconfiava de uma mocinha bonita e delicada.” (Ramminger, 2010, p.135) A atuação política combativa de uma mulher foi a dupla subversão do status quo vigente, a transgressão do socialmente considerado “ser mulher”.

Mesmo assim, contrariando tudo e todos, inclusive muitos de seus companheiros de luta. Foram elas, sempre elas! Que proveram os seus lares, os lares de outras, amaram, lutaram e fizeram a revolução. Foram elas, as guerreiras de batom: *“Ao me questionar [...] sobre como e porque consegui sobreviver emocionalmente às ganas do torturador, percebo que além de minhas convicções política e ideológica, há uma particularidade matriarcal: nós mulheres possuímos útero e útero é vida e não morte [!]”* (Ramminger, 2010, p.146).

REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Nacional da Verdade. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. p. 47-85.

Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Nacional da Verdade. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade - Relatório Parcial de Atividades (09/2012-02/2013).

Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Nacional da Verdade. Tomada de Depoimento: Amadeu da Luz Ferreira e Pedro Lobo de Oliveira. 19/03/2013. Disponível: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_CNV/0/PCV/000920007032_01389/BR_RJANRIO_CNV_0_PCV_00092_000703_2013_89.pdf

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo administrativo de indenização número 1310-1200/98-8 referente a Nilce Azevedo Cardoso.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo administrativo de indenização número 6879-1200/98-0 referente a Vera Maria Idiart Schmitt.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 7ª Região Policial/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS-RG. Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Betto, Frei, Batismo de Sangue. **Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Chegas, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960 e 1970**. 2007. 292f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Colling, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

Colling, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. História em Revista, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Contreiras, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964–1985)**. Monografia (Departamento de história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132867/000983930.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Davis, Natalie. **Nas Margens**. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Dias, Cristiane Medianeira Ávila Dias. **A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. 2011. 194f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa De Pós-graduação Em História, Universidade de Passo Fundo.

Gonçalves, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: As redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

_____ A curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular a partir de algumas notas sobre a Operação Fronteira. Revista História e Lutas de Classe. Ano 19. Ed. 37 março de 2024. p.76-92.

Gutierrez, Claudio Antônio Weyne. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos, Ruschel, Davi Arenhart. **Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 2011. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

Gutierrez, Claudio Antônio Weyne. **A Guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

Projeto Brasil Nunca Mais Digital. BMN: 066. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Ignez+Maria+Serpa+de+Oliveira.

Jelin, Elizabeth. El género en las memorias. In: **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo veintiuno editores, 2002.

Meirelles, Renata. **Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar.** Prisma Jurídico, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 111–134, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/2804>>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

Padrós, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional. In: Gallo, Carlos Artur; Rubert, Silvanía (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre: Deriva, 2014.

Ramminger, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): História e memória.** - Porto Alegre: Corag, 2009. V.2

Teles, Amelinha; Leite, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980).** São Paulo: Intermeios, 2013.

Silva, José Wilson da. O tenente vermelho. Porto Alegre: editora Tchê, 1987.

Silveira, Bruno Azambuja. **Ilha do Presídio: Repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973).** 2020. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

4.4

FONTES ORAIS, ACERVOS DE HISTÓRIA ORAL E SUAS POTENCIALIDADES NO ESTUDO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Eduardo Matheus Palini

Resumo: Nos anos de 2011 e 2012, o Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH - UFRGS) desenvolveu o projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, que visava contribuir para a constituição de um banco de entrevistas de História Oral com pessoas que foram perseguidas pela ditadura militar brasileira e/ou que participaram de ações de resistência. Atualmente, as entrevistas desse projeto integram o acervo do Repositório de Entrevistas de História Oral da UFRGS (REPHO - UFRGS). Desde 2017, o REPHO conta com uma equipe de graduandos e pós-graduandos voluntários e bolsistas, coordenados pela professora Carla Simone Rodeghero, e visa proporcionar um constante diálogo sobre a prática da História Oral. Deste modo, tendo em vista que em 2024 comemoramos os 60 anos do golpe militar de 1964, causando uma intensificação de atividades e produções acadêmicas sobre este tema, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o REPHO e o acervo do projeto “Marcas da Memória” para refletir a respeito das potencialidades do uso de acervos de História Oral no estudo da ditadura militar brasileira. Alinhado a isso, investigaremos a utilização de fontes orais em trabalhos nessa temática que tenham sido defendidos na Graduação e na Pós-Graduação em História da UFRGS desde 2012, ano em que foram finalizadas as entrevistas do projeto “Marcas da Memória”, tentando entender qual o espaço que esses testemunhos têm ocupado em um recorte acadêmico regional.

Palavras-chave: História Oral - ditadura militar brasileira – REPHO/UFRGS - produção acadêmica

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge de uma delicada operação envolvendo três temporalidades distintas. Inicialmente, seu tema principal, o qual também é o principal eixo temático da Mostra de Pesquisa no qual o apresentamos, é a ditadura militar ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985 (e, além disso, a Lei da Anistia sancionada em 1979 pelo então presidente militar João Figueiredo). Esse tema será trazido à tona a partir do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, desenvolvido entre os anos de 2011 e 2012, como uma ação em parceria de três universidades federais brasileiras.⁸⁰ Foram realizadas mais de 100 entrevistas com pessoas que, de alguma forma, tiveram sua vida alterada pela repressão e perseguição causadas pela ditadura, tenha sido de maneira direta ou através de alguma pessoa próxima. Esse projeto, cuja realização trago aqui como uma segunda temporalidade, teve incentivo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que foi criada em 2001 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, representando um avanço significativo nas políticas de reparação e memória voltadas às pessoas que sofreram violações dos direitos humanos ao longo da ditadura. Em 2008, no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva, atendendo a uma demanda social, a Comissão deu início a uma política pública voltada para a memória da ditadura, incluindo, entre as suas iniciativas, um projeto interinstitucional de História Oral sobre a repressão no Brasil. Quatro anos depois, foi lançado o livro “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Araújo; Montenegro; Rodeghero, 2012), que leva o mesmo nome do projeto, no qual os pesquisadores trazem suas análises e reflexões a partir do acervo de entrevistas que fora constituído.

Desde 2012, ano em que começou a funcionar a Comissão Nacional da Verdade e a ser implementada a Lei de Acesso à informação, o cenário político brasileiro não deixou de passar por uma série de transformações. Apesar de reeleita em 2014, a presidenta Dilma Rousseff foi alvo de um processo de impeachment que a removeu do Executivo e fez assumir seu vice, Michel Temer. Com um grande crescimento da extrema-direita no país, seu maior expoente até então, Jair Bolsonaro, ganhou as eleições para presidência em 2018 sem esconder seu discurso negacionista em relação aos crimes cometidos pela ditadura.

⁸⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Sendo esse um assunto que sempre esteve em disputa nas esferas pública e política, os quatro anos do governo de Bolsonaro contribuíram para alavancar o negacionismo referente aos governos militares. A Comissão de Anistia sofreu um agressivo processo de desmonte, passando a ser ocupada por revisionistas, tendo seus critérios alterados e negando a grande maioria dos pedidos de anistia política (Fernandes, 2023). Apesar da derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 e da saída da extrema-direita do Executivo, os embates sobre a memória da ditadura estão longe de acabar e o negacionismo continua sendo uma ameaça constante. Tanto que, no presente ano de 2024, vimos um candidato a vereador ser eleito na cidade de Porto Alegre (RS) utilizando a alcunha de “Coronel Ustra”, em alusão ao falecido militar conhecido como um dos maiores responsáveis por torturas de presos políticos durante a ditadura – o candidato, por óbvio, contou com forte apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro⁸¹.

Chego, enfim, no momento da escrita deste trabalho, o qual trato como uma terceira temporalidade. Essa contextualização dos acontecimentos de 2012 para cá, afinal, é de fundamental importância, pois carrego em minha vivência como cidadão, como estudante universitário e como pesquisador todo o peso do avanço da extrema-direita no país e do crescimento dos ataques à História e à memória daqueles que tiveram seus direitos humanos violados durante a ditadura. É daqui, deste ponto no tempo e com essa bagagem que, em uma tentativa de fazer frente ao negacionismo histórico, olho para trás e tento avaliar os impactos que o projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” causou nos estudos sobre a ditadura, com especialidade no uso de fontes orais para tal objetivo – e o que esses estudos têm a ganhar com elas.

No próximo tópico, trarei uma breve apresentação sobre o Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO-UFRGS), o qual hoje é responsável pela guarda e divulgação de parte do acervo constituído nesse projeto. Após isso, falarei sobre como, ao mesmo tempo em que esse acervo de entrevistas era construído, ele auxiliava também no processo de formação de pesquisadores em fontes orais, vários dos quais deram continuidade aos estudos sobre a ditadura com uso de História Oral, explorando toda a potência que esse campo oferece. Por último, realizarei um levantamento bibliográfico de trabalhos sobre a

⁸¹ Ver: CARMO, Wendal. Primo de Ustra se elege vereador em Porto Alegre com apoio de Bolsonaro e alusão a coronel da ditadura. **CartaCapital**, 07 out. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/primo-de-ustra-se-elege-vereador-em-porto-alegre-com-apoio-de-bolsonaro-e-alusao-a-coronel-da-ditadura/>. Acesso em: 14 out. 2024.

ditadura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos anos que se seguiram ao projeto “Marcas da Memória”, investigando a utilização ou não de fontes orais nesses trabalhos e as lições que podemos tirar dos resultados que foram obtidos.

SOBRE O REPHO-UFRGS

O Repositório de Entrevistas de História Oral da Universidade do Rio Grande do Sul foi criado em 2017, com o objetivo de ser um espaço de captação, guarda e divulgação de entrevistas realizadas por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação em História da UFRGS. Desde então, sempre contando com uma equipe de graduandos e pós-graduandos voluntários e bolsistas, coordenados pela professora Carla Simone Rodeghero, o Repositório tem promovido uma série de atividades visando favorecer o diálogo entre praticantes de História Oral, reforçando o vínculo com demais coletivos do país e contribuindo para a formação constante de pesquisadores nessa prática. Um trabalho recomendado para conhecer mais sobre o Repositório e outros coletivos é o livro “Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas”, construído coletivamente a partir das discussões realizadas no XI Encontro Regional Sul de História Oral: História Oral, Sociedade e Meio Ambiente. Seus capítulos são dedicados a apresentar a criação, a trajetória e os projetos desses espaços, como o próprio REPHO-UFRGS, o Laboratório de História Oral da Univille, o Núcleo de História Oral da PUCRS, o Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da UFFS, entre outros. (Coelho; Fontoura; Sossai, 2022).

Atualmente, o REPHO-UFRGS é responsável pelo armazenamento e divulgação das 18 entrevistas realizadas pela equipe da UFRGS ao longo do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”. Em seu site, é possível consultar outros acervos, como o constituído no projeto “Documentando a experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul”, que contém 50 entrevistas com estudantes da UFRGS ao longo da pandemia da Covid-19, também disponíveis no YouTube. Para além dos acervos de entrevistas, o site do Repositório possui vasto material de apoio para pesquisadores, como um manual de História Oral, produções acadêmicas que utilizam a metodologia, além de gravações

de encontros e rodas de conversa⁸². Comentando sobre a atuação do REPHO no ano de 2024, a equipe participou do XVII Encontro Nacional de História Oral, promovido pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e pela Universidade de Joinville, na Univille, levando um grupo de quase duas dezenas de pessoas para apresentações em simpósios temáticos e mostras de pesquisa, participação em mesas redondas, oficinas e visitas técnicas, etc. Desde outubro de 2024, dando continuidade a práticas anteriores, o REPHO tem promovido um grupo de estudos intitulado “Tradições orais indígenas”, estudando a oralidade de povos indígenas e a relação entre História Oral e tradições orais.

CONSTITUINDO ACERVOS, FORMANDO PESQUISADORES

O projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, como já exposto, constituiu um importante acervo de depoimentos a partir da atuação de universidades federais em três estados diferentes: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco. No caso do Rio Grande do Sul, a equipe vinculada à UFRGS contou com a coordenação de Carla Simone Rodeghero e o trabalho de nove bolsistas de graduação, um bolsista de pós-graduação e dois pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, conforme informações disponibilizadas ao final do livro resultante do projeto (Araújo; Montenegro; Rodeghero, 2012, p. 210). Juntos, a equipe constituiu um acervo de 18 entrevistas com pessoas que foram perseguidas ou eram próximas a perseguidos pela ditadura, realizando todo o trabalho técnico de definição dos nomes dos entrevistados, montagem dos roteiros, realização das entrevistas, transcrição, revisão, organização de ficha técnica e tratamento digital das imagens, para além de reuniões periódicas de estudo. A construção de um acervo de entrevistas de História Oral é, portanto, um processo coletivo, plural e educativo.

Assim, ao mesmo tempo em que a equipe vinculada à UFRGS trabalhava para constituir esse acervo de entrevistas, a própria constituição do acervo formava pesquisadores em História Oral. Dado o caráter coletivo, plural e educativo afirmado anteriormente, um dos impactos causados pelo projeto “Marcas da Memória” foi auxiliar na formação e capacitação de pesquisadores que continuariam trabalhando com entrevistas em suas pesquisas. Para explorar essa possibilidade, foi realizada uma busca pelos Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado

⁸² Os projetos e materiais citados estão disponíveis no site www.ufrgs.br/repho. Para mais informações sobre as atividades do grupo, siga o REPHO nas redes sociais: [instagram.com/rephoufrgs](https://www.instagram.com/rephoufrgs) (Instagram) e [facebook.com/rephoufrgs](https://www.facebook.com/rephoufrgs) (Facebook).

defendidas na graduação e pós-graduação em História e Ensino de História na UFRGS pela equipe que integrou o projeto⁸³. A partir disso, foi possível constatar a continuidade de algumas pesquisas sobre a ditadura com a utilização de fontes orais, mas não só isso. Algumas trajetórias acadêmicas mostram o impacto que o projeto “Marcas da Memória” teve nas abordagens que os pesquisadores seguiram em seus trabalhos posteriores, mesmo nos casos em que esses se distanciaram do tema abordado pelo projeto. Apesar de o presente texto tratar sobre fontes orais nos estudos da ditadura, dedicarei algumas palavras para falar sobre ambos os casos.

Dos nove bolsistas de graduação e pós-graduação, a busca mostrou que seis continuaram trabalhando com História Oral em seus trabalhos seguintes. Destes, três utilizaram entrevistas do “Marcas da Memória” em seus TCCs, Dissertações ou Teses posteriores. Foram eles Diego Scherer da Silva, com o TCC “A missivista, a prisão e a resistência: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)”; Milene Bobsin, com o TCC “A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória (Brasil 1964-1984)”; e Dante Guimaraens Guazzelli, com a Tese de Doutorado “Entre o direito e a política: a trajetória de advogados e a causa dos direitos humanos (Rio Grande do Sul/1964-1982)”. Destacarei a trajetória do primeiro citado, pois acredito que essa ilustra bem um dos pontos aqui defendidos.

Em seu TCC, Silva utiliza a entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Araújo em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP. Porém, a entrevista não consiste na principal fonte utilizada, sendo essas as cartas que Flávia escreveu durante seu cárcere político no Uruguai entre 1972 e 1980, após fugir com a família da ditadura brasileira. A entrevista é utilizada aqui, principalmente, para apresentar a personagem e narrar sua trajetória (Silva, 2011). O que vemos com os trabalhos seguintes deste pesquisador, no entanto, é uma priorização das fontes orais como forma de se aprofundar na pesquisa sobre Schilling. Assim, Silva retoma esse assunto em sua Dissertação de Mestrado intitulada “‘Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado’: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil – Uruguai, 1964-1980)”, utilizando de duas entrevistas feitas por ele com Flávia, nos anos de 2012 e 2013, e de três entrevistas realizadas com outras figuras que se relacionam com esta, para além da entrevista do acervo “Marcas da Memória”. Sobre a utilização das fontes orais, Silva faz o seguinte apontamento:

⁸³ Não foi explorada a possibilidade de que os componentes do projeto “Marcas da Memória” tenham publicado artigos e/ou capítulos de livros. Esses dados, embora possam aprofundar a análise, não couberam na presente pesquisa.

A utilização de entrevistas de história oral, realizadas com Flávia, alguns de seus familiares, sua advogada e suas companheiras de prisão, como fonte nos leva a algumas considerações importantes: a fonte oral é produzida para ser fonte, isto é, não é um vestígio que foi deixado pelo passado e que agora é analisado pelo historiador, mas sim uma construção realizada no presente a partir de interpretações dos acontecimentos passados (Silva, 2014, p. 23)

Alguns anos depois, Silva viria a defender sua Tese de Doutorado intitulada “A trajetória militante de Paulo Schilling e a formação do seu arquivo pessoal (1956-2012)”, mantendo a utilização de entrevistas de História Oral e chegando a realizar entrevistas conjuntas com Flávia e seus familiares (Silva, 2020). A trajetória acadêmica de Diego Scherer da Silva, a partir dos três trabalhos citados aqui, parece expor um caso de um pesquisador que, impactado pelo projeto “Marcas da Memória”, passa a incorporar cada vez mais as fontes orais em suas pesquisas, utilizando de suas potencialidades para aprofundar temas de interesse relacionados à ditadura.

Para finalizar essa seção, gostaria de falar sobre duas trajetórias acadêmicas de pesquisadores do “Marcas da Memória” que demonstram uma sólida formação em História Oral, no entanto, utilizaram dessa para pesquisas em outros temas após suas participações no projeto. Começando pela pesquisadora Isabela Lisboa Berté, essa defendeu seu TCC em 2012, intitulado “As condições de emergência de uma identidade feminista em Porto Alegre: estudo do grupo Costela de Adão (1976-1980)”, analisando a trajetória desse grupo feminista em meio a ditadura e utilizando de uma entrevista de História Oral com uma integrante, Clarisse Castilhos, e de uma entrevista realizada pelo grupo em 1980 para o jornal Correio do Povo (Berté, 2012). Se, no TCC, o recorte temporal ainda está inserido no período da ditadura, não é o caso de sua Dissertação de Mestrado, defendida quatro anos depois, que se afasta consideravelmente desse tema. “Mulheres no universo cultural do Boxe: as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016)” trata das questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de mulheres boxeadoras na Federação Rio-Grandense de Pugilismo (FRGP). Para além de uma varredura em documentos oficiais e matérias de jornais que falam sobre a presença das mulheres no Boxe, a autora realizou nove entrevistas de História Oral com atletas, ex-atletas, treinadoras e com o presidente da FRGP (Berté, 2016). Na introdução, Berté fala que sua trajetória acadêmica é marcada, entre outras coisas, pela experiência no projeto “Marcas da Memória”, a qual proporcionou seu contato com a área da História Oral que, anos depois, seria explorada por ela nesta Dissertação.

A última trajetória acadêmica em destaque é a de Gabriel Dienstmann, que em 2016 defendeu sua Dissertação de Mestrado intitulada “A luta pela democracia em foco: fotojornalismo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul (1977-1979)”. Apesar de o trabalho ser focado em cultura visual da ditadura, Dienstmann se vale de sua experiência em História Oral para realizar um total de seis entrevistas com jornalistas que atuaram nos jornais Zero Hora e Folha da Manhã entre 1977 e 1979 (Dienstmann, 2016). Assim como no caso de Berté, a primeira titulação obtida por Dienstmann após o projeto “Marcas da Memória” ainda trata sobre o recorte da ditadura, porém, a seguinte já mostra a formação em História Oral possibilitando trabalhos bem diversos. É o caso de sua Tese de Doutorado, defendida em 2023, intitulada “Branquitude e racismo nos cursos de graduação e pós-graduação em História – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS”. Aqui, foram realizadas 22 entrevistas de História Oral com docentes e discentes dos cursos de graduação em História da UFRGS, brancos e negros, mantendo o anonimato de todas as falas (Dienstmann, 2023). Sobre a importância das fontes orais para esse interessantíssimo trabalho, o autor afirma:

Através delas [das entrevistas], buscaremos compreender algumas das diferentes formas pelas quais as/os discentes e docentes brancos/as e negros/as vivenciam, percebem, sentem e analisam as dinâmicas das relações raciais, as implicações do racismo e da branquitude na universidade, nos cursos de história, em seus currículos, práticas de ensino e pesquisa. As interlocuções de história oral nos permitirão analisar como têm ocorrido os processos de discussões coletivas em relação a essas questões na referida instituição; os processos de transformações potencializados pela implementação das cotas nos cursos de graduação e pós-graduação, pela crescente presença de discentes, pesquisadores/as e docentes negros/as e indígenas. (Dienstmann, 2023, p. 28)

A partir das trajetórias de Diego Scherer da Silva, Isabela Lisboa Berté e Gabriel Dienstmann, visualizamos como o projeto “Marcas da Memória” construiu não só um acervo de entrevistas, mas também uma série de pesquisadores com sólida formação em História Oral e que seguiram atuando nessa área tanto em pesquisas sobre a ditadura, quanto em outros temas. O caso do Diego é o mais claro de uma pesquisa sobre a ditadura que se enriqueceu com o uso de fontes orais, rendendo novos trabalhos sobre a vida de Flávia Schilling e de sua família. Já no caso de Isabela e Gabriel, ambos continuaram situando suas pesquisas no recorte temporal da ditadura, porém, em certo ponto, partiram para novos interesses e, com a formação em História Oral, enriqueceram pesquisas em temáticas diferentes e de grande pertinência - o caso da primeira com estudos de gênero e do segundo com questões raciais.

FONTES ORAIS E ESTUDOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Se, até o momento, falei sobre a maneira que a constituição desse acervo de entrevistas impactou na formação de pesquisadores em História oral, julgo interessante reservar a parte final desse trabalho para falar sobre o impacto que esse projeto desenvolvido pode ter causado na produção bibliográfica local sobre o tema da ditadura - ou como essa mesma produção, influenciada ou não pelo “Marcas da Memória”, reflete a importância da utilização de fontes orais para estudos sobre esse tema.

Utilizando o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também conhecido como Lume, realizei um levantamento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos entre 2011 – ano que teve início o projeto “Marcas da Memória” - e 2015 referentes aos cursos de graduação de Licenciatura em História e Bacharelado em História da UFRGS.⁸⁴ Dentro desse recorte estabelecido, filtrei por todos os TCCs que abordassem o golpe civil-militar de 1964 ou a ditadura brasileira como um todo, me apoiando nas palavras-chave estabelecidas pelos próprios autores para realizar essa categorização⁸⁵. Separados os trabalhos, a minha investigação visava responder às seguintes perguntas: a) O autor realizou entrevistas de História oral?; b) O autor utilizou alguma entrevista de História oral produzida pelo projeto “Marcas da Memória”?; e c) O autor utilizou alguma entrevista de História oral de outro acervo?

De início, é importante fazer algumas observações sobre essas questões. Segundo Rodeghero, tem se tornado prática comum que pesquisadores realizem suas entrevistas de História oral e as guardem para si (Rodeghero, 2023, p. 176), restringindo o acesso do público a esse material e impossibilitando a sua utilização para pesquisas que possam até mesmo fazer outras perguntas a essas fontes. Isso, somado a problemas de guarda e divulgação de acervos existentes, dificulta a tarefa de refletir sobre o patrimônio oral já existente, ainda segundo a autora. No caso do projeto “Marcas da Memória”, o acervo de entrevistas constituído pela equipe do Rio Grande do Sul se encontra disponível no site do REPHO e deu origem a diferentes produções com enfoques variados dentro da temática

⁸⁴ Link para acesso: <https://lume.ufrgs.br/>

⁸⁵ Outros dados que poderiam ser explorados para uma análise mais aprofundada, porém, que não couberam na presente pesquisa, são as Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e apresentações no Salão de Iniciação Científica da UFRGS ao longo do mesmo período.

da ditadura.⁸⁶ Por essas razões, investigando os TCCs do recorte mencionado, um dos objetivos é descobrir as utilizações, menções, ou até mesmo inspirações vindas do projeto “Marcas da Memória” para a realização desses trabalhos, refletindo as potencialidades desse acervo. Porém, essa é apenas uma das questões. Tratando da presença de fontes orais em estudos da ditadura como um todo, a investigação também buscará por outros acervos de entrevistas de História Oral que tenham sido utilizados e, ainda, por TCCs onde os próprios autores realizam entrevistas e as relacionam dentre suas fontes. Antes de abordar os trabalhos, seguem os números obtidos nessa busca (no quadro, é utilizado a sigla HO para “História oral”).

Quadro 1: TCCs dos cursos de História da UFRGS sobre a ditadura militar brasileira com utilização de entrevistas de História Oral entre 2011 e 2015⁸⁷

Ano	Total de TCCs disponíveis no Lume	TCCs com temática da ditadura militar brasileira			
		Total	Com entrevistas HO realizadas pelo autor	Com entrevistas HO do “Marcas da Memória”	Com entrevistas HO de outros acervos
2011	62	10	2	2	1
2012	52	9	4	0	3
2013	50	2	1	0	0
2014	41	4	0	1	0
2015	47	4	1	1	1

Fonte: Repositório Digital da UFRGS – Lume (2024)

⁸⁶ Link para acesso: <https://www.ufrgs.br/repho/projetos/>. No site, estão disponíveis as transcrições completas das 18 entrevistas realizadas. Para acesso às gravações, é necessário entrar em contato com a equipe do REPHO.

⁸⁷ No ano de 2012, há 3 TCCs que utilizam entrevistas de História Oral realizadas pelo próprio autor e também entrevistas de algum acervo que não seja o “Marcas da Memória”, logo, os dados que aparecem nessa linha da tabela dizem respeito não a 7 trabalhos diferentes, mas apenas 4. Em todos os demais casos, os autores não combinaram diferentes utilizações de HO.

Primeiramente, vou me ater aos trabalhos que utilizaram entrevistas produzidas pelo projeto “Marcas da Memória”. No ano de 2011, enquanto o projeto ainda ocorria, foram dois os trabalhos que o fizeram, sendo ambos de graduandos que estavam atuando no NPH naquele período, ou seja, que já estavam em contato com aquela pesquisa e com as fontes produzidas. É o caso de Diego Scherer da Silva e Milene Bobsin, que tiveram seus trabalhos citados na seção anterior. Quanto ao trabalho de Bobsin, as principais fontes utilizadas pela autora foram seis entrevistas realizadas com mulheres no “Marcas da Memória”, a fim de abordar as questões de gênero presentes nessas fontes orais. Aqui é interessante destacar que temos a utilização da entrevista da Flávia Schilling também, assim como no caso do TCC do Diego Scherer comentado anteriormente, porém, em vez de focar na trajetória dessa figura, a autora parte de outros questionamentos para com a fonte oral e chega em um resultado diferente: um trabalho que relaciona múltiplas entrevistas sobre a ditadura e analisa uma questão que as atravessa, que são as relações de gênero (Bobsin, 2011).

Já alguns anos depois dessas fontes serem produzidas, as vemos novamente serem utilizadas nos trabalhos de Isadora Ritterbusch Librenza em 2014 e Roberta da Silva Morais em 2015 (que também fez parte da equipe do “Marcas da Memória”). Começando por Librenza, em seu TCC “História oral da militância feminina no Movimento Estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)”, a autora utiliza 12 entrevistas realizadas com mulheres que militaram em movimento estudantil no período anterior a 1969. Algo que me chamou atenção foi que, assim como Bobsin, a autora utilizou das entrevistas para uma abordagem das relações de gênero durante a ditadura, no entanto, com algumas diferenças no recorte definido. Além de buscar pelas mulheres no movimento estudantil em específico, Librenza também se valeu de entrevistas realizadas tanto pela equipe da UFRGS, quanto pelas demais equipes do projeto (UFRJ e UFPE), trazendo uma abordagem dessa militância que extrapola o cenário regional sul-rio-grandense (Librenza, 2014). Finalizando com o TCC de Morais, “Concepções de Memória, História e Verdade em relatos de perseguidos da ditadura brasileira”, a autora, para discutir a Campanha pela Anistia de 1979 em diálogo com os conceitos trazidos no título, faz uso de 11 entrevistas do projeto Marcas da Memória (Morais, 2015). Nesse caso, as entrevistas utilizadas foram, exclusivamente, aquelas realizadas pela equipe de pesquisadores da UFRJ.

Um dado relevante trazido no Quadro 1 é o maior número de TCCs sobre a ditadura – e de utilização de entrevistas de História oral nesses trabalhos – nos anos de 2011 e 2012. Ao mesmo tempo que podemos presumir isso como um impacto do andamento do projeto “Marcas da Memória” no ambiente acadêmico da UFRGS, até mesmo pelo fato desse contar com uma equipe considerável de pesquisadores graduandos, é importante lembrar que o próprio projeto nasceu de uma iniciativa da Comissão da Anistia de promover políticas públicas voltadas a memória da repressão no Brasil. Nos deparamos, então, com uma valorização do testemunho e da memória enquanto mecanismos de reparação e da História oral como uma metodologia apropriada para captar os efeitos, as sutilezas e as experiências subjetivas desse período da nossa história (Abrão; Torelly; Cruz, 2012, p. 8).

Apesar das desconfianças que atravessam a história da utilização das fontes orais no ambiente acadêmico, com críticas a sua confiabilidade, como Portelli bem nos lembra, é importante ter em mente que todos os documentos históricos estão sujeitos a distorções (Portelli, 2016, p. 17). Ainda segundo o autor, os trabalhos em História oral avançam para uma reorientação da questão sobre a confiabilidade da fonte, pela potência das fontes orais estar justamente no fato delas não conterem recordações passivas dos fatos, mas apresentarem trabalhos de memória sobre os acontecimentos históricos e os transmitirem através do filtro da linguagem. Nesse sentido, foram vários os autores no levantamento realizado que trouxeram em seus trabalhos alguns adendos sobre a particularidade das fontes orais, porém, alguns também comentaram sobre os cuidados com as documentações “oficiais” produzidas pelo Estado durante a ditadura. Marla Barbosa Assumpção, em seu TCC sobre repressão e resistência na fronteira gaúcha com o Uruguai, comenta sobre a necessidade de analisarmos as intencionalidades desses documentos, os quais representam o olhar vigilante dos órgãos repressores sobre uma parte da sociedade considerada subversiva (Assumpção, 2012, p. 16). Quem também traz essa crítica é Thaís Blume dos Reis em seu TCC sobre o movimento estudantil gaúcho, onde utiliza documentação do arquivo das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) e uma entrevista com um ex-aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Sobre as primeiras fontes, afirma que:

A documentação utilizada como fonte para esta pesquisa foi produzida pelo Estado, constituindo, portanto, um arquivo repressivo, que exige cuidados metodológicos na sua utilização e constante confronto com outros tipos de fontes. Deve-se ter em mente – e esta é uma premissa fundamental – que as informações ali contidas foram produzidas pela ótica do estado repressor. (Reis, 2012, p. 7)

Finalizando o presente tópico, gostaria de fazer mais alguns comentários sobre o conjunto de TCCs analisados, enfocando alguns exemplos específicos. Um tema que apareceu algumas vezes entre 2011 e 2012 foi a política local, com foco na movimentação do PTB às vésperas do golpe civil-militar. Foram três os TCCs que trataram desse assunto, com dois trazendo fontes orais no corpo do trabalho – nesses casos, a metodologia da História oral aparece como forma de coletar lembranças e percepções de agentes locais sobre impactos causados pela política a nível nacional. Graziane Ortiz Righi (2011) realizou entrevistas com dois ex-vereadores do PTB, Ruy da Silva Teixeira e José Cláudio Camargo, fazendo um estudo de caso da Câmara Municipal da cidade de Gravataí (RS). Já Anderson Vargas Torres (2012) aborda tema parecido na cidade de Canoas (RS), também trazendo três entrevistas de ex-vereadores do PTB, sendo duas delas realizadas pelo próprio autor e uma terceira coletada por Sônia Ranincheski e publicada em 1998, mostrando uma mobilização de entrevistas próprias e de entrevistas presentes em outros acervos/obras. Vale comentar que outro trabalho interessantíssimo que se vale de entrevistas de um acervo já existente é o de Rodrigo Oliveira Gomes, intitulado “Olhos verdes: o olhar de ex-dirigentes integralistas sobre o governo militar brasileiro de 1964 a 1970”, onde o autor utiliza uma série de entrevistas realizadas na década de 1960 com ex-dirigentes integralistas regionais e nacionais, lançando uma nova pergunta a essas fontes: quais eram as opiniões desses indivíduos sobre a ditadura que lhes era contemporânea no momento da coleta desses relatos? Como últimas menções, a fim de destacar a variedade de temas que se valeram das potências das fontes orais, destaco a presença de TCCs sobre redes de defesa dos direitos humanos durante a ditadura (Fraga, 2012); sobre o movimento das Diretas Já no Rio Grande do Sul (Silva, 2013); sobre terrorismo e violência sexual na ditadura (Contreiras, 2015); e sobre a construção de oficinas de educação patrimonial utilizando documentação oriunda da Comissão Especial de Indenização (Alves, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao investigar o impacto do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” nos estudos sobre memória da ditadura militar brasileira, reitera a potencialidade das fontes orais e dos acervos de História Oral para se compreender, literalmente, as marcas que o período ditatorial deixou na história do nosso país, em uma tentativa de fazer frente ao negacionismo histórico que segue presente na nossa sociedade.

Vimos que o projeto não apenas contribuiu para a formação de pesquisadores na metodologia de História Oral, como também resultou em um significativo acervo de entrevistas que tem servido como base para novas pesquisas e reflexões sobre o assunto. Avaliando os TCCs dos cursos de graduação em História na UFRGS entre 2011 e 2015, por exemplo, nota-se que a utilização de entrevistas do “Marcas da Memória” e de fontes orais em geral têm promovido uma nova compreensão das memórias de resistência e repressão, com uma grande variedade de abordagens, evidenciando suas potencialidades nos estudos da ditadura. Esse trabalho, portanto, evidencia a contribuição das fontes orais e dos acervos de História Oral na disputa pela memória da ditadura, ao mesmo tempo em que estas pesquisas e trabalhos buscam promover a reparação e reconhecimento das vítimas desse período.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; CRUZ, Rosane Cavalheiro; TORELLY, Marcelo Dalmas. Memória como reparação: contribuições da História Oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antônio Torres; RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). **Marcas da Memória**: História Oral da Anistia no Brasil. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Reflexões sobre o ofício do historiador em arquivos a partir da construção da oficina Resistência em Arquivo**: patrimônio, ditadura e direitos humanos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

ARAÚJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antônio Torres; RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). **Marcas da Memória**: História Oral da Anistia no Brasil. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional**: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento - Rivera (1964-1968). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BERTÉ, Isabela Lisboa. **As condições de emergência de uma identidade feminista em Porto Alegre**: estudo do grupo Costela de Adão (1976-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

BERTÉ, Isabela Lisboa. **Mulheres no universo cultural do Boxe**: as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016). Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

BOBSIN, Milene. **A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marcas da Memória** (Brasil 1964 - 1985). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

COELHO, Itanil; FONTOURA, Arselle de Andrade da; SOSSAI, Fernando Cesar (orgs.). **Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas**. Joinville: Editora Univille, 2022.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Terrorismo de estado e violência sexual na ditadura brasileira** (1964–1985). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DIENSTMANN, Gabriel. **A luta pela democracia em foco: fotojornalismo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul (1977-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

DIENSTMANN, Gabriel. **Branquitude e racismo nos cursos de graduação e pós-graduação em História** – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

FERNANDES, Filipe Botelho Soares Dutra. A métrica do desmonte: uma análise dos atos de governo que sucatearam as políticas de memória no governo Bolsonaro (2019-2022). In: AHLERT, Jacqueline; MACHADO, Juliana Porto; SANTOS, Amanda Basilio (orgs.). **Pesquisando nas ciências humanas: múltiplas conexões**. Jaguarão: Edicon, p. 57-70, 2023.

FRAGA, Guilherme Barbosa de. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo CLAMOR e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GOMES, Rodrigo Oliveira. **Olhos verdes: o olhar de ex-dirigentes integralistas sobre o governo militar brasileiro de 1964 a 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

LIBRENZA, Isadora Ritterbusch. **História oral da militância feminina no Movimento Estudantil: a trajetória de entrevistadas do Projeto Marcas da Memória (1964-1969)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

MORAIS, Roberta da Silva. **Concepções de Memória, História e Verdade em relatos de perseguidos da ditadura brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. In: **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 9-25.

REIS, Thaís Blume dos. **A lógica da suspeição sobre o movimento estudantil gaúcho: o olhar das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) em relação aos “estudantes subversivos” (1964-1974)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

RIGHI, Graziane Ortiz. **A radicalização do PTB no período pré-golpe**: um estudo de caso da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. História oral: reflexões sobre sua prática e algumas notas sobre o projeto “Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul”. In: Fraga, Hilda Jaqueline de (et al.) (org.). **Experimentações do patrimônio**: práxis para uma educação dialógica. Porto Alegre: ISCMPA, 2023, p. 171-192.

RODEGHERO, Carla Simone. **Riscos, danos e benefícios da participação em um projeto de história oral sobre a Covid-19**. Práxis Educativa (impresso), v. 18, p. 1-18, 2023.

SILVA, Diego Scherer da. **A missivista, a prisão e a resistência**: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Diego Scherer da. **“Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado”**: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil - Uruguai, 1964-1980). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SILVA, Diego Scherer da. **A trajetória militante de Paulo Schilling e a formação do seu arquivo pessoal** (1956-2012). Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

SILVA, Marcos Elias da. **As Diretas Já no Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

TORRES, Anderson Vargas. **Petebismo, radicalização política e reformismo social em Canoas/RS** (1961-1964). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

5

OBRAS LITERÁRIAS E ESTUDOS DA LÍNGUA



Resumo Expandido

5.1

ANÁLISE DESCRITIVA: UM ESTUDO DAS DEFINIÇÕES NA GRAMÁTICA DE ANTÔNIO ALVARES CORUJA

*Larissa Menger Moura*⁸⁸

*Maria Clara da Silva Murussi*⁸⁹

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo entender a forma como a língua nacional era descrita e ensinada no século XIX no Rio Grande do Sul, período de intensas transformações da gramática brasileira (ALBUQUERQUE, 2017). Para isso, busca-se fazer uma análise das afirmações gramaticais presentes na parte de *Etimologia* encontrada na *Grammatica da Língua Nacional* (1863) do autor Antônio Álvares Pereira Coruja, utilizando a forma de análise da teoria de gramática descritiva proposta por PERINI (2006). A escolha do autor para esta análise se deu pela sua importante contribuição no desenvolvimento das primeiras gramáticas de língua nacional e sua relevância como educador. A análise de sua obra pode contribuir para a melhor compreensão do ensino de língua no século XIX, bem como levantar questões sobre a visão da gramática por parte do professor Coruja, em um contexto histórico de formação da língua nacional e de políticas educacionais no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a gramática de Coruja (1863), primeiro é preciso compreender a sua colocação no contexto histórico. Ao longo do século XIX, o padrão normativo da gramática brasileira estava em construção. Na segunda metade do mesmo século, uma crise normativa é instaurada, uma vez que surge a necessidade da consolidação de um padrão de língua nacional, mais independente do português de Portugal (PAGOTTO; CALLOU, 2020). Assim, o processo dessa consolidação é dividido em dois momentos:

⁸⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

⁸⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

[...] um em que se compreenderia apenas o exercício das formas, a assimilação de padrões nas práticas de escrita e de fala, que iria até os anos de 1870; o segundo, daí em diante, no qual haveria uma tomada de consciência do problema normativo, que coincidiria com o surgimento da produção gramatical brasileira e com a crise política que desembocará na instauração do sistema republicano de governo. (PAGOTTO; CALLOU, 2020, p. 401)

Portanto, a *Grammatica da Língua Nacional* (CORUJA, 1863) insere-se nesse primeiro período: uma gramática publicada antes da crise normativa. De fato, Coruja é entendido como o precursor da gramaticografia e da dialetologia no Brasil pelo linguista Antenor Nascentes (ALBUQUERQUE, 2017). Nascido em Porto Alegre, no ano de 1806, realizou seus primeiros estudos com padres da cidade, com quem aprendeu a ler e a escrever. Entre os anos de 1826 e 1827, Coruja estudou no Rio de Janeiro, e, quando retornou para a Capital gaúcha, abriu sua primeira aula de ensino público. Publicou seu *Compêndio da Grammatica da Língua Nacional* pela primeira vez em 1837, dedicado à mocidade rio-grandense e que passaria a ser reeditado pelos próximos anos.

Perini (2006) define a gramática como um campo da linguística que pode ter três significados diferentes: gramática prescritiva, gramática internalizada e gramática descritiva. A gramática prescritiva, também chamada de normativa, é “uma disciplina que procura estabelecer o que é “certo” e o que é “errado” na língua” (2006, p. 23). A internalizada é um sistema complexo de padrões linguísticos que todo falante da língua possui e utiliza, um recurso cognitivo que faz parte do nosso conhecimento de mundo. Por fim, e que realmente nos interessa aqui, a gramática descritiva tem a característica de registrar “como se fala realmente, retratando e sistematizando os fatos da língua” (2006, p. 24); ela é objetiva, sem demonstrar um julgamento das formas.

Uma vez que a língua é definida como uma sistematização de relacionamentos entre formas (grafia e som) e significados (semântica), que juntas produzem o *signo*, uma gramática descritiva tem a característica de explicitar, por meio de afirmações gramaticais, o conhecimento das formas, dos significados e dos relacionamentos entre as formas e os significados da língua. As afirmações formais descrevem apenas os aspectos formais da língua, isto é, os sons e a grafia. As afirmações semânticas dizem respeito ao significado, o conceito evocado pela grafia ou pela pronúncia. As afirmações simbólicas são o terceiro tipo, isto é, aquelas que explicitam a relação existente entre as formas e os significados (PERINI, 2006).

METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter descritivo e documental, cujo objetivo foi recolher informações específicas e detalhadas, buscando evidenciar a frequência de afirmações formais, semânticas e simbólicas (PERINI, 2006) presentes na parte de *Etimologia* da *Grammatica da Língua Nacional* (CORUJA, 1863), encontrada no Acervo de Obras Raras da PUCRS, Rio Grande do Sul. Cada afirmação gramatical na parte de *Etimologia*⁹⁰ foi analisada com base nas definições dos três tipos de afirmações.

Para fazer a contagem das informações, criou-se uma planilha no aplicativo *Google Planilhas*, classificando cada afirmação pelos três tipos possíveis (formais, semânticas e simbólicas) dentro de cada item presente na parte da *Etimologia*. Com isso, logo após a contagem das afirmações, foi criado um gráfico a partir da planilha no aplicativo *Microsoft Excel* para melhor visualização dos dados. A elucidação dos tipos de afirmações mais frequentes na obra de Coruja pode trazer avanços para se compreender o processo de consolidação de um padrão normativo no Brasil da época e sua influência no letramento do século XIX.

ANÁLISES

Durante as análises foi observada uma predominância de Afirmações Formais na gramática de Coruja. A contagem foi dividida pelos itens presentes na parte de *Etimologia* da gramática. O gráfico abaixo mostra quantas afirmações de cada tipo - Formais, Semânticas e Simbólicas- foram encontradas na obra, onde a barra "Formais" atinge 16, a barra "Semânticas" 8 afirmações e a barra "Simbólicas atinge 1.

⁹⁰ Para fazer a classificação dentro da parte denominada *Etimologia* foi criado um sumário onde dividimos os itens presentes em blocos para fazer a contagem de afirmações.

Figura 1: Contagem de afirmações nas definições da Grammatica da Língua Nacional



Fonte: Elaboração Própria.

Durante as análises da gramática de Coruja, encontramos apenas um capítulo com Afirmções Simbólicas denominado de “INTERJEIÇÃO” quando o autor escreve “As interjeições são: De *Dôr*: A! ai! hui! guai! De *Aversão*: Apage! fóra! irra! [...]”. A afirmação é uma classificação dos tipos de interjeições com base em seu significado, que se mostra relacionado com a grafia, portanto, é classificada como uma afirmação simbólica.

Podemos encontrar um caso de “Afirmção Semântica” na gramática no item denominado de “PRONOME” na parte em que o autor escreve “O pronome se divide nas seguintes espécies que são: pessoal, relativo, demonstrativo”. Qualifica-se como uma afirmação semântica, pois é necessária a compreensão do significado do termo para compreendê-lo.

As afirmações formais foram certamente as mais numerosas na obra do autor, podemos observar um exemplo delas na unidade denominada de “CONJUGAÇÃO DOS VERBOS AUXILIARES (MODO INFINITIVO)” na parte “TEMPO PRESENTE IMPESSOAL Ter. Haver. Ser.” Caracteriza-se como uma afirmação formal, pois, nesse capítulo, só há referência ao aspecto formal dos elementos o autor se focou em observar a forma dos enunciados na língua.

CONCLUSÃO

Nesse estudo sobre as afirmações da *Grammatica da Língua Nacional* (CORUJA, 1863), nota-se que a parte de *Etimologia* se foca em aspectos formais da língua, o que pode ajudar a compreender mais a visão de Coruja sobre a língua e a gramática em uma época em que o padrão normativo da língua nacional estava em fase inicial. A parte analisada também possui características de gramática descritiva, por descrever a língua sem prescrever se uma forma é correta ou não. Futuras análises das afirmações gramaticais presentes nas obras de Coruja podem abrir mais portas para os estudos sobre esse autor tão relevante para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. **O ensino e o movimento de gramatização no Rio Grande do Sul.** Linguagens & Cidadania, Santa Maria, v. 19, 2017.

CORUJA, A. A. P. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional. Dedicada á mocidade rio-grandense.** Rio de Janeiro: Francisco Alves e C, 1863 [1835].

PAGOTTO, E. G. CALLOU, D. I. **Porta, janela e alpendre: o ensino escolarizado e a constituição da norma no Brasil.** In: Dinah Callou, Tânia Lobo. (Org.). História Social do Português Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020, v. 1, p. 396-413.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



Artigos Completos

5.2

RACIALIZAÇÃO E ESCRAVISMO NO SÉCULO XIX: ASPECTOS LINGUÍSTICOS E ESPELHAMENTO HISTÓRICO-LITERÁRIO EM *O TEMPO E O VENTO*

*Giovana Santos da Silva*⁹¹

*Maria José Bocorny Finatto*⁹²

Resumo: Este trabalho parte do pressuposto que elementos descritos no texto ficcional de Erico Verissimo sobre a racialização e escravidão no século XIX podem ser confirmados e/ou localizados em fontes históricas primárias, nacionais e regionais, em processo denominado espelhamento histórico-literário. Via Linguística Aplicada e Estudos do Léxico, coteja-se um texto literário e fontes históricas, disponíveis na base *on-line* Internet Archive (IA), no acervo digital e físico do Arquivo Histórico de Porto Alegre (AHPA) e no acervo Documentos da Escravidão do Arquivo Público do RS (APERS). O objetivo é investigar e descrever elementos e relações de correspondência, expressas linguisticamente, entre o texto ficcional de *O Tempo e o Vento* e alguns registros de cunho histórico documental. Assim, em um estudo exploratório a ser ampliado, buscam-se, ao longo do romance escolhido, menções sobre a presença e caracterização étnica, social, psicológica e racializada de pessoas escravizadas no Rio Grande do Sul. Tais menções, observadas contextualmente por meio de ferramentas automáticas de análise linguística, são contrastadas com um manual médico para atender pessoas escravizadas, publicado em 1839, e com dados da coleção APERS sobre essa população, de 1800 até 1888. Os resultados apontam um vocabulário etno-terminológico com caracterizações específicas, que podem servir tanto para estudos linguístico-literários quanto para estudos filológicos e históricos.

Palavras-chave: população escravizada – espelhamento histórico-literário – etnoterminologia – Erico Verissimo

⁹¹Aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGLT/UFRGS. E-mail: giosansil89@gmail.com

⁹²Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGLT/UFRGS. E-mail: mariafinatto@gmail.com

INTRODUÇÃO

“A verossimilhança, que é muita vez toda a verdade.” (Machado de Assis, *Dom Casmurro*)

Na literatura ficcional, ao longo dos tempos, experiências e episódios históricos são frequentemente representados com diferentes graus de verossimilhança. Narrativas elaboradas ou reelaboradas a partir de memórias pessoais e/ou coletivas abordam eventos marcantes como guerras, conflitos, doenças e epidemias, desde tempos recentes em relação à narrativa até períodos mais antigos. Essas experiências históricas podem ser evocadas em descrições, cenários e personagens que, muitas vezes, servem de espelho para contextos históricos reais.

Um exemplo desse processo, na literatura brasileira, é *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Nessa obra, há referências à febre amarela que assolou o Rio de Janeiro no século XIX. Nela o narrador descreve como a epidemia afetou sua vida pessoal, auxiliando a retratar o impacto da doença na sociedade da época:

[...] doeu-me um pouco a cegueira da epidemia que, matando à direita e à esquerda, levou também uma jovem dama que tinha de ser minha mulher; não cheguei a entender a necessidade da epidemia, menos ainda daquela morte. (Machado de Assis, 1881, cap. 126 – *Desconsolação*, p. 327-328).

Inspirando-se em exemplos como este, nosso trabalho investiga como se daria um espelhamento histórico-literário semelhante nos textos de Erico Verissimo. Todavia, o foco será apenas para elementos indicadores de racialização e escravismo, conforme descritos em *O Tempo e o Vento*⁹³. O objetivo é verificar em que medida representações ficcionais de Verissimo, associadas ao contexto do Pampa Gaúcho no século XIX, poderiam ser validadas através da comparação do universo linguístico-vocabular do texto literário com dados de fontes históricas primárias nacionais e regionais. Entre essas fontes, destacamos um conjunto de documentos dos acervos do Arquivo Histórico de Porto Alegre (AHPA) e da coleção de Documentos da Escravidão do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (APERS). Essa tentativa de análise busca identificar correspondências entre descrições literárias e registros históricos, o que tende a conferir à obra um *status* de verossimilhança para futuras investigações linguísticas e terminológicas.

⁹³Uma série de elementos etnoterminológicos, tais como nomes de plantas, medicamentos, técnicas e procedimentos, poderia ser considerada conforme sua utilização no texto. Contudo, esses aspectos não serão abordados neste estudo devido às limitações de espaço, sendo contemplados em pesquisa de mestrado atualmente em andamento.

Com tal intento, a análise incide sobre um *corpus* literário composto por *O Tempo e o Vento*, cujas partes *O Continente 1* e *O Continente 2* foram convertidas em arquivos de texto para processamento. Utilizando a ferramenta gratuita de mineração de dados *Voyant Tools* (Sinclair & Rockwell, 2016), os dados linguísticos dessas duas partes foram extraídos, listados e analisados.

REFERENCIAIS TEÓRICOS, MATERIAIS E MÉTODOS

Estudos do léxico, Lexicometria e Etnoterminologia

Em Linguística Aplicada, o estudo do léxico envolve a análise sistemática das palavras e seus significados, abrangendo aspectos como uso, variação e evolução dos vocábulos em uma dada língua. Esse campo, conhecido como Estudos do Léxico, hoje utiliza várias ferramentas computacionais para processar grandes *corpora* de textos escritos e falados, possibilitando uma descrição e análise baseadas na identificação de padrões que são verificados em termos de frequência e distribuição de formas de palavras, de expressões e de frases.

Nesse âmbito, Biderman (2001) já destacava a importância de diferenciar léxico e vocabulário, conceitos que, embora frequentemente usados como sinônimos, possuem nuances distintas. Enquanto o léxico se refere à totalidade das palavras de uma língua, o vocabulário é a porção desse léxico que os indivíduos efetivamente utilizam, variando tal repertório conforme fatores sociais, regionais e educacionais. Portanto, o estudo do léxico exige abordagens que considerem essas variações, demandando técnicas específicas para descrições e análises detalhadas.

A Lexicometria, nesse contexto, é entendida como um conjunto de técnicas que visa descrever quali-quantitativamente o léxico. Assim, identifica frequências, distribuições e coocorrências de palavras em *corpora* textuais. Segundo Lazzari & Finatto (2023), a Lexicometria tornou-se uma base para estudos sobre vocabulários, especialmente em áreas como Literatura, Terminologia e Tradução. A análise quantitativa do léxico obra literária em exame apoiou-se na ferramenta *Voyant Tools*, visto que ajuda a identificar padrões linguísticos, vocabulário mais e menos usado e a descoberta de temas específicos e recorrentes distribuídos nos textos.

Guiando essa abordagem, uma referência teórico-prática é a Etnoterminologia, uma disciplina que nos ajuda a identificar diferentes terminologias “técnicas” mencionadas em textos ficcionais. Essa é uma disciplina voltada para o estudo sobre como diferentes grupos culturais nomeiam e classificam “tecnologias” ou construtos conceituais que percebem e instituem mundo ao seu redor. No Brasil, Barbosa (2004, 2006, 2007, 2020) é nossa pioneira da Etnoterminologia, mostrando como alguns tipos de unidades lexicais podem representar e evocar todo um universo de saberes e de conhecimentos. Dessa forma, a identificação de vocábulos (palavras) e dos termos “técnicos” (as terminologias), conforme empregadas e significadas, revelam funções semânticas *plurifuncionais*, variando conforme diferentes contextos discursivos e epistemologias de referência.

A perspectiva etnoterminológica ajuda-nos a analisar, linguisticamente, como o vocabulário em textos históricos e literários pode revelar também aspectos sobre a racialização e escravidão. Em *O Tempo e o Vento*, por exemplo, personagens de etnias brancas usam termos relacionados à “cor” de outros personagens de forma paternalista ou depreciativa, naturalizando a ideia de que pessoas de origem africana estão limitadas a posições de servidão ou condições adversas de vida, como nas *charqueadas*. Essa análise que incide sobre “palavras e termos” ilumina a forma como escolhas lexicais sustentariam uma visão de mundo na qual, por exemplo, “cores de pele”, “raça”, “nomes de trabalhos/ocupações” e até os nomes que descrevem os tipos de ambientes e empreendimentos econômicos ajudam a determinar posições e o valor social dos indivíduos na narrativa literária. Traços como esses podem ser fundamentais para a localização, no texto, de elementos de construção de identidades e de narrativas sociais de uma época.

Corpus de estudo, corpora de contraste e ferramentas utilizadas

O nosso *corpus* de estudo contém treze capítulos de *O Continente 1* e *O Continente 2* reunidos em formato de arquivos TXT. O total de 271.266 *tokens* (palavras) e 49.538 *types* (palavras diferentes) foi verificado com a ferramenta *Voyant Tools*. Assim, foi feita a mineração, análise quantitativa do vocabulário e agregação de diferentes representações de conteúdo, como nuvens de palavras e listagens de palavras e de expressões. A listagem completa de todas as palavras empregadas neste *corpus*, em formato .TXT, organizada por ordem de frequência, pode ser acessada através do link: <<https://drive.google.com/file/d/10aFaafDwhpTquEH4RwzKQ3BQQQmYnJCs/view?usp=sharing>>.

O *corpus* de contraste é formado por documentos históricos de fontes não ficcionais. Entre elas, a segunda edição do *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros*, publicado no Brasil, em 1839, escrito pelo médico Jean-Baptist Alban Imbert (1787-1850). Esse manual ajuda a obter-se uma visão do pensamento científico e das práticas sociais da época. Outra fonte para contraste é *Documentos da Escravidão: Compra e Venda de Escravos* (2010), organizado pelo APERS, com mais de 615 mil fontes primárias referentes ao período escravocrata no Brasil. Esses documentos, em cotejo com o manual médico e a narrativa literária, permitem verificar, linguisticamente, traços de um espelhamento histórico-literário.

Metodologia do trabalho

O primeiro passo foi a organização do *corpus* literário, em formato de arquivos de texto sem formatação. Após um processamento inicial, foi realizada uma “limpeza” textual, removendo-se erros de reconhecimento de caracteres, pontuações e trechos repetidos, como cabeçalhos de página, que podem distorcer os resultados lexicométricos. Com as 24 funcionalidades da ferramenta *Voyant tools* aplicadas aos arquivos, foram gerados dados de distribuições lexicais, coocorrências e frequências de termos, expressões e palavras.

Primeiro, observamos as ocorrências mais frequentes de palavras na função da ferramenta chamada *tendências*, que distribui estatisticamente uma palavra ao longo de todo texto. Em seguida, na opção *contextos*, selecionamos todas as ocorrências de uma ou mais palavras no *corpus*. Os resultados do processamento na ferramenta serviram de base para análises terminológicas e lexicográficas pontuais subsequentes. Com tais elementos rastreados no texto literário, buscamos possíveis traços de correspondência em relação aos registros não ficcionais reunidos.

RESULTADOS

Espelhamento e Investigação

As condições duras nos espaços de produção das charqueadas e nos seus entornos domésticos, evocadas pelo emprego de palavras como “negro” e “escravo” em *O Tempo e o Vento* de Erico Verissimo, ajudam a demarcar um passado de sofrimento e resistência

associado ao contexto da escravidão no Rio Grande do Sul no século XIX. Essas palavras, conforme empregadas, não só indicam grupos étnicos e classes sociais, mas também encapsulam complexos processos históricos e sociais, revelando estruturas de poder racial e econômico.

As palavras “negro” e “escravo” carregam significados que evoluíram ao longo do tempo. No século XIX, por exemplo, “negro” era usado de forma pejorativa para descrever não apenas uma cor de pele, mas para reforçar a hierarquia racial e a desumanização. Abaixo vemos alguns significados assentados para “negro” em um moderno dicionário *on-line*:

substantivo masculino

Cor escura que absorve a luz, mas não a reflete; preto: o negro dos seus olhos; o negro da noite.

Indivíduo de pele não-branca (pode ser considerado ofensivo).

adjetivo

Falta completa de cor por não ser capaz de refletir a luz; preto.

Cuja coloração é escura: quadros negros; manchas negras.

Que expressa uma cor cinzenta e escura; escuro: noite negra.

[Física] Que absorve todos os tipos de radiações.

[Pejorativo] Que anuncia adversidades ou infortúnios; funesto: destino negro.

[Ótica] Que recebe luz, mas é incapaz de a refletir: buraco negro.

[Medicina] Azulado em razão de uma lesão: a pele está negra na região da batida.

Etimologia (origem da palavra negro). A palavra negro deriva do latim “niger, nigra, nigrum”. (Dicio, Dicionário Online de Português, 2024)

A palavra “escravo” não apenas designa uma condição social, mas também participa de um processo de desumanização linguística, que transformava pessoas em objetos. O uso de “escravo” no século XIX era frequentemente acompanhado de termos que reforçavam a ideia de mercadoria, como “peças”, “mãos”, “bens”, entre outros. Atualmente, no mesmo dicionário, temos as seguintes acepções para o “escravo”:

Pessoa que passou por um processo de escravização, que não teve direito à sua liberdade, sendo submetido à vontade de outrem, e definido como propriedade (escravizado é a palavra sugerida para indicar esta acepção).

[Por Extensão] Quem não se consegue livrar da influência de algo ou de alguém; dependente: escravo do álcool; escravo do trabalho.

[Figurado] Quem trabalha exageradamente ou vive para trabalhar.

[Figurado] Quem trabalha servindo, como ajudante ou criado; servo. (Dicio, Dicionário Online de Português, 2024)

Ao examinar a terminologia racial no *corpus* literário, aproveitamos a abordagem etnoterminológica. Assim, os vocábulos “negro” e “escravo” assinalam mais do que apenas palavras-chave que articulam sistemas de dominação e subordinação. Elas são direcionamentos através dos quais o espelhamento histórico-literário revela as dinâmicas de poder racial, a institucionalização da escravidão, e a evolução dessas questões no imaginário social e na literatura. O gráfico 1 abaixo mostra como a ferramenta identificou as dinâmicas de uso de **negro** e **escravo** longo de todo o *corpus*:

Gráfico 1: Tendências, Voyant Tools, para os termos negro e escravo no corpus de estudo



Em paralelo, exploramos a lista de palavras de 18.772 itens gerados pela ferramenta. Nesse conjunto, as palavras *negro* e *escravo* encontram-se distribuídas entre as trezentas primeiras palavras mais frequentes dessa lista. Isso evidencia que esses itens de vocabulário têm destaque e transitam na descrição dos temas raciais. Abaixo, temos uma tabela organizada a partir dos dados coletados com a ajuda do sistema *Voyant Tools*.

**Tabela 1: dados extraídos da funcionalidade
Termos com lista das 20 primeiras palavras-chave do corpus⁹⁴**

Posição	Termo	Contagem
1	tinha	686
2	olhos	656
3	disse	556
4	casa	556
5	homem	549
6	cabeça	530
7	terra	515
8	mesmo	466
9	vosmecê	456
10	só	441
11	havia	435
12	gente	398
13	ficou	385
14	voz	368
15	tempo	365
16	homens	356
17	santa	341
18	padre	333
19	mulher	328
20	filho	321

⁹⁴A listagem completa das palavras deste *corpus* de estudo encontra-se, em formato TXT e por ordem de contagem total (frequência absoluta), em: <https://drive.google.com/file/d/10aFaafDwhpTquEH4RwzKQ3BQQQmYNJCs/view?usp=sharing>

Ao percorrer essa lista, destacamos, na Tabela 2, os itens que podem nos ajudar a situar a temática racial.

**Tabela 2: dados extraídos da funcionalidade
Termos para palavras-chave com suposta temática racial**

Posição	Termo	Contagem
157	índios	94
159	pardo	93
160	negro	93
279	escravos	63
462	preto	41

Com a funcionalidade *contextos*, é possível identificar formas de base e variantes das formas de palavras, bastando usar a marca (*) ao final da expressão em pesquisa, agregando-se todos os dados com determinado “radical”. Desse modo, acessamos todos os 256 contextos para **negr***, associando também à pesquisa palavras “derivadas” e suas respectivas contagens, como *negro* (93), *negros* (48), *negra* (40), *negrinho* (39), *negras* (22), *negrada* (10), *negror* (1), *negrinha* (1), *negreiros* (1). Por outro lado, para a base **escrav***, localizamos 146 ocorrências: *escravos* (61), *escravo* (31), *escrava* (20), *escravatura* (11), *escravas* (10), *escravidão* (4), *escravagista* (3), *escravocracia* (1), *escravizar* (1).

Embora “negr*” tenha um número maior de ocorrências em comparação com “escrav*”, a ferramenta mostra que há trinta e quatro (34) situações em que “negro” é usado em contextos diferentes de “indivíduo de pele não-branca”. Por exemplo, no trecho: “Ao redor do **buraco negro** e purulento da bala formou-se um largo halo, dum vermelho arroxeadado.” (grifo nosso). Assim, foram excluídos da análise os contextos em que “negro” funciona como adjetivo junto a itens como *bigode*, *couro*, *olhos*, *cabelos*, *tafetá*, *céu*, entre outros.

Diferentemente, as ocorrências de “escrav*” revelaram apenas 01 contexto diferente de “pessoa que passou por um processo de escravização, que não teve direito à sua liberdade, sendo submetido à vontade de outrem, e definido como propriedade”. Esta ocorrência está ligada à situação de dependência, que é o caso do contexto “escravo da rotina”.

Outro elemento do estudo relaciona-se com a busca para **pret***, na qual identificamos o total de 108 ocorrências contextuais: preto (41), preta (33), pretos (20), pretas (8). No entanto, ao analisar tais contextos, percebemos que, desse quantitativo apenas 19,44% se relacionam com temáticas raciais de dominação e subordinação. O restante, 80,56%, remete a contextos de descrição de cor de vestimenta, ou características físicas como cor dos olhos e do cabelo. Diferentemente, a porcentagem de ocorrências de **negr*** que não correspondem a alguma hierarquização racial é de 13,28%, restando observar cerca de 86,72% dos contextos de uso dessa forma e que tratam dessa temática. Essa constatação, inicialmente, nos parece discrepante, mas é algo, a nosso ver, que pode se tornar objeto de pesquisa futura e em uma análise literária específica sobre a escolha de repertório vocabular e do estilo do próprio autor.

Alguns contrapontos

A título de ilustração, vejamos o seguinte trecho do *corpus*: “Aquele inverno Maneco Terra foi ao Rio Pardo com um dos filhos e voltou de lá trazendo três **escravos de papel passado**. Dois deles eram pretos de canela fina, peito largo e braços musculosos; o outro era retaco, de pernas curtas e um jeito de bugio.” (grifo nosso). A expressão “escravo de papel passado” refere-se a um escravo cuja compra foi oficializada por meio de documento registrado como uma prática no século XIX. Tal registro garantia a posse do escravo pelo comprador, em processos e práticas recuperáveis em acervos históricos. O acervo *Documentos da Escravidão: Compra e Venda de Escravos* (2010) mostra que essas pessoas eram negociadas como bens materiais móveis, incluídos em partilhas ou envolvidos, *como coisas*, em processos judiciais, ora como réus, testemunhas ou como vítimas.

Documentos da Escravidão questiona: “como desmistificar a construção de mitos e heróis e revelar que muitas das histórias que aprendemos nas escolas, **retratadas como pano de fundo em obras literárias**, não ocorreram da forma como nos foram contadas?” (Rio Grande do Sul, 2010, p. 11, grifo nossos). Assim, o quantitativo dos nossos dados levantados nessa narrativa ficcional pode, sim, convidar a refletir sobre como operariam a perpetuação ou questionamento de mitos e figuras heroicas. Todavia, como sabemos, a literatura ficcional não precisa ter compromisso com a historiografia.

Ao destacar usos de *negro/escravo* nos textos de o *Continente 1 e 2* pode revelar-se uma imagem ou representação de dada prática social e econômica da época. Ajudando a enriquecer o debate sobre como a literatura reflete, perpetua ou questiona certas visões da história. Mesmo em um breve ensaio de dados linguísticos, assinala-se a necessidade de compreensão mais multifacetada do retratamento de eventos históricos por diferentes autores, especialmente quando lidamos com o contexto da escravidão no Rio Grande do Sul.

Fora do âmbito dos estudos literários, atesta-se que uma combinação de fatores histórico-ideológicos, culturais e discursos regionalistas, ao longo do tempo, contribuiu para a formação de uma visão distorcida ou minimizada da escravidão no Rio Grande do Sul. Um dos principais mitos é a crença de que a região não teve escravidão. Essa narrativa não é apoiada por estudos reconhecidos pelo rigor e seriedade científica, mas, sim, por vezes que emergem em contextos políticos, culturais ou em discursos populares, muitas vezes sem uma base documental, e até empírica, consistente. Assim, para historiadores como Pesavento (1989, p.57), ao mesmo tempo que a história regional nega o passado repleto de conflitos, também “restaura do passado uma figura idealizada que não corresponde ao processo histórico real”. Tal interpretação reforça como uma visão grosseira da história regional tende a minimizar o papel do sistema escravista neste local. Isso porque,

A historiografia sul-riograndense ao longo dos anos, constituiu e produziu narrativas mitológicas, idealizadas sobre a formação social e étnica do atual Estado do Rio Grande do Sul. A figura do gaúcho, alcunhado de o “centauro dos pampas”, é nos apresentada com um perfil mítico, sendo até sugerido por alguns, para diferenciá-lo do restante país, como integrando uma “civilização”; onde, devido a suas características étnicas e culturais, o pampa meridional não apresentaria qualquer tipo de servidão ou exploração econômica ao longo de sua história, mas sim uma cooperação voluntária entre seus habitantes. (Rio Grande do Sul, 2010, p.11)

Ao encontro disso, como já denunciava Mário Maestri (1998), a afirmação de que não houve escravidão no Rio Grande do Sul é uma simplificação histórica que deriva, em parte, de uma visão mais antiga e regionalista da história sulista. É, portanto, uma visão equivocada pela qual alguns tentam encobrir ainda hoje esse período obscuro de nossa história. O mito pelo qual o Rio Grande do Sul não conheceu a escravidão serve, entre outras palavras, para evidenciar uma supremacia em nossa formação social; a supremacia dos povos imigrantes e a “democracia pastoril sulina”, na qual todos trabalhavam de comum acordo para o desenvolvimento do estado. Há várias razões históricas que buscam explicar por que e como essa ideia surgiu, e cada uma está ligada a fatores específicos da economia e da cultura gaúcha.

Primeiramente, o Rio Grande do Sul era uma região marcada por uma economia predominantemente pastoril, ao contrário das regiões do Brasil que tinham uma forte base agrícola de plantação, como o Nordeste com a cana-de-açúcar ou o Sudeste com o café. Historicamente, a escravidão esteve mais associada às plantações de larga escala, que exigiam grandes contingentes de mão de obra escravizada para a produção intensiva. Por isso, muitos historiadores defenderam que, no sul, a escravidão não teria tido o mesmo caráter massivo. Isso levou a uma minimização de seu impacto e, em alguns casos, à negação de sua existência, muito embora existam relatos de que a população de escravos somava um terço da população total do espaço do RS naquela época. (Bakos, 1988).

Além disso, a ideologia do “gaúcho livre” e do “homem campeiro” – símbolos de autonomia e independência na cultura regional – contribuiu para uma narrativa que invisibilizava a presença de africanos escravizados e exaltava a figura do peão e do estancieiro, como destaca Maestri (1998).

No entanto, estudos como os de Martiny (2015), Gomes (2014), Matheus (2012) e Trapp (2011), têm mostrado que a escravidão no RS foi significativa, ainda que tenha assumido características diferentes. Por exemplo, as fazendas de criação de gado utilizariam escravizados em menor escala, mas esse capital era fundamental para a economia. Além disso, as pessoas escravizadas desempenhavam papéis diversos, desde o trabalho doméstico, rural até a realização de serviços urbanos, como construção, capina, saneamento e comércio.

A escravidão no RS, conforme estudos de História, teve menor expressividade em comparação com outras regiões do Brasil devido ao perfil econômico local, focado na pecuária e na produção de charque, que demandariam menos mão de obra. Ainda assim, a economia charqueadora enfrentou alguma escassez de trabalhadores escravos, contribuindo para a percepção local de que “faltavam negros” ou que eles eram/seriam ou sempre teriam sido poucos naqueles espaços. Após a Lei Eusébio de Queirós (1850), a restrição ao tráfico acentuaria discursos de “crise de braços” ou da sua escassez. Justificava-se, assim, o trabalho ainda mais exaustivo nas *charqueadas*, descrito como o “purgatório dos negros,” dada a exposição contínua ao sol refletido pelo sal, que causava desgaste físico extremo e reduzia a expectativa de vida daquelas pessoas. (Pesavento, 2014).

O mito “Rio Grande do Sul sem escravidão”

Os documentos do *Projeto Documentos da escravidão* trazem um recorte temporal entre os anos de 1763 e 1888, e servem para atestar a compra e venda de escravos em diversos Tabelionatos de Municípios, dentre eles Rio Pardo. Nesse recorte, a fonte revela que cerca de 736 escravos foram negociados somente em Rio Pardo, o que é um dado compatível com a descrição literária.

Outro ponto que chama a atenção em relação à obra literária é a descrição da condição “de papel passado”. Mesmo que o trecho não traga muitos elementos, fica implícito que havia outras formas de negociar escravos. E isso também pode ser apurado nos *Documentos da escravidão*, uma vez que “comparando ainda com o número de cartas de liberdade (cerca de 19 mil) concedidas nesse mesmo período, supõe-se que havia outras formas de aquisição de um escravo, além dos casos encontrados em registros oficiais.” (Rio Grande do Sul, 2010, p. 16).

Dessa forma, as representações relativas à escravidão, como modos de compra e venda de escravos, repercutem ou “ecoam” no texto literário, o que permite perceber que a literatura também pode operar como um instrumento na construção do conhecimento. Portanto, o que se examina no texto literário é também uma leitura possível e legítima sobre populações expostas a condições de vulnerabilidade extremas. Em essência, o romance reflete tanto o imaginário quanto a memória de realidade dos diferentes grupos sociais.

Dito isso, vale prosseguir a análise sobre o mesmo trecho do texto, com grifos nossos, atentando-se, desta vez, às características físicas dos escravos. É dito: “[...] dois deles eram **pretos de canela fina, peito largo** e braços musculosos; o outro era retaco, de pernas curtas e **um jeito de bugio**.” Como contraste, recorreremos uma obra não ficcional, em sua segunda edição aumentada de 1839, custeada pelo governo imperial, o *Manual do Fazendeiro, ou do tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes*, escrito por um médico francês radicado no Brasil (Imbert, 1839). Conforme seu título, direcionava-se aos fazendeiros, indicando o que levar em conta para uma boa compra de escravos, ensinando a lidar com as suas doenças mais comuns ou “típicas” e apoiando os proprietários no prolongamento da “durabilidade” da força de trabalho do seu capital. Nesse manual há uma passagem em que o médico aconselha o seguinte:

5º Deve **recusar-se todo o negro que tiver as pernas finas**, compridas, e os pés chatos, porque taes escravos nunca são fortes, e são muito mais sujeitos do que os outros a ulceras, e inchação de pernas, donde provêm naturalmente esses tumores incuráveis dos pés, que desenvolvem frequentemente a *elephancia*, molestia hedionda, de que trataremos n'hum Capitulo separado desta obra. Assim, para que o negro apresente as condições mais favoráveis á saúde, e aos serviços penosos que de He se esperão, cumpre que não exista nenhum dos defeitos que acabamos de enumerar, e que pelo contrario seja o pé redondo, a barriga da perna grossa, e o **tornozelo fino**, o que a torna firme; que a pelle seja lisa, não oleosa, de huma bella cór preta, isenta de manchas, de cicatrizes, e de odor demasiado forte; que as partes genitales sejam convenientemente desenvolvidas, isto he, que nem pequem por excesso, nem por cainheza, que o baixo ventre não seja saliente, nem o embigo mui volumoso, circunstancias de que se originão sempre as hernias; que o **peito seja comprido, profundo, sonoro, as espaduas desempenadas**. (Imbert, 1839, p. 2, grifos e itálicos nossos, ortografia conforme o original)

Ao cruzar os trechos selecionados e a obra literária, percebe-se que a descrição fornecida para dois escravos comprados sugere “um bom negócio”. Afinal, evocam-se traços indicativos de “boas” condições de saúde, o que tendia a valorizar a sua propriedade. A seguir, um dos verbetes dos *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos*, 2010, p. 30, Livro 73 (anos 1860 a 1861, grifos e itálicos nossos). Nele há uma associação entre o estado de saúde e/ou doenças de uma escravizada jovem e o seu valor venal:

Bernarda; parda/mulata; 20 anos

Data da venda: 15/12/1860; Valor da venda: 500\$

Vendedor: Joaquim Alves Maria Torres e Mariano Maria Torres

Comprador: Antônio Barboza Madureira

Observação: A escrava padece de “**úlceras sifilíticas em diferentes partes do corpo** que tornam muito rebeldes e muito difícil e quase nunca admitem uma cura radical. [...] Bernarda padece de **elefantíases**, que se tem tornado rebelde a todo o tratamento medical, e na atualidade **esta enfermidade tem chegado ao último grau a que costumam atingir**”. Diz Mariano Lourenço da Cunha tutor dos vendedores “que tendo tocado a seus tutelados a quantia de 891\$088, na escrava Bernarda, e o resto a viúva, e **como a escrava esteja bastante doente**, e não tenham os órfãos meios de pagar seu curativo e casa, ou mesmo no hospital de Misericórdia, e **se for vendida em praça necessariamente há de produzir muito menos de sua avaliação por seu estado**, mas como a viúva tem nela parte, e para não perder sua divida, empregará todos os esforços, e despesas para a salvar, vem portanto o suplicante requerer a Vossa Senhoria se digne a mandar que ela responda se lhe convém ou não ficar com os quinhões que os órfãos tem na mesma escrava pelo mesmo valor [...]. A vista da resposta do Curador Geral, autorizo o suplicante a fazer venda da parte que seus tutelados tem na escrava Bernarda a viúva dona Felicidade”.

Página: 128r

Acima, destaca-se a condição precária de saúde de Bernarda, portadora de “úlceras sifilíticas” e de “elefantíase”. Segundo (Imbert, 1839), um comprador de escravos deveria ter cuidado e evitar adquirir “peças” em condições semelhantes – o que nos leva a pensar na condição recorrente. A propósito, no levantamento de Moreira (2018) sobre as causas de morte de pessoas escravizadas no RS, entre 1800 e 1888, mostra-se que, entre os 14.704 escravizados falecidos no período, cerca de 1.000 morreram por doenças infectocontagiosas. Esses dados refletem o impacto das condições de vida insalubres e de saúde fragilizada, como no caso de Bernarda.

No *Tempo e o Vento*, há a descrição da personagem Gregória, que parece repercutir a descrição de uma Bernarda mais velha (grifos nossos) também com sintomas de *elefantíase*.

Ela lhe preparava a comida e tomava conta da casa. **Era uma preta de carapinha amarelenta, velha e reumática, de pernas elefantinas.** Sua presença fazia-se sentir duma maneira muito aguda, impunha-se à vista, ao olfato e ao ouvido, porque Gregória cheirava mal, era grande, movia-se com ruído e passava quase todo o dia cantando, falando consigo mesma ou **arrastando pesadamente os pés inchados** pela cozinha.

A descrição ficcional ressalta a marginalização e a objetificação da personagem Gregória, uma idosa cuja presença incomodava, ainda que prestasse serviços. No caso de Bernarda, ecoam opções para tentar “salvá-la” da morte, mas sobrepõe-se o alto custo associado ao processo e a necessidade sua venda para quem, em tese, pudesse arcar com o investimento.

Outro trecho de *O Tempo e o Vento*, notório pela crueldade narrada e que reforça a ilustração de como a saúde e a dignidade dos escravizados eram profundamente afetadas pela exploração desumana do corpo, é a passagem da morte do negro Severino e a afirmação da personagem Luzia que faz todos perplexos:

Aguinaldo coçou a pera e estava para responder quando ouviu a voz de Luzia:

– **Negro não é gente** – disse ela.

Todos os olhos se voltaram para a moça. Santa Rita disse uma barbaridade – pensou Florêncio. Bolívar parafraseou mentalmente as palavras da noiva: “Severino não é gente. Vão enforcar um bicho.”

O Dr. Winter tirou os óculos e começou a limpá-los lentamente com o lenço.

– Mein liebes Fräulein! – exclamou ele, com sua voz aflautada. – O que vosmecê acaba de dizer **é uma inverdade científica.** Luzia encolheu os ombros e seus dedos brincaram com o leque.

– Não sei se o que eu disse é científico ou não. Mas é o que sinto. **Para mim o negro está mais perto do macaco que dos seres humanos.**

O juiz fechou os olhos, como para não se deixar influenciar por aquelas idéias, franziu os lábios reflexivamente, e ficou-se a procurar um ponto de conciliação. Bibiana ficou mais tesa ainda na cadeira, como cobra pronta para dar o bote. Então é isso que essas moças aprendem nos colégios da Corte? – pensou ela. Credo! É melhor a gente não saber ler nem escrever mas ter um bom coração.

Luzia externa uma convicção sua, a qual não consegue explicar de onde vem. Por sua vez, o personagem Dr. Winter, um médico, expressa, suavemente, sua contraposição quanto ao valor de cientificidade do que ela afirma. A leitura, mais uma vez, ilustra a convicção de que negros eram diferentes, não-pessoas, inferiores. Isso pode ser associado com outro trecho do *Manual do Fazendeiro*:

A organização do negro différé da do branco, não só pela cor, como também por huma **limitação em sua organização cerebral** [...] Com tudo a experiencia tendo hoje posto fora de duvida que a intelligencia he em razão composta da massa do cerebro, em relação ao corpo, e tendo a observação demonstrado que o **cráneo do negro he mais apoucado que o do branco**, he evidente, abstracção é feita de todo o socorro da civilisação, que o primeiro poderá menos desenvolver a sua intelligencia moral, e que vivendo, por assim dizer, mais materialmente, o maior numero das suas enfermidades deve pertencer á classe das phisicas. (Imbert, 1839, p. XIV, grifos e itálicos nossos)

A “limitação cerebral” da pessoa escravizada escancara um ponto de vista recorrente e bem firmado da época, de acordo com as falas da personagem Luzia. O que se observa nessa obra médica do século XIX, escrita por um médico eminente e licenciado no Brasil, espelha o pensamento dos personagens. Como escreveu e justificava um médico douto, a organização cerebral do negro seria “mais apoucada” do que a de pessoas brancas. Nessa linha, outra passagem do *Manual* comprova a crença de que o formato do crânio refletiria o temperamento mais nervoso de pessoas escravizadas:

3.º **Temperamento nervoso**. — Os individuos doptados desta constituição orgánica, em que o systema nervoso predomina, reconhecem-se facilmente pelos caracteres seguintes: **cráneo volumoso** [...] (Imbert, 1839, p. 27, grifos nossos)

Textos médicos como esses se harmonizam e repercutem os princípios de uma ciência (ou pseudociência) chamada de *Frenologia*. Dotada de importância no início do século XIX, foi organizada e divulgada por Franz Joseph Gall e Johann Gaspar Spurzheim. Conforme a Frenologia, as funções intelectuais do ser humano condicionavam-se pela estrutura e feitio do crânio, o que foi sendo aos poucos desacreditado:

[...] a exacerbada tendência para o viés confirmatório das observações frenológicas e a progressiva constatação de que grande parte das funções mentais não pode ser atribuída a áreas cerebrais claramente demarcadas, fez com que frenologia começasse a ser rapidamente desacreditada como ciência, especialmente a partir de meados do século XIX. (Barbosa, 2016, p. 230 – 231)

Luzia, que representa uma mulher branca daquela elite escolarizada, mesmo frente a algum reparo científico, em sua maldade e loucura, assevera que pessoas negras não eram gente. Assim, o texto do romance estaria, sim, reunindo e espelhando traços da transformação social e política do RS, ao longo do século XIX, conforme fontes históricas. Por fim, vale dizer que Erico Veríssimo, ao abordar temas como a escravidão, as condições de saúde e as doenças e condições de vida da população negra, incluindo as perspectivas dos médicos e os males que afligiam seus diferentes personagens não-negros, proporciona uma leitura que nos ajuda a questionar o *modus operandi* da escravidão gaúcha. Todos esses elementos, que se pode recuperar também com apoio de um estudo linguístico lexicométrico, ajudam a desmistificar ideias sobre alguma cordialidade ou harmonia escravocrata em meio ao Pampa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou contextualizar reflexos literários de saberes, de crenças, de fatos e de narrativas sobre a escravidão no RS. Considerada menos expressiva em termos numéricos em comparação a outras regiões do Brasil, associam-se ao escravismo do Sul características específicas, relacionadas à economia e aos fazeres agropecuários (Martiny 2015; Gomes, 2014; Matheus, 2012; Trapp, 2011). As fazendas gaúchas, por exemplo, utilizavam o trabalho dos escravizados de maneiras diversificadas, tanto em funções rurais quanto domésticas e urbanas. Embora se coloque, no *corpus* literário, um trecho como “o trabalho das estâncias como que nivelava o patrão ao peão e ao escravo”, também há passagens que confrontam essa percepção por parte das elites e autoridades da época:

O pe. Lara sabia que todos os homens tinham sido criados à imagem e semelhança do Senhor. Mas reconhecia também que, para maior facilidade e eficiência do trabalho dos sacerdotes de Deus na Terra, era necessário que houvesse ordem, um sentido de hierarquia, um escalonamento nítido da sociedade.

Ainda que limitado ao seu escopo, o estudo lexicométrico ajuda a perceber, nos inúmeros detalhes de milhares de frases e palavras, que *o Tempo e o Vento* tanto contrapõe-se como testemunha a narrativa paradoxal de uma “democracia escravocrata pastoril” no RS do século XIX. A obra explora e desloca, assim, a ideia de convivência harmoniosa entre senhores e pessoas escravizadas, ajudando a desnudar esforços para “amenizar” os imaginários de violências. Erico, ao contrário, buscava espelhar traços do sofrimento real das pessoas frente às ações de segmentos de uma sociedade historicamente conivente

e/ou beneficiária daquele sistema econômico. O texto ficcional, assim, (re)afirma seu valor, trazendo nuances e particularidades da História do RS, como também mostra o esforço do grande autor em reverberar dados atestados em fontes e acervos que compuseram nosso *corpus* de contraste não-ficcional.

REFERÊNCIAS

BAKOS, Margaret Marchiori. **Rio Grande do Sul: a abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso.** Acervo: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/271605>>. Acesso em: 19 out. 2024.

BARBOSA, Fernando. Frenologia. In: MAIA, Rui Leandro *et al.* **Dicionário crime, justiça e sociedade.** Lisboa: Sílabo, 2016.

BARBOSA. M. A. Etno-terminologia e Terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação. In: ISQUERDO. Aparecida Negri; ALVES. Ieda Maria. **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.** UFMS: Campo Grande, v. 3, p. 433-444, 2007.

BARBOSA. M. A. **Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos.** In: SciELO, Ciência e Cultura: São Paulo, v. 58, n. 2, 2006. Disponível em: <cienciaecultura.bvs.br>. Acesso em 21 fev. 2024.

BIDERMAN, M. T. C. **Léxico e vocabulário fundamental.** ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 40, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994>>. Acesso em: 17 out. 2024.

DICIO. **Dicionário Online de Português.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

IMBERT, J.B.A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros.** Typographia Nacional, 1839.

LAZZARI, R. R.; FINATTO, M. J. B. **Exame do vocabulário médico no Português no século XVIII: contribuições da lexicometria para o desenho de um dicionário histórico.** *Mandinga*, v. 7 n. 1, p. 102-123, 2023. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1259/1031>> Acesso em: 19 mar. 2024.

MAESTRI, Mário. **Em terra de branco, não tem lugar pra negro.** In: GONZAGA, Sergius;

FISCHER, Luís Augusto. **Nós, os gaúchos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 145-147.

MARTINY, C. **Escravos e ex-escravos na pecuária**: a centralidade da escravidão na economia rural (Rio Grande do Sul, segunda metade do século XIX). *In*: Saeculum, [S. l.], n. 33, p. 243–258, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27725>>. Acesso em: 19 out. 2024.

MATHEUS, Marcelo Santos. **O processo de deslegitimação da escravidão no extremo sul do Império brasileiro** (Alegrete, província do Rio Grande de São Pedro, c.1865-c.1888). *In*: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 4, nº 7, Julho de 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Como se fora seu senhor**: escravidão, saúde e cura (Porto Alegre, Século XIX). *In*: CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Saúde tem história*: narrativas no Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 9 ed, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Gaúcho: mito e história**. *In*: Letras de Hoje. Porto Alegre, v.24, n.3, p. 55-63, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / – Porto Alegre: CORAG, 2010.

SINCLAIR, S.; & ROCKWELL. G. **Voyant Tools**. Trad. Português por Marineli, Fernando. Sistema computacional. 2016. Disponível em: <<http://voyant-tools.org/>>. Acesso em: 19 mar 2024

TRAPP, Rafael Petry. **O negrinho do pastoreio e a escravidão no Rio Grande do Sul**: historiografia e identidade. *In*: Oficina do Historiador, Porto Alegre:EDIPUCRS, v.3, n.2, agosto de 2011.

VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento [parte 1]**: O Continente vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento**: O Continente II. São Paulo: Editora Globo, 2000.

5.3

O NOVO METHODO DE CURAR: UMA ANÁLISE DÊITICA DO DISCURSO MÉDICO NO SÉCULO XIX

*Lidiane Ross Carvalho da Silva*⁹⁵

*Silvana Silva*⁹⁶

Resumo: A premissa deste artigo é a análise da obra *O Novo Methodo de Curar* do médico alemão M. Platen. O referido Manual foi encontrado no Acervo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e faz parte do corpus de pesquisa do Projeto *História linguística dos textos médicos do Século XIX no Rio Grande do Sul* (Instituto de Letras-UFRGS). A análise está sendo realizada sob o prisma da teoria da enunciação, criada por Émile Benveniste (1989) em *A natureza dos pronomes*, e mais especificamente sobre o conceito de *dêixis* e *extensão dêitica*. Segundo o linguista, a *dêixis* é uma característica autorreferencial discursiva, com marcadores de pessoa (*eu/tu*) indicando personalidade e que se renova a cada nova pronúncia. Até o momento, temos pouquíssimas informações bibliográficas a seu respeito, mas sabemos que era um médico alemão do século XIX e início do XX. Por isso optamos pelo método de extensão dêitica, que seria compreender Platen (*eu*) pelo seu interlocutor (*tu*), sendo esse os médicos e pessoas que ele cita em sua obra, para analisarmos o seu livro e reconstruir a rede referencial dêitica em sua volta. Concluímos que Platen não possui tamanha relevância no que se refere ao prestígio póstumo, enquanto boa parte dos médicos citados são referência quando se trata de naturopatia no século XIX. Dessa forma, esperamos ter reconstituído a história do misterioso M. Platen.

Palavras-chave: dêixis – linguística da enunciação – texto médico – médico alemão

⁹⁵ Graduanda em Letras Bacharelado - Português/Alemão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lidianecarvalho4040@gmail.com.

⁹⁶ Professora Adjunta de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sslvana2011@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O autor do manual *O Novo Methodo de Curar*, M. Platen, se formou como químico, e se denominava como um médico naturopata, corrente esta da medicina que buscava a cura de doenças por meios naturais. Suas técnicas de cura se resumiam a água em suas diversas formas, banhos de sol, ambientes arejados e também reformulações de vestuários para evitar determinadas doenças e beneficiar o bem-estar. O manual que trabalhamos é um passo-a-passo de como lidar com determinadas enfermidades da época e também um guia para médicos que estivessem interessados na corrente naturopata.

Este manual é dividido em duas partes: a primeira focada em explicar conceitos, tanto medicinais quanto químicos, e na segunda temos o guia prático de como esses métodos podem ser aplicados, a maioria deles com diversas imagens ilustrativas. Essas, variam desde o estilo de cama adequado até o tipo de vestuário, e também diversas formas de utilizar a água e suas aplicações.

Pensamos em trabalhar neste manual pela sua importância histórica, para buscar entender o contexto em que esta tradução veio parar no Brasil e qual “berço” ela encontrou aqui. E como meio de pesquisa histórica, decidimos reconstruir a história do médico através do seu discurso, já que carece de informações bibliográficas a seu respeito - mesmo tendo sido procurado em língua alemã. Nossos objetivos, assim, são os seguintes: identificar a rede dêitica e a partir disso a sua extensão, isto é, entender quem são as pessoas que ele referencia e analisar como Platen se relaciona com elas e o que isso pode nos dizer sobre ele.

A partir das informações já disponíveis dele, buscamos encontrar outras formas de entender quem era M. Platen, e o contexto da vinda do seu livro ao Brasil, sob um panorama histórico. Antes de analisarmos os trechos escolhidos, daremos um breve panorama da medicina nos lugares em que o manual, neste caso, circularia.

A história da medicina tanto no Rio Grande do Sul quanto no conglomerado de países que hoje se tornou a Alemanha, tiveram suas diferenças e semelhanças. Pensando no contexto do século XIX para o XX da Santa Casa de Misericórdia - POA, temos a criação de uma Instituição de caridade que inicialmente provinha de instituições religiosas católicas portuguesas, com voluntários voltados para o cuidado dos pobres e enfermos, para depois se institucionalizar como parte vinculada do Estado (OLIVEIRA, 2012, p. 95-96). Porém, ao mesmo tempo, temos a transição da medicina paliativa e religiosa para a medicina científica ou especializada em Porto Alegre (OLIVEIRA, 2012, p. 184), e neste ponto temos uma correlação com a medicina alemã, outra que precisaremos falar a fim de introduzir o contexto de produção discursiva do médico alemão M. Platen.

Ainda sobre Porto Alegre, a medicina científica que se aplicava nesta época “[...] tinha por base ideias construídas a partir de estudos realizados, publicados e reconhecidos dentro daquele meio [...] trata-se assim [...] de uma medicina diplomada, institucionalizada[.]” (OLIVEIRA, 2012, p. 18). Mesmo assim, as condições de tratamento de água e de dejetos ainda eram precárias. Oliveira (2012, p. 185-186) comenta que as condições dos alimentos nos mercados, assim como o tratamento de água, “estavam longe de ser as melhores para a população”. Não havia um cenário positivo para a medicina da época, mas sim muitos desafios. Então mesmo que Platen conseguisse ter alguma adesão entre as Misericórdias ou entre alguns médicos, dificilmente resultaria numa mudança significativa na saúde dos enfermos.

No que hoje corresponde a Alemanha, no século XIX ainda era constituído como Império Alemão e seus ducados. Sendo assim, por vezes cada reino tinha formas de lidar com a medicina. Segundo o autor Axel Hinrich Murken, em *Grundzüge des deutschen Krankenhauswesens von 1780 bis 1930 unter Berücksichtigung von Schweizer Vorbildern* (trad. direta: Fundamentos do sistema hospitalar alemão de 1780 a 1930, sob consideração dos modelos suíços), tanto as construções dos prédios quanto o modelo de organização dessas instituições hospitalares eram focados em evitar o contágio entre os doentes:

[...] Ao mesmo tempo, desde 1890, na luta contra a tuberculose, graças aos métodos naturais de cura, foram alcançados excelentes êxitos nos sanatórios suíços já mencionados, com seus amplos terraços e varandas em locais com clima favorável. Isso logo resultou em terraços geral ou pavilhões especiais para tuberculose (sanatórios de climatoterapia no Hospital Municipal de Bremen, 1902) para hospitais gerais, através da utilização de fatores de cura natural, que também foram incluídos no hospital por razões médicas e de saúde. (MURKEN, 1982, p. 37, tradução da autora Lidiane Ross C. S., grifos nossos).[1]⁹⁷

Sua organização institucional, em sua maioria, tinha ligações religiosas e também com a aristocracia. Esses reinos, ainda no Império Austríaco Alemão, tinham seus próprios problemas ligados a pestes e doenças contagiosas, como a varíola, tuberculose, sífilis etc, além da mistura entre a religião e o trato dos enfermos ser uma prática comum na época, assim como no Brasil. No contexto do manual que analisaremos, ele se encaixa em um período muito peculiar: entre o método de cura por meios naturais e homeopáticos, para a transição da medicina científica no século XX, tendo pouca aceitação da população:

⁹⁷ [1] “Zugleich erzielte man seit 1890 im Bereich der Tuberkulosebekämpfung aufgrund der Naturheilverfahren in den schon erwähnten Schweizer Sanatorien mit ihren breiten Liegeterrassen und Veranden in klimatisch begünstigten Orten ausgezeichnete Erfolge. Daraus entstanden bald generell Terrassenanlagen oder besondere Tuberkulosepavillons (Luftkurhaus des städtischen Krankenhauses Bremen, 1902) für Allgemeine Krankenhäuser, indem man die allgemeinen natürlichen Heilfaktoren aus gesundheits-medizinischen Gründen auch ins Krankenhaus einbezog.”

Esses hospitais generalistas demoraram muito para ganhar a confiança da população. Por muito tempo, até o início do século XX, as classes ricas preferiam ser tratadas e cuidadas em casa. Não foi coincidência o fato de os hospitais da época terem a fama de instituições de auxílio à pobreza, até mesmo de 'instituições de despovoamento'. (MURKEN, 1982, p. 20, tradução de Charles Richard Lemos Nunes⁹⁸).[2]⁹⁹

Tendo em mente os dois contextos, vemos que existem muitas similaridades entre os ducados do que seria hoje a Alemanha e Porto Alegre. Apesar disso, os métodos de cura ensinados por Platen claramente eram pensados para o clima da Alemanha e mais provavelmente, Berlin. Até pela sua defesa de vestimentas no capítulo "Como nos devemos vestir?" (PLATEN, 1903, p. 69), tendo em mente claramente o inverno rigoroso e o clima mais ameno da região, coisa que no Brasil de clima tropical não seria adequado.

Para concluir, o nosso arcabouço teórico se baseia especialmente no linguista Émile Benveniste, sob o prisma do capítulo *A natureza dos pronomes* e do capítulo *Da subjetividade da linguagem*, e com isso trabalharemos a noção de *dêixis* na concepção do autor, estabelecendo um conceito próprio de *dêixis* para a presente pesquisa: a extensão e rede dêitica de autores que envolvem o discurso médico de M. Platen.

REFERENCIAL TEÓRICO

Escolhemos para esta linha de pesquisa dois capítulos do livro *Problemas de linguística geral*, do renomado linguista Émile Benveniste, cujos conceitos escolhemos a *dêixis* sob a ótica da Enunciação, com isso acreditamos que podemos analisar o médico com maior acurácia, já que a pesquisa foca na subjetividade do sujeito (eu) em relação ao seu alocutário (tu), logo pensamos que poderia ser um começo para observar, através do seu discurso, uma forma de entender quem era M. Platen e qual sua relevância para constar em um Arquivo Público do Estado (Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre).

O primeiro texto escolhido foi o capítulo 20, intitulado "A natureza dos pronomes", e aqui temos uma introdução ao conceito de **eu** como "a pessoa que enuncia a presente instância do discurso que contém eu. Instância única por definição, é válida somente na sua unicidade", (BENVENISTE, 1989, p. 278), grifo do autor.

⁹⁸ Graduando em Letras bacharelado - Português/Alemão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rlnunescharles@gmail.com

⁹⁹ [2] "In der Bevölkerung gewannen diese Allgemeinen Krankenhäuser nur sehr langsam Vertrauen. Die wohlhabenden Schichten zogen es noch lange, ja bis zu Beginn unseres Jahrhunderts vor, sich zu Hause behandeln und pflegen zu lassen. Nicht von ungefähr hatten die damaligen Krankenhäuser den Geruch von Armenanstalten, ja sogar von «Entvölkerungsanstalten»."

Neste ponto, temos entendimento do que seria o *eu* e também o alocutário *tu*, e a partir disso pensamos a dêixis: “**a dêixis é contemporânea da instância do discurso que contém o indicador de pessoa**; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância do discurso à qual se refere” (BENVENISTE, 2005, p.279-280, apud CIULLA, 2018, p. 371), grifos da autora. Também estão incluídos indicadores como pronomes demonstrativos (este, esta, etc) e locuções adverbiais. Assim, pensamos que observar o indivíduo a partir do discurso escrito de M. Platen, tendo em mente a sua subjetividade e o **tempo linguístico** no qual é produzido, isto é, no seu próprio contexto histórico e em suas condições de produção.

O segundo texto que utilizamos como base será o capítulo 21 intitulado *Da subjetividade da linguagem*, e nele são apresentados os conceitos da linguagem como instrumento humano, sendo a linguagem algo não fabricado e sim *usado* por nós humanos pois, segundo Benveniste:

[...] é na linguagem e pela linguagem que o ser humano se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de *ego* [...] a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será minha alocução um tu. Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. (BENVENISTE, 1989, p. 286-28, grifos do autor).

Tendo em vista que a consciência de si é feita por “contraste”, isso corrobora ainda mais a nossa escolha de buscar a **rede dêitica** referencial de Platen. Além também das noções de polaridade e da reciprocidade (Benveniste, 1989, p. 286) em que é esperada num diálogo entre duas pessoas – essas não necessariamente estando próximas frente a frente, mas em ideário na instância do discurso *aqui* e *agora* – foi a principal motivação para escolhermos este método de análise.

A partir disso, criamos o conceito de **Extensão Dêitica**, que busca, a partir da subjetividade – *ego ou eu* – de M. Platen, traçar paralelos com outros médicos (*tu*) que ele cita, e a partir de suas opiniões e também a história acadêmica desses médicos citados, analisar onde ele se localiza e quais traços/descrições melhor descrevem quem Platen foi e como conversa com os dados que já temos de sua história. Vamos apurar a sua relevância histórica e a pertinência da constância de seu Manual hoje no Acervo Histórico da Santa Casa de Misericórdia.

MÉTODO

O manual de M. Platen é dividido em duas partes pelo autor: a primeira, é a parte mais expositiva das suas opiniões assim como um compilado de diversos outros autores de grande renome na área, assim como explicação e aplicação de métodos relacionados à naturopatia; a segunda parte do manual em grande parte se detém a parte prática e ilustrativa (com imagens e figuras), conforme o que foi descrito e explicado na primeira parte pelo autor. Inicialmente, nossa pesquisa se deteve na primeira parte, já que o que nos interessa no momento é a rede dêitica do autor e como ele se relaciona no discurso com esses médicos e/ou estudiosos.

Apresentaremos as análises por meio de recortes de parágrafos específicos em que médicos são citados, tendo em mente uma curadoria de relevância do comentário e/ou citação. Dentre os tipos de classificação escolhidas para a análise enunciativa estão as de **adesão, autoridade** e sarcasmo. Neste artigo, pretendemos encontrar o estilo discursivo de Platen a depender do que ele pretende defender e/ou criticar, e tendo em mente quem são seus “aliados” e “inimigos”, diante da doutrina que Platen pretende defender no manual. Dentre a escolha dos médicos, o fator de seleção foi um pouco diverso: escolhemos um médico criticado, dois médicos exaltados e referenciados, e voltaremos ao primeiro médico pois temos uma mudança de comportamento de Platen em relação aos seus primeiros comentários.

Então pretendemos analisar além do teor dos comentários tecidos por Platen, a partir de uma classificação prévia de cada um – que ilustraremos com a imagem da tabela – e a partir disso, entender e analisar quem eram estes médicos e como se relacionavam com o que Platen estava defendendo e/ou criticando.

ANÁLISES: A REDE DÊITICA DE UM MÉDICO ALEMÃO DO SÉCULO XIX

Num primeiro momento, decidimos por dois grandes grupos de redes dêiticas: o primeiro é composto pelos tipos de argumentos *concordantes*, ou seja, dentro da citação do autor a determinado médico, ele se refere ao mesmo de forma positiva e incentiva o leitor a seguir determinada doutrina ou aplicação médica. O segundo grupo, seria para os as referências *discordantes*, e dentro destas uma se sobressaiu: o sarcasmo.

Dentro do espectro benvenistiano (1989), identificamos essas classificações tendo em mente o conceito de *ego* na relação *eu-tu* a partir da dêixis, como já discurremos anteriormente. Então, buscamos identificar as sutilezas da fala em primeira pessoa de Platen, ainda que tenha outras pessoas no seu discurso, mas que tenha o traço de pessoalidade, independente do meio que o autor se utilize para deixar traçar um ponto de convergência entre os médicos, e a si mesmo.

Veremos logo mais alguns exemplos, mas antes me atentarei a explicar melhor as classificações escolhidas. Dentro do primeiro grupo, observamos alguns recortes que apresentavam a característica de **adesão**, que se resume a uma concordância direta do autor, e a de **autoridade**, quando o autor responde a algum questionamento hipotético e em vez de dar sua opinião, escolhe a de algum médico importante (relacionado a carreira acadêmica). No segundo grupo temos a classificação que chamamos de **sarcasmo**. Esta é uma das mais difíceis de se entender, já que se mistura bastante com a figura de linguagem *ironia*, tendo isso em mente, observamos no discurso de Platen uma fala repleta de jocosidade e de desdém.

Deixamos aqui registrado que encontramos outros tipos, mas no momento nos ateremos apenas às extensões dêiticas de **adesão**, **autoridade** e **sarcasmo**.

Tabela 1: Classificações dos sentidos das redes dêiticas

Nome do médico	Argumento 1	Argumento 2	Argumento 3
Heinrich Lahmann	Autoridade	-	-
Gustav Jäger	Autoridade	-	-
Rudolf Virchow	Sarcasmo	Sarcasmo	Adesão

Fonte: Elaborado pelas autoras

Organizamos de forma visual os principais tipos dêiticos encontrados e analisados, organizados pela fileira vertical, indicando os argumentos utilizados para a análise. A principal razão para dois primeiros médicos - Gustav Jäger e Heinrich Lahmann - terem apenas um argumento analisado, dentre as diversas vezes que foram citados, é por um fator de relevância. Nem todas as citações se tornaram de fato interessantes, e se repetiam

diversas vezes durante os capítulos, geralmente com o mesmo estilo discursivo. Escolhemos, então, as que poderiam ter caráter contrastivo e que também serviriam de baliza para a postura de Platen perante sua rede dêitica.

Inicialmente, falaremos sobre o médico Gustav Jäger (1832-1917), natural de Burg (Alemanha), famoso higienista que foi um dos precursores da naturopatia na Alemanha¹⁰⁰. Na Figura 1¹⁰¹, observamos que Platen trata o médico de forma muito respeitosa, exaltando também o quanto a opinião é “acertada”, não deixando espaço para dúvidas. Este é um dentre os diversos recortes que tínhamos de Jäger no texto de Platen, mas este é o mais significativo.

Em seguida, analisaremos o médico Heinrich Lahmann (1860-1905), assim como a sua história. Natural de Bremen (Alemanha), estudou em universidades das cidades de Greifswald, Leipzig, Munique e Heidelberg, se formando então em medicina. Porém, em algum momento ele decidiu se dedicar a estudar métodos alternativos de cura, se afastando da medicina prática¹⁰² e buscando alternativas como a Hidroterapia e Ginástica Médica Sueca. Também foi o fundador do sanatório com o nome “Dr. Lahmanns physiatisches Sanatorium” na cidade de Dresden, que ficou mundialmente conhecido alguns anos depois por tratar diversos pacientes a partir das práticas naturopatas, sendo Lahmann um dos precursores.

Tendo em mente a posição de Platen como um admirador ferrenho da naturopatia, a ponto de se autodenominar médico mesmo sendo formado em química, entendemos a motivação de Platen para citar o médico Lahmann como uma autoridade na área naturopata, dado o seu histórico acadêmico e o prestígio na área da medicina natural. Com isso, conforme a Figura 2¹⁰³, temos a exaltação do médico como “[...]um dos mais distintos representantes do methodo natural[...], logo no primeiro parágrafo.

¹⁰⁰ Ao pesquisarmos sua história, descobrimos que também foi um dos primeiros a apoiar a Teoria Evolucionista de Charles Darwin (1809-1882). Defendia também o uso de lã respirável como forma correta de vestimenta, ficando bastante famoso por isso, e mais tarde criaram uma marca de roupas *Jaeger* em sua homenagem.

¹⁰¹ Página 9

¹⁰² Conforme comentamos na introdução que existia uma possível transição da medicina natural para a científica, Lahmann deixou de lado esta corrente e se aliou à naturopatia. Lahmann também teve uma rixa com Jäger, por este defender o uso de lã junto à pele, enquanto Lahmann defendia o uso de roupas largas e leves.

¹⁰³ Página 10

Por último, temos o “inimigo declarado” de Platen: Rudolf Virchow. Aparentemente, as opiniões e relevância pública de Virchow o incomodavam muito, especialmente pela prática médica desempenhada por Virchow ser oposta da defendida por Platen. Dessa forma, temos dois momentos emblemáticos no manual (devidamente referenciados nas Figuras 3 e 4).

Rudolf Virchow (1821-1902), natural de Świdwin na Polônia, famoso tanto na sua atuação como político liberal no Segundo Reich e sua oposição a Otto von Bismarck, Virchow é conhecido como o precursor da patologia na medicina e na biologia, especialização que analisava fluídos, órgãos e tecidos para identificar possíveis doenças. Ele era uma figura pública importante no mundo científico, e externava suas opiniões de forma contundente tanto em artigos, alguns desses Platen chega até citar para criticar. A exemplo temos a Figura 3¹⁰⁴, em que numa discussão sobre as moléstias e o melhor método para combatê-las, Platen cita, com uma frase repleta de jocosidade e sarcasmo, a opinião do “grande e afamado Virchow”, numa crítica direta ao médico, uma das primeiras vezes em que o autor é tão contundente na sua rede dêitica: num geral, seu comportamento é mais parcial para médicos que concordem com sua visão sobre a prática médica.

A segunda aparição de Virchow acontece ainda neste contexto, devidamente demonstrado na Figura 4¹⁰⁵, e Platen reafirma seu desprezo novamente, dessa vez apenas com o adjetivo “grande” antes do nome do médico. Mas o mais interessante é a terceira aparição, na Figura 5¹⁰⁶, em que subitamente, temos Platen *concordando* com Virchow, seu então adversário. Causou certa confusão de início, já que não era a linha discursiva que Platen estava defendendo desde o início, mas aparenta ter uma explicação: se trata de uma **adesão**, mas condicionada a uma afirmação do seu argumento antivacina, sendo esse o único pretexto para uma concordância direta. Ainda que sem honoríficos, pelo menos existe uma tratativa não jocosa: “[...]professor doutor Rudolf Virchow[...]”, logo se entende que é um dos únicos momentos que Platen dará o braço a torcer com o médico.

¹⁰⁴ Página 11

¹⁰⁵ Página 11

¹⁰⁶ Página 12

Figura 1: “Quando, que porção e como devemos comer e beber?”,
p. 43, 1903. Gustav Jäger (autoridade)

O professor Gustavo Jäger, de Stuttgart, celebre e notavel physiologo, exprime a sua opinião neste ponto de um modo muito claro e acertado, na sua obra «Meu systema» pag. 295:

«O mau costume de insistir com alguém e obrigar-o a comer, põe-o especialmente em pratica com relação aos nossos hospedes e ás crianças; e estas com particularidade têm de sacrificar muitas vezes a sua saude ao preconceito insensato dos pais que entendem que a criança tem o dever de comer aquillo que se lhe serve á mesa. Este sacrificio se repeteria ainda mais vezes se o estomago da criança não se revoltasse expellindo pelo vomito o que não lhe convem.»

«Em relação ás crianças deve-se adoptar a seguinte regra: nunca as obriguemos a encher o estomago, ou a matar a fome, com uma comida que lhes repugne; o que se deve fazer é tentar cada vez a habituar a criança á alimentação. Este processo não requer o consumo de grandes porções da alludida comida, basta o vulgarmente chamado provar.»

Fonte: O Novo Methodo de Curar (foto das autoras).

Figura 2: "O tratamento curativo natural, sua importancia e applicação",
p. 213, 1903. Heinrich Lahmann (adesão)

que determina a...

O Dr. em medicina Lahmann, um dos mais distinctos representantes do methodo de cura natural, exprime-se sobre as curas completas nestes termos:

«O organismo doente não se acha curado enquanto não estiver assaz forte para resistir ás influencias da vida quotidiana, usando para esse effeito apenas dos mais simples estimulantes (alimentação simples, exercicio e repouso, tratamento da pelle, etc.) — não devem portanto fazer-lhe mal as mudanças de tempo, nem as condições normaes da sua profissão ou da sociedade. Não está por exemplo curado do rheumatismo o doente que, tendo tomado acido salycilico ou outro remedio, não sente dores e pode andar desembaraçadamente, mas que é obrigado a precaver-se contra qualquer corrente de ar afim de não lhe apparecer novo accesso rheumatico. O paciente só se pode considerar curado do rheumatismo se os productos anormaes do metabolismo (uratos) accumulados no seu organismo houverem sido expellidos por meio de banhos de vapor seguidos de banhos refrescantes e fortificantes; se o organismo se tiver tornado mais apto para a resistencia por meio de uma dietetica racional (relativamente á alimentação e á roupa); e se por meio de experiencias de resfriamento artificial (banhos quentes, e frios alternados, banhos de ar) houver verificado que não se constipa mais ao ar livre, sadio, nem tão pouco em uma sala ventilada com correnteza de ar.»

... digestivos não se curam, se contra a

Fonte: O Novo Methodo de Curar (foto das autoras)

Figura 3: "Como nos precavemos contra as molestias?",
pág. 179, 1903. Rudolf Virchow (sarcasmo 1)

Sobre as molestias possuem os doutores scientificos noções as mais curiosas, a bem dizer, nullas ou contraditorias. Um professor conhecido no mundo inteiro, o «grande e afamado Virchow», explicou uma vez a molestia como uma mera «noção». Se elle de facto acredita nisto, a allopathia, por coherencia, não devia applicar remedios de qualidade nenhuma, porque as «noções» não se combatem com as drogas.

Ainda mais, o celebre Virchow proclama com humorismo: «A pathologia é a sciencia da physiologia com obstaculos», isto é, «a sciencia da saude com obstaculos», e em outra occasião elle diz: «O processo da vida doente pode concordar em *essencia* com o da vida normal, porem ser maior ou menor, ou pode dar um resultado completamente diferente, que no emtanto seria normal só para uma outra parte.» O senhor Professor Virchow, corypheu da sciencia medica, estabelece assim com as suas palavras de peso a categoria das «molestias sans», fazendo os productos da vida normal coincidir *em essencia* com os da vida doente (Dr. Katsch).

Em opposição á sua doutrina anterior, e em directa opposição ao materialismo que domina na sciencia medica official, o Sr. Professor Virchow ultimamente declarou que as molestias não são phenomenos mecanicos, porem *dinamicos* (*dynamis*, palavra grega, significa força, poder agente, acção vital). Não é raro ver a medicina official saltar d'um extremo ao outro; são os progressos dessa sciencia sublime, que tu, caro leitor, e eu não somos capazes de comprehender, porque não somos homens de sciencia. Se nós

12 *

Fonte: O Novo Methodo de Curar (foto das autoras)

Figura 4: “Como nos precavemos contra as molestias?”,
pág. 185, 1903. Rudolf Virchow (sarcasmo 2)

Assim, pois, a asserção do supracitado «grande» Dr. Virchow que «a molestia é um phenomeno puramente dy-namico» é, ousamos affirmar-o, extra-ordinariamente fraca. Origina-se a molestia, segundo vimos, de causas «materiaes», e como podemos perceber todos os dias por meio do nosso nariz; porquanto os doentes — deixem passar o termo — fedem. O quarto em que se acham cheira mal, e todos aquelles que permanecem nesse quarto são «envenenados» com as suas exhalações. Este estado de cousas é muito

Fonte: O Novo Methodo de Curar (foto das autoras)

Figura 5: “Como nos precavemos contra as molestias?”,
pág. 199, 1903. Rudolf Virchow (adesão)

qualquer desses premios.
Na Allemanha foi abolida a vaccina obrigatoria das ovelhas, principalmente por causa do discurso do professor doutor em medicina Rudolf Virchow, em que dizia o seguinte: «A inoculação da vaccina no reino dos animaes é questão vencida. Por toda a parte onde a tal vaccinação não é praticada, a variola tem cessado quasi completamente. Parece que, onde não se vaccina, a epidemia não é tão perigosa como nos lugares onde se vaccina.»
E apesar de haver o conselheiro de medicina professor Dr. Dammann, director da escola veterinaria de Hannover, declarado que *não ha differença entre a variola das ovelhas e a variola dos homens*, pratica-se a vaccina nos seres hu-manos. Ditosas e invejaveis ovelhas!

Fonte: O Novo Methodo de Curar (foto das autoras)

DISCUSSÃO

Os dois primeiros médicos que analisamos serviram de baliza para entendermos o contraste de Platen ao se referir a Rudolf Virchow, justamente pela sua mudança de tratamento a essa pessoa ao longo do manual. Resgatando o conceito de alocutário (*tu*), os três médicos citados fazem parte da rede dêitica do autor, e a sua extensão se refere a como cada um é tratado por ele (*eu*) a partir da instância do discurso na qual se fala (Benveniste, 1989). Nesse sentido, foram consideradas os honoríficos elogiosos e também

as menções honrosas com as quais Platen se refere aos médicos, produzindo o contraste destes mesmos honoríficos para o sentido de **sarcasmo**, como vimos com Rudolf Virchow, trazendo esses entre aspas, seguidas de duras críticas a fala do médico.

O médico alemão M. Platen se mostrou ser alguém que não teve tanto prestígio póstumo, apesar de ter lançado três a quatro tomos de *O Novo Methodo de Curar*, e alguns outros artigos, mas ele não se mostrou ser uma figura muito citada, mesmo entre seus pares. Quase todos os médicos que Platen citava tiveram pesquisas a respeito e muito material preservado, mas de Platen curiosamente não. Existe a hipótese de que os registros sobre ele tenham se perdido ou tenham sido destruídos com o tempo.

Nossa maior hipótese é que ele foi, de fato, pouco relevante mesmo na sua época, e é estranhíssimo ver o seu desdém por Rudolf Virchow (1821-1902), alguém que segundo ele mesmo, é reconhecido internacionalmente. Platen, por outro lado, parece ter algum prestígio de fato, apenas pelo compilado de outros autores e obras da corrente naturopata, porém, sem acrescentar algo relevante. Apesar das descrições químicas e físicas de certas reações descritas por ele mesmo nos capítulos iniciais sobre a água, o sol e o vento, não existe uma grande “revolução” no que Platen propõe, além de estar criando, naquele momento, uma enciclopédia médica alternativa. Não considerando a relevância como registro histórico de sua época, Platen não acrescenta algo para os estudos atuais que temos em medicina.

Com relação à medicina na Alemanha no século XIX, existiam debates sobre como combater as pestes, especialmente a varíola. Muitos métodos de combate eram testados, sobretudo as construções das casas de pestes e hospitais, projetadas na posição em que estariam em relação ao sol e também a ventilação (MURKEN, 1982). Logo, Platen é um reflexo de uma corrente alternativa da medicina que buscava aplicar métodos – hoje considerados pseudocientíficos – de cura natural, tendo em mente as doenças que assolavam a saúde pública da época.

No Brasil, o manual encontra uma situação semelhante, mas com outras adversidades como o clima, então nem todas as indicações que ele faz são possíveis de serem aplicadas aqui – como as roupas de lã, por exemplo. Porém, entendemos que os hospitais, especialmente do Rio Grande do Sul, ainda não aplicavam a medicina científica como veio a acontecer no século XX: as Irmãs eram enfermeiras, era mais possível tratarem os doentes de forma paliativa do que eficaz, como um médico.

Em resumo, os métodos que Platen propõe em seu manual em parte poderiam ser aplicados nesta época, porém, não se sabe se esses livros eram de fácil acesso, e se isso chegava até as instituições de caridade, como a Santa Casa de Misericórdia, nem se as Irmãs tinham autorização para testar esses métodos alternativos.

CONCLUSÃO

Nossos objetivos iniciais eram identificar a rede dêitica de M. Platen a partir de quem eram os seus interlocutores no discurso. Partindo da dêixis, entendemos a extensão dêitica como forma de identificar o *eu-tu* nas relações discursivas que M. Platen entretinha com médicos que lhe eram contemporâneos, pois conforme Benveniste (1989, p. 286): “A consciência de si mesmo só é possível por contraste”. Entendemos as limitações tecnológicas da época, e em nenhum momento foi desconsiderado que muitos marcos da medicina moderna ainda estavam sendo descobertos ou não existiam no século XIX. Tendo isso em mente, a partir das condições de produção que Platen dispunha, observamos a sua linha discursiva e referencial na sua obra, tendo em vista o contexto da naturopatia e a sua rixa com a medicina prática.

Para pesquisas futuras, planejamos ampliar a área de pesquisa, não focando apenas no Rio Grande do Sul, mas no Brasil. Ainda trabalharemos o manual a partir de temáticas particulares, não focando tanto na reconstrução da história do autor, mas sim em sessões como vestuário, como a figura da mulher foi retratada, as práticas medicinais e como elas poderiam ser aplicadas no Brasil etc.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I e II**. Campinas, SP: Unicamp, 1989, 1990.

MURKEN, Axel Hinrich. **Grundzüge des deutschen Krankenhauswesens von 1780 bis 1930 unter Berücksichtigung von Schweizer Vorbildern**. Gesnerus : Basel, caderno 1, p. 7–45, 1982.

PLATEN, M. **O Novo Methodo de Curar. Manual de Hygiene. Regras de Vida, Preservação da Saude e Cura das Molestias sem o Auxilio de Drogas**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1903.

OLIVEIRA, Daniel. **Morte e vida feminina: mulheres pobres, condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. Dissertação. Mestrado em História. UFRGS. Porto Alegre, 2012.

CIULLA, Alena. Sobre a definição de dêixis a partir de “A natureza dos pronomes”. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 14, n. 3, p. 364-379, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5335/rdes.v14i3.8581>.

WIKIPÉDIA. **Gustav Jäger**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustav_J%C3%A4ger. Acesso em: 30 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Gustav Jäger (Zoologe)**. Disponível em: [https://de.wikipedia.org/wiki/Gustav_J%C3%A4ger_\(Zoologe\)](https://de.wikipedia.org/wiki/Gustav_J%C3%A4ger_(Zoologe)). Acesso em: 30. out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Heinrich Lahmann**. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Heinrich_Lahmann. Acesso em: 30 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Heinrich Lahmann**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Heinrich_Lahmann. Acesso em: 30 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Lahmann-Sanatorium**. Disponível em: <https://de.wikipedia.org/wiki/Lahmann-Sanatorium>. Acesso em: 30 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Rudolf Virchow**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Virchow. Acesso em: 30 out. 2024.

WIKIPÉDIA. *Patologia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Patologia>. Acesso em: 30 out. 2024

5.4

GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX DIRIGIDAS A ESTUDANTES DO RIO GRANDE DO SUL: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Silvana Silva¹⁰⁷

Resumo: Este trabalho apresenta o Projeto de Pesquisa intitulado “A constituição enunciativa da gramática no Século XIX e início do XX dirigida a estudantes do Rio Grande do Sul” (Instituto de Letras, UFRGS). Tem por objetivo estabelecer dispositivos de análise linguística descritiva (Perini, 2006) que deem visibilidade aos conteúdos gramaticais dirigidos a estudantes do Rio Grande do Sul no século XIX. Apresentamos uma análise da organização do conteúdo gramatical dos Sumários das três gramáticas do corpus, a saber, a de Antonio Alvares Pereira Coruja (1861), a de Bento de Oliveira (1884) e a de Bibiano Almeida (1891), encontradas no Acervo de Obras Raras das Bibliotecas Centrais da PUCRS e da UFRGS. Entendemos que tal escolha se pautou pela necessidade de se ter uma visão abrangente das gramáticas encontradas nos Acervos Públicos Gaúchos bem como lançar luz sobre peculiaridades linguísticas das definições de categorias gramaticais. Os resultados revelam certa homogeneidade na organização dos Sumários, porém, disparidade na presença de exercícios dirigidos aos escolares.

Palavras-chave: gramáticas estudantis - século XIX - acervos públicos do RS – análise descritiva

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

Já é consolidada no Brasil a pesquisa sobre práticas pedagógicas e concepções linguísticas própria à escola. O que não é tão evidenciado é a especificidade histórica das constituições discursivas sobre práticas linguísticas/didáticas no âmbito escolar e universitário. O linguista e historiador da gramática Cavaliere (2022) entende como mais do que esperado o descompasso entre a pesquisa científica linguística e sua aplicação nos projetos de ensino. Segundo ele, “Na verdade, a tradição pedagógica jamais seguirá *pari*

¹⁰⁷ Instituto de Letras, UFRGS.

passu a tradição científica, pelo simples fato de que os professores são seguidores de paradigmas mais antigos e relutam em aplicar novos conceitos científicos na preparação de suas aulas.” (p. 466). Acrescenta ainda que tal fato é ainda mais marcante em alguns lugares, como será o caso de Portugal e Brasil, diferentemente de países como Alemanha e França, em que as teses histórico-comparativas do século XIX “demoraram mais a conquistar as páginas dos compêndios gramaticais” (p. 467). Apesar do tom pessimista do referido autor, encontramos nessa mesma obra um interessante capítulo que não vemos em outras obras de história da gramática no Brasil¹⁰⁸, a saber, um capítulo chamado “Gramáticas da puerícia: produção linguística para a infância”. Assim de certa forma, com essa denominação – gramática da puerícia – Cavaliere (2022) nos ajuda a perceber que é possível formular uma especificidade linguística e discursiva para as gramáticas escolares no Brasil, ao se debruçar na compilação de quase 20 (vinte) gramáticas primárias¹⁰⁹.

Este Projeto pretende investigar a caracterização linguística e discursiva das ditas ‘gramáticas da infância’ ou ‘gramáticas escolares’ em especial aquelas produzidas no Rio Grande do Sul. Em certo sentido entendemos que, apesar de um suposto ensino ‘não científico’, nosso Estado produziu escritores e intelectuais de projeção nacional e internacional, o que nos faz desconfiar de rótulos demasiadamente simplistas sobre a realidade linguística e letrada do Sul e do Brasil. A grande questão de fundo é a de saber se as gramáticas escolares são de fato tão linguisticamente diferentes das chamadas ‘gramáticas científicas’ ou das ‘gramáticas de referência’.

¹⁰⁸ Consultar, por exemplo, Borges Neto (2022).

¹⁰⁹ *Silabário Português* (1879), J.R. Galvão; *Novo sistema de estudar a gramática portuguesa* (1862) - José Ortiz; *Gramática da Infância* (1864), Fernandes Pinheiro; *Pequena Gramática da Infância composta para uso das escolas primárias* (s.d.) – Joaquim Lacerda; *Compendio de gramática da língua portuguesa* - Laurindo Rabelo; *Gramática da Infância* (1886) – João Ribeiro; *Gramática da Puerícia* (1895) – José Ventura Boscoli; *Gramática expositiva* (1907) – Eduardo Pereira; *A gramática das crianças* (1925) – Cândido Figueiredo; *Gramática elementar da língua portuguesa* (1923) – Said Ali; *Gramática portuguesa para escolas primárias* (1872) – Julio Ribeiro de Souza; *Compendio de Gramática Portuguesa* (1854) – José Ferreira Cajá; *Nova arte da gramática da língua portuguesa* (1860) – Emilio Monteverde; *Holmes Brasileiro* (1886), traduzida do inglês e adaptada por Julio Ribeiro; *Gramática Prática Portuguesa* (1897) – Adelia Ennes Bandeira; *Gramática da língua portuguesa* - Zillah do Paço Mattoso Maia (1899); *Gramática Portuguesa* (1877) – Abílio César Borges; *Elementos de Gramática Portuguesa* (1899), Felisberto de Carvalho; *Estudinhos* (1883) *da Língua Portuguesa*, José Augusto Correa. (Cavaliere, 2022, p. 409-12). Cavaliere não apresenta os dados biográficos ou de origem da publicação de cada uma dessas gramáticas, porém, menciona que há, nessa lista, alguns autores portugueses e que as mulheres são nascidas no Rio de Janeiro. No entanto, Polachini (2018) considera que, além do Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Sul, se destacam pela produção editorial de gramáticas. Especificamente sobre nosso Estado, pondera o seguinte, ao final de sua exposição: “a tradição rio-grandense de produção gramatical, embora seja precoce e tenha número de obras e autores considerável, é pouco lembrada nas revisões históricas” (p. 114)

Elegemos como tema de estudo as definições de conteúdos em gramáticas oitocentistas encontradas em Acervos Públicos do Rio Grande do Sul, com ênfase para as Introduções/ Prefácios/ Apresentações Gerais; bem como o estudo dos tipos de enunciados – formal, semântico e simbólico- a partir da linguística descritiva (Perini, 2006).

Os objetivos gerais da pesquisa são os seguintes: a) compreender a formulação das definições de categorias gramaticais em diferentes gramáticas produzidas para estudantes do Rio Grande do Sul, depreendendo a concepção de língua utilizada bem como a forma como nomenclatura é empregada para atingir seus ditos fins didáticos; b) compreender os processos diacrônicos de formação do discurso gramatical dirigido a estudantes do Rio Grande do Sul; c) compreender o discurso gramatical gaúcho oitocentista no contexto de formação do pensamento gramatical brasileiro, pela via do cotejo de obras de nosso Estado com obras dirigidas à escola de outros Estados com tradição de estudo historiográfico, tais como Rio de Janeiro e São Paulo.

Na seção a seguir, apresentamos algumas características da escolarização e ensino de gramática/língua no Rio Grande do Sul, com vistas a melhor compreender nossos processos histórico-linguísticos.

A ESCOLARIZAÇÃO E A GRAMATICALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: BREVE HISTÓRIA

Albuquerque (2017) nos ajuda a traçar os processos de criação de escolas e do ensino de língua no Rio Grande do Sul. Tomando alguns historiadores por referência, divide a nossa história escolar em dois períodos: a) século XVIII até a Revolução Farroupilha; b) o período da Revolução Farroupilha até o fim do século XIX. Sobre o primeiro período, a autora nos informa que o ensino deve muito à contribuição dos jesuítas espanhóis, que fundaram as primeiras escolas para ler, escrever e fazer contas. Foi somente, a partir do Tratado de Madri e a promulgação da Lei de 06 de novembro 1772, que amparava a criação de escolas no Rio Grande do Sul para “a correção das línguas nacionais para o desenvolvimento dos povos civilizados” (discurso de El-Rei, apud Albuquerque, 2008, p.4), que as primeiras escolas foram inauguradas em solo gaúcho. Apesar da Lei, foi somente em 1800 que se registra a primeira escola particular para meninos em Porto Alegre, onde “assim como a alfabetização, instruía-se sobre o cristianismo” (p. 5). Mais tarde, em 1820, uma Resolução Régia determina a criação de oito (8) escolas públicas de primeiras letras em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha, São João das

Cachoeiras, e nas freguesias de São Francisco de Paula de Pelotas, Senhor Bom Jesus de Triunfo e Nossa Senhora da Conceição de Piratini. Albuquerque conclui: “No entanto, apenas quatro colégios públicos foram efetivamente fundados e mesmo assim demoraram a funcionar por falta de alunos e professores: Santo Antonio da Patrulha, Triunfo, Rio Grande e Pelotas” (p. 5).

Durante o Período Farroupilha, houve uma importante modificação na estrutura política de nosso Estado. Governos provinciais substituem transitariamente o sistema de capitanias hereditárias. Em 1835, é estabelecida pela primeira vez um currículo mínimo para a primeira, segunda e terceira série do Primário¹¹⁰. Em 1835 é promulgado um decreto para a criação de uma Escola Normal em Porto Alegre, o que se torna realidade somente em 1869. Um fato curioso é que, preocupado em não prejudicar as escolas no período da guerra, o governador chegou a reduzir a carne dos soldados, porém, o ensino no Rio Grande do Sul ainda era considerado desorganizado e atrasado em relações às demais Províncias.

Em seguida, Albuquerque (2017) traz uma importante contribuição para esta pesquisa, ao tratar especificamente do movimento de gramatização que vigorou com força no Rio Grande do Sul, na metade final do século XIX. Tal movimento intelectual motivou-se pelos seguintes fatores, conforme a pesquisadora:

Talvez a distância entre Porto Alegre e a Corte ou o espírito de liberdade que dominava o Rio Grande do Sul na época da Revolução Farroupilha tenha levado os professores a se tornarem autossuficientes; ou, ainda, porque fossem incentivados a produzirem seus compêndios, como é o caso do Ato de 19 de fevereiro de 1872, que estimulava os professores da escola Normal a produzir obras didáticas a ponto de receber prêmios, desde que elas fossem aprovadas pelo Conselho Diretor e pela Congregação. (ALBUQUERQUE, 2017, p.7)

Além do ‘espírito guerreiro e rebelde’ do intelectual gaúcho, a autora destaca o incentivo político da época. Ainda, destaca o número significativo de obras, a maioria de professores que usavam seus próprios compêndios em suas aulas. Menciona onze (11) gramáticas publicadas no Rio Grande do Sul no período de 1835 a 1928¹¹¹.

¹¹⁰ “Dr. Pereira Ribeiro, presidente do Rio Grande, sanciona a Lei nº14, de 29/12/1835, que organiza a instrução primária em três graus, determinando o currículo básico de cada um: a) No primeiro, ensinava-se a ler e escrever pelo método de Lancaster, as quatro operações de Aritmética e os princípios genéricos dos deveres morais e religiosos; b) No segundo, a Gramática da Língua Nacional, Aritmética até as proporções e suas aplicações no comércio; c) No terceiro, elementos de geografia, noção de geometria, teoria e prática e suas aplicações ao desenho linear e agrimensura.”

¹¹¹ *Compêndio da Grammatica da Língua Nacional*, em 1835, de Antônio Alves Pereira Coruja, com várias reedições; *Compêndio de Grammatica de Língua Nacional*, de Isidoro Joze Lopes, 1841; *Compêndio de grammatica portuguesa*, dedicado aos estudantes rio-grandenses, de 1880, do Professor Bibiano Francisco de

Em suas palavras: “Listamos as gramáticas da época: a professor Coruja (1835) que deu início ao movimento de gramatização até a gramática do professor Antônio Fontoura Ilha (1928)”. Dada essa informação histórica, daremos um destaque especial à biografia de Coruja em uma seção subsequente. É justamente o *Compêndio do Professor Coruja*, cuja edição que localizamos nos Acervo Públicos data de 1869, faz parte da primeira análise descritiva de nosso Grupo de Pesquisa¹¹².

DISCUSSÃO PRÉVIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Diversos trabalhos têm se dedicado ao estudo dos processos de formação de um discurso gramatical no Brasil. A maior parte deles se situa, no entanto, ou na perspectiva da História das Ideias Linguísticas de base pechêutiana (Albuquerque, 2017) ou na perspectiva da Sociolinguística (Coelho et. al. 2014). O presente Projeto de Pesquisa busca analisar a constituição do discurso gramatical dirigido ao estudante em perspectiva enunciativa, isto é, busca compreender o que diferencia essas gramáticas escolares de outras gramáticas da época a partir da apreensão analítica de ‘formas de dizer’ ao estudante.

Uma palavra é necessária para compreender melhor o escopo teórico escolhido: a linguística. Como sabemos, a linguística se estabeleceu como ‘ciência piloto’ tomando a frente em relação às ‘ciências humanas’ em função do estabelecimento de princípios e métodos claros de descrição, análise e explicação de fenômenos de diversas ordens. De fato, compreender fatos históricos pela via linguística parece ser uma alternativa interessante tanto para linguistas quanto para historiadores.

Inicialmente, selecionamos a obra de Mario Perini, em especial aquela que explica os fundamentos da linguística descritiva para nossa pesquisa, em função de sua simplicidade e elegância conceitual bem como o tratamento direto das relações entre prescrição e descrição, díade fundadora dos estudos críticos da constituição gramatical no Brasil. Perini (2006) define gramática como:

Almeida; *Grammatica Elementar e lições progressivas de composição*, 1883, do Professor Hilário Ribeiro; *Grammatica primária da língua portuguesa*, do Professor André Leão Puente, de 1895; *Compêndio de grammatica portuguesa*, de Frederico Ernesto de Villeroy, 1904; *Livro de exercícios para aprender os elementos de gramática portuguesa*, e *Sintaxe e grammatica histórica da língua portuguesa*, de P. S. (Padre Schneider), 1909; *Língua materna*, de Alfredo Clemente Pinto, 1909; *Gramática portuguesa*, de Universina de Araújo Bastos, 1909; *Segundo livro de exercícios de português*, de Leopoldo Tieböld, 1924; *Gramática portuguesa: ensino técnico-prático, do Professor Antônio Fontoura Ilha, 1928*. (Albuquerque, 2017).

¹¹² Neste Anais da Mostra Apers (2024), consulte-se o trabalho de Larissa Moura Menger e Maria Clara Murussi.

“chama-se gramática um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua. Nesse sentido, gramática é parte do nosso conhecimento do mundo. (...) além disso, gramática é descrição, feita por um linguista, do sistema mencionado acima. Em vez de receitar o que se deve ou não se deve dizer, registra como se fala realmente, retratando e sistematizando os fatos da língua.” (PERINI, 2006, p. 23-4)

Nessa breve definição, vemos que a gramática deve ser compreendida e sistematizada na relação direta com a ‘memória do falante’, constituindo assim uma perspectiva descritiva do estudo gramatical.

Para o estudo das definições e seus tipos, Perini (2006) recorre inicialmente ao conceito de língua, o qual, como podemos observar a seguir, tem raízes saussurianas. Vejamos:

“Uma língua é um sistema de relacionamentos entre formas e significados. (...) Ao usarmos ou estudarmos uma língua, estamos sempre, de uma maneira ou outra, lidando com associações entre formas e significados. Uma consequência disso é que o linguista precisa estar sempre consciente do caráter de afirmações gramaticais que faz: algumas se referem à forma, outras ao significado, e outras ainda se referem à relação entre forma e significado. As afirmações que se referem à forma se chamam *formais*; as que se referem ao significado, *semânticas*; e as que se referem à associação entre forma e significado se chamam *simbólicas*.” (PERINI, 2006, p. 67-8)

Em seguida, Perini traz alguns exemplos de definições gramaticais. Para encerrar esta seção é suficiente dizer que não esperamos encontrar nas gramáticas escolares oitocentistas um equilíbrio entre os três tipos de definição, mas tampouco esperamos encontrar predominância de definições semânticas. Em um estudo histórico de qualquer ordem, mais do que um olhar ‘generoso’ para o passado, é necessário analisar os dados e as construções de raciocínio em sua fina inteligência. Dito isso, esperamos encontrar, em maior ou menor grau, os três tipos de definições nas gramáticas rio-grandenses.

ACERVOS CONSULTADOS E MATERIAIS DE PESQUISA

- Biblioteca Central da PUCRS. – 2 obras encontradas
- Biblioteca Central da UFRGS. – 1 obra encontrada
- Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas da UFRGS – nenhuma obra encontrada

Como se pode observar, o número de obras total da pesquisa é bastante exíguo. Em maio de 2024, tínhamos uma viagem programada para Silveira Martins, cidade próxima a Santa Maria, onde a UFSM mantém um acervo específico de gramáticas escolares. Com as enchentes que devastaram o Estado, a viagem deve ser remarcada para 2025, a depender da agenda da Professora Doutora Rosaura Albuquerque (UFSM).

De qualquer forma, este ano, já foi possível realizar um estudo descritivo da Gramática de Coruja, a ser apresentado em comunicação separada na Apers 2024 (Murussi e Menger). Nosso corpus de pesquisa é composto, então, até o momento de três gramáticas, tais como apresentadas abaixo.

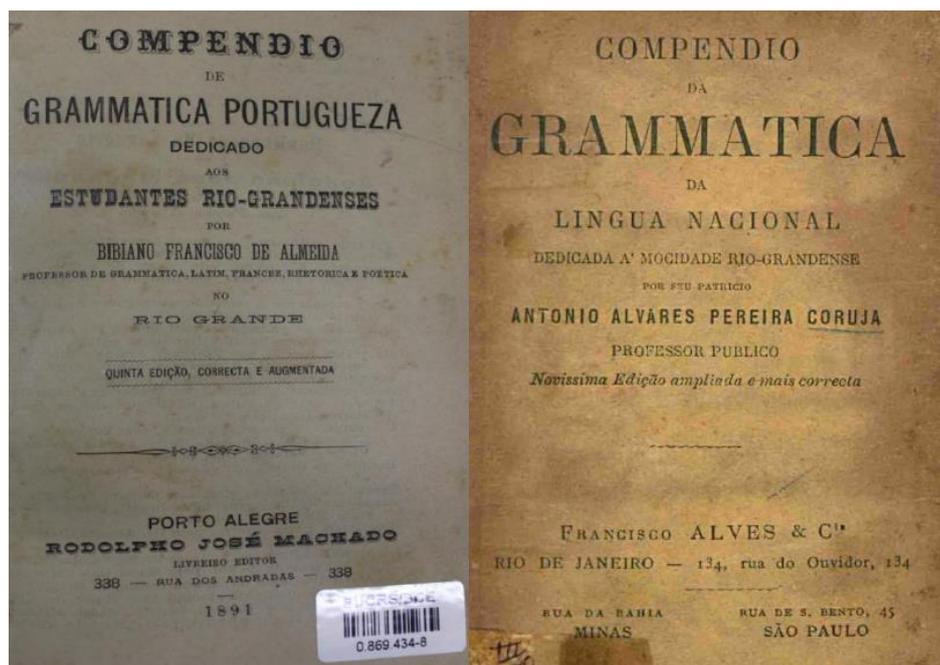
1. ALMEIDA, Bibiano Francisco. Compendio de Grammatica Portugueza dedicado aos estudantes rio-grandenses. Porto Alegre: Rodolpho José Machado Editor, 1891.
2. CORUJA, Antonio Alvares Pereira. Compêndio da grammatica da língua nacional dedicada à mocidade rio-grandense. RJ: Francisco Alves, 1863.
3. OLIVEIRA, Bento José. Nova Grammatica Portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholas. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1884.

CORPUS DE ANÁLISE DA PESQUISA EM 2024

Juntamente com as bolsistas Maria Clara Murussi e Larissa Menger, nos dedicamos ao estudo da gramática de Coruja (1863). Analisamos a parte “Etimologia”, isto é, a primeira. Os resultados são apresentados por elas em comunicação separada nesse mesmo evento. Nos atemos a fazer, a título de conclusão, uma reflexão sobre as limitações e dificuldades no trato das gramáticas oitocentistas que estamos encontrando bem como perspectivas de trabalho para o ano de 2025. Antes, porém, apresentamos uma descrição geral das três gramáticas do Corpus.

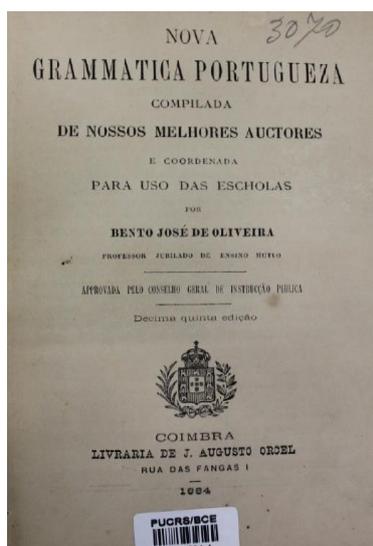
Vejamos a capa das três gramáticas, onde se pode ler a dedicatória é dirigida ora aos “estudantes rio-grandenses”, ora à “mocidade rio-grandense”. Apenas a última gramática encontrada nos Acervos Públicos de Porto Alegre não apresenta uma dedicatória específica ao Rio Grande do Sul.

Figura 1: Capas das Gramáticas Dirigidas aos Estudantes Rio-grandenses



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

Figura 2: Capa da Gramática Dirigida a Estudantes



Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

Bibiano Francisco de Almeida é apresentado da seguinte forma por Arriada (2007, p. 171-2, apud Teixeira, 2017, p. 308-9):

[...] nasceu em Porto Alegre, no dia 19 de setembro de 1838, e faleceu em Rio Grande, em 5 de maio de 1892. Foi membro do Partenon Literário. Coursou o primário em Rio Grande, onde de acordo com Aquiles Porto Alegre (1917, p.56), foi aluno do Padre Chagas, “tido na conta de um bom gramático e afamado latinista”. Frequentou o Seminário Episcopal de Porto Alegre. Quando exercia o cargo de professor público, em Belém Velho, 3º distrito da capital, foi acusado de escrever artigos ferinos e

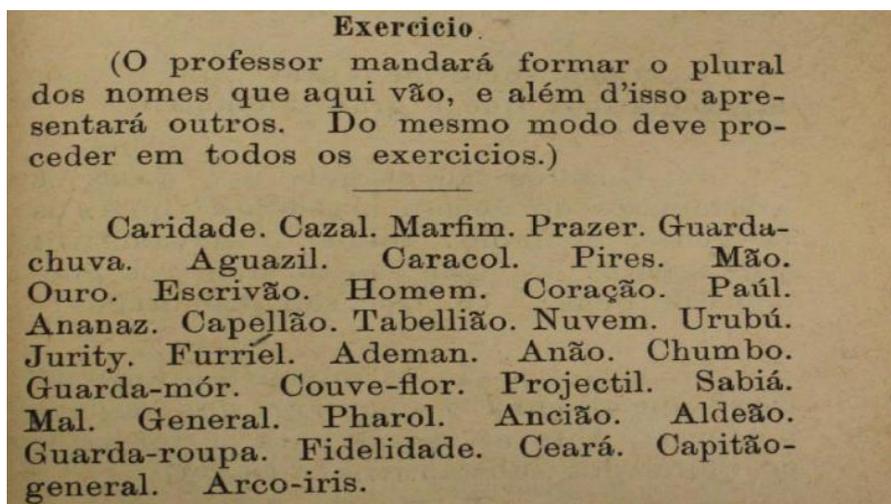
desabonadores na imprensa contra o Presidente da Província, sendo então demitido do cargo. Segundo Aquiles Porto Alegre (1917, p.58), essas acusações seriam falsas. Retira-se para Pelotas, onde em 1881, com João Afonso Correa de Almeida e Benjamin Manoel Amarante, abre um educandário “o esplêndido Colégio Sul-Americano” (OSÓRIO, 1922, p.181). Posteriormente, dirige o seu próprio estabelecimento, conhecido como “Colégio Bibiano de Almeida”. Desse Colégio, foi aluno João Simões Lopes [...]

Teixeira (2017) complementa algumas informações sobre Almeida:

“Vale destacar que o Prof. Bibiano de Almeida integrou o corpo docente do Colégio Gomes e atuou em outras instituições da Província, dirigindo, inclusive, colégios particulares nas cidades de Pelotas e Rio Grande, como será abordado no capítulo seguinte. Segundo Relatório de 1872, o professor Bibiano Francisco de Almeida foi nomeado interinamente para revezar com os professores: cônego José Gonçalves Vianna e Porfírio Barbosa Madureira, as cadeiras de Latim, Filosofia e Gramática Portuguesa na Escola Normal (RELATORIO, 1872, p. 19). Também atuou no Liceu D. Afonso e posteriormente foi contratado para trabalhar no Ateneu Rio-Grandense ministrando a disciplina de Português.” (2017, p. 79-80)

Na p. 14 do *Compendio de Grammatica Portuguesa dedicado aos estudantes rio-grandenses* (1891), de Bibiano de Almeida, é apresentada a divisão de sua gramática: “Etymologia ou Lexicologia, Syntaxe ou Phraseologia, Prosodia ou Orthoepia e Ortographia.” A gramática apresenta muitos exercícios. Vale observar um exercício da Parte Etymologia e um exercício da Parte de Syntaxe. Como podemos observar, o primeiro exercício dirige-se ao “professor” e o segundo dirige-se aos alunos.

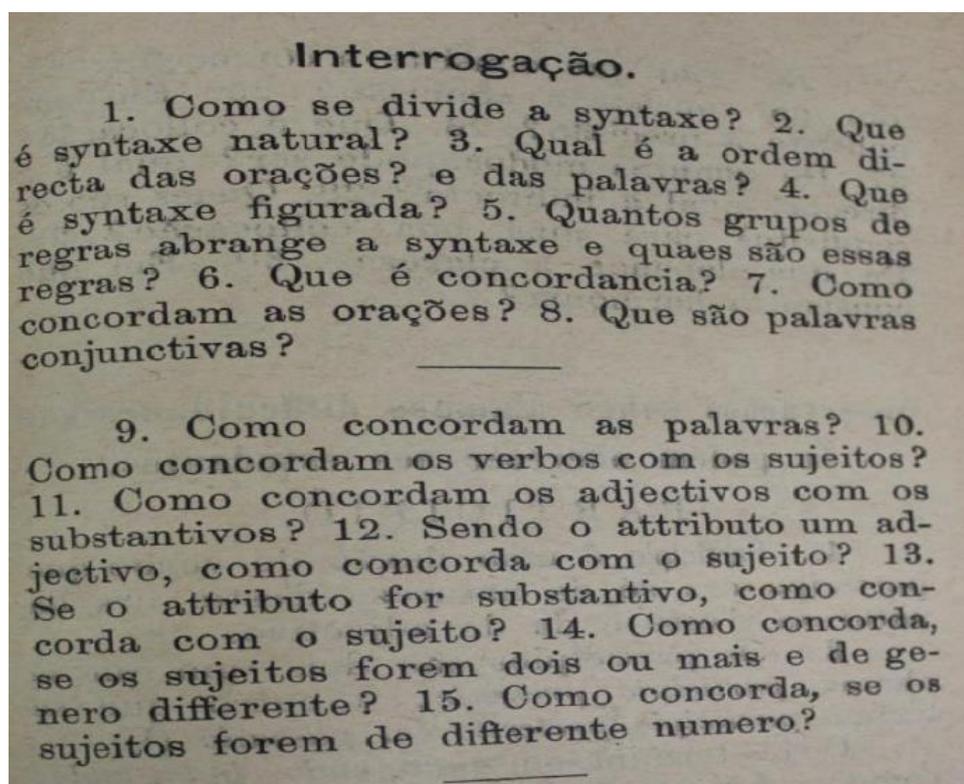
Figura 4. Exercícios do Compêndio de Almeida (p. 14)



Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Como se pode ver, o exercício é dirigido ao professor, em primeira instância – “o professor mandará formar”. Do ponto de vista gramatical, percebe-se que as palavras selecionadas apresentam grau de dificuldade variada – da simples ‘caridade’ até o difícil ‘pires’, passando ‘tabellião’. Também observamos que o léxico é culto em alguns dos vocábulos, talvez um pouco difícil para crianças e jovens – a exemplo de ‘marfim’ e de ‘projectil’. Com Perini (2006), entendemos que se trata de um exercício que solicita habilidades de compreensão *formal* da língua.

Figura 5. Exercício do Compêndio de Almeida (p.99)



Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Este segundo exercício é dirigido diretamente ao estudante. Com Perini (2006), entendemos que se trata de um exercício que solicita habilidades de compreensão semântica e formal da língua: a primeira, em função da formulação de questões do tipo *O que é X?*; a segunda, em função de questões do tipo *Como acontece X?*

Antonio Alvares Pereira Coruja é apresentado da seguinte forma em seu *Antigalhas: Reminiscências de Porto Alegre* (1889):

Antônio Álvares Pereira Coruja (Porto Alegre, 31 de agosto de 1806 – Rio de Janeiro,

4 de agosto de 1889) foi um político, educador, historiador e escritor brasileiro. De família pobre, fez seus primeiros estudos com os professores que Porto Alegre então dispunha: Maria Josefa, Antônio D'Ávila (o Amansa-Burros), padre Tomé Luís de Sousa e padre João de Santa Bárbara. Para auxiliar na sua subsistência era sacristão na Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus, onde tornou-se amigo do padre Tomé Luís de Sousa, com quem aprendeu, mais tarde, latim. Maçom, participava das reuniões da Sociedade Continentino, desde sua fundação, em 1831. Nesse mesmo ano era, junto com Pedro Boticário, redator do jornal O Compilador, patrocinado pela Sociedade Continentino e que circulou entre 3 de outubro de 1831 e novembro de 1832. Eleito suplente de deputado provincial na 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul, foi chamado a assumir em dezembro de 1835. Por se envolver na Revolução Farroupilha, quando da retomada de Porto Alegre pelas tropas imperiais foi preso na Presiganga. Solto após cerca de cinco meses, mudou-se então, em 1837, para o Rio de Janeiro com a família, alegando perseguições que teria passado a sofrer. No Rio de Janeiro, em 1839 era secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1840 fundou sua primeira escola, o Liceu Minerva, foi também professor particular de prestígio na corte. Em 1842 ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde ocupou por quase vinte anos o cargo de tesoureiro e escreveu vários artigos sobre o Rio Grande do Sul na Revista Trimensal do Instituto. Na corte também teve a preocupação em divulgar uma imagem positiva do Rio Grande do Sul, envolvido ainda no conflito farroupilha. No Rio publicou vários livros didáticos e gramáticas, além de ter presidido a Sociedade Imperial Amante da Instrução no Rio e a Sociedade Beneficente e Humanitária Rio-Grandense. Atuou como jornalista no Porto-Alegrense em 1847, no Argos de 1840 a 1850 e no Mercantil de 1850 a 1858, todos do Rio Grande do Sul. (*Antigalhas*, 1882, p. 2)

A obra em análise no Projeto intitula-se *Compendio da grammatica da língua nacional dedicada à mocidade rio-grandense* (1863) é composta de quatro (4) Partes, a Primeira Parte, Etimologia, a qual “ensina a natureza das palavras e suas propriedades”; a Segunda Parte, Sintaxe, a qual “ensina a compor uma oração”; a Terceira Parte, Prosodia, a qual “ensina a quantidade de sillabas e sua pronuncia”; a Quarta Parte, Ortographia, “a parte que ensina a escrever com certeza” (Coruja, *Proêmio*, p. 7). Não localizamos exercícios dirigidos aos estudantes - ao menos não na edição da Gramática de Coruja de que dispomos.

Finalmente, sobre o gramático Bento José de Oliveira, até o momento não localizamos informações biográficas confiáveis, nem mesmo em Polachini (2018). Temos a hipótese de se tratar de um gramático português ou carioca, em função do local de publicação de sua gramática.

PERSPECTIVAS DA PESQUISA

Quanto aos resultados objetivos até o momento, constatamos certa homogeneidade na organização dos Sumários, bem como no conteúdo gramatical apresentado, porém, disparidade na presença dos exercícios dirigidos aos escolares, isto é, uma das gramáticas apresenta exercícios, já a outra não apresenta nenhum. Além disso, pudemos corroborar a hipótese de Cavaliere (2022) sobre a presença de certos traços peculiares às chamadas “**gramáticas da infância**”.

Tendo em vista tal homogeneidade, entendemos que para o próximo ano será mais interessante investir no conhecimento mais aprofundado da ‘repercussão’ da gramática na sociedade oitocentista. Haveria de fato um ‘peso’ e um ‘espaço’ para a gramática no Brasil? Como avaliar essa presença? Seguindo a proposta de pesquisa de Xavier Lima (2024), realizaremos uma coleta de dados sobre a presença da gramática em jornais/periódicos/revistas oitocentistas a partir do Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

FONTES

ALMEIDA, Bibiano Francisco. **Compendio de Grammatica Portugueza dedicado aos estudantes rio-grandenses**. Porto Alegre: Rodolpho José Machado Editor, 1891. Localizada no Acervo de Obras Raras (6º andar) da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. **Compêndio da grammatica da língua nacional dedicada à mocidade rio-grandense**. RJ: Francisco Alves, 1863. Localizada no Acervo Especial da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Bento José. **Nova Grammatica Portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolhas**. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1884. Localizada no Acervo de Obras Raras (6º andar) da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. O ensino e o movimento de gramatização no Rio Grande do Sul. **Linguagens & Cidadania**, v. 19, jan./dez., 2017.

BORGES NETO, J. **História da Gramática**. Curitiba: Editora UFPr, 2022.

CAVALIERI, R. Gramáticas da Puerícia: produção linguística para a infância. IN:__. **História da Gramática no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022, p. 407-418.

PERINI, M. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Contexto, 2006.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, 458f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06072018-120101/pt-br.php>

TEIXEIRA, V. B. **A instrução da mocidade rio-grandina: o ensino secundário na cidade de Rio Grande/RS (1850-1889)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2017, 385 fls.

XAVIER LIMA, A. **O acervo gramatical da Biblioteca Nacional: a circulação de saberes gramaticais no Brasil oitocentista**. Conferência. 10ª Jornada de Pesquisadores da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CD1K8PI473U&t=6524s>

5.5

ANÁLISE DA OBRA *POLYANTHEA MEDICINAL*, DE JOÃO CURVO SEMEDO, NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

Tatiana Keller

Resumo: A Sociolinguística Histórica surge nos anos 1980 com o objetivo de observar e explicar a ocorrência de fenômenos linguísticos variáveis em sincronias passadas. Nesta perspectiva, busca-se identificar fatores estruturais e sociais que podem atuar na realização de tais fenômenos. Para realizar esse tipo de investigação, é necessário recorrer-se a textos escritos de períodos mais antigos das línguas, pois não se tem mais acesso a falantes desses períodos. Além disso, é preciso investigar o contexto social e histórico em que os documentos foram produzidos. Neste trabalho, busca-se mostrar a viabilidade de se utilizar fontes documentais diversas, especialmente da área médica, em estudos históricos sobre a Língua Portuguesa e analisar casos de variação grafemática e linguística na obra *Polyanthea Medicinal* (5ª impressão, 1741), do renomado médico português João Curvo Semedo.

Palavras-chave: Sociolinguística Histórica – fontes da área médica – variação linguística – sincronias passadas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no campo de pesquisa denominado Sociolinguística Histórica (cf. ROMAINE, 1982; CONDE-SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY E CONDE-SILVESTRE, 2012, entre outros) cujo propósito é examinar de que maneira formas linguísticas variam ao longo do tempo em diferentes línguas e comunidades. Para tanto, é necessário fazer uso de dados escritos, uma vez que não se tem mais acesso a falantes de períodos mais recuados. Nesse sentido, um dos desafios para os estudiosos da área reside na obtenção de dados, pois se está limitados a textos remanescentes dessas épocas. Em virtude disso, muitas vezes, não é possível selecionar os textos com base no perfil social dos redatores, levando em conta fatores como idade, escolaridade, gênero, classe social etc.

Há ainda uma questão importante a ser considerada: em que medida o texto escrito preserva/ evidencia aspectos do vernáculo de sua época? Como decidir se determinada forma seria reflexo de influência da oralidade ou reflexo de tradição gráfica/ etimológica? Entende-se que o analista tenha um sólido conhecimento filológico e histórico para que possa estabelecer critérios para sua análise, como se vê, por exemplo, na taxionomia proposta por Lass (2000) para tratar de dados em perspectiva diacrônica. Para dar conta do desafio de encontrar dados que se aproximem do vernáculo praticado em tempos pretéritos, diversos pesquisadores têm analisado cartas pessoais, as quais podem apresentar diferentes níveis de formalidade e de intimidade entre remetentes e destinatários, o que possibilitaria uma aproximação com a língua falada na época. Contudo, argumenta-se aqui que outros tipos de fontes podem ser utilizadas em pesquisas históricas. Por isso, neste trabalho, temos por objetivo mostrar a relevância de fontes da área médica para estudos sobre a Língua Portuguesa e apresentar exemplos de variação grafemática e de variação linguística (fonológica, morfossintática e semântica) encontrados na 5ª impressão da obra *Polyanthea Medicinal. Noticias galenicis e chymicas*, de João Curvo Semedo, publicada em 1741.

SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

Inicialmente, os estudos sociolinguísticos privilegiaram análises de cunho sincrônico. No entanto, a partir das últimas décadas do século XX observa-se uma revitalização dos estudos linguísticos de cunho histórico em virtude de uma nova abordagem para a mudança linguística. Isso se deve, segundo Maia (2012), à integração do princípio da variação linguística sincrônica nas análises diacrônicas. Para que uma mudança venha a ser implementada, é preciso que duas formas tenham co-existido (estivessem competindo pela preferência do usuário) em um mesmo momento e que uma delas tenha ‘vencido a competição’ e se sobreposto à outra. Tais casos só podem ser observados com o passar do tempo, ou seja, só é possível saber se uma situação de variação permanecerá estável ou se uma mudança linguística será implementada em uma perspectiva diacrônica.

No início dos anos 1980, Romaine (1982) procurou investigar se e de que forma o modelo quantitativo da Sociolinguística Variacionista poderia ser aplicado a dados históricos, o que deu origem à *Sócio-história linguística* (ou *Sociolinguística Histórica*, nomenclatura mais utilizada). Romaine (1982, p. X) define como objetivo dessa disciplina

“fornecer uma explicação para as formas e usos em que a variação pode manifestar-se em uma dada comunidade ao longo do tempo”. Hernández-Campoy e Conde-Silvestre (2012, p. 1) ampliam essa definição ao dizerem que essa área busca “a reconstrução da história de uma dada língua em seu contexto sócio-cultural”.

Diante da impossibilidade de ter-se acesso a falantes de um passado mais remoto, faz-se necessário recorrer a textos que foram escritos nesses períodos. Essa tarefa, no entanto, pode apresentar alguns desafios relativos à obtenção de dados, à fidedignidade da fonte, à proposição de variáveis linguísticas e sociais, entre outros¹¹³.

No que tange à obtenção de dados, a dificuldade reside no fato de que o analista está restrito à consulta do material escrito que sobreviveu por acaso e, em virtude disso, tal material pode estar incompleto e apresentar falhas. Labov (1972) denomina de ‘maus dados’ aqueles obtidos a partir de documentos escritos em oposição a ‘bons dados’ obtidos por meio de entrevistas individuais gravadas, nas quais é possível selecionar os informantes com base em seu perfil social, ou seja, dividi-los conforme sexo, idade e escolaridade, por exemplo. O mesmo não pode ser feito com dados escritos, em função da escassez de informações acerca das condições de produção e de circulação desses materiais. A esse respeito Ayres-Bennet (2018, p. 257) alude ao fato de que os dados escritos disponíveis são menos numerosos se comparados aos dados de língua falada; se recuamos no tempo, textos escritos por mulheres e por pessoas de níveis sociais mais baixos são mais escassos. Além disso, a pesquisadora salienta que frequentemente temos menos informações sobre os escreventes, o que pode dificultar a construção de seu perfil social em termos de idade, gênero, ocupação, educação, *status* socioeconômico etc. Contudo, Romaine (1982) argumenta que dados escritos devem ser considerados por si mesmos e não comparados a dados de fala.

No que concerne à *Polyanthea Medicinal*, informações sobre a produção e a circulação da obra estão mais acessíveis devido à notoriedade de seu autor e ao seu alcance (houve cinco impressões no período de 1697 a 1741), o que torna mais viável a tentativa de reconstrução de seu contexto socio-histórico.

Maia (2012, p. 537) observa ainda que “para a investigação em perspectiva diacrônica, é absolutamente necessária uma consistente infraestrutura filológica e uma sólida preparação do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos”.

¹¹³ Essas questões são tratadas também em Borges e Keller (2020).

Dessa forma, Telles (2008) salienta que para que um texto possa ser utilizado como fonte de pesquisa, é essencial que seja reproduzido de forma conservadora, isto é, que todos os traços paleográficos e grafemáticos sejam preservados. No que diz respeito à *Polyanthea Medicinal*, a tarefa do analista é facilitada pelo fato de a obra ter sido impressa e estar disponível em formato digital.

Ademais, Cambraia (1996) chama a atenção para a dificuldade de caracterizar-se as tipologias textuais ao longo do tempo. Além da falta de critérios claros para sua definição, alguns tipos textuais podem não estar disponíveis em uma determinada época, o que complicaria uma análise diacrônica. Mesmo Romaine (1982), quando propõe o quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Histórica, não deixa explícita essa questão. Em virtude disso, em português, muitos pesquisadores, tais como Lopes (2005), Rumeu (2010), Grobe (2015), Gama e Sousa (2021), para citar alguns, têm utilizado em seus estudos cartas pessoais, as quais apresentariam graus distintos de familiaridade e de formalidade entre remetentes e destinatários, o que possibilitaria proximidade com a língua falada na época.

Autores como Barbosa (1999), Simões e Kewitz (2009), entre outros, por sua vez, abrem a possibilidade de utilizar-se, não apenas documentos pessoais, mas também documentos oficiais como fonte de estudos. No âmbito da cultura anglófona, por exemplo, Esteban-Segura (2012) argumenta a favor do uso de documentos oficiais, monásticos e médicos. Havia, segundo a autora, a partir da metade do século XIV, uma demanda por material registrado em língua vernácula (inglês, no caso) o que levou à produção de uma gama variada de obras, dentre as quais destacam-se as do campo da medicina. Escritos em estilo vernacular, os textos médicos apresentavam a língua usada por falantes nativos e sua análise, de acordo com a pesquisadora, poderia ajudar a elucidar a evolução do vernáculo na sociedade inglesa quinhentista. Em português, podem ser citados como exemplos de uso de fontes médicas em estudos linguísticos os estudos de Finatto (2018) e Borges (2020).

Neste trabalho, defendemos a viabilidade do uso de fontes médicas para análise da Língua Portuguesa usada em sincronias passadas. Para tanto, trazemos exemplos de variação grafemática e variação linguística (em diversos níveis: fonológico, morfossintático, semântico).

DESCRIÇÃO DA OBRA

De acordo com Santos (2004), João Curvo Semedo nasceu em 1635 na Vila de Monforte (no Alentejo), formou-se em Medicina, aos 26 anos, na Universidade de Coimbra, e acumulou diversas honrarias ao longo da carreira: foi familiar do Santo Ofício, médico de seus cárceres, da Casa Real e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. Escreveu diversas obras médicas, dentre as quais selecionamos para este estudo a 5ª impressão da *Polyanthea Medicinal. Noticias galenicis e chymicas*¹¹⁴.

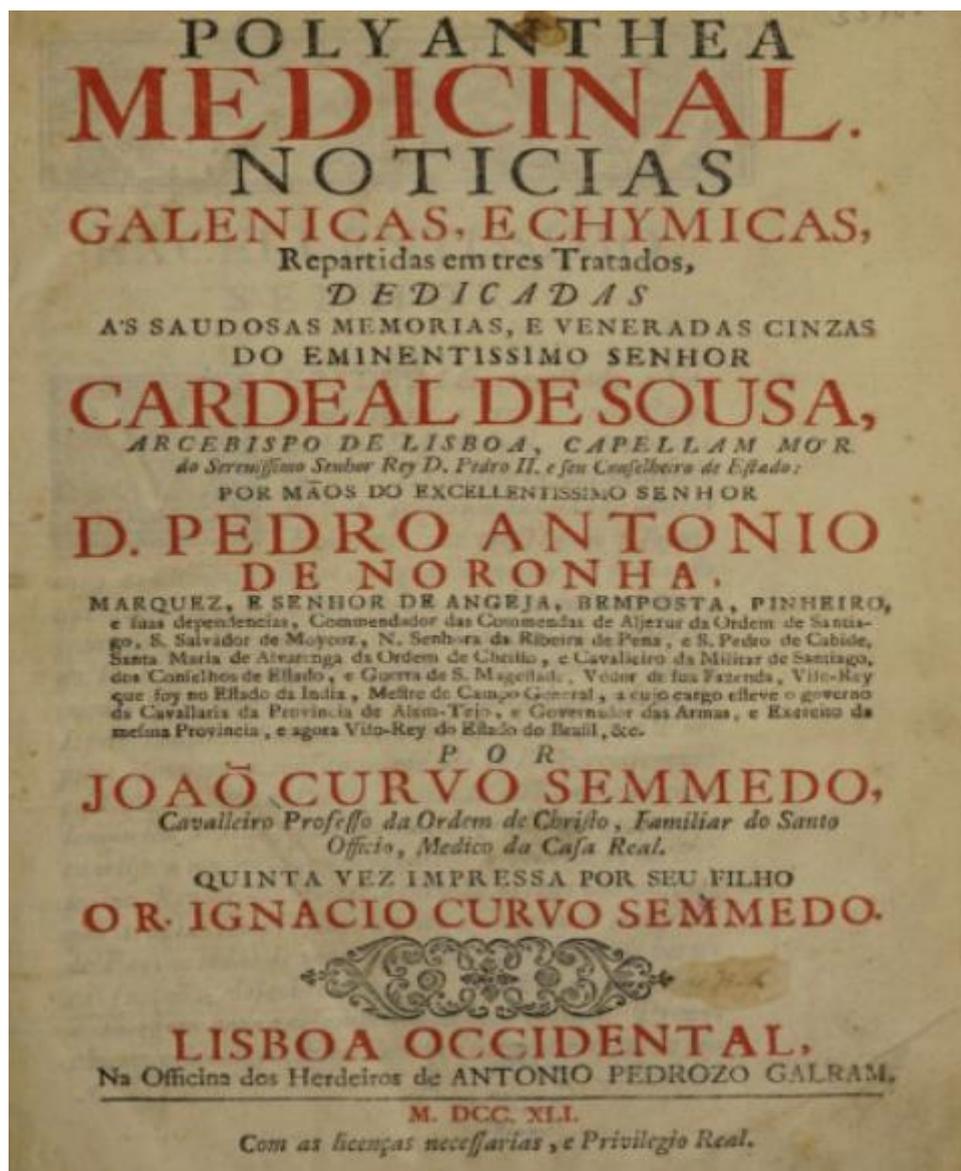
Dias (2007) comenta que a *Polyanthea Medicinal. Noticias galenicis e chymicas*, de Semedo, foi o livro de terapêutica de maior popularidade até a primeira metade do Setecentos. Segundo o pesquisador, a obra é uma farmacopeia, dividida em três tratados, que teve, pelo menos, cinco impressões entre os anos de 1697 e 1741. As farmacopeias, conforme Freitas (2022, p. 4), “não eram apenas catálogos de plantas e remédios. Sua estruturação e as receitas, curativas que continham eram também uma indicação do ambiente de ideias médicas que circulavam nos diversos ambientes da medicina lusitana e colonial”.

A palavra de origem grega *Polyanthea* (port. Polianteia) era usada para denominar agrupamentos de tópicos literários, cronologias, calendários litúrgicos, biografias, breviários, iconografias, bestiários, herbários, lapidários, anedotários, fábulas, entre outros. Geralmente, era redigida em latim e dividida em tratados. Difere das chamadas *miscelâneas*, as quais eram escritas em língua vernacular, sem organização sistemática e com caráter mais literário. Todavia, Semedo elabora sua *Polyanthea*, não em Latim, mas em português. A justificativa para essa escolha está descrita no *Proólogo* da obra, como veremos mais adiante.

O livro inicia-se na folha de rosto, ilustrada na Figura 1, na qual se avistam: o título da obra, *Polyanthea Medicinal. Noticias Galenicis e Chymicas, repartidas em tres tratados*; dedicatórias ao Cardeal de Sousa (Arcebispo de Lisboa e Capelão-mor do rei D. Pedro II) e a D. Pedro Antonio de Noronha (Marquês e Senhor de Angeja, Bemposta e Pinheiros, entre outros títulos); o nome do autor, João Curvo Semedo (Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício e Médico da Casa Real); o nome do filho do autor, R. Ignacio Curvo Semedo, responsável pela 5ª impressão; e por fim, o local, a editora e a data da publicação (Lisboa, Antonio Pedrozo Galram, 1741).

¹¹⁴ Consultou-se para este trabalho a versão, de 1741, que está digitalizada e disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/kr3gvkze>.

Figura 1: Folha de rosto da *Polyanthea Medicinal*



Fonte: Semedo, 1741.

Após a folha de rosto, há ainda os seguintes elementos pré-textuais:

- 1) Texto de abertura endereçado ao Cardeal de Sousa.
- 2) Prólogo ao leitor.
- 3) Cartas recebidas do Dr. Francisco da Fonseca Henriques (médico do Rei D. João V), do Dr. Antonio Teixeira (médico do Algarve) e de Paschoal Ribeiro Coutinho.
- 4) Poemas (em latim) de Raphael Bluteau e de Antonio Luis de Azevedo.
- 5) Sonetos (em português) do Dr. Andre Nunes da Silva, de Jacinto Roballo Freire (sobrinho do autor), de Paschoal Ribeiro Coutinho e de Antonio Marques Lesbio.
- 6) *Index dos authores que se allegam neste Livro.*
- 7) *Index dos Tratados, e Capitulos que contem este Livro.*
- 8) Licenças do Santo Ofício.

Dos elementos pré-textuais, destaca-se aqui o *Prólogo ao leitor*. Nele, o autor agradece o fato de que em menos de 12 anos já terem sido impressas 2.150 cópias, cita outros doutores que escreveram tratados em Língua Portuguesa e menciona um Decreto do rei D. João VI que determinava que os médicos e os cirurgiões receitassem os remédios em “linguagem Portugueza para que todos os entendeffem, attendendo mais ao bem commum, que ao capricho dos Medicos fe escreveffem na lingua Latina” (SEMEDO, 1741, p. 5)¹¹⁵. Além disso, Semedo menciona obras importantes da área médica da época que foram traduzidas para o português.

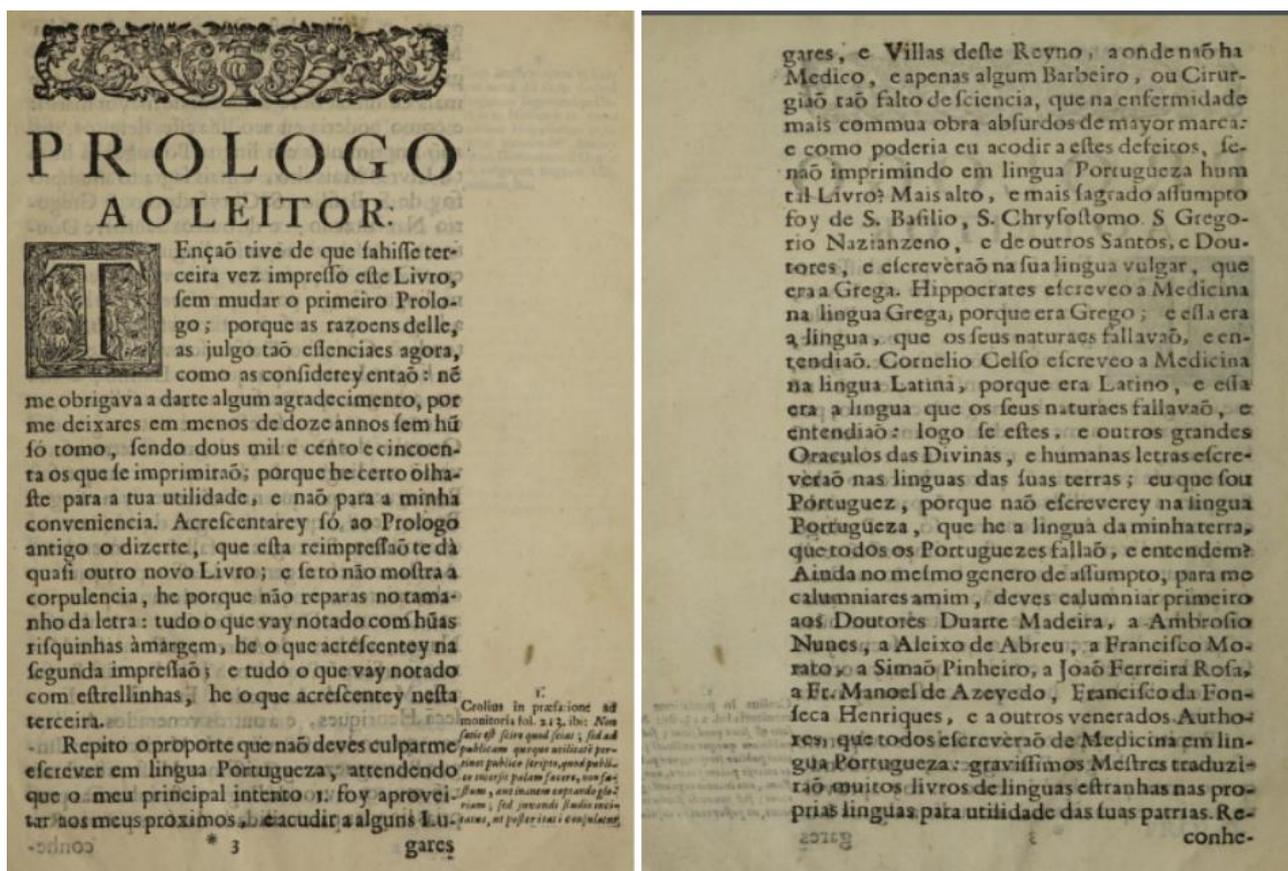
Conforme Lourenço (2016, p. 134), Semedo, “ao escrever, tinha como intenção atingir a um público diversificado, desde seus pares até os leigos”. Essa intenção está demonstrada neste excerto do *Prólogo* (Figura 2):

(...) Repito o proporte que não debes culparme efcrever em lingua Portugueza, attendendo que o meu principal intento foy aproveitar aos meus proximos, e acudir a alguns Lugares, e Villas defte Reyno, aonde não ha Medico, e apenas algum Barbeiro, ou Cirurgiaõ taõ falto de fciencia, que na enfermidade mais commua obra abfurdos de mayor marca: e como poderia eu acudir a eftes defeitos, fenaõ imprimindo em lingua Portuguesa hum tal Livro Mais alto, e mais fagrado affumpto foy de S. Bafilio, S. Chryfoftomo S. Gregorio Nazianzeno, e de outros Santos, e Doutores, e efcrevèraõ na fua lingua vulgar, que era a Grega (...) (SEMEDO, 1741, p. 3-4).

Percebe-se assim uma preocupação para tornar os conhecimentos médicos acessíveis a mais pessoas e também uma valorização do uso da Língua Portuguesa.

¹¹⁵ Mantemos neste texto a grafia original de Semedo.

Figura 2: Prólogo ao leitor (SEMEDO, 1741, p. 3-4)



Fonte: Semedo, 1741, p. 3-4.

O texto propriamente dito divide-se em três tratados:

- 1) Tratado Primeiro: capítulo único.
- 2) Tratado Segundo: 132 capítulos.
- 3) Tratado Terceiro: 4 capítulos.

De modo geral, no Tratado Primeiro o autor aborda os benefícios ('proveitos') que podem ser obtidos por meio do uso de vomitórios e apresenta autores que os exaltam como remédios contra muitas doenças. No Tratado Segundo, são descritas as qualidades e virtudes do antimônio e do estíbio (os chamados 'Pós de Quintilio'), são apresentados autores que recomendam sua utilização, são indicadas as quantidades de aplicação e as doenças que combatem. Por fim, no Tratado Terceiro, Semedo discorre sobre a adequação da Química nos tratamentos e sua importância para os médicos, menciona ainda os autores que a usaram e prepararam seus remédios com base na ciência.

Posteriormente aos tratados há também as seguintes partes:

- 1) Protestação do autor.
- 2) *Index das cousas mais notaveis, que se contem neste livro.*
- 3) Manifesto.
- 4) *Indice dos simplices que se contem neste Memorial.*

POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Em relação ao dado escrito, Monaretto (2005) assinala que é possível identificar e resgatar indícios de variação e de mudança, contudo, o pesquisador deve preocupar-se com a constituição do *corpus* e com a filtragem dos dados a fim de que se possam diferenciar registros significativos linguisticamente de registros que não o são.

Defende-se que o analista tenha um sólido conhecimento filológico e histórico para que possa estabelecer critérios para sua análise, como se vê, por exemplo, na taxionomia proposta por Lass (2000) para tratar de dados em perspectiva diacrônica:

a) *Lixo* – são formas que não podem ser interpretadas, pois são lapsos do escriba. São os erros ortográficos visíveis a olho nu, por exemplo, a troca de grafemas, como em *fazenad* ao invés de *fazenda*.

b) *Variação puramente gráfica* – são formas resultantes de uma tradição ortográfica ou de busca por traços etimológicos. No caso do português, pode-se citar como exemplos a ocorrência de consoantes geminadas em vez de simples, como em *attendidos* e a utilização de *ph* em *pharmacia*.

c) *Grafia significativamente fonológica* – são formas em que a grafia pode expressar processos fonológicos, tornando a informação relevante para pesquisa linguística. Podem revelar traços próximos à fala, por exemplo, formas como *pidir* ~ *pedir* ou *custume* ~ *costume* podem indicar a realização do processo de harmonia vocálica.

A seguir apresentamos exemplos de variação grafemática e de variação linguística extraídos da *Polyanthea Medicinal*¹¹⁶. A seguir, as enquadraremos conforme a classificação de Lass (2000).

¹¹⁶ Borges (2020) faz um levantamento semelhante nas obras *Observações Medicas Doutrinaes de Cem Casos Gravissimos* (1707), de João Curvo Semedo, e *O Novo Medico ou A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente* (1887), de José Alvares de Souza Soares.

a) Variação grafemática

1) Uso de consoantes geminadas: *efficaz* (eficaz), *aggrava* (agrava), *communicaçaõ* (comunicação), *applicar* (aplicar), *transmittidos* (transmitidos), *elle* (ele), *annos* (anos), *accidentes* (acidentes).

2) Uso de h

2.1 Pseudo-etimológico: *he* (é), *hum* (um), *authores* (autores).

2.2 Marcação de hiato: *cahiria* (cairia), *contrahe* (contraí).

3) Uso de til

3.1 Marcação de ditongo nasal: *naõ* (não), *entaõ* (então).

3.2 Substituição de consoante nasal: *quãtidade* (quantidade), *doêças* (doenças), *algũ* (algum).

3.3 Marcação de abreviação: *q̃* (que), *porq̃* (porque).

4) Uso de y: *mãy* (mãe), *apontarey* (apontarei), *martyrio* (martírio), *estylo* (estilo).

5) Hipersegmentação: *em quanto* (enquanto).

6) Hipossegmentação: *fabricallos* (fabricá-los), *dizeme* (dize-me), *sabella* (sabê-la), *faltandolhes* (faltando-lhes), *amodestia* (a modestia), *decimaterceira* (décima terceira).

b) Variação linguística

1) Fonológica

1.1 Alçamento vocálico: *burbulhas* (borbulhas), *gingibre* (gingibre), *engulir* (engolir), *inficionadas* (infeccionadas), *polidas* (polidas), *testemunhar* (testemunhar).

1.2 Abaixamento vocálico: *Emperador* (Imperador), *deminuida* (diminuída), *ortigas* (urtigas).

1.3 Substituição vocálica: *arreigar* (arraigar), *ventagens* (vantagens), *embigo* (umbigo).

1.4 Prótese: *alimpaõ* (limpam).

1.5 Metátese: *pertendo* (pretendo), *esfergando* (esfregando).

2 Morfossintática

2.1 Regência: *usaõ da agua*, *escandalizes dos espinhos*, *acautelar aos doentes*.

3 Semântica

3.1 Palavras em desuso: desdouro, presentaneo, rendoso, enfermou, malignasem, delgadeza, apostemado.

3.2 Formas substituídas na atualidade: improporcional (desproporcional), impuridades (impurezas), prenhadas (prenhas).

Conforme a nomenclatura de Lass (2000), a variação puramente gráfica relaciona-se com a variação grafemática proposta aqui. Tal tipo de variação pode nos fornecer pistas sobre a tradição gráfica de um determinado período e também pode indicar hesitações comuns ao processo de aquisição da escrita em escreventes com baixo nível de letramento. A grafia significativa fonológica é tratada por nós na variação fonológica. Essa grafia pode indicar a influência da fala na escrita. Além disso, pode-se observar questões relativas à regência verbal (variação no uso de preposições) e ao uso e ao significado de determinados vocábulos, os quais caíram em desuso (ou ocorrem raramente) ou foram substituídos por novas palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos mostrar a relevância do uso de fontes escritas da área médica para o estudo da Língua Portuguesa em períodos mais afastados no tempo. Por meio da análise desse tipo de documento, é possível reconstruir o contexto socio-histórico de sua produção e circulação, bem como descrever características concernentes à grafia utilizada nesses períodos. Tal grafia pode fornecer indícios de fenômenos variáveis que dizem respeito a aspectos grafemáticos e linguísticos.

Os aspectos grafemáticos auxiliam na compreensão da normatização da escrita de um determinado período, uma vez que se relacionam à manutenção de uma tradição de escrita, muitas vezes, baseada na etimologia das palavras. Já os aspectos linguísticos fornecem pistas sobre uma provável influência da fala na escrita e também sobre uma mudança no significado e no uso de certas estruturas. Assim, indicamos possibilidades de análise de dados da Língua Portuguesa usada no século XVIII que podem colaborar para uma descrição linguística, histórica e social do período.

FONTES

SEMEDO, J. C. **Polyanthea Medicinal. Noticias Galenicas e Chymicas**. 5ª impressão. Lisboa: A. P. Galram, 1741. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/kr3gvkze>. Acesso em: 20 abr. 2024.

REFERÊNCIAS

AYRES-BENNET, W. Historical Sociolinguistics and tracking language: sources, text types and genres. In: AYRES-BENNET, W; CARRUTHERS, J. (Eds). **Manual of Romance Sociolinguistics**. Berlin: De Gruyter, 253-279, 2018.

BARBOSA, A. G. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BORGES, P. R. S. Índícios de fenômenos linguísticos variáveis no texto de João Curvo Semedo (1707) e em fontes documentais médicas escritas no Rio Grande do Sul no século XIX. In: HOGETOP, D, N.; WEIMER, R. A. (Org). **XV Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias / Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 17-24, 2020.

BORGES, P. R. S.; KELLER, T. Proposta metodológica de descrição e análise de fenômenos variáveis em textos históricos na perspectiva da Sociolinguística Histórica. *Letras*, 60, 51–76, 2020.

CAMBRAIA, C. N. A pesquisa diacrônica e o problema do corpus. In **ANAIS DA SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. II, 13-21, 1996.

CONDE-SILVESTRE, J. M. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

DIAS, J. P. S. **Droguistas, boticários e segredistas. Ciências e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2007.

ESTEBAN-SEGURA, L. Medical, Official, and Monastic Documents in Sociolinguistic Research. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (Eds). **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. London: Balckwell, 140-155, 2012.

FINATTO, M. J. B. **Corpus**-amostra português do século XVIII: textos antigos de medicina em atividades de ensino e pesquisa. *Domínios de Lingu@gem*, vol. 12, n. 1, 435-464, 2018.

FREITAS, R. C. de. Curas químicas para males galênicos: plantas e minerais no tratamento de febres em João Curvo Semedo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, 17 (1), 1-16, 2022.

GAMA, D. E. R. S.; SOUSA, A. M. de. O objeto nulo em cartas pessoais do século XX: um estudo sociolinguístico-histórico. **A Cor Das Letras**, 22(1), 401–426, 2021.

GROBE, S. Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística. **Revista Linguística**, vol. 11, n. 2, 22-41, 2015.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. Introduction. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (Eds). **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. London: Blackwell, 1-8, 2012.

SIMÕES, J. da S; KEWITZ, V. Características e potencialidades dos *corpora* paulistas. In: CASTILHO, A. (Org.) **História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, W. On the mechanism of linguistic change. In: GUMPERZ, J. J. ; HYNES, D. **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Hold, Rinehart and Winston, 1972.

LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LOPES, C. R. dos S. (Org.). **A Norma Brasileira em Construção: Fatos Linguísticos em Cartas Pessoais do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005.

LOURENÇO, T. S. **O médico entre a tradição e a inovação: João Curvo Semedo**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2016.

MAIA, M. C. **História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII até o XVI**. Coimbra: I.N.I.C, 1986.

MONARETTO, V. N. de O. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, v.40 (nº3), 117-135, 2005.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

RUMEU, M. C. de B. Para uma história do português no Brasil e do Brasil: edição de cartas setecentistas, oitocentistas o novecentistas. **Caligrama**, 15 (2), 133-160, 2010.

SANTOS, G. S. dos. João Curvo Semedo e a arte dos médicos setecentistas (1635-1719). In: **XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, Rio de Janeiro, 2004.

TELLES, C. M. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. **Calidoscópio**, vol. 6, n.1, 28-36, 2008.

6

PERIÓDICOS, FONTES ARQUIVÍSTICAS E ESTUDOS DA LÍNGUA



Resumo Expandido

6.1

O PROCESSO DE EDIÇÃO FILOLÓGICA DA CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADOR PAULO JOSÉ DA SILVA GAMA (1803-1809) UTILIZANDO A FERRAMENTA DIGITAL *E-DICTOR*

Leici Landherr Moreira

INTRODUÇÃO

Paulo José da Silva Gama exerceu o cargo de governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro entre 1803 e 1809. Sua gestão está registrada na documentação, atualmente preservada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Durante esse período, a correspondência expedida pelo governador consistiu, principalmente, de cartas e ofícios, denominados originais múltiplos (primeira, segunda e terceira vias) e cópias heterógrafas, endereçadas aos secretários de estado ou ao príncipe regente D. João VI. Esses documentos, especificamente, os originais múltiplos estão lotados no AHU, mas são disponibilizados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco na Biblioteca Nacional digital do Brasil. No entanto, a cópia da correspondência encontra-se no códice A1.01 do fundo documental “Documentação dos Governantes”, localizado no acervo do AHRs. Esse códice possui uma transcrição atualizada pela historiógrafa Marcia Eckert Miranda, publicada nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1998) e no livro “Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador José da Silva Gama” (2008). Os originais múltiplos, por sua vez, ainda não apresentam edição, sendo objeto de estudo e edição em nossa pesquisa de doutorado.

Este trabalho se dedica ao processo de edição de manuscritos e propõe a utilização da ferramenta digital *E-Dictor* para editar esses documentos. O *E-Dictor* é um editor de textos desenvolvido para o trabalho filológico, que permite a realização de análises linguísticas automáticas (PAIXÃO DE SOUSA, KEPLER; FARIA, 2013). Assim, buscamos apresentar o processo de edição da correspondência, utilizando essa ferramenta. Para isso, iniciamos com breves considerações a respeito do *software*, seguida pela explicação de como realizamos a transcrição dos fac-símiles no formato *.txt* com o *E-Dictor*, descrevendo-os conforme as propriedades do texto. Em seguida, abordamos a edição em XML, que permite a criação de várias camadas de anotação linguística e filológica.

Como resultado, geramos diferentes versões do texto em formatos *.txt* ou *.html* (edição diplomática, semidiplomática, interpretativa), além de listas que sistematizam as edições das palavras conforme a tipologia estabelecida, fornecendo dados para estudos linguísticos e filológicos.

Desse modo, pretendemos demonstrar como o processo de edição dos documentos, utilizando a ferramenta digital *E-Dictor*, torna-se viável ao oferecer diferentes tipos de edição de um mesmo documento. Essa abordagem possibilita o acesso de pesquisadores de diversas áreas e de um público mais amplo, além de apresentar dados para o pesquisador especializado na análise linguística da língua portuguesa.

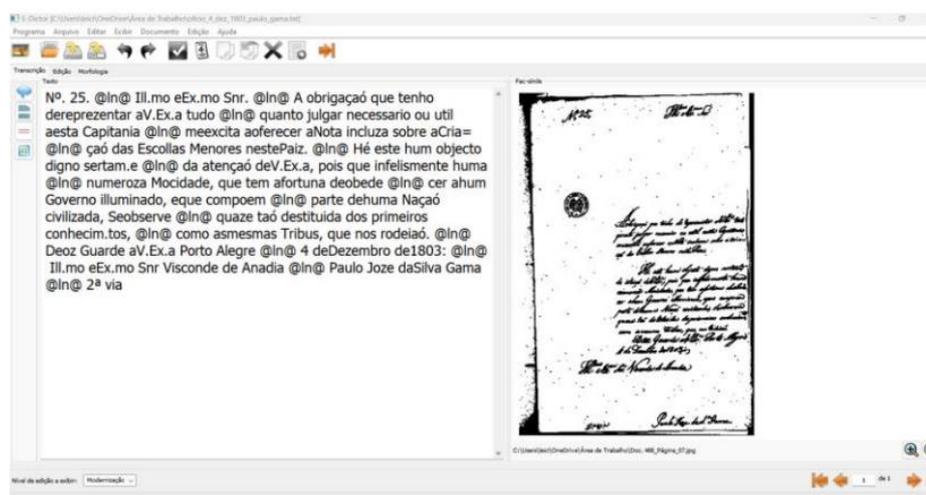
O E-DICTOR

O *software E-Dictor* consiste em um editor de textos voltado para o trabalho filológico, que também possibilita a realização de análises linguísticas automáticas, mas sempre preservando a escrita original do texto (PAIXÃO; KEPLER; FARIA, 2010). Segundo Teixeira, Palma, Brasil e Zani (2020), uma das principais vantagens do programa é sua capacidade de adaptar os textos à ortografia original, ao mesmo tempo em que permite a adição de diferentes camadas de anotação linguística e filológica. Nesse contexto, um arquivo XML pode gerar diferentes versões de apresentação do texto (edição diplomática, edição semidiplomática acompanhadas pelo fac-símile, uma versão de texto original em *.txt* e outras). Embora a escrita original seja preservada, camadas adicionais são integradas ao texto conforme o tipo de edição desejada.

Nesse contexto, este trabalho não pretende explorar todos os recursos do programa. Em vez disso, dedica-se à descrição do processo de edição e de geração de listas produzidas durante a edição do texto, um recurso de grande utilidade para a análise linguística.

A primeira etapa consiste na transcrição (sem qualquer grau de intervenção) do documento original na aba “transcrição”, que é acompanhada pelo fac-símile do manuscrito.

Figura 1: Tela de transcrição do E-Dictor



Fonte: elaboração própria.

Em seguida, na aba “edição”, o usuário pode utilizar diversos mecanismos para aplicar marcações configuradas conforme as necessidades específicas da edição do texto, como junção, segmentação, expansão, modernização e acentuação, entre outros. Após a finalização do processo de edição, o programa permite salvar o texto em diferentes versões, geradas com base nas marcações realizadas. Além disso, é possível criar uma lista ordenada e agrupada com todas as palavras editadas, conhecida como “léxico de edições”.

Na próxima seção, detalharemos essas etapas ao descrever o processo de edição da segunda via de um ofício sobre a necessidade de criação de escolas menores na capitania, enviado pelo governador em 4 de dezembro de 1803, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, nomeado Visconde de Anadia.

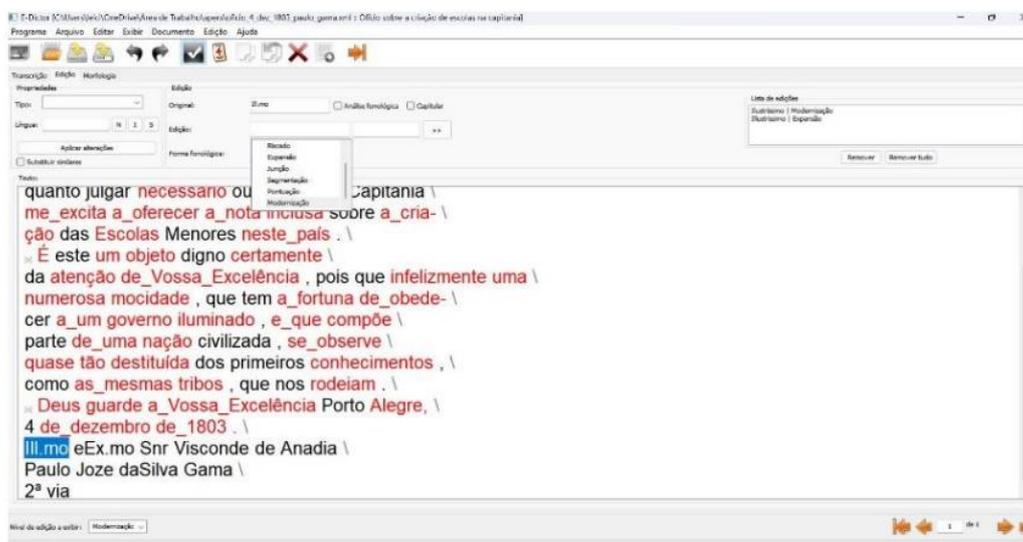
O PROCESSO DE EDIÇÃO ELETRÔNICA DA CORRESPONDÊNCIA

Para o processo de edição, consideramos os tipos de edições, propostos por Cambraia (2005): fac-similar, diplomática, paleográfica e interpretativa. A edição fac-similar, também conhecida como fac-símile, fac-similada ou mecânica, refere-se à reprodução da imagem de um testemunho utilizando métodos mecânicos, como a fotografia, sem qualquer intervenção editorial. A edição diplomática, caracterizada por um baixo grau de mediação, consiste em uma transcrição fiel de todos os elementos presentes no original. Já a edição paleográfica, ou semidiplomática, envolve um grau moderado de mediação, pois o crítico textual realiza modificações durante a reprodução do original, como o desdobramento de abreviaturas e a inserção ou supressão de elementos com base em

conjecturas. Por fim, a edição interpretativa apresenta o máximo grau de mediação permitido, englobando não apenas o desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas também a uniformização gráfica e outras intervenções que aproximam o texto de uma suposta forma original.

Com base nas normas estabelecidas por Cambraia (2005) para cada tipo de edição, selecionamos os seguintes mecanismos de edição disponíveis na aba “edição” para trabalhar a correspondência do governador Paulo José da Silva Gama: ilegível, duvidoso, riscado, expansão, junção, segmentação, pontuação, modernização. Essa última marcação compreende a uniformização gráfica do texto, conforme o sistema ortográfico atual. Assim, aplicamos essas marcações a todo o texto dos documentos que compõem a correspondência de Paulo José da Silva Gama. Na figura a seguir, para exemplificar, destacamos a marcação da abreviatura “III.^{mo}”.

Figura 2: Tela de edição do E-Dictor



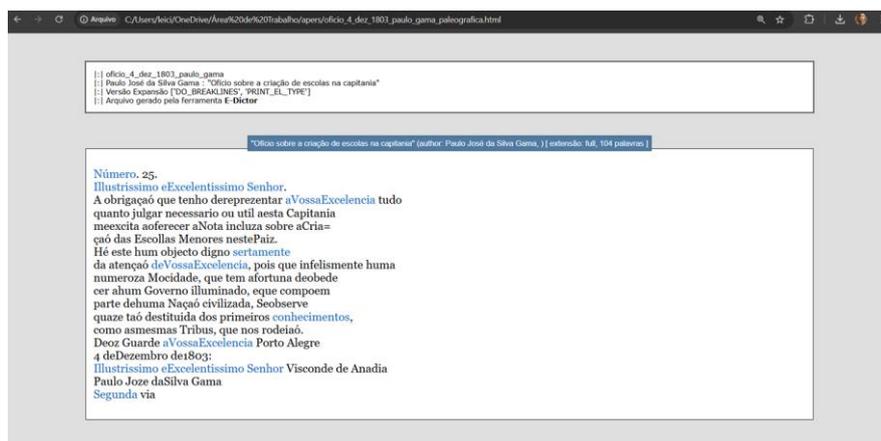
Fonte: elaboração própria.

A palavra “III.^{mo}” foi expandida a partir de sua forma abreviada original, seguida por um processo de modernização que incluiu a simplificação das consoantes duplas e a aplicação da acentuação gráfica conforme as normas atuais. No box “Lista de Edições”, todas as alterações realizadas na palavra são registradas detalhadamente, permitindo rastrear cada modificação. Essas marcações são aplicadas de forma consistente a todas as palavras que requerem algum tipo de edição, de acordo com as opções disponíveis no *software*.

RESULTADOS

Como resultado desse processo de edição eletrônica, geramos diferentes versões de apresentação do texto em formato *.txt* ou *.html* (edição diplomática, semidiplomática, interpretativa/modernizada) conforme o nível de camadas de edição.

Figura 3: Edição do texto com a expansão de abreviaturas (edição paleográfica)



Fonte: elaboração própria.

Na figura 3, exportamos o texto em formato *.html*, considerando os processos de edição aplicados às categorias ilegível, duvidoso, riscado e expansão. Com base nessas marcações, o programa gerou uma edição paleográfica do texto. Caso sejam incorporadas as demais marcações disponíveis, é possível exportar uma versão modernizada, mais próxima de uma edição interpretativa, preservando, ao mesmo tempo, o texto original para gerar uma edição diplomática. Além disso, o programa permite criar uma lista detalhada com as edições realizadas nas palavras, organizadas conforme a tipologia previamente estabelecida.

Figura 4: Lista dos itens editados

Item	Ilegível	Duvidoso	Riscado	Expansão	Junção	Segmentação	Pontuação	Modernização
a ^a				Segunda				
:								
aCria=						a Cria=		a cria-
aesta						a esta		
afortuna						a fortuna		
album						a hum		a um
Alegre							Alegre,	
Anadia							Anadia.	
aNota						a Nota		a nota
asoferecer						a oferecer		
asmesmas						as mesmas		
atenção								atenção
aV.Ex.a				aVossaExcelencia		a Vossa Excelencia		a Vossa Excelência
aV.Ex.a				aVossaExcelencia		a Vossa Excelencia		a Vossa Excelência
compõem								compõe
conhecim.tos				conhecimentos				
daSilva						da Silva		
de1803						de 1803		
deDezembro						de Dezembro		de dezembro
dehuma						de huma		de uma
deobede						de obede		de obede-
Deoz								Deus
deprezentar						de reprezentar		de representar
destituída								destituída
deV.Ex.a				deVossaExcelencia		de Vossa Excelencia		de Vossa Excelência
eEx.mo				eExcelentissimo		e Excelentissimo		e Excelentíssimo
eEx.mo				eExcelentissimo		e Excelentissimo		e Excelentíssimo
eque						e que		
Escolas								Escolas

Fonte: elaboração própria.

Essa lista, além de registrar todas as intervenções realizadas no texto, fornece dados organizados que são fundamentais para estudos linguísticos e filológicos, permitindo uma análise mais precisa e detalhada das modificações e características do texto ao longo do processo de edição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, verificamos como a ferramenta digital *E-Dictor* se torna viável no processo de edição de textos. No processo de edição, o programa preserva as informações do texto original na versão conservadora, que é de interesse linguístico e filológico, e, ao mesmo tempo, gera uma versão modernizada, facilitando a leitura por um público mais amplo, não especializado na interpretação desses manuscritos. Além disso, o *E-Dictor* pode ser empregado como um recurso metodológico complementar na coleta automatizada de itens linguísticos, especialmente em *corpora* de maior extensão.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1998.

CAMBRAIA, César Nardelli. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MIRANDA, Marcia Eckert; MARTINS, Liana Bach (coord.). **Capitania de São Pedro do Rio Grande**: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG, 2008.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, Tania; SARDINHA, Tony Berber; PINTO, Marcia Veirano (org.). **Caminhos da linguística de corpus**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor (Version 1.0 Beta 10). 2013. Disponível em: <https://edictor.net/download> Acessado em: 18 nov. 2024.

TEIXEIRA, Daiana da Silva; PALMA, Mayara Feliciano; BRASIL, Patrícia; ZANI, Sofia Tonoli Maniezo. O processo de edição filológica de documentos utilizando o software eDictor. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 360–371, 2020. DOI: 10.26512/rici.v13.n1.2020.29614. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29614>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Conselho Ultramarino, Brasil- Rio Grande do Sul, 1803, caixa 7, documento nº 488.



Artigos Completos

6.2

SOBRE JÚLIO DE CASTILHOS E O PERIÓDICO “A EVOLUÇÃO”

*Letícia Pereira Pimenta*¹¹⁷

Resumo: Os periódicos vêm sendo compreendidos com relativa significação para a produção e circulação de ideias, sendo assim fonte irrevogável para a história do pensamento jurídico no século XIX. O periodismo é a história do presente e a literatura o periodismo do passado. É lógico que, no campo da comunicação histórica, antes de investigar o que fizeram os antepassados, interessa ao homem saber o que fazem seus contemporâneos. O tempo converte em história o que outrora foi periodismo. Sendo assim, a literatura e o periodismo são como o ramo e o tronco, que não podem viver separados. E são estes bacharéis que irão sorver a nova mentalidade da época e reproduzir as ideias estrangeiras incorporadas à realidade social brasileira. Esta será a intelligentsia a ser analisada de forma mais detida. Sendo assim, as revistas literárias produzidas na Faculdade de Direito de São Paulo foram cruciais para o desenvolvimento da ciência jurídica, haja vista que estes estudantes, mais do que neófitos do Direito, fazem parte da República das Letras, acompanhando o progresso das ideias jurídicas e românticas. Deste modo, importa aqui analisar a periodística pesquisada em acervo, no caso o acervo da hemeroteca nacional e o Museu Hipólito José da Costa, com vistas a analisar a importância do jornal paulista no positivismo de Júlio de Castilhos.

Palavras-chave: periodismo – imprensa – literatura – Castilhismo

¹¹⁷ Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS. Especialista em Direito do Estado pela UFRGS. Mestra em Direito pela UFRGS. Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Pós-doutora em Direito pela UFRGS. Pesquisadora em História do Direito. Membro pesquisador do IHGRGS e do SBEFM. Email leticia_pimenta@yahoo.com.br

DO PERIODISMO ACADÊMICO NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

A questão que ora se coloca é a produção periódica acadêmica do século XIX. Sobremaneira após meados do século XIX, estudantes brasileiros de São Paulo e Pernambuco produziram que se chama de jornalismo acadêmico ou periodismo acadêmico.

A imprensa então surge na vida acadêmica como um suplemento às preleções em sala de aula. Trata-se, ainda, de uma extensão das redes de sociabilidade do círculo letrado de então. Este periodismo estudantil era realizado por iniciativa dos estudantes, em que pese muitas vezes desvinculado da instituição à qual pertenciam. Garmes, em seu estudo sobre o periodismo acadêmico, preleciona que o associativismo acadêmico pode funcionar, então, como apoio eficaz das atividades escolares, apresentando-se, possivelmente, como lugar ideal para a publicação de trabalhos de final de curso. (GARMES, 2006, p. 43)

A influência recíproca entre literatura e jornalismo se intensifica. Os jornais e revistas se difundem e proliferam nos grandes centros urbanos, forjando uma cultura da imprensa que impõe um novo ritmo de produção escrita e de leitura. Os anos 1830 são marcados pelo advento do romance e pela expansão da imprensa. Há um grande conglomerado de escritores empregados nos jornais; todavia, acreditam que a imprensa não lhe dá o reconhecimento devido, uma vez que ele não assina os artigos que publica ou os assina sob pseudônimos ou iniciais fantasiosas. Consoante Hohlfeldt, a literatura popularizou-se através do jornalismo, mudando constantemente suas características. De acordo com o autor, “escritores sobreviviam do jornalismo enquanto desenvolviam suas obras. Os livros, originalmente muito caros, tiveram seus preços barateados à medida que a revolução industrial aperfeiçoava as máquinas e as tiragens aumentavam”. (HOHLFELDT, 2003, p. 30)

De acordo com Adorno, “entre 1830 e 1883, inúmeros periódicos foram criados, dos quais participaram como editores, redatores e colaboradores notáveis acadêmicos que vieram a se destacar no mundo da política, da literatura e da vida pública em geral.” (ADORNO, 1988, p. 158)

Os jornais estudantis tinham por escopo cultivar a literatura. De acordo com Juremir Machado da Silva, “O jornalismo encontra-se com a literatura quando toma consciência da carne e do silêncio das palavras.” (SILVA, 2005, p. 47) Do mesmo modo como o jornalismo sofreu influxo da literatura, a literatura também incorporou elementos jornalísticos. Deste modo, pode-se dizer que jornalismo e literatura são atividades que se confundem, se complementam e, por vezes, trocam de lugar.

De acordo com Arime, “dá-se n’aquelle como prova de florescência outr’ora do corpo acadêmico o estar elle sempre prompto para a lucta do pensamento.” (ARIME, 1876, p. 15)

Símbolo de prestígio, o bacharel se transforma em “figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política”. (SCHWARCZ, 1993, p. 142) Os filhos de famílias abastadas que visavam uma educação superior, iniciavam sua formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou preferencialmente pelo Pedro II, e em seguida ou iam para a Europa ou escolhiam um dentre os cursos superiores no país.

Quem ia para as Faculdades de Direito de então queriam, assim, primeiramente, exercer uma profissão. Os estudantes, sendo assim, ainda não pensavam em uma ciência desinteressada. Deste modo, o jornalismo acadêmico muito pouco se ocupava nos tempos primevos com a alta filosofia ou com a literatura no sentido estrito; mas era um ensino de cunho essencialmente retórico.

Sérgio Buarque de Holanda alertou para o caráter retórico dos brasileiros. Segundo ele, a inteligência, é fruto da “praga do bacharelismo” (HOLANDA, 1995, p. 156), da fascinação com o título de doutor, do prestígio da palavra escrita, da frase lapidar. Isso se dá devido à aversão ao trabalho manual em uma sociedade em que por muito tempo imperou o escravismo e o conseqüente predomínio da atividade mental.

Já no segundo reinado, apaziguados os ânimos, entrando o país em via normalizada, vão os moços se alheando da política para se consagrarem à literatura, que, afinal, os empolga, até, muitas vezes, com prejuízo da ciência que vêm procurar na Academia. (BEVILAQUA, 2012, p. 658)

A vinculação entre periodismo e literatura é antiga. A discussão, por décadas, tem girado em torno do limiar entre ambas: o periodismo se destaca pela função informativa, ao passo que na literatura prevalece a forma, a beleza das expressões. O leitor de notícias via de regra busca apenas a informação e o leitor de literatura busca só prazer. Destarte, pode-se dizer que literatura e periodismo são em si coisas distintas, em que pese a literatura possa ter, e obviamente tem, seu espaço no periódico.

O periodismo literário, ou literatura periodística é um gênero híbrido; e por híbrido deve compreender-se o produto de uma fusão entre culturas diversas, resultado de uma conjunção precisa, habilidosa de veracidade verificável, vinculada ao periodismo, e intenção estética, ligada à literatura.

Ao mesmo tempo que cumpre cabalmente com o pacto com o leitor (a garantia periodística de que cada dado, cada frase, cada fato relatado tem um labor periodístico minucioso, constatável e completamente alheio à invenção ou à ficção), o periodismo literário não opõe qualquer resistência para utilizar enquanto recurso expressivo da literatura que está ao seu alcance. Assim, se vale dos gêneros mais diversos: da novela ao com tom do ensaio à poesia, e do cúmulo de figuras retóricas que oferece a linguagem. Seu objetivo é levar à mente do leitor, ao centro de seu raciocínio e ao conjunto de suas emoções, a mensagem periodística.

O periodismo é a história do presente e a literatura o periodismo do passado. É lógico que, no campo da comunicação histórica, antes de investigar o que fizeram os antepassados, interessa ao homem saber o que fazem seus contemporâneos.

A imprensa, outrossim, torna-se a rede de sociabilidade por excelência dos intelectuais da época, eis que todos os jornais se posicionavam favoravelmente a alguma ideia ou partido. Os estudantes, que com o tempo desenvolveram um tipo peculiar e extraordinário de imprensa, o jornalismo acadêmico, corriqueiramente expunham suas ideias; e os lentes, de igual forma, teciam suas discordâncias na imprensa local.

SURTO DE IDEIAS NOVAS: [...] MAS QUE É ISSO DE IDEIAS NOVAS? PRELÚDIO À 'GERAÇÃO DE 1870'

Em compasso de baila, sublimam as ideias que exsurgem e sobreparam a inebriar os ambientes, guirlandas robustas de rosas cujo aroma, profundo arrebatador de inteligências e corações, se adensam a imolar ideias vetustas, soprando novos e embevecidos ventos. Machado já dissera: “[...] as ideias se querem festejadas, quando são bellas, e examinadas quando novas”. (ASSIS, 1904, p. 52-3). Já dizia Vieira que aqueles que apedrejam o vicejo das ideias novas não o fazem senão pela necessidade de reeditar pensamentos antigos ou recoser pano novo em vestido velho¹¹⁸.

¹¹⁸ “... os que comdenão as cousas novas são aquelles que não podem dizer senão as muyto velhas,& pode ser, que muyto remendadas.” (VIEIRA, 1719, p. 223)

Um bando de idéas novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta annos, hoje, que são ellas correntes e andam por todas as cabeças, não teem mais o sabor de novidade, nem lembram mais as feridas que, para espalhar soffremos os combatentes do grande decennio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, critica religiosa, naturalismo, scientificismo na poesia e no romance, folk-lore, novos processos e critica e historia litteraria, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife (ROMERO, apud MENESES, 1900, XXIII-XXIV)

O pensamento vigente a partir da década de 1870, segundo Romero, assinala assim a ruptura com o romantismo, o ecletismo espiritualista, o escolasticismo e o próprio positivismo. Fora, portanto, um movimento altamente contestatório.

Até 1868 o catholicismo reinante não tinha soffrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, catholica e eclectica, a mais insignificante opposição; a autoridade das instituições monarchicas o menor ataque sério por qualquer classe de povo; a instituição servil e os direitos tradicionaes do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indirecta oppugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores scismares, a mais apagada desavença reactiva. (ROMERO apud BARRETTO, 1900, p. XXIII).

De acordo com Velez Rodriguez,

O ambiente universitário da época, em São Paulo, era bastante agitado. Apesar do conservadorismo do sistema de ensino imperial, os estudantes que entravam nas faculdades de São Paulo e Recife abriam-se às novas correntes de pensamento; encontravam eco entre eles as idéias do materialismo vulgar e do positivismo.” (VELEZ RODRIGUEZ, 2000, p. 32)

JÚLIO DE CASTILHOS E O PARTHENON LITTERÁRIO: as vísceras do positivismo

Na história do Parthenon Literário está inscrito o influxo positivista em alguns de seus membros. O Parthenon foi o primevo movimento de intelectuais no estado do Rio Grande do Sul. Fundado em junho de 1868, responsável por mais tarde capitanear o campo literário no estado.

O principal instrumento intelectual de difusão dos seus textos foi a Revista do Parthenon Litterario, cuja publicação se deu entre 1869 e 1879. No transcurso destes dez anos, a revista passou por quatro grandes momentos, dentro dos quais alternou lapsos de publicação mensal e quinzenal, tendo como mote, a saber, a literatura, história e filosofia. (MOSSMANN SOBRINHO, 2010, p. 94)

O Parthenon foi responsável por produzir uma cultura sul-rio grandense, “tirando o estado da inércia cultural e da dependência de receber uma “cultura pronta” de outros estados do Brasil ou mesmo de fora do país.” (MOSSMANN SOBRINHO, 2010, p. 95)

O positivismo comteano está assim presente no Parthenon desde sua gênese, eis que influenciou o próprio nome da agremiação. O autor defendia o modelo intelectual grego como ideal para a humanidade.

Dentre as questões candentes no Parthenon Litterario, estava a questão da escravidão. Era consensual que o fim da escravidão deveria ser defendido, haja vista o fato de que o atraso econômico e tecnológico brasileiro era oriundo da predominância da mão de obra escrava como pilar de sustentação. Sendo assim, se posiciona Comte:

A condenação a escravidão por parte de Comte originou-se no exemplo da escravidão antiga, que segundo a lei de evolução das formas de atividade havia demonstrado “[...] que a escravidão produz individualmente a impossibilidade de melhorar a situação do trabalho” (Comte, 1883, p. 60). Assim, a situação de escravidão era inadmissível dentro do projeto positivista, devendo, portanto, ser necessariamente superada para o avanço da sociedade (HEINRICHS, 2001, p. 20).

A questão abolicionista era premente; ao passo que a questão política era crucial dentro da agremiação. Discutindo se a época mais brilhante de Roma era sob o governo monárquico ou sob a República como forma de justificar o republicanismo entre os intelectuais da instituição, recorre-se novamente à teoria de Comte. (MOSSMANN SOBRINHO, 2010, p. 97)

Mediante a fragmentada República Senatorial Romana, Comte vislumbrava na ditadura dos césares o modelo ideal de governo. Deste modo, elaborou a chamada ditadura científica, “na qual a sociedade deveria ser governada por intelectuais para o bem da humanidade.” (MOSSMANN SOBRINHO, 2010, p. 97) Sendo assim, o escritor acabou por abrir precedente de literatos na política.

Um redimensionamento do problema se faz necessário quando se evidenciam laços ideológicos que envolvem a explanação das relações entre literatura e política. Isto se verifica uma intenção não apenas criadora, mas na mesma proporção, engajada (ZILBERMAN, 1980, p. 26).

Sendo assim, a filosofia científicista comteana terminou por se transformar em alicerce entre a literatura e a política. Consoante Boeira,

cabe lembrar que a retórica do cientificismo atingiu mais diretamente aquelas disciplinas que mantinham vínculos estreitos com a política. A literatura sofreu menos intensa e mais diretamente a influência do positivismo e afins que a história ou ensaio moralizante, já que esses últimos podiam ser utilizados – como efetivamente foram – para formular ou referendar a imagem que as elites políticas tinham de seu passado, de seus valores de suas tarefas futuras (BOEIRA, 1980, p. 47).

Os membros do Parthenon, por assim dizer, acabaram por influenciar de maneira candente a imprensa sul-rio grandense “[...] vêem-se como indivíduos participantes do processo político. Em decorrência disto, o jornal substitui o livro, e o homem de imprensa, o Letrado, isto é o Poeta de gabinete, escritor nas horas vagas”. (ZILBERMAN, 1980, p. 26)

Uma vez que o jornalismo implica um evidente ativismo perante o estado de coisas em que o intelectual se encontra inserido, como é possível se pensar neutro um sujeito que induz à contestação, e uma vez tendo o mesmo optado pelo engajamento, não seria este um verdadeiro intelectual, senão um mero questionador do que apresenta a frente?!

O engajamento político e a publicação em jornais como instrumentos intelectuais de difusão de ideias “esteve mais arraigada à segunda geração do Partenon Literario, tendo como um notável representante dessa geração Júlio de Castilhos.

Na adolescência, portanto, Castilhos frequentava círculos literários como o Parthenon Litterario, cerne da vanguarda cultural gaúcha. Depois, indo para São Paulo, juntamente de outros jovens, dentre eles Assis Brasil, matriculou-se na Faculdade de Direito. Lá então, começa a participar arduamente da propaganda republicana. Em 1879, fundou, junto de Assis Brasil e outros estudantes republicanos, o jornal A Evolução.

Voltando à questão candente. Deste modo, questões políticas e sociais eram assuntos cruciais do Parthenon Litterario. Vale lembrar que os membros da sociedade eram de cunho eclético, sendo todavia que com o tempo, as posições republicanas foram ganhando maior espaço dentro da agremiação. Consoante César,

os membros do Partenon eram, Em essência, todos liberais e republicanos, salvo poucas exceções. E entre os mais moços, por isso mesmo mais ardentes e “modernos”, aparecem já os futuros positivistas rio-grandenses, que entrariam em choque com os velhos liberais da monarquia (CÉSAR, 1971, p. 177).

Por derradeiro, o positivismo, não apenas influenciou intelectualmente os membros do Parthenon, como também influenciou a forma de escrever, isto é, definiu os padrões literários para criação de textos.

No caso do positivismo comtiano, as relações de boa convivência com orientações literárias distintas como o parnasianismo, o realismo e o naturalismo são evidentes. Sem dúvida, o parnasianismo é a fórmula literária mais compatível com o comtismo, a sua preocupação com a fórmula, valor estético maior para os positivistas. Mas o naturalismo e o realismo são igualmente aceitáveis ao positivismo, na medida em que se valem da observação dos fenômenos psicológicos e sociais, diretriz fundamental do método científico (BOEIRA, 1980, p. 48)

LINEAMENTOS ACERCA DA HISTÓRIA DA ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO

O Brasil do século XIX, logo após seu momento de independência política (em 1822), coloca-se o desafio de construção de uma identidade nacional separada da herança portuguesa. No âmbito cultural, este desafio significa começar a construir a partir dos inícios, já que a metrópole portuguesa – ao contrário do caso das colonizações espanholas – nunca teve como projeto promover qualquer forma de cultura na sua colônia atlântica. (FONSECA, 2005, p. 97)

O período colonial é marcada pela vassalagem acadêmica, em que os quadros burocráticos eram obrigatoriamente formados em Coimbra. Tratava-se de uma amarra ideológica que Portugal mantinha com suas colônias, de modo a manter o controle sobre elas. De acordo com Fonseca (2005, p. 97), “o estabelecimento de universidades no Brasil (e, como se vê, de modo particular a criação de faculdades de direito) era considerado uma ameaça ao domínio colonial.”

Clóvis Bevilacqua, preleciona que, os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda nessa primeira fase não passavam de “bisonhos arremedos de Coimbra”. Todavia, em seguida “adquiriram feição própria, e, na lapidação dos diamantes espirituais, que lhes eram remetidos, tiveram fases brilhantes e forneceram preciosos elementos para a vida intelectual do Brasil.” (BEVILAQUA, 1922, p. 322-323)

A ambiência universitária era deveras agitada. A despeito do conservadorismo de então, os discentes que ingressavam em São Paulo e Recife “abriam-se às novas correntes de pensamento; encontravam eco entre eles as ideias do materialismo vulgar e do positivismo.” (ESTIVALETE, 2001, p. 36)

Nas repúblicas, eram conhecidos autores como Littré e Lafitte. Seguidamente ocorriam fortes discussões entre católicos e livres-pensadores. Neste lapso, houve a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista. Então, surgem as primeiras obras positivistas de Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto.

Sendo assim, normal que Júlio de Castilhos, já influenciado pelas novas correntes de pensamento, aos poucos se revelasse um dos adeptos do Comtismo transformando-se, deste modo, um dos líderes da corrente no meio acadêmico.

Depois dessas experiências e de todo esse vivo aprendizado, para o qual colaborava menos a sensaboria das aulas da faculdade, do que a inquietação ideológica da mocidade acadêmica, Júlio de Castilhos colaria grau de bacharel na turma de 1881, aos 21 anos de idade, reparado para assumir em sua Província a posição de condutor de homens, que as condições subjetivas e objetivas lhe proporcionavam. (ESTIVALETE, 2001, p. 38-39)

O POSITIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Durante o lapso de 1870, surgiu uma hecatombe de ideias. Estes intelectuais tiveram sua primeira aparição nas faculdades imperiais. Isso não quer de modo algum dizer que essas faculdades tenham sido o estopim dessas ideias, senão meramente o espaço dentro do qual esta mobilização ecoou Consoante Ângela Alonso. (ALONSO, 2002, p. 121) “um novo modo de pensar não veio pelo banco escolar, mas pela ambiência intelectual de seu entorno.”

A província de São Paulo à época de Júlio de Castilhos estava imbuída de uma atmosfera de grande ebulição ideológica, sobremaneira pela pretensa dissolução da cultura escolástica, ou o conhecido ecletismo, por formas de pensamento mais progressistas tal como Spencer, Comte e Darwin.

Frise-se que é neste contexto que surge no Rio de Janeiro a Sociedade Positivista, sede política e religiosa das ideias de Comte. Surgem em seguida as obras dos intelectuais que seriam os chefes da Igreja Positivista: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto.

Em 1879, com a colaboração de Assis Brasil e Pereira Costa, Castilhos funda A evolução, periódico de propaganda republicana em que escrevera assiduamente dos 17 aos 20 anos de idade. Escrevendo em A evolução, Castilhos aponta, indo de encontro ao pensamento de Comte, a solução para o problema das sociedades modernas. Para o autor, a história era a evolução, por etapas, do mundo moral rumo à perfeição.

Ao final do século passado e início deste, pelo menos no âmbito político partidário, o "positivismo comtiano tornou-se a ideologia dominante em nível regional. Com a ascensão ao poder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob férreo domínio de Júlio de Castilhos, o positivismo, explicitamente, constituiu-se no parâmetro ideológico da tomada de decisões do executivo gaúcho.

A pequena elite formada na Academia de Direito de São Paulo pôs-se em ação a partir de 1880, e ao pugnar pela abolição e pela república, deslindou o ideal político positivista, “o evangelho do mestre dos mestres”, consoante Júlio de Castilhos chamava Comte. (LINS, 1964, p. 178) Castilhos sendo assim conheceu o positivismo no âmbito da Academia de Direito de São Paulo.

Castilhos cursou Direito na Academia de São Paulo entre 1877 e 1881, tornando-se então republicano e positivista. Retornando ao Rio Grande do Sul organizou a propaganda republicana, fundando em 1884 o periódico A federação, órgão que orientou a campanha. José Maria Bello assim descreve a ação política de Castilhos no combate ao Império:

As suas inclinações positivistas desviavam-no dos republicanos liberais de São Paulo para identificá-lo com o grupo dos jovens militares discípulos de Benjamim Constant. No jornalismo confundem-se-lhe o gosto doutrinário e a paixão de polemista tantas vezes pessoal e agressivo. (BELLO apud TORRES, 2018, p. 168)

Da Academia de Direito de São Paulo, o comtismo foi diretamente trazido [em finais dos 1870], para o estado sulista, por Júlio de Castilhos. Por seu intermédio, “foram postas em prática neste país, pelo único exemplo de regime político que poderia ser chamado ditadura republicana, no sentido a ele dado por Comte: o castilhismo” (BAKOS, 2011, p. 01).

Deste modo, a instituição do Castilhismo no Rio Grande do Sul se deu quando Júlio de Castilhos, retornando da Academia de Direito de São Paulo junto de seus companheiros, quando então agrega-se ao Partido Republicano.

O positivismo gaúcho era composto basicamente de filhos de estancieiros em decadência oriundos da região norte do Estado. É o caso de Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pinheiro Machado, entre outros. Eles “tiveram acesso tranquilo ao bacharelado em Direito e recursos para montar associações e jornais.” (ALONSO, 2002, p. 156) Júlio de Castilhos era a liderança política do grupo, e Assis Brasil desempenhou o mesmo papel que Pereira Barreto e Alberto Sales em São Paulo.

As condições sociais do Rio Grande já se apresentavam formando ambiente favorável à propagação do comtismo. A economia abriu as comportas para passagem das doutrinas de A. Comte, trazidas pelos jovens doutores da Escola Militar, que no fim do Império substituíam os velhos tarimbeiros. Além desses, muitos estudantes gaúchos, em S. Paulo e no Rio, tornavam-se positivistas e traziam as doutrinas de Comte para casa. Esse fato demonstra haver uma espécie, de predisposição congênita (socialmente falando) para o positivismo entre gaúchos. (TORRES, 2018, p. 166)

O positivismo era, para os gaúchos, consoante Guilhermino Cesar, o sentimento republicano. Com seu caráter sagaz, soube Júlio “aproveitar a paixão republicana que, de longa data, inflamava a mentalidade gaúcha. Fizeram-lhe côro vários de seus conterrâneos e companheiros da Academia de São Paulo onde (...) travaram conhecimento com o Positivismo.” (LINS, 1964, p. 176)

DO POSITIVISMO CASTILHISTA

A adesão de Castilhos à doutrina formulada por Comte ocorre cedo, remontando ao período em que ainda era estudante em 1876 no periódico Aurora Literária, quando faz menção à Lei do Progresso e em alguns artigos de A evolução como Leão Gambetta e O socialismo, ambos de 1879.

Castilhos reconheceu a premência de forjar novos costumes e novas opiniões, eis que “as opiniões não brotam espontaneamente e ao mesmo tempo em milhão de cabeças.” (TODESCHINI, 1978, p. 56) Tão logo retornou ao RS, em 1881, organizou brevemente o Partido Republicano Rio grandense (PRR), fortemente orientado pela doutrina positivista.

Cedo Castilhos elaborou o instrumento de propaganda do positivismo na província, o qual foi feito com o jornal A Federação. Este jornal se tornou, já em 1895, o jornal de maior circulação da província.

Sendo a pretensão de Comte a regeneração moral e intelectual da humanidade, a educação surge como ponto fulcral da unidade do seu sistema social. A educação, sendo assim, deve ser livre, sob o lema “ensine quem quiser, onde quiser como puder.” (AXT et al, 2005, p. 211)

Castilhos empregou o axioma de Comte enumerado no Catecismo Positivista, segundo o qual não existe sociedade sem governo. Sob o viés de Comte, essa lei se confirmava mesmo no seio familiar. Personalidades expressivas como Constant e Castilhos manifestavam-se sob a preocupação da formação de um núcleo familiar pautado pelos preceitos positivistas.

DO PERIÓDICO “A EVOLUÇÃO”

Tal é a penetração do positivismo na Academia de Direito de São Paulo que Sá e Benevides quase não lecionava sem objetar algum aspecto da obra de Comte. Em seu Curso de Direito Romano, proferia: “Positivismo é uma destas cousas que andam por aí espantando a todo mundo; positivismo não tem nada de nôvo, nada absolutamente senão o nome” (LINS, 1964, p. 138)

Júlio Ribeiro, em suas Cartas Sertanejas, aduz: “Que Philosophia é a do sr. Benevides, que esbofa-se ridiculamente a refutar na aula Comte e Darwin, Spencer e Haeckel, malbaratando um tempo que poderia muito melhor aproveitar?” (RIBEIRO, 1885, p. 86) Em suas Memórias assim aduz Silva Jardim a respeito de Sá e Benevides:

Às 8 da manhã, o sino da Academia nos chamava à apostila do Dr. Benevides, nos tempos do ensino obrigatório. “Terrível o Dr. Sá e Benevides! “Tomara-se de uma raiva medonha contra o Positivismo e tôda a sciencia moderna. Adepto sincero e eloqüente do Syllabus, cm discordância com a própria Academia, não obstante o espírito retrógrado desta, todos para êle eram positivistas, materialistas, socialistas “encapotados”(SILVA JARDIM, 1891, p. 78-79)

A partir de 1890, então, Almeida Nogueira, arduamente munido da filosofia positiva, ia de encontro a Benevides. Em seu Curso de Economia Política o autor, “

Contradizendo a doutrina do pecado original e o dogma da queda, com grande gáudio de Monteiro Lobato e outros estudantes do tempo, apresentava o fato de também trabalharem as formigas e as abelhas, e fazia a escarninha ressalva de que elas talvez houvessem também bicado o fruto proibido. (LINS, 1964, p. 189)

Júlio de Castilhos ingressa aos 17 anos de idade na Faculdade de Direito de São Paulo, aonde ficaria até 1881. Ao fundar em São Paulo, juntamente de Assis Brasil e Pereira da Costa, o periódico A evolução, o autor resumiu o mote do jornal:

Ordem e Progresso”,

Ordem e Progresso” eis o dogma sociológico.

Ordem e Progresso” - eis a república.

Ordem e Progresso” - eis o objectivo para o qual deve trabalhar aquella parte da geração contemporânea que não quizer consumir-se em uma vida de inércia e esterilidade, sem haver collaborado para a obra commum. (CASTILHOS, 1879a p. 76)

Consoante Costa (2013, p. 34), para Castilhos, a história era “a evolução, por estágios, do mundo moral rumo à perfeição, expressa no reconhecimento da igualdade entre os homens e no respeito aos direitos individuais de cada um.” Luis Rosenfield preleciona:

Nesse periódico estudantil estavam presentes os elementos revolucionários tendentes a alterar o panorama político-social brasileiro, inclusive por meio de medidas ligadas a uma incipiente ideia de socialismo, que viria “depois da democracia”, ou seja, a democracia seria a ideia de suplantando a Monarquia – uma finalidade imediata –, enquanto o socialismo seria a pretensão de igualitarismo em um momento posterior. (ROSENFELD, 2021, p. 106)

Além de jornalista, Castilhos também era exímio polemista. Isso se confirma na diatribe que ele lançou contra os que, além de monarquistas, defendiam o catolicismo. Foi o caso de Bourroult, periodista da Vanguarda: órgão dos católicos quando ele asseverava que a monarquia era o governo do povo pelo povo.

Governo do povo pelo povo era, segundo Castilhos, a base da democracia. Ia de encontro a Bourroult, demonstrando a incompatibilidade entre o catolicismo e a democracia lançando mão dos artigos do Syllabus promulgado pelo Papa Pio IX em 1864.

No número 4 de A evolução, de maio de 1879, o mote de Castilhos era demonstrar que “os monarchistas vão marchando em retirada vergonhosa, à medida que a Democracia vai ganhando victorias esplendidas.” (CASTILHOS, 1879b, p. 25) O autor preleciona que a Monarquia está aterrado pela “lógica virial das argumentações da Razão, [e] esmagados pelo peso da verdade histórica.” (CASTILHOS 1879b, p. 25) Castilhos ainda preleciona a respeito dos monarquistas (CASTILHOS, 1879b, p. 25)

Ambos pedem a verdade da representação ou a ação eficaz da vontade popular - com a eleição direta; (pedem) a emancipação para a consciência - com a extinção do culto oficial; (pedem) a liberdade para a inteligência com a difusão e propagação máxima do ensino; (pedem) a confraternização com as nações estrangeiras por meio da grande naturalização, e, como complementação necessária de todas essas idéias, eles exigem, com maior ou menos amplitude, que todos os poderes políticos, além de responsáveis perante a nação, sejam temporários.

O autor dilucida que o povo já estava desiludido da monarquia, eis que ele já se apercebeu, “com a rudeza de suas faculdades, de que é elle a causa única do seu abatimento, de sua prostração, de seu retrocesso.” (CASTILHOS, 1879b, p. 25) Sendo assim, prossegue: “Desiludam-se,, portanto, os monarchistas. A sua causa está perdida. É inútil persistir em querer conservar instituições que, tendo já desempenhado o seu fim histórico, devem ser substituídas por outras que se harmonisem com a Nova Épochá.” (CASTILHOS, 1879b, p. 26) Ainda aduz: “não pode ser soberano, e portanto livre, o povo quando a lei criou um poder que é independente da nação. Se há soberania, ela se concentra no monarca que é unicamente quem exercita este poder.” (CASTILHOS, 1879c, p. 70) Por derradeiro, fala sobre as leis históricas:

Por mais que o contestem os espíritos que persistem imprudentemente em não compreender a irresistibilidade das leis históricas, (...) a grande verdade é que a monarquia está agonizante no leito de morte. "(CASTILHOS, 1879c, p. 17)

Aos 19 anos, passa a participar do jornalismo acadêmico, notadamente um periódico para difusão dos ideais republicanos intitulado *A evolução*, onde redige seus primeiros artigos, conjuntamente com Assis Brasil e Pereira da Costa. Helga Piccolo assevera que o autor, além de escrever para o periódico *A evolução*, escreveu também para o jornal *A república*, editado pela Academia de Direito de São Paulo. Neste artigo, atuou entre junho e agosto de 1880. (PICCOLO, apud AXT, et al. , 2005, p. 85)

Castilhos foi bastante atuante na Faculdade de Direito de São Paulo. O jornalismo acadêmico da época tinha feitiço claramente político, o que explica o engajamento do jovem estudante. De acordo com Piccolo, "sua estada em São Paulo foi importante (para não dizer decisiva) para consolidar o republicanismo que defendeu no seu viés positivista não-ortodoxo, o que seus artigos na imprensa acadêmica confirmam." (PICCOLO, apud AXT et al., 2005, p. 86)

Piccolo prossegue: Castilhos "Usou a imprensa para, paralelamente, demonstrar a excelência da República (e só ela podia trazer o progresso, ideia cara ao cientificismo do século XIX) e criticar a monarquia (que já estaria ultrapassada)." (PICCOLO apud AXT, et.al, 2005, p. 87)

No último número do periódico *A evolução* Júlio de Castilhos aduz: "Quando a *Evolução* definiu a sua posição na imprensa do país, prometeu, de acordo com os seus princípios philosophicos : Defender e propagar a Democracia pura". (CASTILHOS, 1879b, p. 73)

De acordo com Adorno, "O jornalismo acadêmico comportou, ao lado da erudição ora repleta e ricas imagens sobre a natureza do homem e da sociedade, ora vazia de conteúdo, a linguagem retórica e impregnada de preciosismo classicista." (ADORNO, 1988, p. 164) A imprensa, prossegue Adorno,

Ensinou ao acadêmico como tomar partido, lutar e apaixonar-se por uma causa, adquirir responsabilidade moral por atos praticados; enfim, esse jornalismo ensinou algo além do aprendizado de sala de aula: o princípio de que a política se faz em público e com a utilização desses dois instrumentos que são a palavra escrita e falada. (ADORNO, 1988, p. 165)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O periodismo ocupa “espaço decisivo nas lutas políticas internas à academia e na formação cultural e intelectual do bacharel”. Consoante Adorno, “entre 1830 e 1883, inúmeros periódicos foram criados, dos quais participaram como editores, redatores e colaboradores notáveis acadêmicos que vieram a se destacar no mundo da política, da literatura e da vida pública em geral.” (ADORNO, 1988, p. 158)

Era condição crucial para pertencer ao mandarinato imperial ser acadêmico de Direito. Consoante salienta Venâncio Filho, “ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas.” (VENÂNCIO FILHO, 1982, p. 136)

As diversas associações geravam também seus próprios jornais e revistas e a imprensa foi o maior campo de atuação dos acadêmicos. Foram praticamente seus fundadores em São Paulo e deram-lhe uma pujança inédita. O jornalismo acadêmico, representado no Império por mais de cem títulos, abrigou as primeiras vocações. Rastreá-lo permite recuperar textos esquecidos de consagrados autores nacionais ou tirar do anonimato a produção de talentos não reconhecidos a seu tempo. E, sobretudo, compreender melhor um momento e uma mentalidade.

A vinculação entre periodismo e literatura é antiga. A discussão, por décadas, tem girado em torno do limiar entre ambas: o periodismo se destaca pela função informativa, ao passo que na literatura prevalece a forma, a beleza das expressões. O leitor de notícias via de regra busca apenas a informação e o leitor de literatura busca só prazer. Destarte, pode-se dizer que literatura e periodismo são em si coisas distintas, em que pese a literatura possa ter, e obviamente tem, seu espaço no periódico. O periodismo literário, ou literatura periodística é um gênero híbrido; e por híbrido deve compreender-se o produto de uma fusão entre culturas diversas, resultado de uma conjunção precisa, habilidosa de veracidade verificável, vinculada ao periodismo, e intenção estética, ligada à literatura.

O periodismo é a história do presente e a literatura o periodismo do passado. É lógico que, no campo da comunicação histórica, antes de investigar o que fizeram os antepassados, interessa ao homem saber o que fazem seus contemporâneos. O tempo converte em história o que outrora foi periodismo. (ACOSTA MONTORO, 1973, p. 73) Ainda consoante Montoro, a literatura e o periodismo são como o ramo e o tronco, que não

podem viver separados. (ACOSTA MONTORO, 1973, p. 51). Deste modo, aos 19 anos, redigindo A evolução, Castilhos “apresentaria, em clara sintonia com o pensamento de Comte, seu diagnóstico para os problemas das sociedades modernas, com específico direcionamento às questões que impactavam a sociedade moderna.” (COSTA, 2013, p. 34)

REFERÊNCIAS

ACOSTA MONTORO, José. **Periodismo y literatura**. Madrid: Guadarrana, 1973.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

ARIME. O jornalismo acadêmico entre nós. **A Estrea: Revista Científica e litteraria dos acadêmicos do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, A.1, n. 2, p. 14-15, 15 jun. 1876.

BAKOS, Margareth. M. . Augusto Comte e o positivismo no Brasil. **Estudios Históricos (Rivera)** v. III, p. 1-6, 2011.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife** 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. *In*: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

CARVALHO E MELO, Luis J. (“Visconde da Cachoeira”). **Projecto de regulamento ou Estatutos para o curso jurídico mandando crear nesta Corte**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

CASTILHOS, Júlio de. Hoje e amanhã. **A evolução**, São Paulo, a. 1, n. 10, 30 set. 1879^a.

CASTILHOS, Júlio. [sem titulo], A evolução, São Paulo A, 1, n. 4, 15 ago 1879^b.

CASTILHOS, Júlio de. O ultimo reducto. **A evolução**, São Paulo, A1, n. 9, 15 ago. 1879^c.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, 2006.

CORSETTI, Berenice. Política e organização da educação sob o Castilhismo. *In*: AXT, Gunther. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 203-216.

COSTA, Andréa Lewer da. **Júlio de Castilhos e a República Radical**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ESTIVALETE, Helder. **A influência do positivismo comteano na constituição rio grandense de 1891**. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854 - 1879)**. Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija. Universidade Carlos III de Madrid: Editorial Dykinson, p. 97-116, 2005.

HEIRICHS JÚNIOR, Cláudio. **A visão de Auguste Comte da Grécia e de Roma: Síntese da Dissertação**. 2001 (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

HOHLFELDT, Antônio. Deus escreve direito por linhas tortas: o romance folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HOLANDA, Sergio B.de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARTINELLI, Lais; MACHADO, Maria Cristina. A produção periódica estudantil oitocentista. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, e-25671, abr./jun. 2021.

MENESES, Tobias B de. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

NEVES et al. **Juventude e política: Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, Fundação de apoio ao Colégio Júlio de Castilhos, 2010.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo. A influência do positivismo de Augusto Comte no Partenon Literário. **Biblos**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 93-101, 2010.

PICCOLO, Helga. Júlio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter et al. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre, Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. 2005.

PEREIRA, Nilton M; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, 2008, p. 113-128.

RIBEIRO, Júlio. **Cartas sertanejas**. Rio de Janeiro: Faro & Nunes, 1885.

ROSENFELD, Luis. **A geração de 1870 e a onda positivista**. 2021. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA JARDIM, Antônio da. **Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)**. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1891.

TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. 611 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

TODESCHINI, Cláudio. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978.

TORRES, João Camilo de O. **O positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

VELEZ RODRIGUEZ, Ricardo. **O castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: literatura e discurso político. *In*: ZILBERMAN, Regina et al. **O Partenon Literário: poesia e prosa**. Porto Alegre: ICP/EST, 1980, p. 25-42.

6.3

CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICAS DA ESCRITA DE MULHERES GAÚCHAS OITOCENTISTAS

*Luciana Pilatti Telles*¹¹⁹

*Valéria Neto de Oliveira Monaretto*¹²⁰

Resumo: Os primeiros estudos sociolinguísticos, a partir da década de 1960, indicam diferenças linguísticas entre homens e mulheres, as quais utilizavam variantes menos estigmatizadas e de maior prestígio (Labov, 1972; Chambers, 1995). Este trabalho propõe investigar o comportamento linguístico de mulheres brasileiras sul-rio-grandenses que viveram no século XIX, para se caracterizar um possível perfil sociolinguístico da época. Constituem-se como *corpus* deste estudo fontes impressas primárias: a) de artigos publicados no periódico *O Corymbo*, escritos por Julieta de Mello Monteiro e por Revocata Heloisa de Mello; b) a tese inaugural de Rita Lobato Velho Lopes; c) cartas pessoais manuscritas por mulheres das famílias oitocentistas Julio Prates de Castilhos, Gabriel Fortes e Antônio Assis Brasil. Para fins de comparação entre os sexos, incluímos na análise textos de Tito Canarim e de Cipriano Porto Alegre, publicados em *O Corymbo* em 1891, e a tese inaugural de Lauro Raphael de Azambuja. A metodologia segue a linha de investigação da Linguística Histórica e da Sociolinguística Histórica, de Romaine (1982), Lass (2000), Schneider (2002) e da Linguística de *Corpus* (Berber Sardinha, 2004). Os resultados mostraram que é possível, conforme o gênero do documento, observar algumas diferenças de habilidades escritas entre homens e mulheres, em termos de uso de formas etimologizadas, riqueza lexical e pistas de variantes fonéticas e fonológicas, conforme aponta Monaretto (2021).

Palavras-chave: escrita oitocentista de mulheres – Sociolinguística Histórica – características linguísticas femininas – textos privados e textos públicos.

¹¹⁹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

¹²⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos sociolinguísticos, a partir da década de 1960, indicam diferenças linguísticas entre homens e mulheres, apontando as mulheres, no sentido biológico, como indivíduos que utilizavam variantes menos estigmatizadas e de maior prestígio (Labov, 1972; Chambers, 1995). Noções de estigma e de prestígio relacionam-se a questões como avaliação e atuação das mulheres na sociedade em que vivem. A primeira delas é referente ao nível de consciência que os falantes têm de um dado processo de mudança (Labov, 1982); a segunda, à atuação do falante dentro de uma comunidade e a partir dela (Labov, 1980).

Os textos que constituem o *corpus* com o qual trabalhamos nesta pesquisa são de mulheres sul-rio-grandenses oitocentistas e têm diferentes naturezas textuais e de circulação. Trata-se de textos impressos e cartas pessoais manuscritas enviadas entre familiares. Os textos impressos foram escritos por mulheres no final do século XIX (entre 1887 e 1891) e são artigos, poemas e elogios fúnebres, além de uma tese inaugural. As missivas foram escritas entre os anos 1804 e 1914 por redatoras de três famílias da aristocracia do Rio Grande do Sul, que viveram entre os anos 1800 e 1900: Julio Prates de Castilhos; Luiz Antônio Assis Brasil e Gabriel Pereira Fortes.

Hernández-Campoy (2016), em análise de cartas pessoais de mulheres da família Paston, no século XVII, considera as diferenças de literacia e de escolarização no período, já que, na Inglaterra, “[...] crenças e atitudes convencionais do período assumiam que mulheres eram subservientes aos homens, tendo seu trabalho focado na administração da casa e na criação dos filhos, sem ter, por isso, oportunidades para educação, nem ao menos ao nível da alfabetização funcional [...]”¹²¹ (Hernández-Campoy, 2016, p. 112, tradução nossa) Além disso, segundo o autor, não houve debates sobre “o desejo de alfabetização em massa até o início do século XIX; de fato, o analfabetismo não era geralmente visto como um estigma vergonhoso entre as pessoas mais pobres até 1950”¹²² (p.113, tradução nossa).

¹²¹ [...] conventional beliefs and attitudes of the time assumed that women were subservient to men, with their labor being focused on household management and child-rearing, and thus not having opportunities for education – at least at the level of functional literacy [...]

¹²² Also, there was not a national sense or debate about the desirability of mass literacy until the early nineteenth century; and, in fact, illiteracy was not generally regarded as a shameful stigma among poorer people until the 1950s.

Tendo em vista que buscamos compreender que características tinha a produção linguística de mulheres oitocentistas, os dados que podemos considerar são oriundos de fontes escritas em uma sincronia passada. Schneider (2002) e Hernández-Campoy (2016), dentre outros, reconhecem as limitações desse tipo de fonte para estudos sociolinguísticos, como a dificuldade de recuperação de informações sociais dos autores dos textos e o risco da atuação de escribas e revisores homens, por exemplo.

Adotaremos, como método de análise, o pressuposto sociolinguístico de que pode haver diferenças linguísticas entre homens e mulheres, mesmo em textos escritos no passado, como apontado em Monaretto (2021). Para fins de averiguar que características a mulher oitocentista pode apresentar, seguimos metodologias de investigação da Linguística Histórica e da Sociolinguística Histórica, de Romaine (1982), Lass (2000), Schneider (2002) e da Linguística de *Corpus* (Berber Sardinha, 2004). Utilizaremos o procedimento de aferição de habilidade escrita no uso e acerto de formas etimologizadas, como consoantes geminadas e grupos consonantais latinos, (*elle*, *comdemnar*, *objecto*), conforme Barbosa (2005); a contagem de *types* e *tokens* para cálculo de riqueza lexical (Sardinha, 2004), obtido pela divisão de número de palavras diferentes pelo número de ocorrências; a aferição de riqueza lexical de formas etimologizadas de palavras lexicais (substantivos, verbos, adjetivos etc.) com a exclusão de palavras gramaticais (preposições, conjunções, artigos etc.) por meio de uma *stoplist*¹²³ da ferramenta computacional AntConc (Anthony, 2024); levantamentos de formas gráficas que possam representar indícios de processos fonético-fonológicos (*bun^uito* por bonito e *id^ucação* por educação, por exemplo, em que há elevação das vogais /e/ e /o/ em sílaba pretônica, comum na língua falada, dentre outros).

No conjunto de textos analisados, esperamos encontrar, por meio desses procedimentos de análise, especialmente em cartas manuscritas pessoais, registros escritos que possam mostrar diferentes níveis de cultura ou de habilidade escrita entre mulheres e homens, talvez refletidos por seu acesso à leitura, à informação e ao ensino escolar formal.

Diante da análise que propomos, várias questões apresentam-se, como: o que se pode dizer sobre o comportamento linguístico de mulheres sul-rio-grandenses oitocentistas? Quem são essas redatoras? Qual é a sua atuação dentro da comunidade e a partir dela?

¹²³ Uma *stoplist* é um arquivo com lista de itens a não serem considerados pelo programa.

O propósito da escrita poderia contribuir para a variação de taxas de uso de formas etimologizadas e para a riqueza lexical do texto? Como seria a interação entre fatores como gênero (ser homem ou ser mulher), nível de acesso a bens de cultura e escolarização, gênero textual, circulação do texto (pública ou privada) e suas características composicionais, como riqueza lexical, uso de formas etimologizadas e monitoramento de estruturas que podem revelar pistas de variação fonético-fonológica? Esperamos responder parte dessas questões. Começaremos a análise pelos textos impressos.

MÃES, IRMÃS, ESPOSAS, ESCRITORAS, PROFESSORAS E MÉDICA: MULHERES REDATORAS EM CARTAS PESSOAIS, TEXTOS PUBLICADOS EM JORNAL E EM UMA TESE MÉDICA

Uma das dificuldades da pesquisa com dados de sincronias pretéritas está na recuperação de informações biográficas de pessoas não ilustres ou com pouco poder econômico. No caso do *corpus* impresso, considerado neste trabalho, as redatoras são pessoas de posses e de influência em seus contextos sociais. Esse *corpus* constitui-se de textos publicados pelas irmãs Revocata Heloisa de Mello¹²⁴ (Porto Alegre, 1853 - Rio Grande, 1944) e Julieta de Mello Monteiro (Rio Grande, 1855 - Porto Alegre, 1928)¹²⁵, professoras, escritoras, proprietárias e redatoras de periódicos. No caso de seus textos, o detalhamento referente à circulação dos periódicos constitui-se em um indício dos papéis das redatoras em seu contexto social e além dele. Julieta de Mello Monteiro esteve à frente do *Violeta* e Revocata Heloisa de Mello, de *O Corymbo*. Segundo Alves (2018), na segunda metade do século XIX, no

contexto sul-rio-grandense, várias mulheres dedicaram-se às letras e, com formas de agir e pensar que variavam entre si, também agiram decisivamente na mudança de horizontes quanto ao papel social feminino. Dentre estas escritoras, teve destaque uma poetisa e jornalista que, desde a juventude, empreendeu um grande esforço em prol da transformação de paradigmas. Ela nasceu a 21 de outubro de 1855 e chamava-se Julieta Nativa de Melo. (Alves, 2018, p. 133).

Conforme Alves (2018), as irmãs Julieta e Revocata provinham de uma família vinculada às letras, tendo avô jornalista e escritor (Manoel dos Passos Figueroa), mãe professora e poetisa (Revocata dos Passos Figueroa Mello), um tio engenheiro e

¹²⁴ Os nomes das autoras estão como impressos nos jornais analisados.

¹²⁵ As datas de nascimento e falecimento, bem como os seus locais, estão discutidas em Póvoas (2017).

escritor (Manoel dos Passos Figueroa), outro tio escritor e professor (Deodato dos Passos Figueroa), tia poetisa (Amalia Figueroa) e irmão poeta (Octaviano Augusto de Mello). Julieta casou-se com o também poeta Francisco Pinto Monteiro.

O jornal *Violeta*, fundado por Julieta de Mello Monteiro, do qual era redatora e proprietária, circulou de 1878 a 1879 e nele publicavam outras autoras, dentre as quais a sua irmã, Revocata Heloisa de Mello. O periódico, por meio de permuta, alcançou catorze das então vinte províncias administrativas do Brasil, aumentando a rede de interlocutores para além das fronteiras da província. O jornal também alcançou difusão nos Estados Unidos e na Europa, sendo as menções nos periódicos participantes da rede de permutas comentadas pela escritora nas páginas de *Violeta*, como cuidadosamente documenta Alves (2018). Segundo o pesquisador, Julieta de Mello Monteiro acumulava papéis na manutenção de *Violeta*.

Como proprietária da folha, Julieta assumia as funções de gerenciamento do escritório e da oficina, bem como a da organização, redação, seleção e revisão dos escritos, sem deixar de lado a distribuição e circulação dos exemplares e a cobrança e manutenção das assinaturas. (Alves, 2018, p. 141-142)

Alves (2013) contextualiza *Violeta* em um período de mudanças na produção de jornais em Rio Grande. A cidade, beneficiada por seu porto, era a porta de entrada de mercadorias variadas, mas também de bens culturais. No final do século XIX, o jornalismo rio-grandino poderia ser considerado bastante relevante, “pois seus periódicos acompanhavam *pari passu* os progressos do conjunto da imprensa gaúcha e muito proximamente os avanços do periodismo praticado na maior parte das cidades brasileiras.” (Alves, 2013, p, 128) Além de sua escrita em *Violeta*, Julieta de Mello Monteiro escreveu para *O Corymbo* e publicou os livros *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1891), a peça teatral *Coração de mãe* (1893), escrita com sua irmã, Revocata Heloisa de Mello, *Alma e coração* (1897), *Berilos* (1911), também escrito em parceria com Revocata, e *Terra sáfara* (1928 – edição póstuma), conforme Alves (2021) e Gepiak (2017).

Segundo Póvoas (2017), *O Corymbo* teve circulação a partir de 1883, sendo a manutenção da informação exata do início de sua circulação prejudicada pela dificuldade de se encontrar todos os números em um mesmo acervo. O pesquisador relata que o maior conjunto de edições do periódico está na Biblioteca Rio-Grandense, acervo no qual pesquisamos números publicados entre 1889 e 1892 e cujas edições facsimilares constituem parte do *corpus* ora analisado. Nessa instituição, “o primeiro número disponível

data de junho de 1885 e o último, de novembro de 1943, pouco antes da morte de Revocata, aos 90 anos, em fevereiro de 1944.” (Póvoas, 2017, p. 117). Póvoas elenca autores locais, de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, que publicaram seus textos no periódico, e autores de outros estados e de outros países. Além dos homens, houve a participação de mulheres, de diferentes espaços geográficos.

A voz feminina, além das proprietárias, se fazia representar por articulistas que, de diversas regiões, enviavam colaborações, expondo fatos relacionados à luta das mulheres: Amália Franco, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Andradina de Oliveira, Cândida Abreu, Carlota d’Aquitânia, Cecília Meireles, Cora Coralina, Delminda Silveira, Inês Sabino, Júlia Lopes de Almeida, Luísa Cavalcanti Filha, Maria Lacerda de Moura e Tercília Nunes Lobo. (Póvoas, 2017, p. 121)

Assim como *Violeta*, *O Corymbo* alcançava grandes distâncias em sua circulação. Póvoas (2017) descreve o sistema de permuta - como constituído na distribuição de *Violeta* - e a existência de artigos publicados em outros jornais, sobre o periódico rio-grandino. Essa rede era documentada em *O Corymbo*, na seção *Expediente*, na qual Revocata Heloisa de Mello registrava o recebimento de outros jornais. Eram nomeados nesta seção periódicos brasileiros, recebidos de diferentes estados, como Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Ceará, além daqueles internacionais, como *El Salón de la moda e Ilustración Artística* (Espanha) e *La Vie Parisienne* (França). Nos números de que dispomos, encontramos “Circular”, de uma Sociedade de Piracicaba, solicitando permuta (*Corymbo*, 18 de outubro de 1891, p. 3), “Praxedes da Costa” e o texto do autor, enviado de S. Thomé das Letras-MG (*Corymbo*, 16 de agosto de 1889), além dos textos escritos em italiano endereçados a *O Corymbo* ou a Revocata, como “Per dovere” (carta escrita por Domenico Calicchio e publicada em 17 de janeiro de 1892) e “L’amore di Dante” (texto escrito para Revocata, pelo Prof. Ciro de Pasquale, publicado em 17 de julho de 1892).

Revocata Heloisa de Mello que, como sua tia Amália dos Passos Figueiroa, participou da Sociedade Parthenon Litterario (Póvoas, 2017), também publicou livros, como *Folhas errantes* (de contos e crônicas, publicado pela Tipografia Hildebrand, no Rio de Janeiro, em 1882), *Coração de Mãe* e *Berilos*, que, conforme descrito, foram publicados em parceria com Julieta de Mello Monteiro. Sobre o último, Gepiak (2017) explica que a colaboração entre as irmãs se deu em sua edição, já que, em seu interior, constam livros escritos individualmente.

Sobre os textos das irmãs que constituem o *corpus* ora analisado, são artigos, poemas e elogios fúnebres em prosa publicados entre 1889 e 1892 cuja autoria está identificada com o nome de Revocata ou de Julieta. Além dos textos coletados em números de *O Corymbo*, compõem o *corpus* de textos publicados a tese inaugural de Rita Lobato Velho Lopes (Rio Grande, 1866 - Rio Pardo, 1954), mulher rio-grandina oitocentista que fez seus primeiros estudos na região sul e, em 1884, ingressou no curso de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo concluído o curso na Faculdade de Medicina da Bahia. Nessa faculdade, defendeu a sua tese inaugural sobre a cirurgia cesariana, em 1887. Esse feito foi possível devido à reforma de Leôncio de Carvalho (1879), a qual permitiu que mulheres frequentassem, dentre outros cursos superiores, os de medicina. Rita Lobato foi a primeira médica formada no Brasil e sua formatura foi tema de notas publicadas em jornais como o *Jornal do Recife*, a *Gazeta do Norte*, *A Federação*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias* (Lopes, 2024),

Na presente seção, vimos diferentes contextos de produção escrita por mulheres sul-rio-grandenses do séc. XIX. Conforme encontramos nos estudos citados, no que se refere aos jornais das irmãs Mello, sua administração e a revisão textual ficavam por sua conta. Julieta e Revocata, além de escritoras que faziam seus periódicos chegarem a diferentes espaços geográficos (dentro e fora do país), eram professoras e anunciavam, em *O Corymbo* a sua aula particular de “primeiras letras”, aberta “em principios do corrente anno” (*O Corymbo*, 6 de julho de 1890, p. 4).

Na próxima seção, passaremos à análise dos dados, com a consideração dos procedimentos metodológicos de análise anunciados anteriormente. Primeiramente, foram examinados poemas, artigos e elogios fúnebres em prosa assinados pelas irmãs Mello, além da tese inaugural de Rita Lobato. Em seguida, compararemos, a artigos de Revocata e Julieta, os artigos assinados por Cipriano Porto Alegre e Tito Canarim e procederemos à análise comparativa entre as teses inaugurais de Lauro Raphael de Azambuja, farmacêutico formado em 1902 pela Escola União Pharmaceutica de Porto Alegre (Laitano; Laitano, s.d.) e médico formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1904) e de Rita Lobato Velho Lopes¹²⁶, todos os textos em edição semidiplomática¹²⁷, com a manutenção de sua grafia original.

¹²⁶ As duas teses estão disponíveis no acervo digital de teses do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, em <https://www.muham.org.br/obras-digitalizadas>

¹²⁷ As edições semidiplomáticas dos textos publicados e a sua organização em pastas digitais foram providenciadas por Caroline Pott Carniel, pesquisadora de Iniciação Científica detentora de cota de bolsa FAPERGS (Processo 23/2551-0001198-0), com vigência de setembro de 2023 a setembro de 2024.

A EXPRESSÃO LINGUÍSTICA DAS REDACTORAS

Conforme descrevemos, Julieta de Mello Monteiro e Revocata Heloisa de Mello tinham acesso à cultura escrita e trabalhavam como escritoras, professoras e proprietárias de periódicos. Provenientes de família de escritores, sendo sua mãe escritora e professora, podemos supor que o seu acesso a textos escritos tenha iniciado cedo. Rita Lobato Velho Lopes provinha de uma família de posses que valorizava a educação. Seu pai a acompanhou para que continuasse estudando em Porto Alegre e, dali, seguiu para outros estados, em busca de seu objetivo de tornar-se médica. Dois de seus irmãos já estavam na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Diferentemente do contexto das cartas pessoais, temos motivos para entender que as mulheres cujos textos temos em mãos são redatoras de alto nível de cultura. Do mesmo modo, buscamos descrever os dados de que dispomos, refletindo sobre uma possível estratificação dessas escreventes em níveis de cultura escrita na comparação com redatores do sexo masculino.

Além do cruzamento das informações referentes a (1) taxa de acerto de escrita de formas etimológicas, (2) riqueza lexical e (3) pistas de variação fonético-fonológica emergentes nos textos, procedemos à análise conforme caracterização dos textos, organizados em três grupos: poemas, artigos e elogios fúnebres em prosa. Para o levantamento de ocorrências, usamos o *software* AntConc (Anthony, 2024) e fizemos buscas de formas linguísticas regulares com encontros entre consoantes “mudas”, com consoantes oclusivas (representadas pelos grafemas <p>, , <t>, <d>, <c>, <g>) ou fricativa representada por <f> ou por nasal representada por <m>, em final de sílaba, seguidas por consoantes oclusivas ou por fricativas ou nasais. São exemplos as seguintes palavras: *assumpto*, *obscuras*, *luctas*, *augmento*. Essa chave de busca foi definida a partir da leitura de Monaretto (2019). Além dos grupos impróprios, buscamos por consoantes duplas (como em *penna*, *apparencia*, *attribuem*), por <y> (a exemplo de *systema*, *lyra*, *hypothesse*), <sc> em início de palavra (tal como encontramos em *scybalas* e em *scena*) e por dígrafos com “h”, como <ph>, <th> (*phenomeno*, *arthritico*) e <ch> com valor de /k/ (*eschola*).

No Quadro 1, temos a análise dos textos de Julieta de Mello Monteiro em cinco poemas¹²⁸, seis artigos¹²⁹ e três elogios fúnebres em prosa¹³⁰.

Quadro 1: Análise dos textos de Julieta de Mello Monteiro: etimologizações corretas, riqueza lexical e escritas não dicionarizadas ou não encontradas em outros textos do mesmo período.

Gênero textual	Etimologizações corretas ¹³¹	Riqueza lexical	Pistas de variação fonético-fonológica ¹³²
Poema	22/23 ¹³³ =95,6% erro: <i>semejamza</i>	376/713=52,7%	_____
Artigo	109/112=97,3% erros: <i>Allemanha</i> , <i>Appeninos</i> , <i>stylo</i>	1093/2364 =46,2%	“uma idéa alevantada ” (Coração) “ adeantadas ideias” (Respondendo ao artigo)
Elogio fúnebre em prosa	31/31=100%	613/1086=56,4%	

Fonte: as autoras.

¹²⁸ *A Portugal* (Corymbo, 13 de Julho de 1890), *Semejamza* (Corymbo, 3 de Maio de 1891), *Desperta* (Corymbo, 8 de Março de 1891), *O desengano* (Corymbo, 7 de Junho de 1891), *Passado e presente* (Corymbo, 14 de Junho de 1891).

¹²⁹ *Coração por Edmundo de Amicis* (Corymbo, 19 de Abril de 1891), *Ainda sobre a educação da mulher* (Corymbo, 3 de Maio de 1891), *Respondendo ao artigo* (Corymbo, 17 de Maio de 1891), *A mulher* (Corymbo, 20 de Dezembro de 1891) e *Contos e lapidações de D. Ignez Sabino* (Corymbo, 21 de Agosto de 1892).

¹³⁰ *Julia e Judith* (Corymbo, 13 de Julho de 1890), *Silva Jardim* (Corymbo, 12 de Julho de 1891), *Frei Francisco de Mont'Alverne* (Corymbo, 9 de Agosto de 1891).

¹³¹ A palavra *semejanza*, que é espanhola, foi escrita “semejamza”. Por isso, entendemos que não foram consideradas as suas características gráficas.

¹³² Em *Respondendo ao artigo*, encontramos ‘**frécha**’. Essa palavra, contudo, está no dicionário Bluteau com a mesma grafia apresentada por Julieta de Mello Monteiro.

¹³³ A título de exemplificação, relacionamos os *types* com etimologização dos poemas, considerando o seu conjunto pequeno, também devido à extensão desses escritos. Com consoantes duplas: *estrellas*, *innumeras*, *pennas*, *perennaes*, *bellos*, *off'recer*, *tyranno*. Com grupos impróprios: *reflecte*, *somno*, *captiva*, *hymno*, *replectos*. Palavras com dígrafos com “h”]: *thesouro*, *panteras*, *mytho*. Com <sc> inicial: *scintillante*, *scismar*. Por fim, com <y>: *hyenas* e *lyras*, além daquelas listadas nas outras categorias.

No Quadro 1, vemos que Julieta de Mello Monteiro tem alto índice de acertos de formas etimologizadas. Quanto à relação *type/token* (tipo de vocábulo/ocorrência), percebemos valores muito próximos, comparados os gêneros textuais. No que se refere às escritas que poderiam indicar variação fonético-fonológica, podemos ver, apesar do reduzido número de ocorrências, uma inserção de vogal, em *alevantada* e um abaixamento (ou hipercorreção?) em *adeantada*. Ainda é interessante observar a alternância entre *idéa* e *ideias* (sem e com representação de ditongo). No Quadro 2, expressamos os resultados da análise dos textos de Revocata Heloisa de Mello (quatro poemas¹³⁴, cinco artigos¹³⁵ e um elogio fúnebre em prosa¹³⁶), tendo aplicado a mesma metodologia. Não temos, nos textos examinados, elementos que possam se constituir em pistas de variação fonético-fonológica.

Quadro 2: Etimologizações corretas e riqueza lexical nos textos de Revocata Heloisa de Mello.

Gênero textual	Etimologizações corretas	Riqueza lexical
Poema	14/14=100%	282/458=61,5%
Artigo	70/71=98,5% Erro: <i>tyrano</i>	1348/3138 =42,9%
Elogio fúnebre em prosa	7/7=100%	188/291=64,6%

Fonte: as autoras.

Tito Canarim e Cipriano Porto Alegre publicavam artigos e poemas em *O Corymbo* e, nos números que selecionamos, desenvolvem um conjunto de artigos sobre o papel da mulher na sociedade de então e sobre a educação da mulher. Para comparação, selecionamos os seguintes artigos de 1891: *Respondendo...*, de Tito Canarim (*Corymbo*, 12 de abril de 1891), *Sobre a educação da mulher*, de Cipriano Porto Alegre (*Corymbo*, 19 de abril de 1891) e *Ainda sobre a educação da mulher*, de Julieta de Mello Monteiro (*Corymbo*, 3 de maio de 1891), os quais estão relacionados. *O professor e a escola*, de Revocata Heloisa de Mello (*Corymbo*, 20 de dezembro de 1891), foi selecionado pela abordagem ao tema da educação. No Quadro 3, temos as comparações entre os artigos dos quatro autores.

¹³⁴ *Jámais* (*Corymbo*, 1° de Fevereiro de 1891), *Prantos* (*Corymbo*, 15 de Setembro de 1889), *Martyrios* (*Corymbo*, 8 de Março de 1891) e *Sciencia - A Tito Canarim* (*Corymbo*, 14 de Junho de 1891).

¹³⁵ *Pensamentos* (*Corymbo*, 16 de Agosto de 1889), *Pensamentos* (*Corymbo*, 8 de Março de 1891), Qual foi maior Cesar ou Napoleão (31 de julho de 1892), O coração vence a razão? (*Corymbo*, 2 de Outubro de 1892), O coração vence a razão? (*Corymbo*, 9 de Outubro de 1892 (continuação)).

¹³⁶ *Alda* (*Corymbo*, 18 de Outubro de 1891).

Quadro 3: comparação entre redatores, considerando-se um artigo de cada, publicados em 1891.

Autor(a) e data em 1891	Etimologizações corretas	Riqueza lexical	Percentual de vocábulos etimologizados ¹³⁷	Pistas de variação fonético-fonológica
Tito Canarim (12/4)	33/34=97% Erro: <i>nittido</i> (nitidum)	355/667=53,2%	34/355=9,5%	abalançarmos
Cipriano Porto Alegre (19/4)	32/32=100%	361/624=57,8%	32/361=8,8%	—
Julieta de Mello Monteiro (3/5)	22/22=100%	255/432=59%	22/255=8,6%	—
Revocata Heloisa de Mello (20/12)	20/21=95,2% Erro: <i>obdecem</i> (oboedire)	390/706=55,2%	21/390=5,3%	—

Fonte: as autoras.

No Quadro 3, podemos ver valores muito parecidos referentes à taxa de acertos de etimologizações e à riqueza lexical. A diferença aparece no percentual de *types* de formas etimologizadas em relação aos *types* totais. Revocata, contudo, é a autora com maiores números de *types* e de *tokens*. Na comparação entre artigos de Tito Canarim, Cipriano Porto Alegre e Julieta de Mello Monteiro, envolvidos diretamente na discussão, percebemos valores muito parecidos, com anotações de pistas de variação fonético-fonológica no texto de Tito Canarim (com a prótese em “balançando”) e no de Cipriano Porto Alegre, com a variação na representação da nasal final em “jovem”.

Os médicos Rita Lobato Velho Lopes e Lauro Raphael de Azambuja nasceram na província no século XIX e estudaram medicina. As suas teses têm entre si um intervalo de dezessete anos, mas revelam-se muito parecidas quanto à sua expressão linguística. Rita Lobato escreveu sobre a cirurgia cesariana, e Lauro Raphael, sobre enterocolite mucomembranosa. O Quadro 4, como veremos a seguir, expressa os valores percentuais relativos a etimologizações corretas e riqueza lexical. Na comparação entre os dois textos longos, podemos perceber variação na representação de alguns vocábulos.

¹³⁷ Foram desconsideradas derivações e repetições. Como não consideramos as repetições, o percentual foi obtido sobre *types* e não sobre *tokens*.

Na Figura 1, à esquerda, vemos a nuvem de palavras do texto de Rita Lobato. As palavras mais proeminentes são “operação”, a qual aparece setenta vezes, e “cesariana”, com 56 repetições. Referente à tese de Lauro Raphael, a nuvem à direita nos mostra “colite” e “entero”, parte do termo “*entero-colite*”, como itens frequentes, reiterados, respectivamente, 99 e 94 vezes, tendo “colite” ocorrido cinco vezes fora da composição.

Em relação às pistas de variação fonético-fonológica, percebemos poucos casos, talvez justificados pela natureza do texto ou pelo perfil cultural e hábil de escrita dos escreventes. Há variações grafemáticas como os registros na representação do ditongo nasal, em “órgãos”~“orgams” (respectivamente, de Rita Lobato e de Lauro Raphael) e em “mãe”~“mãi”, na tese de Rita Lobato. Parece haver também dúvidas relativas ao encontro de consoantes em “obdecem”. Revocata Heloisa de Mello também apresenta uma ocorrência do vocábulo assim apresentado. Além desses possíveis indícios de variação, temos o comportamento do registro oscilante de vogais <o> e <e> em “lugar”~“logar” e “criança”~“creança”, que podem representar uma pista fonético-fonológica.

CARTAS MANUSCRITAS PESSOAIS ENTRE FAMILIARES OITOCENTISTAS

Cartas manuscritas privadas, na investigação sociolinguística, são fontes autênticas da oralidade histórica (fala real) e caracterizam-se por um diálogo e uma prática social entre seus correspondentes (Koch; Oesterreicht, 1985, 1994 *apud* Elpass, 2012). São úteis para estudos sociolinguísticos porque geralmente têm remetente, destinatário, data e local (Elpass, 2012) e podem revelar realizações de escrita de uma língua de uso mais coloquial.

Observamos alguns aspectos linguísticos de mulheres e homens oitocentistas gaúchos em três fundos¹³⁸: Luiz Antônio **Assis Brasil** 1857-1938; Gabriel Pereira **Borges Fortes** (IHGRGS) – neto de Antônio da Silva Vasconcellos 1838-1916 (português que veio ao Brasil em 1850); **Julio Prates de Castilhos** – 1860-1903 (AHRG; MJC). Ao todo, foram examinadas 90 cartas, sendo 56 escritas por mulheres e 34, por homens, entre 1802 e 1904.

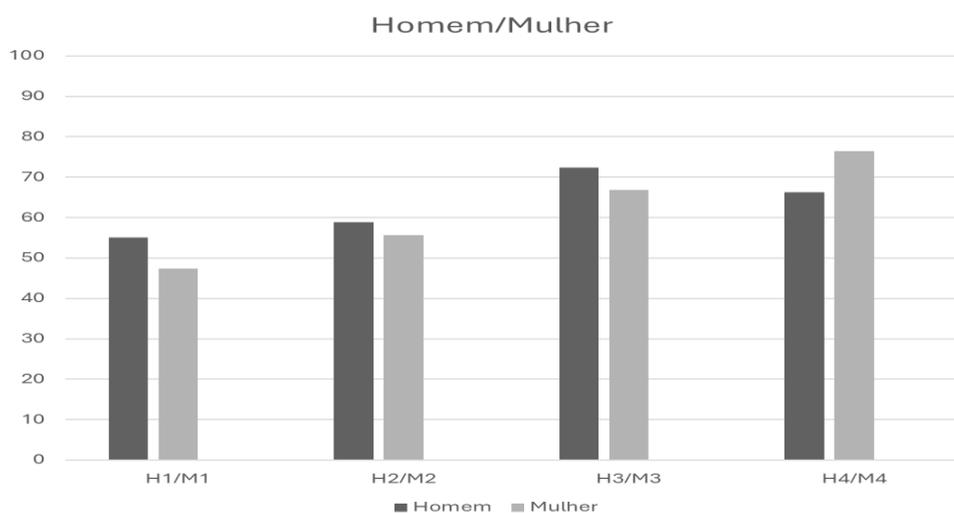
Partiu-se da hipótese de que a habilidade escrita da mulher oitocentista é, em geral, inferior à do homem, por essas não terem as mesmas oportunidades e disponibilidades de ensino e de mobilidade social do que os homens. Para a verificação dessa hipótese,

¹³⁸ Esses fundos foram obtidos junto às seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Arquivo Histórico de Porto Alegre e Museu Júlio de Castilhos, situados na cidade de Porto Alegre, RS.

os procedimentos metodológicos adotados seguem os mesmos dos textos impressos, retomados aqui de modo sintético: contagem de *types* e *tokens*, verificação de habilidade no uso e acerto de formas etimologizadas; cálculo de riqueza lexical geral (vocabulário) e levantamento de etimologizações por meio de um arquivo filtro de *stoplist* que não considerou palavras gramaticais; levantamento de indícios de processos fonético-fonológicos e de desvios gráficos de época.

Eis a seguir alguns resultados, comparando-se homens e mulheres com número de *tokens* aproximados.

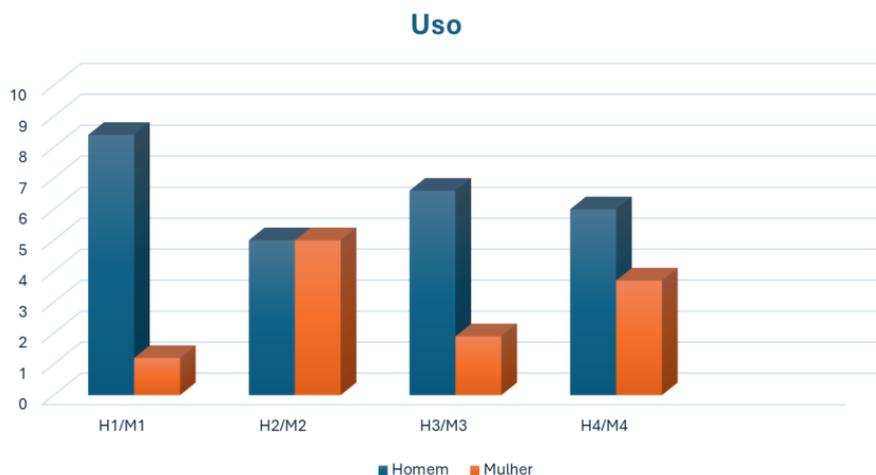
Figura 2: Riqueza Lexical (vocabulário).



Fonte: as autoras.

Apesar de o número de cartas escritas por mulheres ser superior ao dos homens, para fins de comparação, foram analisadas cartas de homens e mulheres que tivessem número maior e similar de *tokens* (palavras). Na Figura 2, observamos quatro duplas (homem/mulher) e resultados do cálculo de riqueza lexical pela divisão de *tokens* por *types*. Exceto na dupla H4/M4, em todas as outras, os homens apresentaram uma riqueza de vocabulário maior.

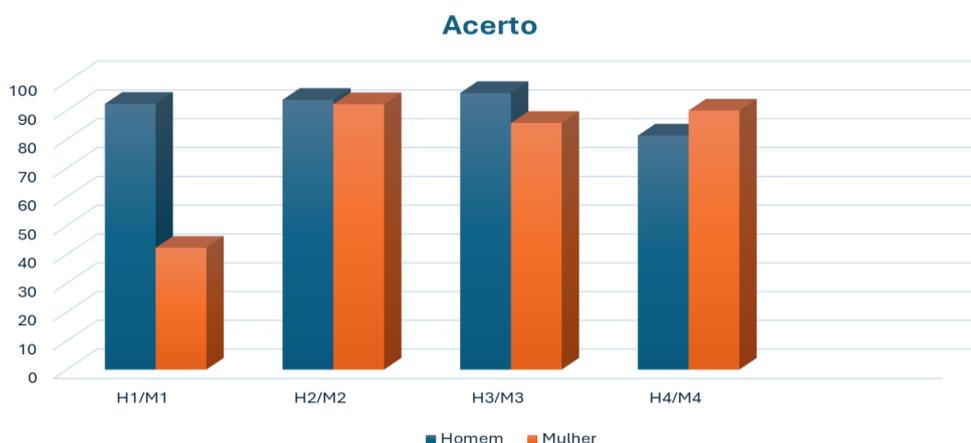
Figura 3: Etimologização: diferenças em relação ao uso de formas greco-latinas em homem x mulher.



Fonte: as autoras.

Em relação ao uso de formas etimologizadas (*condemna-lo, objecto etc.*), os homens, em geral, utilizam mais essas palavras do que as mulheres. Essa prática de grafia greco-latina pressupõe que o indivíduo que a use esteja mais em contato com os modelos de erudição da época (Barbosa, 2005). Como os homens desse grupo têm em sua maioria curso superior, é esperado que empreguem mais palavras com esse registro. Contudo, o índice de acerto dessas palavras não evidencia tanta diferença entre os sexos, conforme pode ser observado na Figura 4, a seguir.

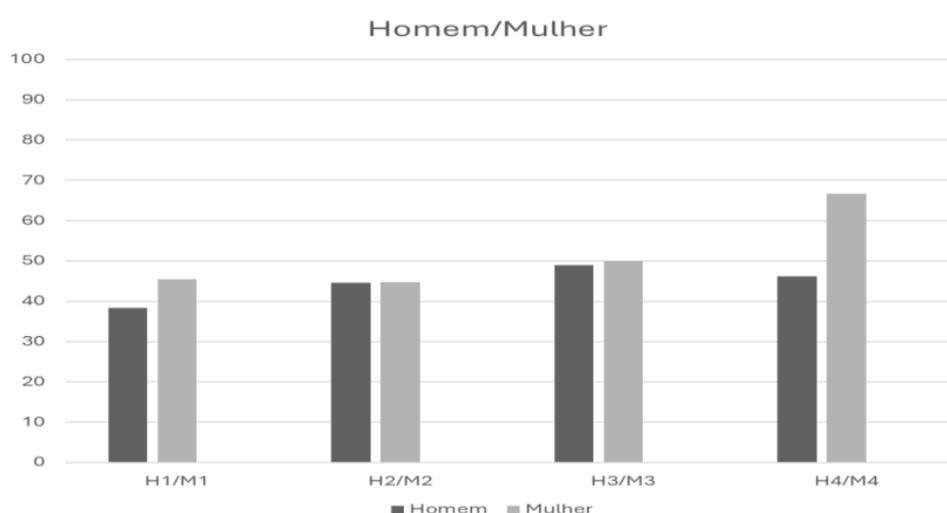
Figura 4: Etimologização e acertos de formas greco-latinas em homens e mulheres.



Fonte: as autoras.

A taxa de acerto no uso de formas etimológicas, que se revelou aproximada entre os sexos, deve-se ao fato de as mulheres usarem palavras repetidas e não variadas, como os homens. O número de formas *elle/ella* repetidas nas cartas das mulheres é bem grande, ou seja, elas usam pouca diversidade de palavras diferentes (*types*), mas as que usam, as acertam, conforme o étimo. Faz-se importante lembrar aqui de que estamos considerando apenas as palavras lexicais (substantivos, verbos, adjetivos etc.) e não as gramaticais (pronomes, conjunções, preposições etc.). Nesse sentido, os sexos aproximar-se-iam, conforme pode ser observado na Figura 5, a seguir.

Figura 5: Riqueza Lexical Etimológica entre homens e mulheres.



Fonte: as autoras.

A Riqueza Lexical Etimológica está associada, portanto, à quantidade de uso com acertos. Há de se notar que a dupla H4/M4, a mulher usa menos palavras etimologizadas (Figura 3), mas acerta mais as formas que emprega (Figura 4) e a diversidade de *types* é maior (Figura 5). Logo, essa M4 parece ter um desempenho de habilidade escrita e erudição maior do que H4. Trata-se de Honorina Castilhos, esposa de Julio de Castilhos em comparação com seu cunhado Carlos Prates de Castilhos.

Nos quesitos pistas de processos fonético-fonológicos e desvios gráficos de formas sugeridas como correção de ortografia por gramáticas de época, vê-se uma diferença maior e significativa entre homens e mulheres. Essas registram, em número bem mais elevado do que homens, grafias como, por exemplo, *empucível* (impossível); *iducação* (educação), *bunito* (bonito), *catcha* (caixa), *bejo* (beijo), *troce* (trouxe), *em quanto* (enquanto), *em fim* (enfim), *adimira* (admira), *iguinorante* (ignorante), *oufato* (olfato), *fallá* (falar), entre outros.

Em conclusão, as comparações entre os manuscritos pessoais de homens e mulheres revelam as diferenças expressas no Quadro 5.

Quadro 5: Síntese de características linguísticas na comparação entre cartas de homens e de mulheres oitocentistas.

Homem	Mulher
+ <i>types</i> (palavras diferentes)	- <i>types</i> (palavras diferentes)
+ riqueza lexical (vocabulário)	+ riqueza lexical (etimológica)
+ uso/acerto formas etimologizadas	• uso/acerto formas etimologizadas
• pistas fonológicas e desvios gráficos	+ pistas fonológicas e desvios gráficos

Fonte: as autoras.

Apesar da riqueza lexical etimológica maior verificada nos manuscritos das mulheres em comparação àqueles dos homens, é importante considerar que esse resultado deve ser relativizado, comparando-se o uso/acerto dessas formas, que é menor nas cartas das mulheres. Conclui-se, portanto, que, no conjunto de missivas, a mulher oitocentista apresenta características linguísticas diferenciadas em relação aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi o de apontar algumas características linguísticas de mulheres gaúchas oitocentistas em dois tipos de *corpora*: alguns impressos (jornal *O Corymbo* e tese inaugural, como um trabalho de conclusão de curso de medicina) e cartas manuscritas. Os resultados não indicaram com nitidez e clareza diferenças entre homens e mulheres no primeiro caso, talvez pelos gêneros de textos considerados, sua circulação e os papéis e atuação de seus redatores, em suas comunidades e além delas.

Já, no segundo caso, as diferenças linguísticas em cartas manuscritas são mais expressivas, revelando algumas características próprias da escrita de mulheres, possivelmente por essas não terem as mesmas oportunidades e disponibilidades sociais e de ensino, que possibilitam diferenciá-las da escrita de homens. As diferenças observadas foram: menor uso de palavras diferentes (*types*), demonstrando um vocabulário menos variado; uso de formas etimológicas repetidas, com erros em sua escrita (*charo* por *caro*); preponderância de desvios gráficos e de diversidade de pistas fonético-fonológicas em relação à escrita dos homens.

FONTES

Cartas manuscritas

Fundo Borges Fortes - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Porto Alegre, Brasil. <https://www.ihgrgs.org.br/>

Fundo Julio de Castilhos – Arquivo Histórico do RS (AHRs) - <https://cultura.rs.gov.br/acervo-ahrs>; Museu Julio de Castilhos (MJC) <http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>

Fundo Assis Brasil – IHGRGS - <https://www.ihgrgs.org.br/>

O Corymbo

Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande, Brasil. <https://www.bibliotecariograndense.com.br/>

Teses médicas

Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), Porto Alegre, Brasil. <https://www.muhm.org.br>

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. **Origens da imprensa feminina sul-rio-grandense**: Julieta de Melo Monteiro e o programa do periódico Violeta. in: *Historiae*. Rio Grande, vol. 9, n. 1: 131-144, 2018. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/hist/article/view/8898/5727> Acesso em 11 out. 2024.

___ Violeta: breve história de um jornal literário no contexto sul-rio-grandense do século XIX. In: **Miscelânea – Revista de literatura e vida social**. Assis, v. 14, p. 125-141, jul.–dez. 2013. Recuperado de <https://portalojs.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/214> Acesso em 11 out. 2024.

___ **Julieta de Melo Monteiro**. in: Dicionário eletrônico da imprensa literária em língua portuguesa. Rio Grande: FURG, 2021. Disponível em: <https://ppglettras.furg.br/j/julieta-de-melo-monteiro> Acesso em: 14 de nov. 2024.

ANTHONY, Lawrence. **AntConc** (Version 4.3.1) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University, 2024. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software>

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004

BARBOSA, A. G. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. R. d. S. L. et al. **A norma Brasileira em Construção**: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory. Linguistic variation and its social significance**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M. Authorship and gender. in English historical sociolinguistic research: Samples from the Paston Letters. in: RUSSI, Cinzia. **Current Trends in Historical Sociolinguistics**, Warsaw, Poland: De Gruyter Open Poland, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110488401> Acesso em 11 out. 2024

ELPASS, S. The use of private letters and diaries in sociolinguistic investigation In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (eds.). **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Wiley-Blackweel, 2012.

GEPIAK, Luciana Coutinho. **Para Além Da Inflorescência: A Produção Intelectual De Revocata Heloísa De Melo No Contexto Da Literatura Sul-rio-grandense**. Rio Grande: FURG, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURG_7a0bfc5dbdd1397badb60af6176631d8. Acesso em 11 out. 2024.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Orgs.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1982.

LAITANO, Nicolau; LAITANO, Genaro. **Primeira Diplomação Médicos pela Faculdade de Medicina/UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, s.d. Disponível em: [diplomacao.pdf \(ufrgs.br\)](#) Acesso em 29 mar. 2024.

LASS. Robert. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge, 2000.

LOPES, RITA LOBATO VELHO. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)**. Capturado em 7 jun.. 2024. Online. Disponível na internet <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Sequências mediais obstruintes. in: D. da Hora; E. Battisti; Valéria N. de Oliveira Monaretto (Coords., 2019: 138-157) **História do Português Brasileiro: Mudança Fônica do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

____. Para uma Estratificação de Redatores Oitocentistas por Graus de Cultura Escrita, p. 81 -104. In: **Variação e Mudança Linguística no Português Falado e Escrito na Região Sul e Outros Temas: Uma homenagem a Izete Lehmkuhl Coelho**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN: 9786555501629, DOI 10.5151/9786555501629-03 Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/03-22837> Acesso em 13 ago. 2024.

PÓVOAS, Mauro Nicola. **Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX**. Porto Alegre: Búqui, 2017.

SCHNEIDER, E. Investigating variation and change in written documents. In: J.K. Chambers, Peter Trudgill & Natalie Schilling-Estes, eds. **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford, Malden, MA: Blackwell, p. 67-96, 2002.

6.4

A ESCRAVIDÃO NA REGIÃO FRONTEIRIÇA URUGUAI E BRASIL (1842-1888): ANÁLISES DISCURSIVAS A PARTIR DE PROCESSOS-CRIME

Marilene Aparecida Lemos

Resumo: Este texto integra o plano de trabalho em desenvolvimento – Raça, criminalidade e nação: a escravidão na fronteira Brasil-Uruguai, vinculado ao projeto de pesquisa Loucura, raça, criminalidade: o alienismo no Brasil, coordenado pelo professor Fábio Ramos Barbosa Filho, no grupo de pesquisa DARQ – Discurso e Arquivo (UFRGS/CNPq). Em termos gerais, a proposta deste artigo forma parte de minha pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – DECLAVE, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, sob a supervisão desse mesmo professor. O objetivo é aprofundar uma teorização da fronteira e propor reflexões acerca de um conceito de fronteira tomado de um ponto de vista discursivo, assentando-se, fundamentalmente, na Análise de Discurso (AD) materialista, a partir de documentos em torno da escravidão na região fronteira Uruguai e Brasil, no período entre a abolição da escravidão no Uruguai (1842) e a abolição da escravidão no Brasil (1888), a partir de processos documentais que compõem o Projeto “Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul”, que tratam da comercialização de escravos: o escravo como bem, na partilha de bens, e o escravo como réu ou vítima em crimes, etc. Em outras palavras, questiono de que modo, pelo discurso, a reflexão e o debate em torno da escravidão participam da produção de fronteiras imaginárias entre espaços, sujeitos e línguas.

Palavras-chave: fronteira – negros – escravos – arquivo

A ESCUTA DA FRONTEIRA EM SUA EMERGÊNCIA

Ao longo de doze anos de intensa dedicação ao estudo da(s) fronteira(s), com um enfoque inicial na fronteira entre Brasil e Argentina, venho analisando discursivamente relatos de viagens, entrevistas televisivas, anúncios de rádio, cartazes, jornais digitais, decretos oficiais, tratados, dicionários, processos-crime, entre outros documentos (2022, 2023a, 2023b, 2024a, 2024b, 2024c, 2024d). O objetivo tem sido sempre a construção de um arquivo que permita a leitura e a escuta da fronteira em sua emergência.

Nesse sentido, ao considerar a construção de um arquivo que contribua para a teorização da fronteira nas condições de produção da fronteira Brasil e Uruguai, no período entre a abolição da escravidão no Uruguai (1842) e a abolição da escravidão no Brasil (1888), considero fundamental apresentar neste artigo uma visão panorâmica dos estudos em andamento no plano de trabalho *Raça, criminalidade e nação: a escravidão na fronteira Brasil-Uruguai*.

A partir de processos documentais vinculados ao projeto “Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul: processos-crime: o escravo como vítima ou réu”, desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre-RS, Brasil¹³⁹, interessa-me investigar de que modo, pelo discurso, a reflexão e o debate em torno da raça, da criminalidade e da escravidão intervêm nos processos de constituição dos Estados nacionais, à emergência da nação e da língua nacional e à produção de fronteiras imaginárias – geopolíticas, geográficas, territoriais, político-jurídicas, culturais, entre outras – entre espaços, sujeitos e línguas.

Como as questões de nação e nacionalidade se manifestam nas tensões de fronteira quando, por exemplo, há uma pessoa batizada no Estado Oriental do Uruguai que já havia sido batizada no Brasil? Como compreender processos-crime envolvendo uruguaios, mas julgados no Brasil?

Dessa forma, a incursão no arquivo, especialmente a partir de documentos como processos-crime, configura-se como um modo de observar como questões de raça, criminalidade, escravidão e nação se escrevem/inscrevem, deixam traços e vestígios nos documentos, estão postas nas tensões de fronteira e, sobretudo, possibilitam refletir sobre o “funcionamento dessa textualização que articula o histórico à materialidade linguística” (Barbosa Filho, 2019, p. 22). Segundo esse pesquisador, a textualização pode ser compreendida

[...] como um processo linguístico-histórico de formulação do dizer na materialidade do documento, aponta para o fato de que qualquer formulação está carregada de historicidade. Mas aponta, ao mesmo tempo, para a língua enquanto base material de qualquer processo discursivo: é esse imperativo que marca o caráter irredutivelmente linguístico-histórico do nosso objeto, o discurso (Barbosa Filho, 2019, p. 12).

¹³⁹ Este projeto é coordenado por Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Nessa empreitada, sem perder de vista a relação entre língua e história, a construção de um arquivo que auxilie na reflexão sobre as questões apresentadas e, simultaneamente, na formulação de um conceito de fronteira sob uma perspectiva discursiva, apresento, a seguir, as primeiras incursões no arquivo (enquanto documentos e instituição), em consonância com o plano de trabalho anteriormente mencionado.

MONTAGEM DO ARQUIVO E ANÁLISES DISCURSIVAS

Para iniciar, realizei uma busca detalhada no catálogo digital de processos-crime, fruto do projeto desenvolvido pelo APERS, já mencionado. A pesquisa utilizou os termos “fronteira”, “Uruguai”, “Estado Oriental do Uruguai”, “Montevideu” e os nomes das cidades fronteiriças entre Brasil e Uruguai: “Santana do Livramento-Rivera”, “Quaraí-Artigas”, “Jaguarão-Rio Branco”, “Barra do Quaraí-Bella Unión”, “Chuí-Chuy” e “Aceguá-Aceguá”. O objetivo foi localizar processos-crime envolvendo escravizados nessas regiões fronteiriças, no período entre a abolição da escravidão no Uruguai (1842) e a abolição da escravidão no Brasil (1888).

As buscas pelos termos “Uruguai”, “Estado Oriental do Uruguai”, “Montevideu” e “Jaguarão” identificaram processos relacionados a crimes como homicídio, furto, roubo, estupro, rapto, resistência, ferimentos, outras ofensas físicas e o crime de “reduzir à escravidão pessoas livres”. Este último, foco central de minha pesquisa, é objeto dos processos apresentados no Quadro 1 (Anexo A).

Assim que concluí a listagem dos processos-crime, a etapa seguinte foi agendar no APERS a consulta a esses documentos do século XIX. Indiquei o Processo nº 413, de 1854, e o Processo nº 1571, de 1855, seguindo a ordem cronológica dos processos selecionados no catálogo, conforme apresentado no Quadro 2 (Anexo B).

Após a primeira visita ao APERS¹⁴⁰, retomei o catálogo digital de processos-crime e revi as descrições realizadas pelos arquivistas a partir da leitura dos Processos nº 413, de 1854, e nº 1571, de 1855. Primeiramente, com base nas datas dos processos (1854 e 1855), observei que a abolição da escravidão no Uruguai já havia ocorrido há mais de dez

¹⁴⁰ Pesquisa realizada em 17 de novembro de 2023.

anos, por meio da *Ley n° 242, de 12 de dezembro de 1842*¹⁴¹. Segundo seu Artigo 1º, a partir de sua promulgação, “no hay esclavos en todo el territorio de la República”. No entanto, ainda faltavam trinta e quatro anos para que a *Lei n° 3.353, de 13 de maio de 1888*¹⁴², declarasse oficialmente extinta a escravidão no Brasil.

Deste modo, na *Constitución de la República*¹⁴³, também conhecida como *Constitución de 1830*, promulgada em 28 de junho de 1830, primeira Constituição do Uruguai, consta, em seu Artigo 131, “En el territorio del Estado, nadie nacerá ya esclavo; queda prohibido para siempre su tráfico e introducción en la República”. Já na *Constitución de la República*, ou *Constitución de 1918*¹⁴⁴, plebiscitada em 25 de novembro de 1917, o Artigo 147 estabelece: “En el territorio de la República nadie nacerá esclavo; queda prohibido para siempre su tráfico e introducción en el país”.

A respeito das Constituições brasileiras, e inspirada nas pesquisas de Barbosa Filho (2019), observei que não há menções ao *escravismo* nas *Constituições Federais de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967*. Prosseguindo a reflexão, constatei que o termo *escravo* aparece pela primeira vez na *Constituição Federal de 1988*, mas apenas como adjetivo relacionado ao trabalho, ou seja, na referência à *exploração de trabalho escravo*. Isso ocorre especialmente na *Emenda Constitucional n° 81*, de 5 de junho de 2014, que alterou o art. 243 da *Constituição Federal*¹⁴⁵.

Deste modo, integram o arquivo as referidas legislações, bem como o *Código Penal* vigente no Brasil, instituído pelo Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que, em seu artigo 149, criminaliza a conduta de reduzir alguém à condição análoga à de escravo. Esse artigo, a partir de 11 de dezembro de 2003, entrou em vigor com a seguinte redação:

¹⁴¹ Centro de Información Oficial. Disponível em: <http://www.impo.com.uy/armandugon/02/351?carfin=352>. Acesso em: 17 abr. 2024.

¹⁴² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm Acesso em: 21 out. 2024.

¹⁴³ Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion> Acesso em: 17 abr. 2024.

¹⁴⁴ Constitución de la República. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/documentos/9/HTML> Acesso em: 31 mar. 2023.

¹⁴⁵ As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional: Art. 1º O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a *exploração de trabalho escravo* na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.” (NR) (Brasil, 2014, grifos meus).

Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto¹⁴⁶.

Nesse ponto, no que se refere aos crimes contra a liberdade individual, é importante adicionar ao arquivo o Art. 179 da Lei de 16 de dezembro de 1830, conhecida como *Código Criminal do Império do Brasil*¹⁴⁷: “Art. 179. Reduzir a escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade”.

A despeito da previsão expressa no artigo 179 do *Código Criminal do Império do Brasil*, como já demonstrado, as buscas no catálogo digital de processos criminais relacionados à escravidão, abrangendo o período de 1842 a 1888 e utilizando os termos “Uruguai”, “Estado Oriental do Uruguai”, “Montevideu” e “Jaguarão”, resultaram em onze casos, conforme o Quadro 1 (Anexo A), nos quais foi registrado o crime de “reduzir à escravidão pessoas livres”, evidenciando a escravização ilegal de pessoas livres na fronteira Brasil-Uruguai (Lemos, 2024b).

Uma entrada no Processo nº 413 (1854)

Após realizar pesquisas no APERS¹⁴⁸ e esboçar análises discursivas, simultaneamente aos primeiros passos da montagem de um arquivo da fronteira Brasil-Uruguai, propus uma entrada para esta discussão a partir do processo-crime nº 413, de 1854, no qual constam os “Autos para indagações sobre a liberdade da preta Fermina” (pessoa considerada livre no Uruguai, mas significada como escrava no lado brasileiro da fronteira).

Vale ressaltar que o processo mencionado está disponível no catálogo digital em formato de verbete, conforme descrito a seguir, o que facilita sua localização no acervo documental do APERS.

¹⁴⁶ Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

¹⁴⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em: 17 abr. 2024.

¹⁴⁸ Pesquisa realizada em 26 de abril de 2024.

Ano: 1854 – Processo nº: 413

Vítima: **Fermina**, solteira, preta, crioula, lavadeira.

Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.

Descrição: Fermina alega ser liberta no tempo que residiu em Montevideu, sendo capturada em Uruguaiana como escrava fugida no dia 25 de julho. João Baptista de Oliveira afirma que Fermina foi sua escrava de nome Laura, comprada por 200\$.

Conclusão: Improcedente.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público (2010, p. 200).

Desse processo, relativo à localidade de Pelotas e ao subfundo Tribunal do Júri (Anexo C, [Fl.1] e [Fl.2]), selecionei o “Auto de perguntas feitas ao réo digo feitas a preta Fermina”, do qual destaquei dois pontos. O primeiro referia-se à apresentação do documento e à descrição dos presentes no ato de interrogatório, em que Fermina é mencionada como “preta Fermina”. O segundo referia-se à apresentação da fala da “respondente” de forma indireta, quando o escrivão menciona: “Que se chama Fermina” (Anexo D, linha 20).

Importante destacar que essas reflexões fazem parte do capítulo “Que se chama Fermina: Fronteira Brasil-Uruguaia, escravidão e nomeação”, que integrará o livro *Gênero: educação, cultura e política*, organizado pelos docentes Eduardo Steindorf Saraiva, Gustavo Gomboski, Tatiana Weber Mallmann e Vinícius Henrique Mallmann. De forma específica, nesse texto (Lemos, 2024c), abordei o “funcionamento do nome próprio de pessoa” (Guimarães, 2002) e o do discurso indireto (Authier-Revuz, 2004).

De forma geral, a primeira entrada no Processo nº 413, a partir do “Auto de perguntas”, mostrou questões complexas relacionadas à nomeação, identidade e à posição legal nessa fronteira, no contexto da escravidão no Brasil e da já ocorrida abolição no Uruguai. Especificamente, a análise linguística do texto evidenciou como o uso do discurso indireto e a omissão do sujeito nas frases contribuem para a compreensão, no discurso, da condição de Fermina na formação social escravocrata.

Foi a partir dessa reflexão que iniciei a leitura paleográfica do documento manuscrito, que agora integra o arquivo da pesquisa (Anexo D). A participação no curso “Paleografia instrumental: exercícios de leitura de manuscritos”, conduzido por Phablo Roberto Marchis Fachin e Regina Jorge Villela Hauy (USP), realizado entre os dias 13 e 15 de agosto de 2024, foi essencial para o processo de transcrição. Além disso, a transcrição segue as *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil*, estabelecidas em Cambraia, Cunha e Megale (1999, p. 23-26) (Anexo E).

Com base nas reflexões desenvolvidas neste artigo, apresento as conclusões e algumas perspectivas para as próximas etapas da pesquisa.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

O processo de construção do arquivo e as primeiras análises discursivas permitiram compreender a significativa disparidade legal entre Brasil e Uruguai em relação à escravidão no período de 1842 a 1888. Enquanto o Uruguai aboliu a escravidão em 1842, o Brasil só o fez em 1888. É relevante destacar que a Constituição uruguaia de 1830 já garantia a liberdade do ventre e proibia o tráfico de escravos, enquanto as constituições brasileiras do período permaneciam silenciosas sobre o tema, produzindo um apagamento institucional da questão.

Essas diferenças legislativas produziram efeitos na região fronteira, onde pessoas consideradas livres no Uruguai podiam ser escravizadas no Brasil. Essa disparidade criava uma zona de tensão, em que o status legal de indivíduos como Fermina (Processo nº 413, 1854) – uma mulher negra reconhecida como livre no Uruguai, mas capturada como escrava fugitiva ao retornar ao Brasil – podia mudar drasticamente ao cruzar a fronteira. Casos como esse mostram a complexidade da situação, em que indivíduos livres no Uruguai eram frequentemente capturados e vendidos como escravos no Brasil. Assim, a fronteira Brasil-Uruguai, nesse recorte do século XIX, emerge como um espaço de contradição legal e social.

Nesse sentido, os documentos analisados oferecem indícios valiosos sobre como a justiça brasileira lidava com casos de escravização ilegal de pessoas livres vindas do Uruguai. Além disso, mostram como a fronteira funcionava como um limiar entre liberdade e escravidão, uma zona de transição e incerteza legal, marcada pela disjunção de sujeitos e espaços. O caso de Fermina constitui essa contradição, evidenciando como a liberdade podia ser conquistada ou perdida ao cruzar a fronteira. Essa situação destaca a fragilidade da liberdade e a persistência das estruturas escravocratas, mesmo diante de mudanças legais internacionais.

Para concluir este artigo, manifesto a intenção de dar continuidade às transcrições paleográficas dos manuscritos relativos ao Processo nº 413, de 1854. Após a descrição detalhada do processo-crime, serão realizadas análises discursivas que, assim como as anteriores, considerarão a materialidade linguística do texto e sua relação com outros documentos que possam integrar o arquivo. Essas análises serão orientadas pelas

questões de pesquisa, pelas teorias que fundamentam o estudo e pela bibliografia complementar. Além disso, planejo realizar novas visitas ao APERS e a outras instituições parceiras, conforme as demandas da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido** / Jacqueline Authier-Revuz; apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O discurso antiafricano na Bahia do século XIX**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 270 p.

CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Gerado da; MEGALE, Heitor. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Série Diachronica, 1, Humanitas, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.

LEMOS, Marilene Aparecida. ¿Está cerrada la frontera o pasa algo? línguas de fronteira e o cotidiano da fronteira Brasil/Argentina em tempos de pandemia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, n. 00, p. e022027, 2022.

LEMOS, Marilene Aparecida. (2023a). **Eu passo pelos carreiros tranquilo**: notas para um conceito discursivo de fronteira. 2023a. No prelo.

LEMOS, Marilene Aparecida; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **"Fronteira" em três edições do Dicionário de Moraes**. 2023b. Em fase de elaboração.

LEMOS, Marilene Aparecida. **Fronteira, negro, escravidão**: um discurso fundador do Rio Grande do Sul. 2024a. No prelo.

LEMOS, Marilene Aparecida. A escravidão na fronteira Brasil-Uruguaí: uma teorização discursiva da fronteira. Fagundes, Angelise; Fontana, Marcus V. L.; Sturza, Eliana; Daviña, Liliana [orgs.]. **Cruzando Fronteiras: os estudos culturais, a sociolinguística e as políticas linguísticas em regiões fronteiriças**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024b.

LEMOS, Marilene Aparecida. **"Que se chama Fermina"**: Fronteira Brasil-Uruguaí, escravidão e nomeação. 2024c. No prelo.

LEMOS, Marilene Aparecida. **A escravidão na fronteira Brasil-Uruguaí**: A constituição de um conceito materialista de fronteira. 2024d. No prelo.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão**: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

ANEXO A

Quadro 1: Processos-crime: reduzir à escravidão pessoas livres

<p>Ano: 1854 – Processo n°: 412</p> <p>Vítima: Martimiana (L), parda, Estado Oriental do Uruguai.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: No dia 26 de outubro de 1853 a vítima residia no Município de Jaguarão, na casa de Antonino Rodrigues, quando foi seqüestrada e vendida na cidade de Pelotas.</p> <p>Conclusão: Martimiana comprovou sua liberdade.</p>
<p>Ano: 1854 – Processo n°: 413</p> <p>Vítima: Fermina, solteira, preta, crioula, lavadeira.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Fermina alega ser liberta no tempo que residiu em Montevideú, sendo capturada em Uruguaiana como escrava fugida no dia 25 de julho. João Baptista de Oliveira afirma que Fermina foi sua escrava de nome Laura, comprada por 200\$.</p> <p>Conclusão: Improcedente.</p>
<p>Ano: 1854 – Processo n°: 1567</p> <p>Réu: João das Chagas Guimarães.</p> <p>Vítimas: Isabel, 30 anos mais ou menos, Sr. João das Chagas Guimarães; Ana, 3 meses mais ou menos, Isabel, Sr. João das Chagas Guimarães.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: O réu foi acusado de reduzir as vítimas à escravidão. Isabel alegou que ela e sua filha Ana eram livres, pois teriam residido no Estado Oriental do Uruguai por 3 anos – de onde foram tiradas à força.</p> <p>Conclusão: Improcedente.</p>
<p>Ano: 1854 – Processo n°: 2914</p> <p>Réus: Felisbino José da Costa; Laurindo José da Costa; Leandro José da Costa; José Francisco da Costa.</p> <p>Vítimas: Reina Rodrigues, solteira, 26 anos mais ou menos, Estado Oriental, Isidoro Viana e Mauricia Rodrigues; Candido Luz, preto, 6 anos, Estado Oriental, Reina Rodrigues; Francisco Pancho, 11 anos, Estado Oriental, Dolores Madeira e Telesforo Figueiredo.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Os réus Leandro e José Francisco foram acusados de comprar pessoas livres para seu irmão Felisbino José da Costa. As vítimas, por seu turno, provenientes do Estado Oriental (Uruguai), foram reduzidas à escravidão. Reina e seu filho Candido foram capturados no dia 26 de março e vendidos em Porto Alegre. Francisco também foi capturado no Estado Oriental, sendo vendido para Querino Kray.</p> <p>Conclusão: Os réus Leandro, José e Felisbino foram absolvidos. A acusação contra o réu Felisbino prescreveu.</p>

<p>Ano: 1855 – Processo n°: 1571</p> <p>Réu: Elias Manoel de Brum e Silva.</p> <p>Vítima: Custódia, 11 a 13 anos, Inácia, Sr. Joaquim Mattos (falecido).</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: A vítima, supostamente batizada no Estado Oriental do Uruguai, seria uma escrava liberta. Porém, sua mãe Inácia afirmou que Custódia já havia sido batizada no Brasil antes de viajar para o Uruguai e passou a ser escrava de Elias quando foi oferecida como dote para o casamento de sua filha. Foi apresentado o registro de batismo no Brasil da escrava Custódia.</p>
<p>Ano: 1859 – Processo n°: 433</p> <p>Réu: Ismael Soares de Lima.</p> <p>Vítima: Carlos Maria, preto, 23 anos, Uruguai, campeiro, José e Maria Joaquina.</p> <p>Crime: Reduzir a escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: O réu foi acusado de reduzir Carlos Maria à escravidão.</p> <p>Conclusão: O juiz determinou a liberdade de Carlos Maria e estipulou um prazo de 3 meses para Ismael Soares Lima proceder à ação.</p>
<p>Ano: 1859 – Processo n°: 543</p> <p>Vítima: Leopoldina, solteira, parda, 15 anos mais ou menos, Estado Oriental do Uruguai, Mariana, Srs. Luísa de Azambuja Pinto e Antônio Vieira da Silva.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Indagação policial para verificar a nacionalidade uruguaia e o ventre livre relacionado à vítima.</p> <p>Conclusão: Improcedente.</p>
<p>Ano: 1862 – Processo n°: 160</p> <p>Réus: José Maria; Crispim; Manoel da Costa; Francisca Gomes da Porciúncula.</p> <p>Vítima: Anacleto (L), 10 anos, crioulo de Camaquã, Marcela, ex-escravo de Antônio Escôto.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Os réus José Maria e Crispim foram acusados de raptar a vítima e a conduzir, à força, do Estado Oriental para Jaguarão, onde o venderam como escravo. A ré Francisca Gomes da Porciúncula foi acusada de comprar ilegalmente Anacleto, reduzindo-o à escravidão, e o obrigar a responder pelo nome de Gregório. O réu Manoel da Costa foi acusado de, no dia 24 de dezembro de 1860, vender Anacleto como escravo para Manoel Maria Maciel.</p> <p>Conclusão: Os réus Manoel da Costa e Francisca Gomes da Porciúncula foram absolvidos.</p>
<p>Ano: 1866 – Processo n°: 710</p> <p>Réu: Sebastião Cardozo Leal.</p> <p>Vítima: Policarpo (L), solteiro, 14 anos mais ou menos, Crioulo/Uruguai, Porfírio e Luiza.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Policarpo saiu do Uruguai para morar em Santa Vitória com o réu que era seu padrinho. Após 3 anos Sebastião vendeu a vítima, em Porto Alegre, para Custódio Etchague.</p> <p>Conclusão: Absolvido.</p>

Ano: 1877 – Processo n°: 3975

Réu: Frederico Thomaz.

Vítimas: **Graciana** (L), preta, Uruguai; **Tertuliano** (L), Graciana; **Joana** (L), Graciana; **Maria** (L), Graciana.

Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.

Descrição: O réu foi acusado de reduzir à escravidão Graciana e seus filhos.

Conclusão: Improcedente/Absolvido.

Ano: 1883 – Processo n°: 1714

Réu: Feliciano Pereira Henriques.

Vítima: **Arminda** (L), parda, Sr. Feliciano Pereira Henriques.

Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.

Descrição: Simão Soares dos Santos e Fermina Soares de Freitas libertaram suas escravas Maria e Rafaela quando estavam no Estado Oriental do Uruguai, entre os anos 1839 e 1840. Arminda, filha de uma das escravas, alegou que era liberta, pois nasceu de ventre livre. Ainda assim, o réu Feliciano, genro de Simão e Fermina, manteve Arminda sob escravidão.

Conclusão: Improcedente.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público, 2010.

ANEXO B

Quadro 2: Processo nº 413, de 1854, e Processo nº 1571, de 1855

<p>Ano: 1854 – Processo nº: 413</p> <p>Vítima: Fermina, solteira, preta, crioula, lavadeira.</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: Fermina alega ser liberta no tempo que residiu em Montevideú, sendo capturada em Uruguaiana como escrava fugida no dia 25 de julho. João Baptista de Oliveira afirma que Fermina foi sua escrava de nome Laura, comprada por 200\$.</p> <p>Conclusão: Improcedente.</p>
<p>Ano: 1855 – Processo nº: 1571</p> <p>Réu: Elias Manoel de Brum e Silva.</p> <p>Vítima: Custódia, 11 a 13 anos, Inácia, Sr. Joaquim Mattos (falecido).</p> <p>Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.</p> <p>Descrição: A vítima, supostamente batizada no Estado Oriental do Uruguai, seria uma escrava liberta. Porém, sua mãe Inácia afirmou que Custódia já havia sido batizada no Brasil antes de viajar para o Uruguai e passou a ser escrava de Elias quando foi oferecida como dote para o casamento de sua filha. Foi apresentado o registro de batismo no Brasil da escrava Custódia.</p>

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público, 2010.

ANEXO C

"Auto de perguntas feitas ao réo digo feitas a preta Fermina"

[Fl. 1]

Auto de perguntas feitas
 ao réo digo feitas a preta
 Fermina (3)

Em anno de mil e cento e noventa e quatro
 dias de julho de dito anno
 maldade de Bettina umbra
 do M. Delegado de Policia Alvaro
 de Lima delibanda presente
 a preta Fermina com assisten-
 cia de escrivão e Manuel bar-
 do de Sousa e p. p. do Delega-
 do de illa perguntado pela osma
 seguinte -

Perguntou como se chama, 3
 de onde he natural, sua idade,
 estado, proficao, e he livre ou
 escrava?

Responde que se chama Fermina, na-
 tural de Sta. Cecilia, não sabe
 sua idade, e estado, e he livre.

Como e livre si consta que e
 em as nom. estado de cativa?

Responde que foi de casa de Dona M.
 Candida mãe do Sr. Manoel e que
 sua donhora a levou no Rio Branco
 de a de Santos e Martim de Freitas
 e está a João Vidal que almore
 para o Estado Oriental em San-
 Carlos e dali para a brã de de
 Monte Vidio e levando-a a bon-
 m un dancia allí deo nome de
 ella respondente e despois de man-

Amandon embora a dissembrar a
 sua vida a pais estava a liberdade
 a vista de que logo entrou no go-
 so de sua liberdade e viu de so-
 bre si; e quando veio de volta
 o Exército Brasileiro de Montez
 Vidia em ... veio ella para
 esta Provincia, estando na be-
 lancia de Palma perto da Ur-
 guaiuna foi ahi a guarda
 como fugida por um soldado
 e um filho de João Baptista
 e conduzida para esta cidade
 para abasa de dito Baptista
 no dia seguinte de sua chega-
 da foi mandada para a casa
 de M. Ribeiro onde esteve duas
 semanas, e como ella respondia
 de desconfiança que a querião ter-
 der para o Rio de Janeiro ella
 quando pôde se tirar a presen-
 ta do Delegado -

Por esta forma affirma o De-
 legado Curador e Testemunhas
 Jurem, Alberto Tróis e o
 Juiz -

Capcha

Manoel Barbosa de Souza
 Felizardo M. Guarante
 José Am. Ferreira

ANEXO D

Transcrição paleográfica do “Auto de perguntas feitas ao réo digo feitas a preta Fermina” [Fl.1]

- 1 Auto de perguntas feitas
tas ao réo digo feitas
apreta Fermina <3>
Anno de nascimento de nosso
- 5 Senhor Jezus Christo de mil oi
to centos e cincoenta e quatro aos
vinte oito de Julho de dito anno
na Cidade de Pellotas em Casa
do *Senhor*¹⁴⁹ Delegado de Policia Alexan
- 10 dre Vieira da Cunha presentes
a preta Fermina com assisten
cia de seo Curador Manoel Car
doso de Sousa¹⁵⁰, foi pelo Delega
do ella perguntada pela forma
seguinte —
- 15 Perguntou como se chama, [rubrica ilegível]
de onde hé natural, sua idade,
estado, profiçãõ se hé livre ou
escrava?
- 20 Que se chama Fermina, na [rubrica ilegível]
tural desta Cidade, não sabe
sua idade, solteira, lavadeira,
e hé livre —
- 25 Como é livre se consta que [rubrica ilegível]
nasceo nesta Cidade Cativa?
- 30 Que foi Cria de Casa de Dona [rubrica ilegível]
Candida mae de *Senhora Dona* Maria e que
sua senhora avendeo no Rio Gran
de a Antonio Martins de Freitas
- 35 e este a João Vidal que alevou
para o Estado Oriental em San
Carlos, e dali para a Cidade de
Montevidéo e levando-a a Com
mandancia alli deo o nome d’
ella respondente e depois aman

¹⁴⁹ Diante da dificuldade em distinguir com precisão as abreviações para “senhor”, “senhora” e “dona”, decidi relacioná-las às formas empregadas no século XIX, com base no livro *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX* (Flexor, 2008). Registrei em itálico as letras omitidas nas respectivas abreviaturas.

¹⁵⁰ A grafia “Sousa”, com “s”, está em conformidade com esse trecho do manuscrito, embora a assinatura traga “Souza”, com “z”. Entendo que essa variação na ortografia entre “s” e “z” era uma particularidade do período, considerando que o primeiro Decreto a regulamentar as normas ortográficas no Brasil foi publicado em 1943 — Decreto-lei nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5186-13-janeiro-1943-415160-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regula%20o%20uso%20de%20ortografia%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 25 set. 2024.

[Fl.2]

amandou embora disendo busca
se sua vida pois estava liberta
a vista de que logo entrou no go
so de sua liberdade vivendo so
40 bre si; e quando veio de volta
o Exercito Brasileiro de Monte
vidéo em [espaço] veio ella para
esta Provincia, e estando na Es
tancia da Palma perto da Uru
45 guaiana foi ahi agarrada
como fugida por um soldado
e um filho de João Baptista
e condusida para esta Cidade
para a Casa de dito Baptista
50 no dia seguinte de sua chega
da foi mandada para Casa
de *Senhor* Ribeiro onde esteve duas
semanas, e como ella responden
te desconfiase que a querião ven
55 der para o Rio de Janeiro ella
quando pôde se veio apresen
tar a elle Delegado —
Por esta forma assina *Senhor* de
legado Curador e Testemunhas
60 Jeremias Alberto Fróes o es
crevi —
Cunha Manoel Cardoso de Souza
 Felicissimo Manoel Amarante
 José Antonio Perena

ANEXO E

Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil¹⁵¹

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a. respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência "munto", que leva a abreviatura "m.^{to}" a ser transcrita "munto";
 - b. no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será a forma atual ou a mais próxima da atual, como no caso de ocorrências "Deos" e "Deus", que levam a abreviatura "D.^o" a ser transcrita "Deus".
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
Exemplos: "epor ser" ; "aellas"; "daPiedade"; "ominino"; "dosertaõ", "mostrandoselhe"; "achandose"; "sesegue".
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado [espaço]. Exemplo: "que podem prejudicar [espaço] Osdias passaõ eninguem comparece".
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: "aRepublica"; docomercio ; "edemarcando tambem lugar" ; "Rey D. Jose" ; oRio Pirahý ; "oexercicio; "que hé munto conveniente".
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: "nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; "nota 2. deligonia por deligencia"; "nota 3. adverdinto por advertindo".
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entrarão na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa depedro nolargo damatriz>.
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: todos ~~ninguem~~ dospresentes assignaron"; "sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro". No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: "fugii[[gii]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço".
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: "naõ deixe passar neste [registro] de Areas".
12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroidas ± 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r. ||.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

¹⁵¹ CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Gerado da; MEGALE, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Série Diachronica, 1, Humanitas, 1999, p. 23-6.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 COMISSÃO ESPECIAL
 Setembro, n.º 666 - 90010-190 - Porto Alegre - RS

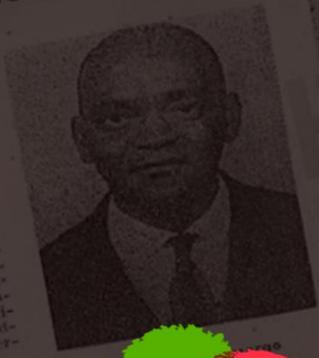
Meu pai me perguntou se tinha valido a pena tanta dor respondido que sabia com o que eu estava comprometida conseqüências. Agora, propondo-me a escrever sobre as ter impostas, essa pergunta aparece novamente. Passa

terroristas capturados em hotel
 dois ter

como o terrorista que comprou armas em Canoas, ocasião em que usou fardamento de oficial da Brigada Militar.

ANTECEDENTES

Edmur Péricles de Camargo nasceu em São Paulo, a 4 de novembro de 1914. Ele tem antecedentes políticos desde 1960, quando participou em Canoas, em frente a Intermarche em Henriques Villela. Até 21 de setembro da atualidade, o "Gaúcho" foi guardião de Carlos Marighela, porém foi dividido conhecido por "Zé Dico". Verdade que não conseguiria ser um dos líderes da subversão em São Paulo. Edmur voltou para o Sul e aliou-se aos terroristas.



Gustavo Schuller

Os dois terroristas foram presos hoje, no interior do Gaúcho, localizado na Rua da Pátria, 679. Embora policiais não tenham conseguido identificar os dois, os

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

Brigada: 39 Oficiais Denunciados

Preencha de maneira clara e objetiva os itens abaixo

No início desta semana, o promotor de Justiça Militar do Estado, Luiz Carlos Macedo Macenecy, denunciou ao auditor 39 oficiais da Brigada Militar, implicados em atos subversivos, durante os dias de prisão, em março de corrente ano. O promotor Macenecy os enqua-

1 - Período de prisões:

- DE 05/04/1964 À 03/07/1964 - BRIGADA MILITAR - IPM do GOLPE
- DE 27/11/1964 À 30/12/1964 - BRIGADA MILITAR - OPER. PINTASILVA
- DE 31/01/1965 À 31/01/1965 - BRIGADA MILITAR - ESTAÇÕES BARRIO
- BRIGADA MILITAR - SUPERMILHA

Brigada: 39 Oficiais Denunciados

FATO PRINCIPAL.
 O promotor denunciou a Brigada Militar, em março de corrente ano, 39 oficiais implicados em atos subversivos, durante os dias de prisão, em março de corrente ano. O promotor Macenecy os enqua-

TESTEMUNHAS
 /11/1964
 À 30/12/1964
 À 31/01/1965